

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

LUIZA MARIA LORENZINI GERBER

**A FORMAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM SANTA
CATARINA: UM ESTUDO SOBRE O PRIMEIRO CURSO
DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO (1958-1983)**

LUIZA MARIA LORENZINI GERBER

**A FORMAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM SANTA
CATARINA: UM ESTUDO SOBRE O PRIMEIRO CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO (1958-1983)**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. **Orientação:** Prof^a Dr^a. Regina Célia Tamaso Miotto.

FLORIANÓPOLIS

2009

[...] pelo que eu entendo, a gratidão deve ser incluída entre as virtudes; e lamentada a ingratidão. Para não ser ingrato, a mim mesmo propus, agora que posso considerar-me livre, o trabalho de ofertar algum consolo, na medida de minhas possibilidades, em troca do que eu recebi. Se não o presto aos que me auxiliaram e que, por sorte deles, ou por seu bom senso, ou sua boa fortuna, não necessitam dele, pelo menos presto-o àqueles aos quais possa ter valor. Não obstante seja muito ínfimo o alívio, ou o conforto, ou seja, lá o que for, aos que necessitam disso, mesmo assim me parece que ele deve ser ofertado àqueles cuja necessidade é maior, ou porque, desse modo, mais carinhosamente será entendido (BOCCACCIO, 1981 p. 8 – Vol. I).

LUIZA MARIA LORENZINI GERBER

A Formação dos Assistentes Sociais em Santa Catarina: Um Estudo Sobre o Primeiro Curso de Serviço Social do Estado (1958-1983)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 09 de setembro de 2009.

Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmento
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Regina Célia Tamaso Mioto
Departamento de Serviço Social, UFSC
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria Carmelita Yazbek
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
membro

Prof^ª. Dr^ª. Ivete Simionatto
Departamento de Serviço Social, UFSC
membro

RESUMO

A presente dissertação enfoca a história do primeiro curso de Serviço Social criado em Santa Catarina, evidenciando que, no início dos anos 50, o Serviço Social como profissão era quase que totalmente desconhecido pela sociedade e igualmente o estado não contava com uma instituição para formar assistentes sociais. A história da fundação da Faculdade de Serviço Social e do primeiro curso de Serviço Social em Santa Catarina foi detalhada em um estudo de caso que abrangeu o período compreendido entre os anos de 1958 e 1983. O estudo apresenta, inicialmente, aspectos relativos à política e ao desenvolvimento econômico brasileiro, focaliza a expansão capitalista no país, dos anos 30 até a Nova República (1985), mostra como o Estado brasileiro foi se organizando política e legalmente para atender às demandas advindas da urbanização e industrialização e discorre sobre a mudança do modelo econômico adotado no início dos anos 30, de agro-exportador para urbano industrial. Com relação ao Serviço Social no país, a pesquisa evidencia como a profissão surgiu nos dois principais centros do país (São Paulo e Rio de Janeiro) e como engendrou um movimento em prol de sua organização política, técnica e pedagógica; ressalta a fundação de sua entidade representativa (ABESS – 1946) e a criação do principal ordenamento normativo-legal (Código de Ética Profissional - 1947), movimento este que culminou com a Lei Federal nº 1889/53, que tratou especificamente do ensino de Serviço Social no país, e a Lei nº 3252/57, que regulamentou a profissão no Brasil. Sobre Santa Catarina, discute a formação econômica e política do estado, tendo como base a obra de Goularti Filho (2002) enfatizando o período compreendido entre o início dos anos 50 e o ano de 1962, quando a indústria e o comércio sofreram forte impulso e o Estado passou a fomentar o desenvolvimento econômico. Nessa época, criaram-se as condições para a institucionalização da formação de assistentes sociais, haja vista a demanda por estes profissionais em decorrência da tomada de consciência, por parte da classe patronal, das sequelas da questão social advindas da urbanização e industrialização aceleradas. A pesquisa aborda também a configuração da educação universitária em Santa Catarina, com enfoque especial sobre a criação da USC – Universidade de Santa Catarina, visto que, paralelamente à efetivação da formação de assistentes, através da Faculdade de Serviço Social, ocorreu a concretização da Universidade de Santa Catarina (USC), posteriormente Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No estudo também foi discutida a inserção da Faculdade de Serviço Social junto à sociedade catarinense e a forma como se deu o processo de aproximação com a UFSC.

Palavras-chave: Serviço Social. Questão social. História do Serviço Social. Formação econômica de Santa Catarina. Urbanização e industrialização.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the history of the first course in Social Work in Santa Catarina State. It found that in the early 1950's, Social Work was a profession nearly entirely unknown by society and the government did not have an institution to train social workers. The history of the founding of the School of Social Service and of the first course in Social Work in Santa Catarina is detailed in a case study that encompasses the period from 1958 - 1983. The study first presents factors related to Brazilian politics and economic development, focusing on capitalist expansion in the country from the 1930s until the New Republic (1985). It discusses how the Brazilian state became organized politically and legally to meet demands created by urbanization and industrialization. The paper analyzes the change of the economic model adopted in the early 1930's, and shifted from being an exporter of agricultural products to an urban industrial economy. The study identifies the rise of Social Work as a profession in Brazil's two largest urban centers (São Paulo and Rio de Janeiro) and how a movement was organized to support the political, technical and pedagogical organization of social work. The study reviews the foundation of a professional organization for social workers (ABESS – 1946) and the creation of the principal legal and regulatory measures of the Code of Professional Ethics – 1947. This movement culminated in Federal law nº 1889/53, which dealt specifically with the teaching of Social Work in the country and law nº 3252/57, which regulated the profession in Brazil. In relation to Santa Catarina, the dissertation discusses the economic and political formation of the state, using as a reference the work of Goularti Filho (2002), and emphasizes the period from the early 1950s to 1962, when there was strong growth in industry and commerce and economic development transformed the state. At this time, conditions were created for the institutionalization of the training of social workers. The demand for these professionals grew as business leaders and employers became aware of the consequences of the social problems caused by accelerated urbanization and industrialization. The study also presents the situation of university education in Santa Catarina, with a special focus on the creation of the University of Santa Catarina (USC), given that, in parallel to the realization of education for social workers, through the School of Social Work, the University of Santa Catarina was created - later becoming the Federal University at Santa Catarina (UFSC). The study also discusses the insertion of the School of Social Work into Santa Catarina society and how the process of approximation with UFSC took place.

Key words: Social Work. Social Problems. History of Social Service. Economic Formation of Santa Catarina. Urbanization and industrialization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAS – Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABSS – Associação Brasileira de Serviço Social
ALAETS – Associação Latino Americana de Escolas de Serviço Social
ALAEITS - Associação Latino Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
APASSC – Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Santa Catarina
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia
CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina
CEME – Central de Medicamentos
CEPCAN – Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional
CESACA – Cerâmica Santa Catarina
CESOJUC – Centro Social da Juventude Catarinense
CEU – Casa da Estudante Universitária
CEUSA – Cerâmica Urussanga SA
CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFE – Conselho Federal de Educação
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CIEPS – Centro integrado de Educação Pública
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social
COSECO – Coordenação de Serviços Comunitários
CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CTA – Conselho Técnico Administrativo
DATAPREV – Empresa de processamento de Dados da Previdência Social
DSS – Departamento de Serviço Social
DCM – Decreto do Conselho de Ministros
DF – Distrito Federal
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
DSI – Doutrina Social da Igreja
EAN – Escola Ana Nery
ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
EUA – Estados Unidos da América
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FSSSC – Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina
FUCADESC – Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade
FUNABEM – Fundação Nacional de Bem Estar do Menor

FVR – Fundação Vidal Ramos
GTU – Grupo de Trabalho Universitário
IAP's - Institutos de Aposentadorias e Pensões
IAPAS - Instituto Nacional de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
ICSW – Conferência Internacional de Bem Estar Social
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
JEC – Juventude Estudantil Católica
JIC – Juventude Independente Católica
JK – Juscelino Kubitschek de Oliveira
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LBA – Legião Brasileira e Assistência
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MECRIL – Metalúrgica Criciúma Ltda
MJC – Missionárias de Jesus Crucificado
MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social
NOVACAP – Companhia urbanizadora da Capital
OPA – Operação Pan Americana
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDC – Partido Democrático Cristão
PIS – Programa de Integração Social
PLAMEG – Plano de Metas do Governo
PNS – Plano Nacional de Saúde
PSD – Partido Social Democrata
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SALTE – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
SATC – Sociedade de Assistência ao Trabalhador do Carvão
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SFH – Sistema Financeiro da Habitação
SFIC – Sociedade Feminina de Instrução e Caridade
SIMPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SOS – Serviço de Obras Sociais
SOTELCA – Sociedade Termoelétrica de Capivari
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL – Superintendência de Desenvolvimento do Sul
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
TCC - Trabalho de conclusão do Curso
UB – Universidade do Brasil
UCISS – União Católica Internacional de Serviço Social
UDF – Universidade do Distrito Federal
UDN – União Democrática Nacional
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNISUL – Universidade do Sul Catarinense
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USC – Universidade de Santa Catarina
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO VIDAL RAMOS 130

**QUADRO 2: CORPO DOCENTE QUE INICIOU AS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE SANTA CATARINA 153**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL, A CONSOLIDAÇÃO DA PROFISSÃO E A FUNDAÇÃO DOS PRIMEIROS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL	22
<i>1.1 Do surgimento da profissão às primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil</i>	<i>34</i>
<i>1.2 As configurações do ensino de Serviço Social</i>	<i>58</i>
<i>1.3 Novas configurações para a profissão, o Movimento de Reconceituação</i>	<i>64</i>
2. AS PARTICULARIDADES DO DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA E A DEMANDA POR ASSISTENTES SOCIAIS	78
<i>2.1 O cenário territorial e político, as particularidades de Santa Catarina</i>	<i>79</i>
<i>2.1.1 A ocupação do território</i>	<i>79</i>
<i>2.1.2 A política, a acirrada disputa oligárquica pelo poder local</i>	<i>82</i>
<i>2.1.3 O desenvolvimento das forças produtivas – a consolidação das indústrias</i>	<i>88</i>
<i>2.1.4 A consolidação da classe trabalhadora e proteção social</i>	<i>100</i>
<i>2.2 O desenvolvimento produtivo e a demanda por quadros técnicos profissionais – O processo de criação da Universidade de Santa Catarina</i>	<i>105</i>
<i>2.3 O desenvolvimento econômico e social e a demanda por assistentes sociais</i>	<i>117</i>
3. A FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM SANTA CATARINA: AS TRATATIVAS PARA A FUNDAÇÃO DO PRIMEIRO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL E SUA AGREGAÇÃO À USC	128
<i>3.1 A constituição da Fundação Vidal Ramos</i>	<i>128</i>
<i>3.2 As protagonistas do ensino de Serviço Social no estado – As Irmãs Missionárias De Jesus Crucificado</i>	<i>134</i>
<i>3.3 As tratativas administrativas da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina</i>	<i>138</i>
<i>3.4 A organização curricular e pedagógica</i>	<i>151</i>
4. O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, SUA INSERÇÃO NA SOCIEDADE CATARINENSE E O PROCESSO DE APROXIMAÇÃO COM A UFSC	186

<i>4.1 A inserção do Curso de Serviço Social na vida política e comunitária de Florianópolis</i>	186
<i>4.2 A repressão da ditadura militar – acadêmicos de Serviço Social sob Investigação</i>	191
<i>4.3 O movimento para a incorporação do Curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social pela UFSC</i>	203
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM SANTA CATARINA	224
REFERÊNCIAS	237
ANEXOS	247

INTRODUÇÃO

Reconstruir fatos passados através da pesquisa documental é tarefa árdua, visto que o estudioso está no devir, no exterior do fenômeno, ele também não viveu o passado tal como os atores que o relatam e que participaram ativamente da produção social.

O movimento em direção ao estudo desta produção social através de documentos e relatos orais faz o pesquisador se deparar com múltiplas possibilidades de escolhas.

Como começar? O que privilegiar? Escolher um tema em detrimento de outro? São escolhas difíceis, mas ao mesmo tempo, se apresentam agradáveis e prazerosas porque transportam para outra época, outra realidade.

A pesquisa desencadeada em várias fontes leva a imaginação ao passado. Quem de nós já não se desprende do tempo real ao manusear velhos álbuns de fotografias? Quem, ao organizar gavetas e documentos, não se deixou levar por reminiscências do passado?

Por outro lado, estudar a trajetória e a produção social de grupos, de instituições ou mesmo de indivíduos tem se tornado uma tarefa cada vez mais importante numa sociedade em que o descartável é a palavra de ordem e a memória é algo pouco valorizado.

Explorar o passado, para aqueles que o fazem, significa colocar em movimento a própria vida social e buscar respostas para problemas e questões que estiveram presentes em outros tempos, significa enveredar por caminhos além do imaginado inicialmente, o que pode vir a se tornar uma aventura.

Entendendo também que a história não é estanque, que ela não se constrói de forma linear, buscou-se, através do presente estudo, discutir a formação profissional em Serviço Social oferecida pela Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina (FSSSC), instalada em Florianópolis, no ano de 1958, até a federalização do Curso de Serviço Social, em 1983.

Nesta direção, a sociologia das profissões (Freidson, 1978) tem indicado, nos estudos sobre as profissões, que é possível entender como a sociedade moderna absorve e/ou apresenta demandas para uma profissão e como o coletivo dos profissionais delinea o agir profissional para atendê-las.

Freidson (1978) ainda ressalta que, para identificar os problemas de uma profissão, o sociólogo deve compreender, em primeiro lugar, como ela se desenvolve, como se organiza e sustenta sua independência ou autonomia; em segundo lugar, deve entender a relação do conhecimento e dos procedimentos profissionais com a organização profissional e desta com o mundo, sendo este um problema afeto à sociologia do conhecimento.

Portanto, uma profissão é uma construção social, emerge das complexas e nem sempre evidentes relações que se estabelecem entre a profissão, a cultura e a sociedade; desta forma, uma profissão se delinea quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica fundada sobre uma formação especializada, dando respostas às necessidades/demandas sociais.

Para Khan (1972, p.322), na definição de uma profissão, geralmente três características chamam a atenção:

- um corpo de conhecimento, sabedoria acumulada pela prática, doutrina ou experiência;
- competência técnica na utilização dos conhecimentos;
- responsabilidade reconhecida publicamente para o exercício do cargo em benefício da sociedade.

Em estudos mais recentes, Pereira Neto (2001 p. 37), na mesma linha de definição, aponta que uma profissão se estabelece a partir da combinação de três elementos: *o domínio de um certo conhecimento, o monopólio do mercado e a formulação de normas de conduta.*

Na sociedade de hoje, estes elementos estão vinculados à regulamentação das profissões, via leis específicas, que garantem o monopólio do mercado, delegando poder profissional somente aos regularmente graduados e inscritos nos respectivos órgãos de fiscalização profissional; a auto-regulação e as normas de conduta são delimitadas pelos Códigos de Ética Profissional e pelos regimentos/estatutos dos órgãos de fiscalização profissional, tanto na esfera federal como nas regionais/estaduais.

É possível afirmar, então, que uma profissão especializada se caracteriza pela existência de licença (autorização legal para o exercício profissional) e mandato (obrigação de assegurar uma determinada função específica) sobre saberes (conhecimento/formação) conferidos pela autoridade; e pela existência de instituições para proteger o diploma, manter o mandato,

intermediar a relação do profissional e o Estado ou a relação do profissional e o público (Ordens e/ou Conselhos Profissionais).

A regulamentação é um processo de produção e implementação de regras e sanções decorrentes da correlação de forças entre governo, comunidade, setores econômicos e grupos ocupacionais, expressa na lei que regulamenta cada profissão. Os campos de trabalho, os procedimentos e atividades de exercício restrito são definidos pela regulamentação ocupacional e profissional; esta também incide sobre o mercado de trabalho e de serviços (BONELLI, 2002; FREIDSON, 1978; KHAN, 1972; PEREIRA NETO, 2001; RODRIGUES, 2002).

A regulamentação das profissões corresponde ao conjunto das diretrizes, dos padrões ou procedimentos instituídos pelo Estado para delinear o comportamento dos agentes nas diversas atividades econômicas e sociais.

Na prática, no Brasil, o Estado delega às Ordens e/ou Conselhos a atividade estatal de fiscalizar o exercício profissional; estas instituições são autarquias federais que se mantêm através dos tributos (anuidades) pagos pelos profissionais que estão atuando no mercado.

Os sociólogos das profissões afirmam igualmente que a formação profissional é um fenômeno da modernidade, da sociedade industrial/tecnológica e que surgiu para atender às exigências do mercado a partir do século XIX.

O interesse de estudar a Formação de Assistentes Sociais em Santa Catarina, através de um recorte específico, ou seja, de um estudo de caso sobre a Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, decorreu da inserção da autora como mestranda e profissional junto ao *Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social (NESPP)*, do qual uma das Linhas de Pesquisa discute a *Formação, Exercício Profissional e Políticas Sociais*.

Decorreu ainda da participação da autora, por quase trinta anos, no universo da formação de assistentes sociais em Santa Catarina, inicialmente como acadêmica do curso, tendo ingressado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 1980, depois, como profissional, na condição de supervisora de estágio, como militante nas ações de fiscalização da profissão junto ao Conselho Profissional e também como professora CDT (Contrato Docente Temporário) do Departamento de Serviço Social.

Essa trajetória despertou inúmeros questionamentos sobre a formação profissional dos assistentes sociais que, nesse trabalho, se definiram nas seguintes perguntas: Como se constituiu o processo de formação de assistentes sociais em Santa Catarina? Qual o contexto sócio-histórico do estado, na época, que influenciou o processo de fundação da Faculdade? Como foi construído e consolidado esse processo de formação até a sua integração na Universidade Federal de Santa Catarina?

Entendendo, de acordo com Gil (1995) e Minayo (2007), o conhecimento como emergente da curiosidade, da inquietação, da inteligência e da capacidade investigativa dos indivíduos, bem como da possibilidade de confirmação ou não de algo já elaborado e sistematizado sobre a realidade social, entende-se também, como esses autores, que o ato de pesquisar é algo privilegiado.

Privilegiado, sim, pois reúne o pensamento e a ação de uma pessoa ou grupos num esforço para elaborar o conhecimento de diferentes ângulos e aspectos do real.

Além disso, destaca-se que a pesquisa, como ato humano e social, está envolta em valores, crenças, preferências, interesses e princípios do pesquisador. Sua visão de mundo, os pontos de partida, os fundamentos que orientam sua mente norteiam a sua trajetória e isso permite reafirmar que a ciência não é neutra.

O pesquisador é justamente o elemento inteligente e ativo entre o conhecimento acumulado sobre determinado tema e as novas evidências sistematizadas no novo ato de pesquisa.

A metodologia, segundo Minayo (2007, p.14), *é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade* está vinculada à visão de mundo posta à luz pela teoria, isto é, o conjunto de técnicas e as concepções teóricas do investigador/pesquisador.

A pesquisa que ora se apresenta insere-se no campo da abordagem qualitativa, pois *responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes [...]* (MINAYO, 2007, p.21).

A pesquisa qualitativa evidencia, através da descrição, o cotidiano dos atores, as situações e os acontecimentos, sendo importante destacar o papel das transcrições e descrições de entrevistas e depoimentos, das fotografias, do material iconográfico e dos extratos de

documentos. A presente pesquisa poderia assumir a forma de pesquisa etnográfica ou estudo de caso. Aqui, optou-se pelo estudo de caso.

O estudo de caso, de acordo com Gil (1995, p.78) define-se *pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo.*

Para André (1986, p.17), *o estudo de caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo; o interesse maior na sua utilização está na singularidade, no valor que o estudo tem em si mesmo.* Os autores tratam o estudo de caso como adequado às pesquisas devido à sua flexibilidade e o recomendam em fases iniciais de uma investigação sobre temas complexos.

Alertam que esse tipo de delineamento apresenta limites, ou seja: *a impossibilidade de generalização dos resultados obtidos com o estudo de caso* (GIL, 1995, p.79). O autor sinaliza que esse procedimento é largamente utilizado em pesquisa social face a *sua relativa simplicidade e economia, já que pode ser realizado por um único investigador.*

O estudo de caso, apesar de delimitar um tema específico, e nesse trabalho também um período determinado, não se afasta do princípio de que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo que se constrói e se reconstrói continuamente, está em constante transformação e deve revelar a multiplicidade de dimensões presentes em uma determinada situação.

Desta forma, utilizaram-se como técnicas de levantamento de dados: pesquisa documental de fontes principais, entrevistas e revisão bibliográfica sobre os aspectos históricos, culturais, políticos, religiosos, econômicos e sociais da sociedade catarinense. Para maior reaproximação da pesquisadora com a história catarinense, foram estudadas também as biografias existentes das principais personalidades do estado de Santa Catarina, em especial, dos governadores do período abrangido pelo estudo.

Pesquisaram-se os documentos e trabalhos sobre a Faculdade de Serviço Social que constam do acervo da Fundação Vidal Ramos, do Arquivo Histórico de Santa Catarina, da Biblioteca Pública e do Arquivo Geral da Universidade Federal de Santa Catarina.

Entres estes, destacam-se os registros das entrevistas realizadas com os fundadores do curso, pela Professora Nilva de Souza Ramos, para a sua dissertação de mestrado que versou

sobre o *Serviço Social em Santa Catarina: Surgimento e Expansão com a criação da Faculdade de Serviço Social em Florianópolis (1984)*.

Além disso, foram realizadas entrevistas com professores e fundadores da Faculdade de Serviço Social. Este se constituiu um trabalho árduo e ao mesmo tempo prazeroso, visto que os entrevistados eram orientados para a recomposição da história social, demandando extensos escritos, digitação e revisão dos textos.

A autora deste trabalho reviu e relembrou, com as mestras, a história vivida para a efetivação da Faculdade de Serviço Social e sua própria história acadêmica, uma vez que, como aluna de graduação, participou das comemorações dos vinte e cinco anos de fundação da Faculdade e como mestrandia, integra, com o presente estudo, a história do cinquenta anos.

Visando instrumentalizar a coleta de dados, foi elaborado um roteiro de entrevista com o objetivo de nortear o trabalho a partir da história dos fatos; foram entrevistadas quatro professoras¹, duas que iniciaram o curso de fundação da Faculdade e duas que foram admitidas nos primeiros anos de funcionamento do Curso. No decorrer das entrevistas, foram realizadas apenas anotações e após esta etapa, as mesmas foram descritas. Com a descrição sistematizada, a pesquisadora tornou a se encontrar com as entrevistadas para correção, acréscimos e supressões, processo este que culminou com a aprovação final do texto, pelas entrevistadas. Destaca-se que duas entrevistadas optaram por responder as questões formuladas por escrito.

Cumprindo os protocolos de ética na pesquisa, as entrevistadas assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, que permitiu a utilização do material produzido.

Cabe informar também que foram utilizados depoimentos gravados em duas Mesas Redondas que trataram especificamente da *Memória da Extensão e da Pesquisa do Curso de Serviço Social*².

Julga-se necessário esclarecer igualmente que se optou por transcrever trechos bastante longos do material de pesquisa a fim de preservar as narrativas históricas relacionadas ao tema.

¹ Madre Olma Aquino Casses, Irmã Clementina Tonello, Marilde Rodrigues e Zulamar Maria Bittencourt e Castro.

² Eventos realizados no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina em 18/11/2008 e 18/12/2008, do qual participaram professores do Curso de Serviço Social (aposentados) que descreveram o processo de trabalho e a intervenção do Curso de Serviço Social junto à Pesquisa e a Extensão no período em que trabalharam na FSSSC.

Partindo da pressuposição de que os acontecimentos, como processos singulares, expressam o amplo movimento da sociedade nas suas contradições, o debate sobre a formação dos assistentes sociais em Santa Catarina não pode ser desvinculado do movimento histórico da sociedade brasileira e catarinense.

Pode-se afirmar que a história da fundação da Faculdade de Serviço Social, até o ano de 1983, passa por três momentos significativos: *o primeiro* se dá com a sua fundação e com a estruturação do que, por um curto tempo, se torna mais uma Faculdade isolada existente em Florianópolis; é uma Faculdade mantida por uma fundação (Fundação Vidal Ramos) que carrega recursos para garantir a formação de assistentes sociais.

Com a fundação da USC, dois anos depois, sua situação se modifica, passando a se vincular à mesma como Faculdade Agregada, ao contrário das demais Faculdades existentes, que integram diretamente a nova estrutura universitária.

Um *segundo* momento se visualiza quando a Faculdade de Serviço Social e a Universidade de Santa Catarina, seguindo ditames legais federais advindos da Reforma Universitária, estreitam seus laços e passam a compartilhar a formação de assistentes sociais, dividindo as responsabilidades administrativas e pedagógicas. Este momento é informalmente denominado de Integração.

O *terceiro* momento quase que se mescla ao segundo e ocorre quando ambas as instituições participam ativamente da formação de assistentes sociais e, aos poucos, passam a compor um movimento intencional ou não, no qual a UFSC passa a demandar o conhecimento acumulado nos quadros profissionais do Curso de Serviço Social, em especial, para desenvolver ações de Extensão.

Esta vinculação, advinda da Integração do Curso à UFSC, irá se tornar um caminho sem volta e culminará com a federalização do curso de Serviço Social no ano de 1983.

Ressalta-se que, no decorrer desta história, não há como precisar o instante exato em que um momento deixa de existir para dar lugar ao outro; a reconstituição dos fatos através da pesquisa documental permitiu tão somente inferir sobre estes momentos.

Para finalizar, deve ser destacada a importância que os trabalhos de natureza sócio-histórica têm para o desenvolvimento e aprofundamento de novas possibilidades de conhecimento e análise da realidade social.

Dessa forma, pretende-se que o estudo venha a contribuir para a formação profissional de novos assistentes sociais e para o desenvolvimento do Serviço Social em Santa Catarina.

O processo de pesquisa ora apresentado está estruturado em seis partes denominadas seções.

A primeira seção ou introdução contém generalizações sobre o tema da pesquisa. Faz-se uma síntese histórica, apresenta-se a justificativa da escolha do tema, aponta-se a relevância e as possíveis contribuições esperadas da pesquisa, delimita-se o tema no tempo e no espaço, enfoca-se o suporte teórico utilizado e se indica a metodologia empregada na realização do trabalho.

Na segunda seção, discorre-se sobre a política e o desenvolvimento econômico brasileiro, a expansão capitalista no país, dos anos 1930 até a Nova República (1985), com um paralelo de como o Estado brasileiro foi se organizando política e legalmente para atender às demandas advindas da urbanização e industrialização, bem como a mudança do modelo econômico adotado no início dos anos 30, que passou de agro-exportador para urbano industrial.

Nesta mesma seção, apresenta-se a discussão da história do Serviço Social no país, analisando como a profissão surgiu nos dois principais centros do país (São Paulo e Rio de Janeiro), como se foi engendrando um movimento em prol de sua organização política, técnica e pedagógica, e como se deu a fundação de sua entidade representativa (ABESS,1946).

Comenta-se ainda sobre a criação do principal ordenamento normativo-legal (Código de Ética Profissional - 1947), movimento este que culminou com as leis federais nº 1889/53 e nº 3252/57.

Na terceira sessão, a abordagem segue em direção à formação econômica e política do estado de Santa Catarina. Utiliza-se como referencial o autor Goularti Filho (2002), que estudou a formação econômica do estado, enfatizando-se o período compreendido entre o início dos anos 1950 e 1962, período em que a indústria e o comércio sofreram forte impulso, pois o Estado passou a fomentar o desenvolvimento econômico.

Igualmente aborda-se a configuração da educação universitária em Santa Catarina, com enfoque especial sobre a criação da Universidade de Santa Catarina (USC), visto que, em paralelo à efetivação da formação de assistentes sociais, através da Faculdade de Serviço Social, ocorreu a concretização da Universidade de Santa Catarina, posteriormente Universidade Federal

de Santa Catarina, razão pela qual se realiza uma breve abordagem sobre o ensino universitário e sobre a efetivação da USC como instituição federal de ensino superior no Estado.

Ressalta-se ainda que, com a criação da USC, a Faculdade de Serviço Social, então mantida por uma fundação, não foi integrada desde seu início, ficou vinculada à nova Universidade na condição de Faculdade Agregada.

A quarta e a quinta sessões são dedicadas ao estudo de caso, isto é, à história da fundação da Faculdade de Serviço Social e do primeiro curso de Serviço Social em Santa Catarina, abrangendo-se o período compreendido entre os anos de 1958 e 1983.

Detalha-se ainda como a Faculdade se organizou administrativa e pedagogicamente para atingir seu objetivo, ou seja, formar assistentes sociais.

Nestas seções, buscou-se ressaltar o processo pedagógico da formação profissional e a inserção da Faculdade de Serviço Social junto à sociedade catarinense, mostrando como o processo de aproximação com a UFSC foi sendo engendrado.

Na última seção, apresentam-se considerações sobre a pesquisa e sugestões sobre temas que poderão servir de fundamento a futuras pesquisas.

SEÇÃO I: A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL, A CONSOLIDAÇÃO DA PROFISSÃO E A FUNDAÇÃO DOS PRIMEIROS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL.

O início do século XX, no Brasil, particularmente a década de 1920, foi marcado pela solidificação da organização da burguesia e do empresariado, ancorada nos princípios do liberalismo econômico que preconizava, em especial, a acumulação e a taxa de lucro. Porém, foi marcado também pelo acirramento dos movimentos reivindicatórios das massas urbanas emergentes e pela percepção mais aguda da necessidade de intervenção na então emergente *questão social*¹, de forma imediata.

Assim, desenvolveram-se rapidamente ações de cunho assistencialista por parte das elites brasileiras, visando à manutenção do *staus quo* estabelecido, buscando *por todos os meios e formas de pressão impedir, retardar e boicotar a regulamentação externa do mercado de trabalho e de tudo que interfira no controle direto e manipulação de seus empregados* (CARVALHO, 1980, p.46). Ou seja, a política de ação da elite empresarial posicionou-se contra a regulamentação social da exploração da força de trabalho, visando mantê-la na esfera policial.

Além disso, a *ineficiência e a incapacidade* do Estado para implementar políticas sociais amplas e abrangentes levou setores burgueses da sociedade a organizarem práticas assistenciais junto aos denominados *necessitados*. Estas práticas tinham como aporte os

¹A tomada de consciência da classe proletária da sua situação de vulnerabilidade, da sua exploração e do conseqüente pauperismo fez emergir a organização dos trabalhadores que reivindicam melhores condições de vida e de trabalho. Neste cenário, a expressão *questão social* aparece. Ela é a expressão do pauperismo que ameaça a classe burguesa, reivindicando melhorias, que implicam necessariamente, sob a ótica burguesa, mais gastos e, com isto, menor lucro. Pastorini (2004) aponta um resumo desses eventos: [...] a industrialização, violenta e crescente, engendrou importantes núcleos de população não só instável e em situação de pobreza, mas também miserável do ponto de vista material e moral. Poder-se-ia dizer que, em definitivo, tratava-se de uma questão de pauperismo, e por isso ela deve ser pensada tendo em consideração os processos estruturais que dão sustentação às desigualdades e aos antagonismos próprios da ordem burguesa (PASTORINI, 2004, p.110). A *questão social* que se mostra a partir de então é uma chaga exposta do capitalismo, a sua ilimitada exploração, da violação do homem pelo capital; se traduz na luta contínua das classes trabalhadoras, mobilizadas e organizadas para a apropriação da riqueza produzida socialmente, visto que, na mesma proporção em que a sociedade burguesa aumenta sua capacidade de produzir riquezas, a pobreza cresce. Uma pobreza diferente, sem precedentes, não associada à escassez, como em determinados períodos da história, mas uma pobreza “produzida” pela contradição capital X trabalho.

princípios da Igreja Católica, bem como as obras sociais e de caridade mantidas pela Igreja com a colaboração de um contingente de leigos que, desde o período colonial e imperial, já detinham poder sobre o atendimento hospitalar, assistencial e também possuíam um amplo leque de atuação junto ao movimento operário (MANRIQUE CASTRO, 2000; CARVALHO, 1980; CORNELLY, 2003).

Os movimentos de transformação iniciados nas décadas de 1910 e 1920, como a pressão operária vinculada ao anarquismo, ao comunismo, o movimento pelo sufrágio, as primeiras leis trabalhistas e ainda a crise do capitalismo internacional, influenciaram de forma decisiva o Estado brasileiro dos anos 30 em diante. A crise da economia, baseada na monocultura do café, preferencialmente para exportação, provocou a derrocada do setor agro-exportador brasileiro e desencadeou profundas transformações no país. Segundo Ianni (1986, p.33-34),

[...] consolidou-se uma vitória importante, ainda que parcial, da *cidade* sobre o *campo*. Pouco a pouco, as classes sociais de mentalidade e interesses caracteristicamente urbanos impuseram-se sobre a mentalidade e os interesses enraizados na economia primária exportadora. Para os partidos e movimentos políticos que haviam lutado por instituições democráticas, a vitória sobre as oligarquias havia sido um malogro. Passava-se do regime oligárquico à ditadura do tipo burguês, depois de um entreato de grande fermentação política e econômica.

Nesse período, visando acalmar pressões trabalhistas, emergiu o Decreto - Lei Nº 4.682 de 24/01/1923, que criou a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários (CAP) a partir do projeto do deputado paulista Eloy Chaves. Esta legislação viria a se tornar importante marco regulatório para a previdência social, com o objetivo específico de assistir grupos que exerciam determinado tipo de trabalho, no caso, os ferroviários, não havendo, na época, a preocupação com a universalização do direito.

Para Oliveira (1989, p. 75), as CAP's teriam a obrigatoriedade de fornecer quatro benefícios para manter a renda e a saúde da família do trabalhador em *caso de doença, incapacidade, velhice ou morte: aposentadoria por invalidez e por tempo de serviço, pensões aos dependentes de um empregado morto, cuidados de saúde na forma de serviços médicos*. Além disso, ofereciam a possibilidade de aquisição de medicamentos subsidiados e o pagamento das despesas com o funeral dos segurados.

Nos anos 1920, a Previdência estava organizada na forma de instituição civil, privada quanto à sua gestão. O controle público agia de maneira externa ao sistema, não havia

contribuição financeira efetiva do Estado, apesar do estabelecido na Lei Eloy Chaves quanto ao esquema tripartite do financiamento.

No plano econômico, evidenciava-se a hegemonia da oligarquia agrária e uma burguesia mercantil em ascensão que promoveu a inclusão de trabalhadores, tais como ferroviários, estivadores e marítimos, necessários para atender aos objetivos desta mesma burguesia. Apesar da forte concentração de trabalhadores no campo, estes ficaram à margem da legislação trabalhista (OLIVEIRA, 1989; CARTAXO, 1992).

Assim, o que se buscava era a redução dos conflitos resultantes das novas relações de trabalho emergentes no país, a paz social, a melhoria do poder aquisitivo da população, com vistas a estimular o comércio interno e incrementar o comércio consumidor.

Ainda desse período é a Emenda Constitucional de 1926, que atribuía à União a competência de legislar sobre o *direito do trabalho*. Esta foi uma medida fundamental, uma vez que a Constituição Republicana de 1891, elaborada dentro dos princípios do liberalismo econômico, não trazia nenhuma referência à matéria social e era crescente o movimento operário, com destaque para as greves de 1917 e 1919². Havia a reivindicação da proteção social do trabalho, através de leis federais, conforme os preceitos do Tratado de Versalhes, do qual o Brasil era signatário.

A partir da Revolução de 1930, com Vargas, houve a quebra do regime oligárquico e a ascensão das classes assalariadas urbanas. A política de Governo evidenciava a mudança no modelo econômico brasileiro cujas conseqüências no plano social e político foram inúmeras e ocasionaram mudanças no tratamento da *questão social*. Esta deixou de ser encarada como *caso de polícia* e passou a ser tratada como uma *questão de política*, ou seja, o Estado passou a legislar sobre a Política Social, que tomou corpo através de leis trabalhistas, sindicais, previdenciárias e assistenciais.

A legislação trabalhista visava principalmente o controle do Estado sobre a classe operária. Assim, o Governo, ao reconhecer as especificidades sociais do setor urbano e visando manter o equilíbrio interno da classe dominante, começou a criar inúmeros mecanismos controladores, encaminhando-se na direção de disciplinar e normatizar, na esfera interna, as

²Em 1918, houve uma tentativa de golpe operário contra o governo do Rio de Janeiro. Em 1919, as reivindicações dos trabalhadores, por meio de greves, atingiram seu ponto mais alto. Na cidade de São Paulo, ocorreram 64 (sessenta e quatro) greves e no Rio de Janeiro, 17 (dezessete) (CUNHA, 1980, p.143).

condições para o intercâmbio e o funcionamento das forças produtivas que deveriam atender às demandas do mercado do país. Surgia, então, a necessidade da mudança cultural.

Tal mudança era premente, pois a sociedade brasileira ainda estava vinculada a valores e padrões da sociedade escravista, sendo que as lideranças e as organizações ainda se apresentavam sob a mentalidade oligárquica. Reconhecia-se, dessa forma, que, sem estas mudanças e renovações, o país não poderia atender ao padrão do tipo capitalista.

Ianni (1986) e Faoro (2000) destacam que o poder público brasileiro, entre os anos 1930 e 1945, criou comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações e formulou planos. Também estabeleceu atos oficiais, leis e decretos sobre problemas econômicos, financeiros, administrativos, educacionais, tecnológicos, sociais e outros. O Estado brasileiro desencadeou uma nova racionalidade assistencial, ao mesmo tempo em que vivia um processo de modernização que tentava ajustar-se aos ditames da economia internacional. Conforme Faoro (2000, p.320-321),

[...] os problemas sociais deveriam ser incorporados ao mecanismo estatal, para pacificá-los, domando-os entre extremismos, com a reforma do aparelhamento, não só constitucional, mas político-social. Mudanças para realizar o progresso nacional, sem a efetiva transferência do poder às camadas médias e populares, que se deveriam fazer representar sem os riscos de sua índole vulcânica. Estas correntes ocupam o cenário, na verdade, antes que assumam consciência de seus interesses, antecedendo às transformações econômicas que justifiquem seu poder, a necessidade de um Estado orientador, alheado das competições, paternalista na essência, controlado por um líder e sedimentado numa burocracia superior, estamental e sem obediência a imposições de classes. Repelido o comunismo, duramente combatido, afastadas as proposições socializantes, num aglomerado confuso de tendências e alas [...] a nota modernizadora do movimento assume feições nacionalista: um direito público brasileiro, uma política brasileira. A nacionalização da economia – nacionalização e não socialização – completa o quadro, sob o pressuposto do aniquilamento do centrifugismo estadualista.

Percebe-se que, a partir dos anos 1930, Vargas adotou, de forma mais sistemática, uma política pragmática, paternalista e populista, visando à manutenção do pacto de dominação e da paz social, e para que isso se tornasse possível, buscou alianças com a classe popular e a burguesia.

Getúlio Vargas utilizou-se, de forma combinada, da distribuição de favores e da concessão de direitos, com repressão e integração dos trabalhadores. Nessa direção, destaca-se a

criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o atrelamento dos sindicatos a este Ministério, além de uma política de enfrentamento da *questão social* que se evidencia através da concessão do salário mínimo, férias remuneradas, limitação da jornada de trabalho, limitação sobre a exploração da força de trabalho da mulher e infantil, entre outros.

Desde então, o Estado tornou-se um dos principais agentes do processo econômico e a Constituição de 1934 acentuou este paternalismo provedor do Estado e seu intervencionismo dirigista.

Partindo deste contexto, Vargas conseguiu a cooptação do movimento operário, através da adesão e do consenso dos trabalhadores, sem deixar de atender às aspirações da burguesia, uma vez que propiciou condições para o aumento da produção. Dessa forma, conseguiu estabelecer uma política de compromissos, alianças e conciliações entre as camadas dominante, média e popular que ancoravam a ideologia da *paz social* e que se tornaram solo fértil para a expansão capitalista no Brasil.

Ao discorrer sobre este aspecto, Ianni (1986) chama a atenção de que as respostas governamentais às situações críticas ou problemáticas foram dadas por meio da criação de instituições e organismos, porém, *convém lembrar aqui que essas e outras realizações governamentais, ou inspiradas pelo poder público federal, não foram o resultado de um estudo prévio, de caráter global e sistemático* (IANNI, 1986, p.36).

Neste período, foram criadas as seguintes instituições:

1930 – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

1931 – Conselho Nacional do Café; Instituto do Cacau da Bahia;

1932 – Ministério da Educação e Saúde Pública;

1933 – Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool;

1934 – Conselho Federal de Comércio Exterior, Instituto Nacional de Estatística, Código de Minas, Código de Águas, Plano Geral de Viação Nacional; Instituto de Biologia Animal;

1937 – Conselho Brasileiro de Geografia; Conselho Técnico de Economia e Finanças;

1938 – Conselho Nacional do Petróleo; Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), Instituto Nacional do Mate, Instituto de Geografia e Estatística (IBGE);

1939 – Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa;

1940 – Comissão de Defesa da Economia Nacional; Instituto Nacional do Sal; Fábrica Nacional de Motores;

1941 – Companhia Siderúrgica Nacional; Instituto Nacional do Pinho;

1942 – Missão Cooke, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);

1943 – Coordenação da Mobilização Econômica, Cia Nacional de Álcalis, Fundação Brasil Central; Usina Siderúrgica de Volta Redonda; Consolidação das Leis do Trabalho; Serviço Social da Indústria (SESI); Plano de Obras e Equipamentos; I Congresso de Economia;

1944 – Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Serviço de Expansão do Trigo;

1945 – Conferência de Teresópolis, Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC), decreto-lei nº 7.666 sobre atos contrários à ordem moral e econômica (IANNI, 1986, p.35-36).

Este Estado centralizador e burocrata, com sua modernização nacionalista, passou a exigir quadros formados conforme seu interesse para compor a burocracia estatal. Assim, primeiramente, foram alocados os integrantes das camadas médias, ou seja, os descendentes dos latifundiários arruinados com a falência do modelo agro-exportador.

Também foram alocados os filhos dos imigrantes europeus, os quais passaram a ocupar cargos subordinados, mas visualizavam, na burocracia estatal, uma alternativa ao trabalho mal remunerado na economia cafeeira e uma forma de ascensão social pela via do mérito.

Isto refletiu na procura por educação escolar, por formação profissional e técnica necessária a estas novas tarefas.

Os latifundiários queriam filhos doutores para o desempenho político e aumento do prestígio familiar e, em contrapartida, os trabalhadores urbanos e colonos visualizavam na educação dos filhos um meio de aumentar as chances destes para ingresso nos quadros burocráticos estatais. Igualmente em decorrência da industrialização acelerada e suas conseqüências sociais foram crescendo as exigências de formação de novos agentes/profissionais para intervenção junto aos operários e suas famílias (CUNHA, 1980).

Verificou-se, então, a partir dos anos 1930, e em especial, com a 2ª Guerra Mundial, um aprofundamento do capitalismo no país, demandando mecanismos de controle social e disciplinamento da população.

O Estado passou a assumir, de forma crescente, as funções para efetivar este disciplinamento bem como a reprodução da força de trabalho. Neste cenário, as instituições assistenciais tornaram-se atores fundamentais ao desempenharem *funções políticas, econômicas e ideológicas vitais para a manutenção da classe* (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007, p. 306).

As instituições emergiram como agência política para a contenção e o controle das lutas sociais postas à luz a partir do crescimento da miséria no país. Elas visavam *deslocar as contradições do campo explícito das relações de produção e tentar absorvê-las e neutralizá-las, dentro dos canais abertos a partir do aparelho de Estado* (IDEM, IBIDEM, p. 307).

Tornou-se evidente a necessidade de instaurar uma nova racionalidade por meio da qual a *questão social* deveria ser conduzida. Esta nova racionalidade materializou-se nos serviços assistenciais e educacionais destinados a determinada parcela da população, em especial, àquela envolvida nos processo produtivo, ou seja, ao emergente trabalhador urbano-industrial e sua família, para os quais se destinavam programas de saúde, assistenciais, educacionais, bem como benefícios diversos: direitos vinculados ao trabalho, como férias, descanso semanal remunerado, habitação, entre outros. Isto acrescentou valor à força de trabalho e ao mesmo tempo controlou o seu desgaste para favorecer o capital.

O processo de institucionalização do Serviço Social brasileiro foi concomitante ao surgimento da profissão em outros países da América Latina que passavam também por grandes transformações econômicas e sociais. Cornely (2003, p.50), em seus estudos, afirma que, por volta da década de 1920, a América do Sul *descobriu a questão social*.

Com efeito, os movimentos das massas populares e campesinas no México, na Bolívia e no Peru repercutiram também em setores de concentração do proletariado emergente nas cidades. Entretanto, os movimentos sociais europeus continuaram a influenciar a América do Sul.

Por exemplo, segundo Manrique Castro (2000), a conjuntura política chilena, nos anos 1920, mostrava-se repressiva aos movimentos operário e popular, com o Estado aliado às classes dominantes, possibilitando a intensificação da exploração da classe operária chilena. A produção de cobre do país aumentou intensamente no período imediato a 1ª Guerra Mundial, sob o controle de companhias norte-americanas que subalternizaram as antigas companhias chilenas.

Para o autor citado, o acentuado desenvolvimento do capitalismo chileno, nesse período, trouxe consigo, tal como em outros países latino-americanos, miséria, crescimento urbano desordenado, com a migração camponesa para as cidades. Isto exigiu a intervenção de agentes para trabalharem nestes fenômenos: *médicos, sacerdotes, advogados, engenheiros e assistentes sociais* (MANRIQUE CASTRO, 2000, p.37-38).

Assim, nos idos dos anos de 1920, foi se institucionalizando o Serviço Social no Chile e em 1925, foi fundada a primeira escola, pelo médico Dr. Alejandro Del Rio. Esta escola surgiu sob influência marcadamente européia (belga, francesa e alemã), sendo que, a partir dos anos 1940, também passou a receber influência norte-americana.

O mesmo autor ressalta ter sido este fato de suma relevância, visto que os médicos entendiam a importância de se cercarem de outros profissionais que, sob a dependência e direção deles, poderiam complementar as funções médicas. Contudo, os assistentes sociais formados não se limitaram ao trabalho voltado à saúde, *e se integraram a outras subprofissões existentes*; passaram a trabalhar em instituições beneficentes, de caridade, de filantropia (IDEM, IBIDEM, p.31).

Para Cornely (2003, p.96), o protagonismo da Igreja Católica foi determinante para a expansão das Escolas de Serviço Social na América do Sul, com o predomínio de docentes belgas, católicos. Num período de dez anos, oito escolas católicas foram fundadas, em Santiago, Montevideu, Rio de Janeiro, São Paulo, Lima, Bogotá, Buenos Aires e Caracas. Aliás,

[...] foi na Bélgica que surgiu também a União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS). Em 1928, um médico belga, o dr. René Sand, fundou a Conferência Internacional de Bem-Estar Social, hoje Conselho (ICSW). Todas essas organizações internacionais de serviços sociais criaram “filiais” nacionais em nosso continente, que, por vezes, atuavam conjuntamente na Região. Veja-se o caso da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS, germe da atual ABEPSS, na década de 40, e, mais tarde, da própria ALAETS em dimensão continental (CORNELLY, 2003, p.51).

Os estudos de Vasconcelos (2000) afirmam que o contexto histórico e político do Brasil, nos anos 1930, propiciou o desenvolvimento dos serviços sociais com iniciativa estatal. A emergência das escolas de serviço social, na década de 1930, *foi fortemente marcado pelas abordagens e pela política do movimento higiene mental, em relação ao qual o serviço social católico se aliou, numa relação de complementaridade e de demarcação de áreas de competências* (VASCONCELOS, 2000, p.129).

O autor citado afirma que a influência belga e francesa sobre o serviço social católico brasileiro trouxe embutido o higienismo³ em suas bases conceituais e metodológicas e *abriu espaço para uma formação higienista explícita e direta no currículo⁴ de suas escolas* (IDEM, IBIDEM, p. 129). As disciplinas da graduação apresentavam *clara correlação com parte significativa da plataforma do movimento de higiene mental* (IDEM, IBIDEM, P. 209). O autor ainda complementa, afirmando *que essa presença higienista ainda não foi devidamente explorada/reconhecida pela historiografia da profissão no Brasil* (IDEM, IBIDEM, P. 209).

Na mesma linha de pensamento de Vasconcelos (2000), Barreira e Aperibense, (2007 p.01), em seus estudos junto à Escola de Enfermagem Ana Nery, no que se refere à história da enfermagem no Brasil, buscaram os nexos entre a formação e atuação de enfermeiras⁵, nutricionistas⁶ e assistentes sociais no período que vai dos anos 1930 até parte do séc.XX e demonstram que, em paralelo ao surgimento do Serviço Social como profissão, outras, direcionadas à profissionalização feminina, surgiram no país, profissões estas vinculadas especialmente à saúde e ao projeto higienista que permeava a sociedade brasileira dos anos 30. É entendimento destas autoras que

[...] o contexto e o processo de industrialização do país trouxe sérios problemas de ordem social. A sociedade brasileira no período era caracteristicamente patriarcal, tendo seus cargos mais importantes ocupados por representantes do sexo masculino. A posição da mulher nesta sociedade lhe era desfavorável social e culturalmente, assim suas oportunidades de acesso à educação eram consideravelmente inferiores às dos homens.

³Los procesos de medicalización de la vida social constituyen un aspecto central de la modernidad. Dichos procesos hacen referencia a “la permeación y dominio del imaginario colectivo por el saber y el poder médicos”(PORTILLO, 1993:17), imponiendo-se em domínios de la vida de los individuos que anteriormente eram totalmente externos a la medicina y, com ello, permitiendo codificar em términos de salud/enfermedad comportamientos que permanecían em otras áreas de la vida social. Esto significa una intervención creciente em las relaciones sociales em nombre de la salud y el ejercicio de ciertos controles em esos ámbitos que anteriormente eram externos a su influencia (Ortega, 2003 P.22).

⁴ A lei nº 1889 de 13/06/1953, que dispõe sobre o Ensino de Serviço Social, explicita as disciplinas a serem cursadas no currículo mínimo, dentre estas: Higiene e Medicina Social, Psicologia e Higiene Mental, Serviço Social e suas Especializações: Família, Menores, Trabalho e Médico.

⁵ A Escola de Enfermagem Ana Nery foi criada pelo sanitarista Carlos Chagas, no Rio de Janeiro, em 1923; as leis Nº 2604 de 17/09/1955 e a de nº 7498 de 15/06/1986 regulamentam o exercício da Enfermagem profissional no Brasil, constituída de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. (Disponível em: www.coren-sc.org.br. Acesso em: 30 Jun 2008).

⁶ Em 1939, foi criado, na Universidade de São Paulo, o primeiro curso para formação de educadores e inspetores sobre alimentação; o currículo mínimo para formação de nutricionistas foi aprovado em 1962. (Disponível em: www.rgnutri.com.br. Acesso em: 30/06/08). A lei nº 5276 de 24/04/1967 regulamentou a profissão no Brasil. Atualmente a mesma é regida pela lei nº 8234 de 17/09/1991. (Disponível em: www.cra8.org.br. Acesso em: 30 Jun 2008).

Enfatizava-se no papel da mulher o instinto de mãe cuidadora e responsável pelo bem-estar e êxito da família. A acentuada transição histórica e cultural ocorrida no período é evidenciada pela ruptura da imagem feminina tradicional e pelo surgimento de novas figuras-tipo de mulher. Neste contexto, a enfermagem se constitui como um importante vetor de emancipação econômica e social das mulheres de classe média. Ela foi a primeira profissão feminina universitária a dar sustentação aos programas de saúde pública e ao funcionamento dos serviços de saúde, garantindo-lhes um alto padrão de funcionamento. No que se refere a nutrição os cuidados com a alimentação já eram objeto de preocupação da enfermagem desde os tempos de Florence, na Guerra da Criméia, mas só em 1890 inicia-se um movimento de formação de profissionais especializados no preparo de dietas. Na América do Sul a Instituição precursora desse movimento foi em 1933, o Instituto Nacional de Nutrição Professor Escudero, na Argentina. Em 1940 a EAN enviou duas professoras para se especializarem nesta área, durante a 2ª guerra mundial, o que viria a favorecer a profissão de nutricionista no Brasil. O Serviço Social como profissão surgiu no Brasil sob a influência da Igreja Católica. A atuação da enfermeira de Saúde Pública era essencial para a determinação das pessoas que realmente necessitavam de auxílio governamental, uma vez que, em seu trabalho de profilaxia e higiene, cabia a ela visitar a residência dos pobres. Nesta visão, a superintendente do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, Edith de Magalhães Fraenkel, considerava a necessidade de um trabalho social junto à população para que a enfermeira pudesse cumprir plenamente seu papel. Assim, através da observação e verificação de informações, seria concedido o auxílio a quem realmente precisasse, evitando que a mendicância se tornasse um hábito. Para Mary Richmond, assistente social norte-americana, o serviço social implicava em trabalhar a personalidade das pessoas e o seu meio social e não apenas prestar uma ajuda material aos pobres. Desta forma, era lema do serviço social “ajudar aos outros a ajudarem a si próprios”. Segundo ela, era responsabilidade da enfermeira prestar uma assistência que contribuísse para que o paciente pudesse reorganizar seus pensamentos, definindo melhor seus problemas, para que os mesmos pudessem ser “objetivamente solucionados”; ficando a cargo da assistente social aqueles cujos problemas não pudessem ser resolvidos por ela, como aqueles do “âmbito econômico” (BARREIRA e APERIBENSE, 2007, p.01).

Para Aperibense (2007), a enfermeira Edith de Magalhães Fraenkel, formada nos EUA e Superintendente do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública foi a mentora da iniciativa de criar, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, o Serviço de Obras Sociais (SOS), situado na área portuária do Bairro do Caju. Cabe ressaltar o papel do SOS na criação de uma Escola Técnica de Serviço Social, em 1938, assunto que será abordado posteriormente neste trabalho.

Refere ainda a mesma autora que Fraenkel escreveu artigos sobre enfermagem e serviço social em revistas da época; sobre o serviço social, descreveu a organização e os métodos

para bem realizá-lo, bem como as qualidades pessoais e imprescindíveis no seu exercício, ressaltando o caráter feminino da profissão.

Aperibense (2006, p.01) destaca ainda que a Escola Ana Nery (EAN) esteve fortemente vinculada ao processo de institucionalização do Serviço Social no Rio de Janeiro, em 1937, apesar de ter, entre seus pares, lideranças contrárias a esta ligação. A autora afirma que Laís Neto dos Reys, diretora da EAN, em 1940, estava *empenhada em fortalecer e ampliar as alianças políticas com o Governo e a Igreja Católica, que promoveu a carreira de assistente social no Brasil*. Continuando, a autora relata que *o desenvolvimento das três novas profissões no Brasil: enfermagem, serviço social e nutrição em seus primórdios apresentavam traços caracteristicamente femininos e se desenvolveram segundo a dinâmica histórico-social da época* (IDEM, IBIDEM, p.02).

Tendo-se evidenciado, neste primeiro momento, a formação econômica do país na qual o Serviço Social foi instituído, buscar-se-á, a seguir, analisar o processo histórico da formação em Serviço Social.

Cabe ressaltar, em relação ao Serviço Social brasileiro, que seu surgimento e sua consolidação ocorreram entre os anos de 1930 e 1945. A atividade teve origem em um movimento de jovens e senhoras católicas beneméritas, voltado para a organização sistemática de cursos de pequena duração, e culminou com a fundação das primeiras escolas: a de São Paulo, em 1936, e a do Rio de Janeiro, em 1937.

No contexto brasileiro, criou-se, em 1938, o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. Este Conselho tinha as funções de: realizar inquéritos sociais, pesquisas sobre situações de desajustes sociais; organizar o Plano Nacional de Serviço Social; sugerir políticas sociais governamentais; dar parecer sobre subvenções do governo a instituições privadas, no que viria a ser o embrião da assistência social prestada pelo Estado.

Na perspectiva de análise de Iamamoto e Carvalho (2007), o CNSS não executou suas funções de forma plena, atuou mais como distribuidor de verbas e subvenções, internalizando o clientelismo político. Contudo, *é um marco da preocupação do Estado em relação à centralização e organização das obras assistenciais públicas e privadas* (IDEM, IBIDEM, p. 250).

A implantação do Serviço Social nas instituições brasileiras teve reforço com a criação, ainda na ditadura de Vargas, da Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942, e que veio a se constituir na primeira instituição de assistência social do país. Organizada por iniciativa de particulares, a LBA foi abraçada e financiada pelo governo.

Realizando, inicialmente, trabalhos de apoio ao *esforço de guerra*, congregando trabalho e doações voluntárias, a LBA passou a atender proletários e a pequena burguesia urbana atingida pelo colapso econômico do período. Progressivamente, encampou todas as áreas da assistência social: maternidade, infância, velhice, atendimento a doentes e necessitados, subsídios alimentares e habitacionais, difusão de educação popular e qualificação para o trabalho, visando elevar o nível de vida dos trabalhadores e suas famílias bem com organizar e racionalizar o seu lazer (IDEM, IBIDEM).

O enquadramento da população urbano-industrial exigiu comportamentos e hábitos (de saúde, alimentação, habitação). Houve a necessidade de cooperação de classes, de ajustamento psicossocial à nova ordem, enfim, foi necessária a aceitação e internalização da hegemonia social imposta pelo capital.

Para as instituições sociais efetivarem seu papel, precisavam ter, em seus quadros, agentes preparados para intervirem nesse processo. Ocorreu, então, aquilo que Iamamoto e Carvalho (2007, p. 309) denominam de *mandato institucional*, que foi confiado aos assistentes sociais para que, como agentes concretos e preparados por métodos e técnicas específicas, interviessem junto às populações urbano-industrial emergentes no país.

Observa-se, no período, uma estreita vinculação entre o processo de institucionalização do Serviço Social como profissão inserida e reconhecida na divisão sócio-técnica do trabalho e a criação e o desenvolvimento das grandes instituições assistenciais (estatais, para-estatais ou autárquicas e particulares).

Nesse sentido, é importante destacar os cursos intensivos de Serviço Social para formação de auxiliares sociais e o significativo número de estudantes bolsistas vinculados às grandes instituições: Departamento Nacional de Previdência - Institutos e Caixas; LBA, SESI, SENAC (IDEM, IBIDEM).

Nos anos 1940, o aprofundamento da questão social como reflexo do novo modelo econômico fez com que o Estado abrisse espaço junto ao funcionalismo público para o trabalho

dos assistentes sociais, que começaram a intervir nas políticas públicas de saúde e previdência social. Assim, por exemplo, o Conselho Nacional do Trabalho, através da portaria nº 25 de 08/04/1944, implantou nos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) o cargo de assistente social para intervir na política previdenciária (PARANAGUÁ, 1983).

A fundamentação legal para a intervenção profissional do assistente social na política previdenciária deu-se pela portaria nº 545 de 31/03/1945 do Departamento Nacional de Previdência Social (IDEM, IBIDEM, p.66). Por esta portaria, os Institutos e as Caixas deveriam incentivar a formação em serviço social mediante a concessão de bolsas de estudos aos seus servidores para que estes, posteriormente, organizassem os novos setores do Serviço Social na Previdência.

1.1. Do surgimento da profissão às primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil

Como afirmado anteriormente, o aprofundamento das tensões entre capital e trabalho, provocado pelo desenvolvimento brasileiro, gerou a necessidade de preparar novos profissionais que intervissem diretamente no campo social. A formação desses profissionais passou a mobilizar diferentes setores da sociedade brasileira.

Neste contexto, considerando tanto a tradição no trato das mazelas sociais quanto à preocupação com as influências dos movimentos sociais europeus (*o anarquismo espanhol, o italiano, o russo e alemão*) e com surgimento dos partidos comunistas dado pelo crescente influxo do marxismo na América Latina, a Igreja ganha protagonismo no campo de formação de assistentes sociais (CORNELLY 2003, p.50).

Também Baptista (2006, p.03) afirma que o movimento engendrado pela Igreja Católica direcionou-se para a conquista de um partido político e, para alcançar este objetivo,

[...] se apoiou em um tripé. Um de seus pilares era formado pela mais evidente estratégia assumida pela Igreja - o envolvimento do laicato (dos leigos) nesta ação, principalmente o laicato jovem - foi criado, na década de 1920, o movimento de Ação Social Católica, que coordenava agrupamentos de leigos militantes por categorias: a Juventude Universitária Católica - JUC, a Juventude Estudantil Católica - JEC (dos estudantes secundaristas), a Juventude Independente Católica - JIC, a Juventude Operária Católica - JOC. Além desses agrupamentos, havia os movimentos operários coordenados pela Igreja, os Centros ou Círculos Operários que funcionavam nos bairros e cidades industrializadas. O *segundo* pilar foi o investimento na formação de quadros, na

construção de uma intelectualidade católica, capitaneado por Dom Sebastião Leme, com a criação do Centro Dom Vital, da revista *Ordem* e da implantação do Instituto Superior de Estudos Católicos no Rio de Janeiro, precursor das Universidades Católicas que passaram a ser criadas em quase todos os estados brasileiros, com formação fortemente doutrinária. O *terceiro* pilar desse tripé foi a conquista de um partido político: naquela época já existia um partido católico o Partido Democrata Cristão - PDC, que estava nas mãos dos integralistas católicos.

Confirmando, Cornely (2003) e Baptista (2006, p.3) relatam que

[...] no Brasil, a sociedade e, em decorrência, a Igreja, começam sentir a necessidade de um posicionamento face à questão social com um atraso de 20, 30 anos em relação aos países europeus e aos Estados Unidos. Quando esta preocupação chegou ao Brasil, já havia uma industrialização incipiente, já estavam postos os espaços onde se faziam ouvir os reclamos dos trabalhadores nas greves e nos movimentos anarquistas, comunistas e socialistas que formavam seus quadros e estavam se firmando como grupos (partidos) que tinham propostas alternativas de relações de sociedade. Face à esse novo quadro, a Igreja, no Brasil, se mobilizou e desenvolveu as estratégias já seguidas em território europeu, para implementação, divulgação e construção da sua proposta política, estruturada como uma doutrina: a Doutrina Social da Igreja.

O cristianismo social que emergiu das Encíclicas *Rerum Novarum*, de 1891, e *Quadragesimo Anno*, de 1931, ampliou sua participação junto aos movimentos dos trabalhadores que, organizados, reivindicavam melhores condições de vida para as massas. (CORNELY, 2003; BAPTISTA, 2006).

Assim, a missão recristianizadora da Igreja proposta, a princípio, através de leigos⁷, passou a demandar, cada vez mais, formas profissionalizadas para o desenvolvimento do processo de adaptação da classe operária à sua nova condição social, através da inculcação de novos valores e hábitos no âmbito da organização familiar, da economia doméstica, do papel feminino no lar e também no uso do tempo livre. Ou seja, requeriam-se profissionais que intervissem técnica e ideologicamente sobre a classe operária e, portanto, que atendessem às demandas da nova ordem social exigidas tanto por parte da sociedade quanto do Estado (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007).

Enfim, as vontades políticas advindas da pressão exercida pela classe trabalhadora emergente, os interesses da burguesia industrial para minimizar os reflexos sociais trazidos pela substituição do modelo econômico agro-exportador pelo modelo urbano-industrial e a Ação Social da Igreja se constituíram, segundo Baptista (2006); Cornely (2006); Iamamoto e Carvalho

⁷Cornely (2003) cita com exemplo, no Brasil, a atuação dos Círculos Operários Católicos, fundados pelo padre Leopoldo Brentano, em Pelotas – Rio Grande do Sul, que em 1930, chegou a agregar no país milhões de associados, compondo-se de um mix de *serviços assistenciais, evangelização e organização política*. Padre Leopoldo Brentano nasceu na cidade de Roca Sales, Estrela, Rio Grande do Sul, em 5 de fevereiro de 1884. Seus pais foram os primeiros povoadores do município de Taquari, em 1850. Ali, os jesuítas alemães exerciam o seu apostolado. cursou o ginásio em São Leopoldo, no Colégio Conceição. Entrou para a Companhia em 24 de março de 1903, então “Missão sub-brasileira da Companhia de Jesus”. Em 1932, fundou, na mesma cidade para onde fora transferido, Pelotas no Rio Grande do Sul, o primeiro dos Círculos que se difundiram por todo o Brasil, atingindo o mínimo aproximado de 380 Círculos e beneficiando 1.500.000 brasileiros. Em 1935, foi criada a 1ª Federação dos Círculos Operários, em Porto Alegre, depois do 1º Congresso Circulista. A Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos foi fundada em 9 de novembro de 1937, no Rio de Janeiro, onde se encontrava o Pe. Brentano, a pedido do Cardeal Dom Sebastião Leme. Pe. Brentano sempre frisou que os Círculos Operários têm exercido uma influência notável, tanto no meio trabalhista quanto junto ao Clero e às autoridades e no ambiente social em geral, produzindo um conhecimento maior da doutrina social católica e despertando interesse e iniciativas no campo da Ação Social. Diz ainda o Pe. Brentano que os Círculos Operários não são apenas sociedades beneficentes, mas constituem bases de operações eficazes em qualquer campo de ação social, em especial, no campo sindical, tanto assim que, ultimamente, se multiplicaram os Cursos e Escolas de Líderes Trabalhistas, promovidos pela Confederação Nacional dos Círculos Operários, pelas Federações Estaduais e pelos Círculos Locais. Pe. Brentano, pelos seus inúmeros serviços prestados ao Brasil, pela sua obra em prol da promoção da classe operária, foi condecorado pelo Governo Brasileiro quando era titular da pasta do Trabalho, o Ministro Fernando Nóbrega, no Governo do Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Foi agraciado pela República Federal Alemã com a “Ordem do Mérito”, pela ajuda a refugiados alemães que se encontravam em situação precária no Brasil. Dedicando o seu sacerdócio à orientação e formação do operário brasileiro, Pe. Brentano não mediu esforços para a consecução do seu ideal. Foi assim que, já em 15 de março de 1932, fundava o primeiro Círculo Operário na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. (Disponível em: www.estrela-rs.com.br/dicionario_estrela.htm. Acesso em: 26 May 2008).

(2007); e Yazbek (1977), em aspectos determinantes para a institucionalização da profissão e, por consequência, em núcleos institucionalizados de formação desses profissionais, ou seja, as Escolas de Serviço Social.

Nesse contexto, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS)⁸ desempenhou papel fundamental na formação de assistentes sociais. Com o objetivo de oferecer uma profissionalização cada vez maior, esta entidade enviou jovens brasileiros para estudar na Europa, particularmente na Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, para posterior implantação do curso de Serviço Social no Brasil.

Inicialmente, o CEAS promovia cursos de formação para a ação social, caracterizados como de curta duração (seis semanas). Posteriormente, se concluiu que a formação era insuficiente e, desta forma, duas jovens, sócias do CEAS: Albertina Ferreira Ramos (Baby Ramos) e Maria Kiehl, foram estudar na Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, visto que havia a intencionalidade de capacitar quadros profissionais para a criação de uma Escola de Serviço Social no país.

O curso teve duração de três anos e em 1935, ambas retornaram com o diploma de assistente social, voltando a se envolver novamente com o trabalho já existente do CEAS para organizar a fundação da Escola de Serviço Social de São Paulo. Outras sócias do CEAS já haviam realizado formação na Europa. Por exemplo, Odila Cintra Ferreira formou-se na Escola Normal Social⁹ e na Escola Superior de Estudos Sociais do Instituto Católico de Paris, que enfatizava a formação social para intervenção junto ao meio operário (YAZBEK, 1977).

Também Albertina Ferreira Ramos e Maria Kiehl tiveram uma formação voltada à ação social, uma vez que a escola belga recebeu influência do cardeal Mercier e das Ligas Operárias Femininas que tinham atividade de ação social, *entendida aqui como processo de*

⁸O CEAS era uma entidade que congregava militantes católicos envolvidos com a ação social. Segundo Yamamoto e Carvalho (2007, p.168), *o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), considerado como a manifestação original do Serviço Social no Brasil, surge em 1932 com o incentivo e sob o controle da hierarquia. Aparece como condensação da necessidade sentida por setores da Ação Social e da Ação Católica – especialmente da primeira – de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob patrocínio da Igreja e de dinamizar a mobilização do laicado.* Iniciou-se com cursos intensivos de Serviço Social, destinados a jovens paulistas com o objetivo de formar as moças para a ação social através da coordenação das Cônegas de Santo Agostinho. Da Bélgica veio, a convite das paulistas, a professora da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, Mlle. Adèle Loneaux.

promoção, prevenção e cura dos problemas sociais em seus múltiplos aspectos (IDEM, IBIDEM, p.37). Ambas estudaram as estruturas e a organização de outras escolas em cidades européias (Paris, Londres e Genebra) e preocuparam-se em adequar a formação teórica metodológica recebida na Europa para o contexto brasileiro, como se pode verificar nas palavras de Kiehl: [...] *conscientes da responsabilidade que íamos assumir, - formar assistentes sociais - isto é, pessoas capazes de auxiliar os indivíduos a encontrar na sociedade o bem que lhes é destinado, quando eles não podem procurá-lo sozinhos [...]* (KIEHL, 1942 , *apud* YAZBEK, 1977, p.38).

Desse modo, a Ação Católica iniciou e orientou a formação de assistentes sociais através de uma ação planejada e refletida para o enfrentamento da questão social que cada vez mais se evidenciava na conjuntura política, econômica e social de São Paulo no início dos anos 1930.

Nesse sentido, fundou-se, na cidade de São Paulo, em 1936, a primeira Escola de Serviço Social do Brasil, marcada profundamente pela Doutrina Social da Igreja. Sua proposta de formação concentrava-se, como não poderia deixar de ser, nas premissas orientadoras do Serviço Social europeu, em especial, do instituído na França e na Bélgica (YAZBEK, 1977).

Citando ainda Yazbek (1977, p.39-40), esta autora explicita ter sido o ideário franco-belga o primeiro estágio do desenvolvimento do Serviço Social em São Paulo, evidenciado na ação social e na preocupação *com a situação das classes trabalhadoras. Essa preocupação com a questão operária, bastante difundida na Europa já chegara ao Brasil, tanto que, na política os problemas da legislação trabalhista e do sindicalismo começaram a ser objeto de atenções.*

Dentre os objetivos estabelecidos pela Escola, julga-se conveniente destacar aquele que propõe que a Escola

[...] proporcionará às moças uma sólida formação, tanto moral como técnica procurando preencher dois fins: preparar algumas para exercer a carreira profissional de assistentes sociais, e outras para desempenharem na sociedade o seu verdadeiro papel, com uma sólida formação moral e social (RELATÓRIO ANUAL DO CEAS, 1936, *apud* YAZBEK, 1977, p. 40).

Observa-se, embutido neste objetivo, o preconceito em relação à profissionalização feminina, tendo em vista que algumas, das camadas populares seriam

⁹A Escola Normal Social foi a primeira Escola de Serviço Social criada na França, em 1911(YAZBEK, 1977, p.37).

preparadas para o trabalho remunerado, ao passo que outras, das camadas dominantes, receberiam preparo para serem esposas de homens influentes política, social e economicamente.

No tocante à formação técnica e ética, a preocupação era a de que a profissional desenvolvesse *uma formação técnica (prática e teórica), uma formação 'doutrinária', que dará ao futuro assistente social uma concepção de vida, de Homem e de mundo fundamentada em princípios cristãos* (YAZBEK, 1977, p.41).

Havia, na época, uma preocupação em enfatizar o Serviço Social como *vocação* e dessa maneira, a discussão sobre vocação permeava os ideários da formação. Sobre isto, Yazbek, (1977, p. 41) refere que

[...] a remuneração aparece como aspecto secundário do trabalho e justifica-se apenas pelo fato de que sem ela a carreira ficaria impossibilitada a todos que devem viver de seu trabalho. Mas a carreira de assistente social, é basicamente apresentada como feita de dedicação e desinteresse. Dedicação e desinteresse que devem aliar-se ao estudo e domínio de técnicas sendo esta a razão pela qual as escolas que se destinam a formar assistentes sociais elaboram seus programas na perspectiva desta dupla formação.

Ainda sobre a *vocação*, uma aluna da primeira turma formada, Helena Iracy Junqueira, posteriormente professora da Escola de São Paulo, se pronuncia do seguinte modo:

Aqueles que pretendem dedicar-se ao Serviço Social devem ser realmente solicitados pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade indispensáveis à realidade do Serviço Social (JUNQUEIRA, 1943, p. 40 *apud* YAZBEK, 1977, p.42).

Verifica-se que, paralelamente à formação, havia a ideologia da profissão como missão, abnegação, de servir com uma conotação de renúncia, de sacrifício, com base nos princípios cristãos exarados pela fé católica. Capone (2000), em seus estudos, se reporta a esta mulher abnegada *como a mulher consagrada*.

Nesse sentido, a concepção de trabalho social relaciona o Serviço Social *como atividade profundamente humana que depende do valor de seus agentes* (YAZBEK, 1977, p.42). Esta concepção se impregnou no ideário popular e igualmente em algumas outras categorias profissionais, sendo que ainda hoje se constitui luta do coletivo profissional o rompimento deste olhar sobre a profissão.

O trabalho social também foi definido pela Escola de Serviço Social de São Paulo (1937, *apud* YAZBEK, 1977, p.42) como um

[...] trabalho complexo e profundo, pois procura curar e prevenir o mal e suas causas e não somente remediar suas manifestações aparentes, o Serviço Social supõe um largo conhecimento do Homem e da sociedade e tem métodos especiais de ação, o que não pode ser improvisado nem suprido pela simples boa vontade.

Como já exposto, era significativa a influência européia presente nos primórdios do Serviço Social brasileiro, e esta influência pode ser observada na fala de Mademoisele Adèle de Loneux, para quem o Serviço Social era conceituado como: *conjunto de esforços feitos para adaptar o maior número de indivíduos à vida social ou para adaptar as condições e vida social às necessidades do indivíduo* (LONEUX, s/d. *apud* YAZBEK, 1977, p.42).

Com relação à definição de assistente social, Yazbek (1977, p.43) cita aquela difundida pela Escola Normal Social de Paris:

Assistente Social é uma pessoa metodicamente formada numa escola de Serviço Social, cuja atividade e dedicação, prendendo-se a uma determinada engrenagem da sociedade, visa normalizar o seu andamento e integrá-la normalmente também no desenvolvimento de toda a sociedade.

Observa-se uma concepção de sociedade ancorada na filosofia positivista¹⁰, em que normal e patológico são opostos que devem ser harmonizados, higienizados e integrados ao tecido social, à ordem, sendo que a tarefa de integrá-los recairia sobre determinadas profissões, dentre estas, a de assistente social. Esta ordem e integração são facilitadas pelo poder e pelo disciplinamento que a sociedade industrial, sob a égide capitalista, exige. Segundo os estudos de Foucault (1993, p. 150), houve a instauração *de um aparelho punitivo, um dispositivo de seleção entre os normais e os anormais*. Para tal, a medicina precisou cercar-se de outras ocupações vinculadas a ela (enfermagem, farmacologia) e de ocupações vinculadas ao trabalho social.

Segundo esta lógica, e de acordo com Foucault, o papel do intelectual não é o de dar conselhos e sim de fornecer instrumentos de análise para a sociedade. O papel de agente sobre a política do corpo cabe a outros profissionais. Ou seja,

[...] é um mosaico muito complicado. Em certos períodos, aparecem agentes de ligação [...] tomemos por exemplo a filantropia no início do século XIX: pessoas que vêm se ocupar da vida dos outros, de sua saúde, da alimentação, da moradia [...], mais tarde, desta função confusa saíram personagens, instituições, saberes [...] uma higiene pública, inspetores, assistentes sociais,

¹⁰O Positivismo surgiu na segunda metade do século XIX, com Augusto Comte (1798-1857), para quem o Positivismo é a última etapa da humanidade, que se elevou do ‘estágio teológico’, no qual tudo se explicava de maneira mágica, e do ‘estágio metafísico’, no qual a explicação se contentava com palavras. A base teórica do positivismo apresenta três pontos: 1) todo conhecimento do mundo material decorre dos dados ‘positivos’ da experiência, e é somente a eles que o investigador deve ater-se; 2) existe um âmbito puramente formal, no qual se relacionam as idéias, que é o da lógica pura e o da matemática; e, 3) todo conhecimento dito ‘transcendente’ – metafísica, teologia e especulação acrítica – que se situa além de qualquer possibilidade de verificação prática, deve ser descartado. Compreendido como um paradigma filosófico naturalista e materialista, a ciência positivista espalhou-se pelo mundo com força e amplitude inigualáveis. O positivismo de Comte passou por reelaborações, entre as quais vale destacar o positivismo crítico e o neopositivismo ou positivismo lógico, sofrendo também influência notável no desenvolvimento da filosofia analítica em meados do século XX. O positivismo pode ser conceituado como “uma *filosofia das ciências*, uma *política* e uma *religião*: a primeira é conhecida por querer substituir a explicação ‘teológica’ por uma causalidade transcendente ou a explicação ‘metafísica’ por um simples conceito (a papoula faz dormir porque tem uma ‘virtude dormitiva’); uma explicação positiva visa instaurar uma ordem social adaptada à ‘idade industrial’, onde o poder espiritual distingue-se do político, onde a classe especulativa (sábios, artistas, filósofos) acha-se oposta à classe ativa (comerciantes, industriais, agricultores); finalmente, a religião positiva não tem por objeto um Deus transcendente e inacessível, mas é a religião da Humanidade.” Em meados do século XIX, o positivismo ganha impulso e o sucesso devido. Dá-se mais valor às ciências naturais, em especial a Biologia e a Física, em detrimento do valor da filosofia e da teologia, bem como de qualquer interpretação metafísica da realidade ou da experiência. Com isso, os fenômenos sociais passam a ser observados e analisados dentro de uma nova ótica, muito mais experimental e quantitativa, guiada somente pela razão. (Disponível em <http://www.eca.usp.br/nucleos/filocom/existocom/ensaio6c.html>. Acesso em: 20 Mar 2008).

psicólogos. E hoje assistimos a uma proliferação de categorias de trabalhadores sociais (FOUCAULT, 1993, p.151).

Nesta fase do Serviço Social, que pode ser denominada de embrionária, a Igreja, o Estado e o empresariado, articulados ideológica e politicamente, foram constituindo os campos de intervenção para o Assistente Social; do aconselhamento e do consolo, partiu-se para correção das disfunções sociais, a fim de que a sociedade se organizasse e funcionasse de acordo com os parâmetros propostos pela classe dominante. A questão social, no país, decorrente da economia dependente do capital externo (inicialmente do europeu e posteriormente do americano), fez com que o governo adotasse medidas de cunho social em resposta à contradição estabelecida na relação capital X trabalho.

Corroborando essa tese, Baptista (2006, p. 4) afirma que a formação de assistentes sociais foi fortemente influenciada por [...] *um grupo ligado à ação católica, que era a vanguarda da Igreja (do qual faziam parte os assistentes sociais José Pinheiro Cortez e Helena Iraci Junqueira).*

Ainda a mesma autora assim se pronuncia:

Só vou relatar mais um fato relacionado à execução desta proposta política. Nos primeiros anos do Serviço Social, ainda na década de 30, o Dr. José Pinheiro Cortez (que não tem qualquer parentesco com o Cortez da editora) estava fazendo a faculdade de Direito, do Lago São Francisco (atualmente, incorporada à USP) e era também militante da JUC - Juventude Universitária Católica [...] Enquanto participante da JUC, ele foi chamado pelo mentor espiritual de seu grupo, que lhe disse: *Você tem uma missão: nós estamos precisando de uma escola masculina de Serviço Social e é você quem vai criar* – isto significa que ele não criou a nova escola porque quis, mas por imposição da Igreja da qual ele fazia parte. O seu mentor determinara: *Você vai fazer o curso de Serviço Social para poder criar uma escola masculina, que dará bolsas de estudo para operários. Porque nós precisamos disseminar a doutrina entre o operariado.* Foi, então, criada uma escola masculina que inicialmente se chamou Instituto de Serviço Social de São Paulo (que, quando eu fazia meu curso na Sabará, funcionava no edifício Martinelli) e hoje em dia é a Escola Paulista de Serviço Social. Em seguida à sua criação em São Paulo, foi criado um campus no ABC, em São Caetano, justamente para cumprir esse objetivo de formação de operários assistentes sociais. É por isso que eu brinco - mas não é muito brincadeira - que o Serviço Social tinha esse papel de “braço armado da Igreja” – era aquele que chegava perto da população, junto ao operariado, para fazer a disseminação da doutrina, da proposta política, social e ideológica da Igreja. Eu acho que esse olhar, esta perspectiva do Serviço Social, é bastante importante para compreender sua história. Em geral, quando se fala da história do Serviço Social, fala-se do seu lado assistencial. Este lado assistencial já existia

naquela época, mas não era a sua ‘mola mestra’, o seu eixo era a proposta política de enfrentamento da questão social (BATISTA, 2006, p.4).

Havia, nos primórdios, e perdurou por muito tempo, uma ênfase disciplinadora, pedagógica e higienista evidenciada nos programas, serviços e no trabalho executado pelos profissionais, uma preocupação de ajustar os indivíduos à nova realidade, de ensiná-los, de adaptá-los. Na história das práticas junto aos operários e suas famílias, neste período, é possível observar esta forma interventiva.

Igualmente as publicações voltadas à profissão enfatizavam esta lógica. Destacam-se algumas citações da revista *Serviço Social*¹¹, publicada em São Paulo, que bem expressavam a prática e a ideologia inicial da profissão:

O trabalho das mães fora do lar, exigido pelo industrialismo moderno em virtude da desproporção entre o salário do trabalhador e as necessidades essenciais de sua família, coloca milhares de crianças em situação de desproteção que lhe representa grave perigo para a saúde física e moral. O lar operário sofre assim profundamente uma limitação nas possibilidades de criar e educar os filhos. Para remediar este grande mal existem obras sociais auxiliares da família, como patronatos, as bibliotecas e os parques infantis, cuja finalidade é precisamente em caráter supletivo assistir a criança na ausência diária dos pais. São Paulo é um grande parque industrial, possui já nos bairros operários alguns parques infantis (REVISTA SERVIÇO SOCIAL, N°09, 1939).

A extraordinária complexidade da indústria moderna exige a cooperação do assistente social, não só para promover a harmonia de interesses entre a classe operária e patronal, como também, preparando terreno a uma legislação social que institua o salário familiar, abonos e seguros sociais, permitir a volta da mulher ao lar, ambiente que lhe é natural por excelência. [...] o trabalho feminino fora do lar nem sempre em condições convenientes à sua natureza (REVISTA SERVIÇO SOCIAL, N° 12, 1939).

A extraordinária complexidade atual dos problemas industriais é um dos traços mais característicos da nova civilização, aquele que tem merecido particular atenção do governo, provocando uma legislação abundante e minuciosa. Na adaptação do meio a essa legislação – cujo fim é a paz social – o papel do assistente social assume uma relevância especial, quer nos sindicatos – organizando as obras exigidas em lei – quer na própria indústria – harmonizando os interesses patronais e operários, realizando e orientando serviços sociais, procurando enfim, dar ao operário um teor de vida condizente

¹¹A primeira revista denominada *Serviço Social* surgiu em janeiro de 1939, em São Paulo, e foi elaborada por um grupo ligado às Escolas de Serviço Social Católicas e ao Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), liderados por Luiz Carlos Mancini. A revista circulou com 30 edições (de jan. /39 a jun. /41), sob a direção de Mancini, e de set. /43 a 1954, sob a direção do padre Roberto Sabóia de Medeiros. Sua publicação foi encerrada no ano de 1954, no n° 74. As revistas encontram-se no arquivo do Centro Brasileiro de Intercâmbio em Serviço Social (CBCISS) (BEZERRA DE LIMA, 1992, p.4).

com as exigências da natureza humana (REVISTA SERVIÇO SOCIAL, Nº.14, 1940).

A população indigente de São Paulo sempre foi grande, tornado o aspecto da miséria generalizada, e, portanto de problema social grave. Urgia uma assistência organizada capaz de remediar as necessidades e contribuir para sua solução geral. Uma das manifestações mais deprimentes desse fato, há pouco menos de dez anos, foi o espetáculo deprimente que oferecia o grande número de mendigos na capital. Se a maior parte deles era realmente necessitada – famílias miseráveis, velhice desvalida ou doentes indigentes (especialmente os casos de tuberculose) – para muitos a miséria era decorrente da vadiagem, e para outros a mendicância era uma “profissão”. Além disso, no seio das classes operárias, avultados eram os casos de nobre envergonhados para os quais não seria solução um recolhimento em asilo, hospital ou sanatório [...] Foi portanto, correspondendo a uma imperiosa necessidade do meio que surgiu, como obra especial do Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo, a Assistência Vicentina aos Mendigos de São Paulo. A princípio era limitada ao combate à mendicância pelo recolhimento da velhice desvalida e famílias miseráveis, assim como pela internação dos vadios apreendidos pela polícia de repressão, estendeu depois sua atividade assistencial à pobreza envergonhada e aos tuberculosos pobres, mantendo atualmente, organizados e em desenvolvimento sempre crescente, os seguintes serviços especiais: Assistência Domiciliar, Abrigos e Sanatórios de Vila Mascote e Colônia Agrícola de Bussocaba (REVISTA SERVIÇO SOCIAL, Nº 16-17, 1940).

Observa-se uma preocupação dos líderes emergentes do Serviço Social em subsidiar os novos profissionais com publicações que envolviam a temática trabalhada pela profissão. Todavia, o discurso profissional não destoava do moralismo e higienismo vigentes à época, da moral positivista adotada, que era a de harmonizar a sociedade, excluindo dela os que não mantivessem uma vida e/ou conduta condizente com as daquele tempo.

A segunda Escola brasileira, fundada no Rio de Janeiro, capital da República, em 1937, foi criada sob outras influências, mas igualmente a Igreja e sua Doutrina tiveram papel preponderante. Esta escola

[...] desenvolveu-se segundo diversas variantes, provavelmente porque na capital do país estavam centralizadas muitas repartições públicas sob cuja demanda se profissionalizou o Serviço Social. No Rio de Janeiro, a fundação das escolas foi patrocinada pelo Grupo de Ação Social, pela Escola de Enfermagem Ana Nery e pelo Juizado de Menores; entretanto, mesmo que as duas últimas instituições não estivessem sob a tutela da Igreja, as suas bases doutrinárias continuavam sendo a moral e os princípios religiosos católicos (MANRIQUE CASTRO, 2000, p. 108).

No caso do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a política social implementada no Governo de Vargas, no período pós anos 30, possibilitou o surgimento de instituições sociais que passaram a demandar os serviços do profissional de Serviço Social. Nos estudos¹² de Lima (1992), consta que, no período de 1937 – 1945, foram institucionalizados 06 (seis) cursos de Serviço Social na região da então Guanabara e Rio de Janeiro, a saber:

Instituto de Educação Familiar e Social (1937) hoje, Departamento de Serviço Social da PUC-RJ;

Curso de Serviço Social da Escola Ana Neri (1937) hoje, Escola de Serviço Social da UFRJ;

Escola Técnica de Serviço Social do S.O.S. (1938) hoje, Departamento de Serviço Social das Faculdades Integradas Veiga de Almeida;

Escola de Serviço Social das Faculdades Católicas (1943) – escola masculina – integrada definitivamente ao Departamento de Serviço Social da PUC-RJ na década de 60;

Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth (1944) hoje, Faculdade de Serviço Social da UERJ;

Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro (1945) hoje, Escola de Serviço Social da UFF - Niterói (LIMA, 1992, p.16-17).

Conforme a mesma autora, a política educacional do país, a partir dos anos 1930, com a criação do Ministério da Educação e Cultura, recebeu a influência de *projetos concorrentes entre governo federal, estadual e distrital (DF-Rio), o da Igreja Católica e o do empresariado (IDEM, IBIDEM, p.20)*.

A discussão sobre a política governamental para a assistência à maternidade e infância, durante a Constituinte de 1933, de acordo com (IDEM, IBIDEM, p. 20), envolveu os *mais fortes argumentos quanto à necessidade de se criar Escolas de Serviço Social no Brasil, para lidar com as questões sociais que a iniciativa caridosa não é mais suficiente face seu volume*.

¹²LIMA, Sulamita Bezerra de. **Fontes para a História do Serviço Social: Revisitando as origens da profissionalização do Assistente Social** – Rio de Janeiro (1937-1945). Dissertação de Mestrado apresentada à UFRJ, 1992.

Na época, tornou-se histórica a defesa que a Deputada Federal Carlota Pereira de Queiróz¹³ fez para que os órgãos governamentais se voltassem para a proteção à família brasileira, face às transformações sociais pelas quais passava o país.

As iniciativas para a fundação das Escolas tinham concentração na Igreja Católica e em entidades particulares, contudo, segundo afirma Lima (1949, p.433 *apud* KFOURI, 1992, p.21), *houve três sob os auspícios do governo*.

Assim, pode-se dizer que a criação das escolas fluminenses e cariocas não surgiu de um único projeto de profissionalização, *o do movimento católico laico ou elementos das classes dominantes a ele ligados* (LIMA, 1992, p.22). Houve uma conjunção de iniciativas particulares e públicas para a criação de vários cursos de Serviço Social. Desse modo, criaram-se duas escolas técnicas (uma pública e outra particular), sendo a pública, ligada à Secretaria Geral de Saúde da Prefeitura do antigo Distrito Federal; duas de nível superior, privadas e católicas (uma masculina, outra feminina); e outras duas criadas por decretos, uma por decreto federal e outra por decreto estadual.

Reafirmam-se os estudos de Vasconcelos (2000) e Aperibense (2006) sobre a forte presença do movimento higienista que resultou na criação de duas escolas vinculadas à enfermagem: o Curso de Serviço Social da Escola Ana Neri, atualmente Escola de Serviço Social

¹³ Nascida em São Paulo, em 1892, Carlota destacou-se como aluna e formou-se como professora em 1920, quando ingressou na Faculdade de Medicina. Sua monografia sobre o câncer feminino ganhou o prêmio Miguel Couto e Carlota formou-se com pompa e reconhecimento em 1926. Dois anos depois, assumiu a diretoria da Clínica Pediátrica da Faculdade de São Paulo e, no ano seguinte, viajou para a Suíça e para a Alemanha, onde se especializou em alimentação infantil. Como aconteceu com outras mulheres citadas nesta pesquisa, a política entrou na vida de Carlota durante a Revolução Constitucionalista de 1932, quando o Estado de São Paulo rebelou-se contra o governo provisório de Getúlio Vargas. Junto com a Cruz Vermelha paulista, ela organizou um grupo de 700 mulheres para dar assistência aos feridos. Além de prestígio, esse trabalho garantiu-lhe uma vaga na Assembléia Nacional Constituinte, sendo empossada em novembro de 1933. Como parlamentar, ela criou o primeiro projeto sobre serviços sociais no país. Na Constituinte, Carlota integrou a Comissão de Saúde e Educação, trabalhando pela alfabetização e assistência social. Ela também foi responsável pela emenda que viabilizou a criação da Casa do Jornaleiro e do Laboratório de Biologia Infantil. Com esta iniciativa, criou o primeiro decreto brasileiro que obrigava a destinação de verbas públicas para o atendimento da miséria e todos os problemas derivados dela. Constata-se, pois, que somente na década de 30, graças a uma mulher, esta questão penetra na área da política. Após a promulgação da nova Carta, em 1934, Carlota elegeu-se novamente para um mandato, que exerceu até a decretação do Estado Novo e o fechamento do Congresso Nacional, por Getúlio Vargas, em novembro de 1937. Fundadora da Associação Brasileira de Mulheres Médicas e membro da Academia Paulista de Medicina e da Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires, Carlota também trabalhou em hospitais alemães, franceses e suíços. Tentou a reeleição na década de 50 e 60, pela UDN, mas sem sucesso. Faleceu em 1982, famosa por seus estudos na medicina. (Disponível em: <http://www.bolsademulher.com>. Acesso em: 12 Jul 2008).

da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e a Escola Técnica de Serviço Social do S.O.S. que, nos dias atuais, é o Departamento de Serviço Social das Faculdades Integradas Veiga de Almeida.

Por sua vez, Balbina Ottoni Vieira, em entrevista para a edição especial da Revista Serviço Social e Sociedade, publicada em comemoração aos 50 anos do Serviço Social no Brasil, afirma que havia, no Rio de Janeiro, escolas fundadas em oposição à linha adotada pelo Instituto Social:

[...] havia duas escolas: uma fundada por Terezita Porto da Silveira, a Escola Técnica de Serviço Social, e outra por Maria Isolina Pinheiro. A criação dessas escolas sempre me pareceu uma reação contra o Instituto Social. De fato, o Instituto Social era uma escola católica ligada à PUC que estava se organizando, pedia de suas alunas uma cultura geral equivalente ao curso colegial (o segundo grau daquela época), tinha um programa de estágios, selecionava-se as alunas através de testes...Terezita Porto da Silveira acreditava que a arte de ajudar aos pobres deveria ser feita por pessoas do mesmo meio, tanto quanto possível, para compreender melhor a situação, por isso não exigia preparo anterior, só boa vontade. A escola era particular, portanto paga. Terezita era casada com um jornalista bastante influente nos principais jornais do Rio e, por isso dispunha de possibilidades de boa propaganda. [...] A escola de Terezita é hoje a Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro e a de Maria Isolina transformou-se na Escola de Serviço Social da UERJ. [...] Atrás destas duas escolas não havia o que havia atrás das escolas católicas do Rio e São Paulo, que era o propósito de formar pessoal para a ação social, principalmente para ação social da Igreja. O Instituto de Serviço Social era, também tido como uma escola católica e grã-fina, enquanto as outras eram vistas como proletárias e leigas.[...] A ABESS organizou os seus estatutos com algumas exigências mínimas para filiação das escolas existentes e das que viessem a ser criadas, E aí é que houve uma grande confusão no Rio! A ABESS exigia das escolas-membro um mínimo de nível cultural como critério de admissão (conclusão do segundo ciclo), programa de estágio, seleção por exame de suas alunas e assistentes sociais como professoras das disciplinas de Serviço Social. Das Escolas de Serviço Social do Rio de Janeiro só o Instituto Social satisfazia estas condições, as duas outras tentaram durante muitos anos filiar-se à ABESS mas como não apresentavam as condições necessárias o caso ficou em suspenso (VIEIRA, 1983, p.54-56).

Em suas pesquisas, Lima (1992) verificou que, no caso do Rio de Janeiro, os projetos educacionais não eram coincidentes: de um lado, existia um grupo que lutava pela formação através do ensino público, e de outro, se fazia campanha pelo ensino privado ligado ao ensino religioso ou laico. A autora identificou alianças entre a Igreja e o Estado, em especial, após o

Estado Novo. Ela observa, no entanto, *que os projetos educacionais não são coincidentes embora fossem alinháveis*. (LIMA, 1992, p.26).

Ainda em Lima (1992, p.29) apreende-se que a *Escola Técnica de Serviço Social Cecy Dodsworth, criada em 1944, pela Prefeitura do Distrito Federal, constituiu-se na primeira escola pública e gratuita de Serviço Social no Brasil. Maria Esolina Pinheiro (1903-1991), sua fundadora, produziu diversos trabalhos sobre Serviço Social*. Ela era educadora e militou no Movimento Escola Nova¹⁴ pela democratização do ensino, defendendo, no movimento, o Ensino de Serviço Social.

Tal como Vieira (1983), Lima (1992) discorre sobre a não filiação da Escola Técnica de Serviço Social Cecy Dodsworth, até meados dos anos 50, à Associação Brasileira Ensino de Serviço Social (ABESS), instituição esta que surgiu no bojo das Escolas de Serviço Social Católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro e visava normatizar e orientar o ensino da profissão via hegemonia católica. A Escola Técnica Cecy Dodsworth criou, então, sua própria entidade representativa, a Associação Brasileira de Serviço Social (ABSS).

Ressalta ainda a mesma autora que o movimento Escola Nova ao qual *Maria Esolina se vincula, são os maiores opositores à Igreja Católica na Constituinte de 1933* (LIMA, 1992,

¹⁴O movimento chamado **Escola Nova** esboçou-se na década de 1920 no Brasil. O mundo vivia, à época, um momento de crescimento industrial e de expansão urbana e, nesse contexto, um grupo de intelectuais brasileiros sentiu necessidade de preparar o país para acompanhar esse desenvolvimento. A educação era por eles percebida como o elemento-chave para promover a remodelação requerida. Inspirados nas idéias político-filosóficas de igualdade entre os homens e do direito de todos à educação, esses intelectuais viam num sistema estatal de ensino público, livre e aberto, o único meio efetivo de combate às desigualdades sociais da nação. Denominado de **Escola Nova**, o movimento ganhou impulso na década de 1930, após a divulgação do *Manifesto da Escola Nova* (1932). Nesse documento, defendia-se a universalização da escola pública, laica e gratuita. Entre os seus signatários, destacavam-se os nomes de: Anísio Teixeira - futuro mentor de duas universidades no país - a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, desmembrada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas -, e a Universidade de Brasília, da qual era reitor, quando do Golpe Militar de 1964. Além dessas realizações, Anísio Teixeira foi o fundador da Escola Parque, em Salvador (1950), instituição que posteriormente inspiraria o modelo dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no Rio de Janeiro, na década de 1980; Fernando de Azevedo (1894-1974) - que aplicou a Sociologia da Educação e reformou o ensino em São Paulo na década de 1930 ; Lourenço Filho (1897-1970) – professor; Cecília Meireles (1901-1964) - professora e escritora. A atuação destes pioneiros estendeu-se pelas décadas seguintes, sob fortes críticas dos defensores do ensino privado e religioso. As suas idéias e práticas influenciaram uma nova geração de educadores, como: Darcy Ribeiro (1922-1997) e Florestan Fernandes (1920-1995). (Disponível em: <http://www.wikipedia.org>. Acesso em: 22 Jul 2008).

p.30). Ela também explicita que o trabalho realizado por Maria Esolina não era registrado na *história oficial* do Serviço Social Brasileiro.

Maria Esolina integrou o conselho Diretor do Serviço de Obras Sociais e, segundo Lima (1992, p.30-31), justificou *ter recorrido a uma organização privada para a criação da escola dada a existência de 'impasses administrativos' para que a escola fosse criada pelos organismos públicos do Ministério da Justiça e Juizado de Menores; este último apenas apoiou a iniciativa.*

A Escola de Serviço Social do SOS, criada no ano de 1939, recebeu outra denominação: Escola Técnica de Serviço Social, sendo sua diretora Terezita Moraes Porto da Silveira. A Escola não se filiou à ABESS e estabeleceu estreitos laços com o Ministério do Trabalho no período do Estado Novo (LIMA, 1992).

O curso de Serviço Social da Escola Ana Néri foi criado em 1937, através da Lei nº 452 de 05/07/37, quando houve a reforma da Universidade do Brasil. Em 1940, ocorreu o início da formação de assistentes sociais na Escola Ana Neri por meio dos *Cursos de Socorro de Guerra* (IDEM, IBIDEM).

Apesar de grande parte da literatura sobre o *Esforço de Guerra* referir que este iniciou em 1943, a autora citada, na pesquisa que realizou, encontrou documentos (fichas de inscrição) das alunas do Primeiro Curso de Socorro de Guerra, datado de 1940. Com o avanço da guerra, o curso se dedicou, a partir do ano de 1943, somente a esse fim, sendo que as primeiras assistentes sociais do Curso de Serviço Social da EAN somente se formaram em 1949, sob a coordenação de Maria Amália Soares Arozo.

Continuando suas reflexões sobre este assunto, Lima (1992) refere que não conseguiu esclarecer as razões do curso de Serviço Social da EAN ter ocorrido somente a partir de 1940, uma vez que outras unidades da Universidade do Brasil (UB) haviam sido dinamizadas desde 1936, quando a universidade foi reformulada e a Escola Ana Neri foi integrada à Universidade do Brasil pelo Decreto-Lei nº 8.393 de 17/12/1945. Para a autora, esta morosidade deu-se em decorrência das lutas internas do Grupo Católico liderado por Aylda Pereira e o Grupo ligado ao Estado liderado por Lais Reis e Ruth Barcelos.

Nas palavras de Lima (1992, p.33-34), *parece que o retardamento do funcionamento do curso ocorre em decorrência da luta entre elementos ligados ao grupo católico representado*

por Aylda Pereira e o grupo mais ligado ao Estado representado por Laís Reis e Ruth Barcelos no interior da Escola Ana Neri.

Prosseguindo sua análise, Lima (1992) explicita não ter encontrado documentos na Escola de Serviço Social da UFRJ (a escola atual) que informem sobre quem recaía a responsabilidade pela direção da Escola por um determinado período, apenas encontrou as fichas de matrículas das alunas, mas sem assinaturas. A dificuldade sobre a questão documental para o resgate histórico, segundo a autora, é maior no caso da Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro (hoje Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, em Niterói). Esta Escola foi criada em 1945, pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), através de um decreto estadual. Niterói, à época, era capital do estado do Rio de Janeiro e esta era a capital federal ou Distrito Federal. A escola foi criada na interventoria de Amaral Peixoto e lideraram a comissão de organização da escola Violeta Campofiorito, Inayá Moraes e Maria Esolina.

A Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) assessorou a criação desta escola. Por solicitação da direção da LBA, foi enviada como representante, para o Rio de Janeiro, a Assistente Social Iolanda Maciel, para prestar assessoria na criação. Lima (1992) declara que, sob a direção da PUC-SP, a escola da LBA foi organizada *nos moldes das escolas católicas*. Quando ficou sob a direção de Violeta Campofiorito, houve um processo de transformação administrativa, nos idos de 1951, sendo que a escola enfatizou a formação e sua atuação junto aos movimentos comunitários por meio de projetos de extensão.

No caso de São Paulo, evidencia-se a hegemonia católica na criação da primeira escola de Serviço Social. Já para o Rio de Janeiro, a tese confirmada por Lima (1992 p. 31) é a de que *havia divergências profundas entre os projetos de formação e de prática profissional das várias escolas de Serviço Social*, donde se depreende que o projeto de profissão pela via católica não era único e hegemônico.

Segundo Lima (1982, p.60), no início da expansão do Serviço Social como profissão no país, *dois problemas constituíam o objeto de preocupação na formação dos assistentes sociais: o operário e sua família*. A cidade de São Paulo, como pólo irradiador e maior centro industrial do país, exigia melhores condições de trabalho. Já se contava com uma legislação específica voltada ao trabalho face às novas exigências técnicas decorrentes da implantação das indústrias, contudo, demandas sociais emergiam em várias frentes. A família se constituía foco de atenção da política social, tendo em vista a necessidade de prepará-la para enfrentar a absorção da

mão de obra feminina no trabalho fora do lar, sem que esta perdesse sua função básica, que era a de educar os filhos e reproduzir a força de trabalho.

No início, o trabalho profissional do assistente social era absorvido pelas instituições católicas, mas em pouco tempo, passou a ser requisitado pelo Estado, que se organizava para administrar serviços que visavam o enfrentamento da questão social. Além da assistência social, destacam-se os campos da Saúde e o Sócio-Jurídico.

Na Saúde, o trabalho era desenvolvido junto aos centros de saúde, hospitais gerais, atendimento materno-infantil, de reabilitação aos portadores de deficiência, na saúde mental; no campo Sócio-Jurídico, nas questões de abandono, maus tratos, adoção, de jovens e adultos infratores e toda gama de problemas familiares.

A profissão manteve forte vinculação com programas de Educação, Assistência e Habitação Popular e com trabalhos envolvendo comunidades rurais. Mas além do Estado, que era o grande empregador, as entidades e associações de natureza patronal passaram também a requisitar os serviços profissionais.

O período compreendido entre os anos de 1945 e 1958 foi marcado pelo movimento coletivo dos profissionais em direção ao reconhecimento da profissão, inicialmente, parametrando mecanismos jurídico-legais relacionados à ética, e em seguida, lutando pela uniformização da grade curricular através de lei específica até culminar na publicação da lei de regulamentação da profissão.

A necessidade de formulação dos requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o exercício profissional levou o movimento a prescrever normas para o comportamento dos profissionais e estabelecer as bases das suas relações com os usuários de seus serviços. Neste período, destaca-se a criação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, no ano de 1946, e a formulação do primeiro Código de Ética Profissional, em 1947, com critérios definidos para enquadramento ético dos profissionais que infringissem o Código e seus postulados.

Em paralelo à evolução da profissão e à multiplicação das instituições de ensino, os profissionais também se organizavam com vistas ao reconhecimento da profissão em bases legais. Assim, em 1949, realizou-se, no Rio de Janeiro, o II Congresso Pan-Americano de Serviço Social. Naquela época, já existiam no país 15 (quinze) Escolas de Serviço Social e destas, cinco estavam no Distrito Federal (Rio de Janeiro); duas em São Paulo; e uma em Porto Alegre,

Curitiba, Niterói, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Natal e Manaus, respectivamente (LIMA, 1992).

Com relação ao grupo de profissionais pioneiros, Batista (2006, p.4) comenta:

Este grupo pioneiro foi um grupo extremamente lutador: eles conseguiram em pouco tempo a legislação que legitimava a profissão, antes de muitas outras profissões. Eles conseguiram também montar, em meados da década de 1940, uma organização que agrupava as unidades de ensino do Serviço Social, a ABESS- Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, com o objetivo de possibilitar a troca de experiências e o progresso do ensino. São muito poucas as profissões que contam no Brasil com esse tipo de organização e, mesmo na nossa profissão são poucas essas organizações no exterior. Por exemplo, em Portugal, há uma grande preocupação porque estão proliferando enormemente os cursos de Serviço Social e a associação de escolas deles ainda é muito nova, não tendo ainda conseguido consolidar-se. Aqui, a associação de escolas de Serviço Social que temos, é responsável pelas diretrizes do ensino da profissão, o que permite que ela tenha uma certa unidade em todo país: uma unidade na diversidade. Não quero dizer com isso que o Serviço Social seja homogêneo no Brasil, mas que tem elementos comuns em todo o território nacional: é uma única profissão, num país do tamanho do nosso!

Como evidenciado, a partir da década de 1940, a profissão legitimou-se, através da sua inserção na esfera das políticas públicas, e passou a se caracterizar como uma disciplina interventiva na realidade. Neste período, as exigências postas à profissão passaram a requerer um profissional mais qualificado e eficiente, e o coletivo da profissão foi buscar os referenciais teóricos do Serviço Social norte-americano. Cabe ressaltar que não houve um rompimento dos pressupostos éticos da doutrina cristã, ao invés disto, ocorreu uma subordinação ao ideário norte-americano que passou a influenciar vários aspectos da vida do país.

Em sua pesquisa, Miguel (1980, p.33) ressalta que, além da influência européia e americana, em meados dos anos 1940, emerge *um novo eixo de influência sobre o Serviço Social brasileiro*. Para esta autora, *as classes produtoras*, em especial, os comerciantes e os industriais, também passaram a criar seus próprios mecanismos para sanar, mesmo que de forma indireta, os conflitos na relação de produção, que emergiam da contradição capital X trabalho e que eram afetos às respectivas áreas (comércio e indústria).

Dessa forma, o Serviço Social tornou-se um instrumento adequado para a viabilização desse projeto e isto se deu com a criação do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Social do Comércio (SESC)¹⁵.

O grande beneficiário das mudanças políticas e econômicas dos anos 1940 foi o setor industrial. Pode-se afirmar que a Conferência das Classes Produtoras no Brasil, ocorrida em 1945, em Teresópolis, fez emergir um planejamento econômico para o país e trouxe repercussões para o Serviço Social, visto que as classes produtoras recomendaram, através da Carta de Teresópolis, exarada na ocasião, a *organização da Assistência Social, a criação de cursos de visitadoras sociais*, com objetivo de intervirem positivamente para integrarem *os elementos humanos desajustados, segregados ou revoltados* (MIGUEL, 1980; IAMAMOTO e CARVALHO, 2007).

No entender destes autores, a Carta era o produto dos pensadores da camada dominante, visava tornar hegemônicos seus princípios bem como camuflar as contradições do sistema produtivo, com intervenção de profissionais (neste caso, os assistentes sociais) sobre a

¹⁵Ao final da Segunda Guerra Mundial, as Forças Armadas haviam deposto a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e um governo democrático fora eleito em 1946, juntamente com uma Assembléia Constituinte multifacetada e pluripartidária, para elaborar a nova Carta Constitucional. Os direitos trabalhistas, garantidos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943, voltaram a vigorar. Entretanto, a suspensão desses direitos, em 1944, deixara um travo amargo nos operários, oprimidos com as jornadas longas, os salários baixos e os lucros extraordinários de vários empregadores. Por sua vez, a classe dominante almejava participar mais de perto nas decisões governamentais e reduzir a intervenção do Estado na economia. De um lado, estavam empresários que queriam a adoção de uma política econômica liberalizante, de forma a facilitar o acúmulo de capital às custas de baixos salários e a expansão das empresas estrangeiras. De outro, industriais identificados com valores éticos e capitaneados por Roberto Simonsen (de São Paulo) e Euvaldo Lodi (Rio de Janeiro), contrários às práticas destruidoras da ordem social, como o lucro fácil, a competição desenfreada e a ausência de "espírito de serviço, tão recomendado pela filosofia cristã". Essa última corrente, favorável à construção social em bases mais justas, vinha organizando grandes congressos no final da Era Vargas, que culminaram na 1ª Conferência das Classes Produtoras, em Teresópolis, na primeira semana de maio de 1945. Seu documento conclusivo foi a "Carta de Teresópolis" que propunha **o combate ao pauperismo, o aumento da renda nacional, o desenvolvimento das forças econômicas, a democracia econômica e a justiça social**. Inspirados nos princípios sociais da Carta de Teresópolis, um grupo de empresários lançou, em 1946, a **Carta da Paz Social**, expressando o desejo de estabelecer solidariedade e harmonia entre capital e trabalho - primeiro passo para humanizar essas relações seria a criação dos serviços sociais, tanto da indústria, quanto do comércio. O decreto-lei 9.403, assinado por Gaspar Dutra, em 1946, atribuiu à Confederação Nacional da Indústria (CNI) a criação, direção e organização do Serviço Social da Indústria (SESI). Para isso, foi decisiva a liderança dos empresários Roberto Simonsen, em São Paulo, e Euvaldo Lodi, no Rio de Janeiro. Foram eles que despertaram o governo para a necessidade de promover a integração e a solidariedade. (Disponível em: www.sesi.org.br. Acesso em: 10 Mar 2008).

questão social dos operários. Antes que esta fosse assimilada pela classe trabalhadora, contudo, a intervenção se dava pelo ajustamento à ordem vigente, não se questionando as contradições da relação capital X trabalho.

Tanto o SESI quanto o SESC, na esfera nacional, tinham atividades voltadas para a área da saúde, educação e assistência social, cujos programas assistenciais visavam proteger a maternidade e a infância, nutrição, assistência odontológica, assistência e prevenção à tuberculose e educação sanitária. Enfim, estavam voltadas para a melhoria do padrão da vida do industriário, do comerciário e de suas famílias, atuando numa perspectiva higienista e de medicalização da força de trabalho (MIGUEL, 1980; IAMAMOTO e CARVALHO, 2007).

No que diz respeito ao SESI, foi atribuído um papel especial, o de:

[...] estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar do trabalhador na indústria. Estarão claramente explicitadas, entre as funções da nova instituição a ser gerida pela corporação empresarial, a defesa dos *salários reais* do operariado através da melhoria das condições de habitação, nutrição e higiene ao operariado e, dessa forma, desenvolver o esforço de solidariedade entre empregados e empregadores (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007, p. 268).

O Estado brasileiro delegou à burguesia industrial a incumbência de organizar e gerenciar os mecanismos assistenciais, unificando as iniciativas já existentes nas empresas e tornando-se, dessa forma, um grande complexo de assistência social. Sendo assim, a ação da indústria saiu da unidade de produção e se estendeu para a vida cotidiana do proletário e de suas famílias. Neste cenário político e econômico, sedimentava-se cada vez mais a demanda por profissionais que intervissem nas expressões da questão social, embora esta, na época, não fosse assim percebida.

É importante frisar que o Serviço Social se institucionalizou, no país, para intervir nas seqüelas do aprofundamento do capitalismo. Com isso, a profissão foi se afirmando e respondendo às demandas da questão social, em paralelo ao que se evidenciava na economia do país, conforme os estudos sobre o capitalismo brasileiro proposto por Florestan Fernandes (1987).

A industrialização e o crescimento da economia urbano-industrial, nos anos 1950, refletiram no Estado brasileiro, que se efetivou como ente regulador das forças econômicas, administrador na cobrança de impostos e organizador da logística necessária para a circulação das mercadorias, favorecendo prioritariamente o capital.

A economia urbano-industrial deixou de ser exclusiva do eixo Rio - São Paulo, ou seja, houve uma interiorização das forças produtivas e várias regiões brasileiras começaram a expandir suas bases, saindo da economia eminentemente rural para a industrial. Esta interiorização das forças produtivas industriais refletiu em demandas para o Serviço Social, configurando-se, nos anos 50, uma significativa expansão das Escolas de Serviço Social no país.

De acordo com Kfoury (1949, *s/p apud* IAMAMOTO e CARVALHO, 2007, p.186), no ano de 1949, o Brasil contava com 15 (quinze) Escolas de Serviço Social e destas, 12 (doze) foram fundadas por organizações católicas e 3 (três) por iniciativa governamental.

Já no ano de 1959 existiam no país 28 (vinte e oito) Escolas de Serviço Social: 4 (quatro) no Distrito Federal (Rio de Janeiro); 2 (duas) em São Paulo (capital) e uma em cada estado da federação (exceto no Mato Grosso e Piauí). Os estados da Paraíba, de São Paulo e Minas Gerais possuíam escolas em cidades do interior: Campina Grande (PB), Lins (SP) e Juiz de Fora (MG), conforme pesquisa feita por Iamamoto e Carvalho (2007, p.186, nota nº 42).

Após esta breve apresentação sobre a história da profissão, discutir-se-á, a seguir, a respeito dos marcos legais que vieram a regulamentar o Serviço Social.

De acordo com os estudos efetuados por Freidson (1996), a profissionalização representa uma tendência dos grupos ocupacionais para adquirirem atributos de uma comunidade maior e para procurarem uma posição mais favorável na sociedade. Desta forma, para que uma ocupação se transforme em profissão é necessário um aumento tanto da autoridade quanto da responsabilidade.

A autoridade do Serviço Social foi sendo cada vez mais reconhecida, haja vista sua importância para o desenvolvimento do Estado capitalista brasileiro. A profissão era necessária ao Estado e às elites governantes, e sua responsabilidade foi se alargando face ao próprio desenvolvimento técnico e teórico. Se no início a formação era espontaneísta, calcada na caridade, nos princípios cristãos e na ajuda, aos poucos ela foi sistematizando uma metodologia própria, contudo, não ultrapassava o imediatismo das demandas institucionais colocadas à sua prática; *não apreendia os contornos sócio-econômicos e políticos da questão social* (BRITES e SALES, 2008, p.23).

O Estado, ente regulador, também controla a questão profissional, ele cria mecanismos para regular o mercado profissional. Por conseguinte, em relação a uma profissão, é

necessário sinalizar que o movimento para evidenciar um projeto de profissão não ocorre ao acaso, ele é resultante da inserção e do protagonismo do coletivo profissional junto à sociedade, de modo que a lei de regulamentação, o código de ética e o estatuto dos órgãos que fiscalizam determinada profissão mostram à sociedade, por assim dizer, *a cara da profissão*.

No que se refere à regulamentação das profissões, Freidson (1996) explicita que ela se dá a partir dos vínculos criados entre os experts e as elites governantes, quando são estabelecidas leis para controlar as credenciais do ensino universitário e do mercado de trabalho. Isto demonstra que, para se efetivar a regulamentação, a eficácia do poder do Estado é indispensável e primordial.

Ressalta-se que, desde 29/08/1947, a profissão contava com um Código de Ética e com um mecanismo de punição aos que o descumprissem: o Conselho de Ética Profissional, instituído na mesma assembléia geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), que se reuniu em São Paulo. Estes foram passos marcantes para a afirmação da profissão, pois a existência de normas internas de conduta de uma profissão é parte dos requisitos para seu reconhecimento legal.

A Lei nº 3.252 de 27/08/1957¹⁶, regulamentada pelo decreto nº 994 de 15/05/1962, legitimou o exercício profissional pela primeira vez no Brasil. Pode-se afirmar que foi o coroamento das intensas lutas travadas pelos profissionais desde a fundação da primeira escola no Brasil, em 1936. Esta Lei dispunha sobre a profissão de Assistente Social e sobre a Constituição do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de

¹⁶Destaca-se que a Lei nº 3252/57 teve longa duração (1957-1993), sendo somente revogada pela Lei atual, a de nº 8662/93, contudo, o coletivo dos profissionais, durante muito tempo, buscou a sua atualização. Encontrou-se, na Revista Debates Sociais – CBCISS nº 38, do ano de 1984, um editorial que elencava propostas para o ante-projeto de reforma da lei, justificando as preocupações das instituições do Serviço Social: [...] *ao longo de mais de duas décadas, ocorreram profundas mudanças em cada uma das instâncias do social, impondo-se a atualização da legislação vigente. As estruturas sociais abaladas exigem programações pertinentes, revisão e adequação das linhas mestras disciplinadoras do desempenho profissional da categoria. [...] merecem ser considerados: Precisar, cautelosamente, as áreas do Serviço Social, da Assistência Social e da Política Social; Evitar o risco de inaceitáveis extralimitações quer quanto à competência quer quanto às atribuições privativas do assistente social; Valorizar, convenientemente, o trabalho interdisciplinar reconhecendo nele uma das mais significativas formas de participação no interesse da comunidade; Precaver-se contra a falta de nitidez em critérios a serem fixados em áreas de conhecimento de objetivos finais comuns sobretudo em relação à justiça social; Reconhecer que o bem comum é a suprema norma de engajamento de cada indivíduo no campo social (CBCISS nº 38, 1984, p.1-2).*

Assistentes Sociais (CRAS), fazia menção aos possuidores de diploma expedido nos termos da Lei nº 1.889 de 13/06/1953 e determinava, em seu art. 3º, as atribuições do Assistente Social:

- a) direção de escolas de Serviço Social;
- b) ensino das cadeiras ou disciplinas de serviço social;
- c) direção e execução do serviço social em estabelecimentos públicos e particulares;
- d) aplicação dos métodos e técnicas específicas do serviço social na solução de problemas sociais (BRASIL, 1957).

No Art. 4º, observa-se a possibilidade dos profissionais exercerem chefias, restringindo as chefias de Serviço Social somente aos diplomados: *Só assistentes sociais poderão ser admitidos para chefia e execução do serviço social em estabelecimentos públicos, paraestatais, autárquicos e de economia mista.*

Devido às demandas pelos profissionais e ao pouco número de profissionais formados, a Lei admitia em caráter especial, que os alunos concluintes poderiam ser contratados:

Parágrafo único. Em caráter precário, até 31 de dezembro de 1960, poderão ser admitidos para o Serviço Social, nos vários órgãos públicos, paraestatais, autárquicos e de economia mista, candidatos não diplomados, desde que estejam cursando o 3º ano de Escola de Serviço Social. Após essa data, o preenchimento das vagas se fará, mediante concurso de conformidade com o disposto neste artigo (BRASIL, 1957).

Cabe destacar também o artigo que previa a direção das futuras escolas, criadas após a publicação da Lei:

Art. 5º Nas escolas oficiais de Serviço Social, que se criarem, apenas Assistentes Sociais poderão assumir os cargos docentes, de direção, secretaria e supervisão, excetuando-se, no caso do ensino, as cadeiras ou disciplinas que pelo seu programa, possam ou devam ser ensinados por outros profissionais (BRASIL, 1957).

Ao se comparar a evolução histórica do Serviço Social proposta por Yazbek (1977) com as fases do capitalismo definidas por Fernandes (1987), é possível observar que o Serviço

Social emergiu como profissão no período em que o país, em inícios do séc. XX, começou a viver as conseqüências sociais da *fase de eclosão de um modelo capitalista especificamente moderno* (FERNANDES, 1987, p.224). Posteriormente, quando este autor se refere à *fase de formação e expansão do capitalismo competitivo*, Yazbek (1977) afirma que, nesse período, o Serviço Social atravessava sua 3ª fase, ou seja, aquela que, ainda sob a influência norte-americana, iria contribuir para as políticas de desenvolvimento. Já o período que Yazbek (1977) denomina de 4ª fase vivida pela profissão, em que o movimento de reconceituação emergiu e buscou por um modelo teórico para a intervenção na realidade do país e que se iniciou, segundo a autora, em 1965, para Fernandes (1987), vem a ser a *fase de irrupção do capitalismo monopolista*, que emergiu no fim da década de 50 e se solidificou no pós-revolução de 1964.

1.2. As configurações do ensino de Serviço Social

Como evidenciado, o Serviço Social brasileiro não emergiu da iniciativa estatal, contudo, foi através da aliança entre o Estado e a Igreja que a profissão, a partir dos anos 1930, passou a ser recrutada pelas instituições estatais para intervir de forma específica no seio da divisão sócio-técnica do trabalho, ou seja, para atuar nas conseqüências da industrialização e da urbanização, minimizando os então denominados conflitos sociais.

No que se refere especificamente ao ensino de Serviço Social, inicialmente, a formação dos assistentes sociais enfocava uma intervenção profissional em direção a uma prática assistencial preventiva para minimizar as seqüelas resultantes do processo de industrialização do qual foi alvo a região sudeste do país.

Para Carneiro (1998, p.18), *a prática profissional do assistente social se realizava como desmembramento da Ação Social e da Ação Católica da Igreja, por intermédio do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) que refletia o processo de reorganização do movimento católico (reação católica).*

O CEAS objetivava formar seus integrantes conforme os preceitos da Doutrina Social da Igreja (DSI), fundamentada pelas Encíclicas papais de 1891 e 1931. Do assistente social era esperado um perfil determinado, devendo

[...] ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação deve corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicabilidade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e conversar, etc (CARVALHO, 1980 p.64).

O candidato a assistente social que aliasse as qualidades expostas por Carvalho teria sua formação profissional a partir de quatro aspectos considerados primordiais: *científico, técnico, moral e doutrinário*.

No aspecto *científico*, a formação se embasava na filosofia, em noções de Homem e de Mundo, de vida física, psicológica, econômica, moral e jurídica; em questões referentes ao que é o estado normal e o estado que envolve perturbações às quais estão sujeitos os seres humanos na vida em sociedade. Portanto, todo um referencial embasado nas Ciências Sociais era utilizado para explicar o comportamento humano e seus desvios na vida em sociedade e/ou grupos.

O aspecto *técnico* visava preparar o assistente social para combater os males sociais, para ensinar o indivíduo a se ajudar, a integrar-se. Para tal, a prática (estágio) realizada em instituições e/ou projetos constituía *o elemento essencial dessa formação técnica, e onde se formaria a mentalidade profissional* (CARVALHO, 1980, p.65). Havia ênfase na formação do aspecto operativo para intervir junto aos problemas sociais. Estes eram analisados a partir da ótica individual: a pessoa deveria ser *ajudada a ajudar-se* para então, efetivamente, ajustar-se ao seu meio.

A formação *moral* era, na concepção de Carvalho (1980), o *coroamento* do trabalho de preparação do assistente social que seria, por assim dizer, *investido* de uma formação moral cristã sólida, isto é, seria uma pessoa exemplar. Esta formação moral sólida com base confessional propiciaria a intervenção profissional com caráter educativo e disciplinador, que era o objetivo da profissão.

Os valores e critérios morais e éticos cristãos internalizados pela profissão refletiam na prática realizada, quer dizer, os problemas sociais eram diagnosticados e tratados pela profissão a partir de um julgamento moral do proletariado. Os profissionais organizavam uma

entidade para disciplinar, orientar o ensino e a formação para as Escolas de Serviço Social. Ressalta-se que Escolas/Cursos criados fora da orientação católica não eram credenciados e/ou admitidos como parte da entidade. A formação *doutrinária* era a base para todos os outros aspectos da formação do assistente social, que deveria acontecer dentro da doutrina Cristã.

Carvalho (1980) refere que, ao analisar os programas da Escola de Serviço Social da PUC de São Paulo e do Instituto Social do Rio de Janeiro, observou carência de objetividade e coerência, tendo em vista que

[...] abarcam (especificamente nos aspecto científico) uma infinidade de assuntos – através de noções gerais - díspares entre si. As próprias Escolas reconhecem a inexistência de uma sistematização que justifique o Serviço Social enquanto ramo do conhecimento e a ausência de uma metodologia própria. As próprias técnicas não possuem uma teorização que as possam sustentar. A formação técnica remete essencialmente à prática (CARVALHO, 1980, p. 65).

A formação, que no início tinha influência marcadamente européia, refletia uma base mais doutrinária do que científica, sendo que a análise e a apreensão da realidade eram subsidiadas por critérios éticos e morais da filosofia tomista, tendo por base o julgamento valorativo dos fenômenos/problemas sociais.

Carneiro (1998, p.22) expõe que, desde sua origem o Serviço Social *se desenvolve marcado por uma contradição básica – uma intensão subjetiva de superação das diferenças sociais (utopia cristã) e uma ação efetiva que consolida a reprodução das desigualdades sociais a partir do exercício do controle ideológico dos grupos sociais.*

O referencial era compatível com a racionalidade imposta pelo capitalismo e nesse sentido o Serviço Social via a sociedade como um todo orgânico que se encontrava em equilíbrio; os problemas sociais seriam disfunções que deveriam ser corrigidas, ajustadas. Portanto, *a ordem social, segundo essa perspectiva, tem que ser mantida através de um processo de regulação das relações sociais para atender as necessidades da reprodução capitalista* (CARNEIRO, 1998 p.26).

A profissão, na perspectiva funcionalista, passou a analisar a realidade social a partir dos fenômenos sociais, adotando a idéia de adaptar o indivíduo ao meio, à sociedade, e sua

intervenção se operacionalizava através dos Métodos de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade (DC). O trabalho profissional tinha, então, como característica, o domínio da técnica e dos instrumentos para atender aos padrões de racionalidade assistencial. A profissão distanciou-se da mera distribuição da caridade e começou a executar as políticas sociais estatais e patronais, que se tornaram grandes empregadores de assistentes sociais. Partiu-se para uma busca maior pelos aportes teóricos das Ciências Sociais, que passaram a influenciar o Serviço Social, em especial, a psicologia e a sociologia norte-americana.

De fato, o Serviço Social norte-americano influenciou de forma totalizante o Serviço Social brasileiro. As obras clássicas de Richmond, Hamilton e Konopka deram o caráter científico que a profissão demandava e tornaram-se temas obrigatórios na formação profissional, dos anos 1940 em diante. Neste período, o país já contava com assistentes sociais aqui formadas (Kfourri, Junqueira, Vieira), que se dedicavam à formação e à publicação, embora restrita, de alguns textos que, aos poucos, desencadearam um pensamento brasileiro sobre a profissão.

Cabe destacar que estas autoras, de acordo com Netto (1992), associavam o sincretismo do pensamento conservador expresso pela filosofia neotomista com o pensamento norte-americano expresso na psicologia e na sociologia. Evidenciava-se, no ensino, a ênfase nos três Métodos: Caso, Grupo e DC.

Nos anos 50, o coletivo de profissionais de Serviço Social direcionou-se firmemente para a regulamentação da profissão. O ensino passou a contar com os encaminhamentos e as recomendações das Convenções Anuais da ABESS e, além disso, com o aporte legal conferido pela Lei nº 1889 de 13/06/1953, que normatizava, para as Escolas e/ou Faculdades, o ensino e a formação profissional. Tal lei, regulamentada pelo Decreto nº 35.311 de 08/04/1954, regulava sobre os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e ainda sobre as prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes sociais e agentes sociais. Trazia em seu bojo o germe da regulamentação profissional ao garantir estas prerrogativas, denotando as especificidades do agir profissional.

O ensino de Serviço Social, na época, tinha por objetivos, de acordo com o Art. 1º:

I - Prover a formação do pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social;

II - Prover a formação do pessoal habilitado para execução e direção de órgãos do Serviço Social e desenvolvimento de seus ramos especiais (BRASIL, 1953, art.1º).

Pela lei em questão, o ensino do Serviço Social deveria ser realizado em três séries, no mínimo, com a duração de um ano cada uma, sendo a formação considerada de nível superior. Para tal e dentro da orientação metodológica compatível com o nível superior do curso, a formação teórica e prática de Assistentes Sociais compreendia o estudo das disciplinas:

I - Sociologia e Economia

Direito e Legislação Social;

Higiene e Medicina Social;

Psicologia e Higiene Mental;

Ética Geral e Profissional.

II - Introdução e fundamentos do Serviço Social:

Métodos do Serviço Social;

Serviço Social de Casos - de Grupo - Organização Social da Comunidade:

Serviço Social em suas especializações;

Família - Menores - Trabalho - Médico.

III - Pesquisa Social (BRASIL, 1953, art.3º).

Existia, no texto dessa lei, uma recomendação especial em relação ao aprendizado prático: as aulas de Serviço Social deveriam atingir $\frac{1}{4}$, no mínimo, do total das aulas, e as Escolas de Serviço Social deveriam organizar os seus programas de modo que no 1º ano houvesse preponderância da parte teórica, no 2º ano fosse observado o equilíbrio entre a parte teórica e a prática e no 3º ano houvesse preponderância da parte prática.

Observa-se, inclusive, uma reserva de mercado de trabalho em relação ao ensino, tendo em vista que o provimento de cadeiras nas Escolas de Serviço Social era feito por meio de professores contratados, sendo assegurada a regência das cadeiras ou disciplinas de Serviço Social exclusivamente a Assistentes Sociais que tivessem diplomas registrados na Diretoria de

Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC) ou, excepcionalmente, a algum profissional estrangeiro especializado. Havia a preocupação de assegurar a docência das disciplinas específicas aos profissionais formados na área e com prática de, pelo menos, três anos de docência, de acordo com o parágrafo único: *No provimento das cadeiras de Serviço Social referidas neste artigo, fica ressalvado o direito daqueles que as venham lecionando pelo menos há três anos* (BRASIL, 1953).

Em relação ao candidato, a seleção, na maioria das Escolas e/ou Faculdades, se dava após exigências documentais para inscrição e prova de conhecimentos, de acordo com um programa de seleção elaborado pela Instituição de Ensino. Os requisitos exigidos pela lei eram:

- I - Prova de registro civil, que comprove a idade mínima de 18 anos;
- II - Prova de conclusão de curso secundário completo;
- III - Atestado de idoneidade moral;
- IV - Atestado de sanidade física e mental (BRASIL, 1953).

Outro dado que merece ressalva é o fato de que a profissão apresentava características femininas, ou seja, trazia embutida uma formação destinada à mulher. Barroco (2003) assim se expressa sobre o assunto:

A formação moral da mulher, nos moldes conservadores, lhe confere “virtudes” que passam a compor determinados papéis: educada para assumir a responsabilidade na educação moral e cívica dos filhos, a mulher é potencialmente formada para profissões que se legitimam socialmente como “profissões femininas”, das quais se exige um perfil adequado a padrões morais conservadores, do que propriamente qualidades técnicas e intelectuais (BARROCO, 2003 p.78).

O Trabalho e Conclusão de Curso (TCC) era abordado no Art. 10: *Ao aluno que houver terminado o curso ordinário e sido aprovado no trabalho final de sua exclusiva autoria será conferido o diploma de Assistente Social*. O referido trabalho era, pois, requisito a ser cumprido para a colação de grau.

Na época de sua aprovação, a Lei resguardou os direitos dos Agentes Sociais, visto que, no início do processo de formação, havia também escolas técnicas:

Art. 14: Ficam resguardados os direitos dos atuais Agentes Sociais com função nos vários órgãos públicos, sendo-lhes facultado obter o diploma de Assistente Social, mediante provas prestadas nas Escolas de Serviço Social, das matérias constantes do currículo escolar e não incluídas nos cursos que hajam freqüentado.

Parágrafo único. Aos Agentes Sociais, qualquer que seja sua denominação, serão assegurados os direitos e vantagens previstas nesta lei, desde que venham, em caráter de assistente social, exercendo a profissão há mais de cinco anos (BRASIL, 1953).

Apesar de a lei tratar somente do Ensino, ela foi o primeiro passo rumo ao reconhecimento da profissão, foi uma vitória política dos profissionais porque, a partir de uma formação única no país, se caminharia para a etapa seguinte, que era a do reconhecimento da profissão.

1.3 Novas configurações para a profissão, o movimento de reconceituação

Como exposto anteriormente, ao final dos anos 50, o Serviço Social brasileiro atingiu status de profissão com a regulamentação através da Lei Nº. 3252/57. Neste período, o coletivo da profissão já estava inserido no cotidiano brasileiro que, tal como o mundo todo, viveu, nos anos cinquenta, intensa movimentação de discussões paradigmáticas, de efervescência cultural e social.

Na esfera econômica, o capitalismo monopolista acentuou-se, com a reorganização dos mercados e do sistema de produção, com operações comerciais, financeiras e industriais das grandes corporações, predominantemente estrangeiras, se fixando no país (FERNANDES, 1987).

No que se refere à modernização do Estado, Nogueira (1998, p.99) expõe que, no processo de industrialização desta década, o Estado brasileiro não foi pródigo em avançar *para uma gestão pública ou de aparelhamento técnico administrativo do Estado*. O saldo positivo estatal foi a consolidação do planejamento econômico e a visão de necessidade de que as políticas deveriam ser planificadas na esfera governamental.

O país viveu, neste período, sob a égide da chamada coligação desenvolvimentista¹⁷ composta por integrantes da burguesia financeira, comercial e industrial que definiu uma nova orientação para a economia através da abertura aos capitais estrangeiros americano, japonês e europeu.

Na transição do Governo de Vargas para o de Kubitschek ocorreu, segundo Ianni (1986), uma mudança essencial na ideologia do desenvolvimento:

[...] modificaram-se os alvos das estratégias políticas de desenvolvimento: passou-se das formulações e decisões que orientavam no sentido de criar um sistema econômico do tipo nacional para as formulações e decisões que se orientavam no sentido de desenvolver um sistema capitalista de tipo associado. No primeiro caso, pretendia-se superar a dependência por intermédio da nacionalização das decisões sobre a política econômica. No segundo, procurou-se realizar o desenvolvimento econômico por meio de reelaboração das condições de dependência. Nesse sentido é que à mudança da direção e do sentido da política econômica governamental corresponde a metamorfose interna da ideologia desenvolvimentista. Em termos sintéticos, este era o percurso ideológico inerente ao pensamento representado por Vargas: a industrialização seria o caminho mais curto para a criação de um capitalismo nacional. No pensamento representado por Kubitschek, por outro lado, o percurso ideológico era o seguinte: a industrialização somente seria possível no contexto da interdependência e associação [...] Vargas procurou compatibilizar ideologia nacionalista e política econômica do tipo nacionalista. Kubitschek, por seu lado, realizou o seu governo jogando, simultaneamente, com a ideologia nacionalista e uma política econômica do tipo internacionalista (IANNI, 1986, p.189-190).

Juscelino, através do slogan *1950 anos de progresso em 5 anos de governo*, tinha a modernização do país como eixo do seu discurso como candidato e a nova capital não apenas se encaixou perfeitamente nesse discurso mas também passou a simbolizar a própria modernidade. Depois de eleito, JK assinou a Mensagem de Anápolis, lançando as bases para a criação da Cia.

¹⁷**Desenvolvimentismo:** [...] Ao se examinar o conteúdo histórico-estrutural do desenvolvimentismo, verifica-se que se trata de uma ideologia da transição, isto é, de consolidação do predomínio da burguesia industrial. Todavia, como nenhuma ideologia de classe pode restringir-se ao âmbito da própria classe, já que esta é dominante, o desenvolvimentismo engloba as outras classes. Implica a afirmação de que a indústria é superior à agricultura, que o capital industrial é mais fecundo que o agrícola. Nesse sentido, contém uma valorização do investimento produtivo (industrial) e, simultaneamente da poupança. [...] Ela faz a apologia da mecanização de toda a produção, já que a máquina se transforma no símbolo do sistema, da racionalidade máxima alcançada pela organização da produção. Isto implica a modernização das condições de vida, em todas as esferas. Assim, a maquinização transcende à fábrica, invade a agricultura, penetra a casa. A felicidade do homem, agora, se mede pelo número de objetos mecanizados que ele tem a seu dispor, para uso pessoal, em média. O automóvel e a televisão, ambicionados por setores cada vez mais amplos da população, simbolizam um estágio superior da civilização industrial. (IANNI, Octávio. **Estado e Capitalismo**. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1989 p.105).

Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), que iniciou os trabalhos em 03 de novembro de 1956, seguindo o projeto de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. A inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, realizou-se com grande festa, foi coberta por jornalistas de diversos países e vista como início de uma Nova Era.

Para Ianni (1986, p.155-156),

[...] na época em que Kubitschek assumiu o poder, o País já se encontrava razoavelmente preparado para por em prática uma política econômica relativamente planejada. O poder público havia incorporado os elementos essenciais da técnica do planejamento, conforme ela podia ser aplicada no Brasil. A acumulação das experiências anteriores (inclusive as inacabadas, ou apenas esboçadas) e a sedimentação do debate técnico e político sobre o desenvolvimento, industrialização, economia nacional, planejamento, emancipação econômica etc, haviam preparado os grupos econômicos e políticos dominantes para aceitar e levar adiante a política econômica governamental.

Identificar a idéia de desenvolvimentismo no governo JK não é difícil; significava, na prática, o aumento da produção industrial, a urbanização, isto é, obras. Durante esse período, a taxa de crescimento real da economia foi acentuada, com a produção industrial crescendo significativamente. Tal desenvolvimento foi definido em decorrência de um planejamento específico, que priorizou a substituição de importações nos setores de bens de capitais e bens de consumo duráveis pela produção industrial interna.

Como bem expressam Iamamoto & Carvalho (2007, p.341),

[...] o desenvolvimentismo visa a uma integração mais dinâmica do sistema capitalista. A especulação presente na ideologia desenvolvimentista sobre as razões do subdesenvolvimento percebe que este se deve ao predomínio do modelo agrário-exportador e/ou ao ainda fraco desenvolvimento industrial do país (indústrias de transformação). A meta é nesse sentido, a industrialização de base do país, o que aproxima o significado entre desenvolvimento – industrialização, devendo aquele ser acelerado e auto-sustentado – e para tanto sendo necessário que a industrialização se desenvolva no sentido da produção industrial pesada – garantindo-se a libertação econômica e a própria continuidade da expansão.

O Estado continuou a financiar grande parte das indústrias de base através de novas emissões de moedas ou de empréstimos externos. O que se pretendia era um processo de integração com outros setores da vida nacional. Já o setor de bens de consumo desenvolveu-se a

partir da internacionalização da economia e para isso utilizou-se a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que garantia a importação de máquinas e equipamentos no exterior, sem impostos, desde que os empresários estrangeiros tivessem sócio nacional. Dessa maneira, realizou-se a abertura do mercado nacional para as grandes empresas estrangeiras, que passaram a investir maciçamente no Brasil, numa época em que havia disponibilidade de capitais devido à retração da indústria de guerra (IANNI, 1986). O mesmo autor destaca que

[...] o governo Kubitschek foi marcado por quatro realizações importantes ainda que de sucesso desigual: o Programa de Metas; a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); a Operação Pan-Americana (OPA) e Brasília. Essas realizações revelam que o governo Kubitschek procurou apresentar soluções novas e audaciosas para alguns problemas fundamentais do capitalismo no Brasil (IANNI, 1986, p.159).

O Plano de Metas visava transformar a estrutura econômica do país com a criação da indústria de base; a Operação Pan-Americana se constituiu numa manobra política e diplomática que visava redefinir as relações Brasil - EUA; a SUDENE foi criada para tentar apaziguar os conflitos econômicos e sociais decorrentes das desigualdades econômicas do Nordeste, conflitos que envolviam as massas camponesas que, politizadas, não aceitavam mais pacificamente as soluções de natureza oligárquica apontadas para a região e que visavam manter o estabelecido anteriormente sem mudanças de natureza estrutural.

A construção de Brasília foi a materialização do plano modernizador de JK, uma nova cidade, totalmente planejada, saída da prancheta mágica de arquitetos que representavam profissionalmente esta modernidade nunca antes vista e/ou desenhada. Brasília e a indústria automobilística, na concepção de Ianni (1986), tornaram-se os *símbolos* do governo de JK, do *novo Brasil* pensado para os brasileiros. Dentre as realizações de JK, destacam-se: a instalação de fábricas de caminhões, tratores, automóveis, produtos farmacêuticos, cigarros; a construção de usinas hidrelétricas de Furnas e Três Marias; a pavimentação de milhares de quilômetros de estradas.

Nesse período, os EUA e as outras nações européias retomavam a expansão imperialista e, apesar do crescimento da produção interna brasileira, cresceu também a sua dependência tecnológica, pois as empresas aqui instaladas continuavam a importar máquinas, e a

dependência financeira, fruto do maior endividamento e da remessa de lucros realizadas pelas multinacionais. O crescimento urbano foi acompanhado pelo crescimento de uma *classe média*, em grande parte vinculada ao setor de serviços, ampliando-se também o consumo. O texto a seguir corrobora o que foi referido anteriormente:

O capitalismo monopolista cria seu próprio espaço ecológico, sociocultural e político na periferia. A questão não é a de “viabilidade”, mas de custos, tempo e operacionalidade. Até que ponto essa interpretação é correta nos demonstra o que aconteceu sob o Governo Kubitschek e os Governos Militares posteriores a 1964. As duas oportunidades foram aproveitamentos com enorme rapidez, evidenciando que as economias centrais estavam preparadas para transformar o controle econômico segmentar em um desenvolvimento capitalista monopolista adaptado, com referência à economia brasileira (FERNANDES, 1987, p.256).

Com um volume menor de dinheiro em circulação, a inflação voltou a crescer e, apesar dos investimentos públicos no setor de serviços, *em 1956, teve uma taxa de 19,2%, ao passo que em 1960, a taxa foi de 30,9%* (IANNI, 1986 p. 175). Por sua vez, as cidades, que não estavam preparadas para o crescimento, atraíam milhares de homens que abandonavam o campo. No entanto, a política para o setor agrário caracterizou-se pela manutenção do modelo tradicional; a concentração fundiária manteve-se e foi menos questionada, uma vez que toda a discussão econômica passou a basear-se no desenvolvimento industrial. Desta maneira, os financiamentos tradicionais garantiram a manutenção do latifúndio ao mesmo tempo em que a não existência de uma nova política para o campo garantia o afluxo constante de mão-de-obra barata para as cidades.

A abertura econômica do capital estrangeiro, a instalação de inúmeras transnacionais, o envio dos lucros dessas empresas ao exterior e os vários empréstimos contraídos junto a instituições estrangeiras deixaram o país numa séria crise financeira. No final do Governo, os principais ramos das indústrias já eram controlados pelo capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que a inflação crescia rapidamente, porém, a crise não obstruiu o ufanismo desenvolvimentista da época.

O governo de JK caracterizou-se pela democracia e pelo crescimento cultural e econômico. A realidade das empresas mudou e junto com a tecnologia vieram os avanços e a complexidade organizacional, o aumento do grau de insatisfação da classe trabalhadora, a importação de modelos gerenciais com o surgimento das multinacionais. Ocorreu também uma

redivisão inter-regional do trabalho, verificando-se forte concentração da indústria na região sudeste e da agricultura no sul e nordeste.

Quanto à proteção social, no governo Juscelino, havia uma estreita relação entre as áreas de assistência social e habitação popular, e sua atenção voltava-se para os Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões que capitalizavam recursos. Na Previdência e Assistência Social, predominavam soluções voltadas para o atendimento individual; no âmbito da habitação popular, as decisões tinham repercussão social: a medida acomodava famílias de trabalhadores, atendendo demandas sociais das massas urbanas. Ocorreu também a implantação do Plano de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (SALTE), com campanhas contra malária, tuberculose, peste, lepra, febre amarela, câncer e outras moléstias, e intensificaram-se a assistência alimentar, a educação sanitária, a assistência hospitalar e médica. (IANNI, 1986).

No fim dos anos cinquenta, o Serviço Social brasileiro, que no seu início sofreu influência externa, assimilou os pressupostos filosóficos do tomismo presente na DSI (influência européia) e da teoria funcionalista, integrantes das Ciências Sociais norte-americanas. A entidade passou a buscar um pensamento próprio, ao receber influência do Serviço Social latino-americano. Este, por sua vez, trouxe a compreensão das peculiaridades do desenvolvimento econômico e social latino-americano, ou seja, da subordinação cultural, econômica e política do continente aos países centrais, aos grandes impérios econômicos, subordinação esta que passou a ser questionada pelo coletivo da profissão, visto que a riqueza produzida socialmente por muitos era usufruída/compartilhada por poucos. Em resumo, timidamente, o coletivo da profissão passou a discutir sua teoria e prática, visando mudanças.

Neste contexto, ocorreram as primeiras manifestações contrárias à manutenção da ordem vigente até então defendida pelo Serviço Social; a profissão começou a mudar seu eixo teórico e a se aproximar, teoricamente, de uma leitura crítica da realidade, conforme evidenciado nos estudos de Ammann¹⁸. No país, o período compreendido entre meados dos anos 1950 e o golpe de 1964 foi marcado pela *mística desenvolvimentista* e pela consciência de que era necessária a implementação das denominadas reformas de base. O ensino, nos vários níveis, voltou-se para atender estas demandas e inúmeras instituições, entre elas, a Igreja Católica, começaram a rever suas práticas (SILVA, 1991).

¹⁸ AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. São Paulo, Cortez, 1980.

Conforme Iamamoto e Carvalho (2007), na década de 1960, o Serviço Social sofreu uma franca expansão. O período trouxe em seu bojo as mais acentuadas transformações para a profissão. Para os autores, houve, na profissão, um processo de modernização tanto dos seus agentes quanto do corpo teórico, isto é, dos métodos e das técnicas utilizadas pelos profissionais.

O movimento de reconceituação expressou um conjunto de características que deu nova configuração ao Serviço Social em oposição à herança tradicional. Não se pode deixar de destacar a produção teórica do movimento, resultado de três Seminários¹⁹ organizados pelo CBCISS com o objetivo de discutir e teorizar o Serviço Social brasileiro. A renovação, aliada às transformações sociais dos anos 60, propiciou um novo rumo para a profissão. A característica principal do movimento estava na oposição ao tradicional, como bem expressa Netto (1981):

Creio que é necessário distinguir claramente Serviço Social “clássico” de Serviço Social “tradicional”. Serviço Social “clássico” denota o exercício profissional tal como foi postulado pelos agentes profissionais que se dedicaram a um mínimo de sistematização, constituindo de fato as *fontes* do Serviço Social (Mary Richmond é o exemplo mais típico). Por Serviço Social de enfoque “tradicional”, deve entender-se a prática empirista, reiterativa, paliativa, burocratizada que os agentes realizavam e realizam *efetivamente* na América Latina. Evidentemente há um nexos essencial entre ambos: parametra-os uma ética liberal burguesa e sua teleologia consiste na correção – numa ótica claramente funcionalista – de resultantes psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável (NETTO, 1981, p.59 -60, nota 3).

A grande indagação do movimento, de acordo com Netto (2005, p. 09), foi a seguinte: *qual a contribuição do Serviço Social na superação do subdesenvolvimento?* O autor acredita que esta questão derivou de condições determinadas: da inserção dos países latino-americanos na nova configuração internacional do trabalho; do colapso dos pactos políticos do pós-guerra com os Países Centrais; do impacto da Revolução Socialista em Cuba; e da fraqueza do programa Aliança para o Progresso, entre outros. Neste caudal de inquietações, os assistentes sociais latino americanos passaram a inquirir sobre o papel da profissão diante da questão posta à realidade latino-americana sobre os processos interventivos profissionais e, principalmente, sobre

¹⁹ DOCUMENTO DE ARAXÁ. In: *Revista Debates Sociais*, nº 4 – CBCISS, Ano III. 5ª ed., Rio de Janeiro, 1967; DOCUMENTO DE TEREZÓPOLIS. In: *Revista Debates Sociais*, Suplemento nº 4 – CBCISS, Ano III. 5ª ed., Rio de Janeiro, 1978; DOCUMENTO DE SUMARÉ. In: *Revista Debates Sociais*, Suplemento nº 8 – CBCISS, Rio de Janeiro, 1980.

o arcabouço teórico utilizado para responder às questões deste cenário político, econômico, cultural e social tão intenso (NETTO, 2005).

Isto tornou movediças as bases tradicionais nas quais o Serviço Social se sustentava e fez com que os Assistentes Sociais, convencidos da necessidade de mudanças, se voltassem, unidos, em *uma frente profissional que reunia um largo e heterogêneo leque de assistentes sociais (e não só) interessados em promover efetivamente o desenvolvimento econômico e social* (IDEM, IBIDEM, p.10).

A profissão teve sua história marcada pelo movimento. Este fincou bases que possibilitaram a revisão de seus pressupostos e a emergência de um pluralismo teórico e político que lentamente permitiu a construção de um novo projeto profissional²⁰.

Porém, movimento não foi homogêneo, desenvolveu-se com diferentes perspectivas teóricas, com o Serviço Social recebendo denominações diversas: *Serviço Social reconceituado; Serviço Social crítico, Serviço Social alternativo* (CARNEIRO, 1998 p. 32). Não obstante, propiciou à profissão amplas discussões que culminaram com alterações teóricas e práticas no ensino, possibilitando mudanças curriculares, no Código de Ética e nos estatutos da profissão.

Neste cadinho cultural do fim de uma década e início de outra, cresciam as dificuldades populares advindas da inflação e se firmava outro resultado da aplicação da política desenvolvimentista de Juscelino: o aumento da dependência econômica do País em relação aos Estados Unidos. No plano político, nas eleições de 1960, a coligação PSD-PTB indicou o nome do marechal Henrique Teixeira Lott à presidência e o de João Goulart à vice-presidência. Na oposição, a UDN e outros partidos menores apoiaram a candidatura do ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, à presidência. Durante sua campanha, este candidato pregava uma *limpeza* na vida política nacional, através do combate à corrupção, usando como símbolo uma vassoura. O

²⁰ Os projetos profissionais apresentam auto-imagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem as normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases de suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado com o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão. É através da sua organização (envolvendo os profissionais, as instituições que as formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais, etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto (NETTO, 2006, p.4).

resultado do pleito determinou a vitória de Jânio Quadros e de João Goulart (na época, votava-se em separado para presidente e vice-presidente, ambos os cargos concorriam separadamente e não em chapa única, como ocorre nos dias atuais).

Entre os anos de 1960 – 1963, nos mandatos interrompidos de Jânio Quadros e João Goulart, ocorreram intensas mobilizações populares e agitações político-sociais. A base política da sociedade brasileira, na época, era constituída pela burguesia nacional, pelas empresas estatais e pelo capital externo, sendo que a classe trabalhadora, em virtude do aprofundamento da divisão social do trabalho, formava um pólo oposto.

No período que antecedeu o Golpe Militar de 1964, intensificou-se o impasse entre as necessidades sócio-econômicas e políticas demandadas pelos trabalhadores e a impossibilidade de atendê-las a partir do novo padrão de acumulação capitalista. Assim sendo,

[...] O Golpe Militar de 1964, apoiado pelas classes médias urbanas, representou a rearticulação da burguesia em torno do restabelecimento do padrão de dominação burguês incluindo, sem exceção, todas as classes proprietárias – da indústria, comércio e finanças, progressivas e reacionárias, da pequena e médio ao monopólio, do capital nacional às multinacionais. É da natureza desta coligação que decorrem as características do regime instalado, que são o autoritarismo, o fechamento de todos os canais de participação dos trabalhadores e a suposta depuração nas instituições existentes de seu caráter político, em nome de uma racionalidade técnica e administrativa (OLIVEIRA & TEIXEIRA, 1989 p.196).

A partir de 1964, o objetivo dos governos militares era o de recuperar a vida nacional e estabelecer a paz. Entretanto, sob o escopo de uma falsa democracia, utilizaram-se medidas arbitrárias, principalmente para desmobilizar a classe operária e os setores populares. Na época, deu-se o apogeu da centralização político-administrativa do Estado, sendo evidenciada a supremacia do Executivo sobre o Legislativo, e se instalou o bipartidarismo entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Em sua intervenção, o Estado defendia a livre empresa, suprimindo o discurso nacionalista e populista dos governos anteriores. Havia uma evidente influência do imperialismo norte-americano, haja vista que o Estado favorecia a penetração crescente de empresas multinacionais, tendo como metas o desenvolvimento econômico e a segurança nacional. Na esfera social, a política social, em especial a de saúde, privilegiava a assistência individual em

detrimento da coletiva, e foi neste período que se sedimentou o chamado *complexo médico industrial*, com expansão da indústria farmacêutica e de equipamentos médicos.

Mesmo se generalizando a idéia de que o sistema administrativo estatal era obsoleto e não mais respondia às necessidades econômicas e sociais do país, este sistema não foi reorientado pela *atitude de planificação*. O que ocorreu foi a criação de um novo sistema, que também não correspondeu às demandas porque havia a convicção de que a reforma administrativa seria onerosa, comprometeria o planejamento estatal e atrasaria a industrialização. Em síntese, havia, por parte das elites, o convencimento de que era necessário um atalho para chegarem ao aparelhamento do Estado e à construção de um *aparato técnico administrativo vocacionado para o desenvolvimento* (NOGUEIRA, 1998, p.99).

De acordo com o mesmo autor, o reformismo ocorreu em 1967, em pleno período militar, através do Decreto - Lei 200, que foi a mais contundente tentativa de retomar a idéia de uma reforma administrativa planejada. Do referido decreto emergem os seguintes princípios estratégicos: planejamento, descentralização, coordenação e controle; estímulo à expansão das empresas estatais e órgãos independentes (fundações públicas) e semidependentes (autarquias); fortalecimento e expansão da meritocracia; fixação das diretrizes para um novo plano de classificação de cargos; favorecimento da racionalidade e coordenação, reagrupando departamentos, divisões e serviços nos Ministérios (IDEM, IBIDEM).

A Constituição de 1967 foi semi-outorgada e centralizou grande poder para as forças armadas, uma vez que o cenário político do momento evidenciava uma ideologia autoritária através da organização, planejamento e dirigismo técnico²¹.

Ao final dos anos sessenta e início dos anos setenta, a economia caracterizou-se pelo controle do crédito bancário, pela redução da inflação, pela contenção do déficit governamental, pelo aumento das exportações, com crescimento da taxa do Produto Interno Bruto (PIB), e pela expansão das multinacionais.

Julga-se oportuno observar que

[...] os governos dos anos 1964-1985 adotaram diretrizes econômicas que podem ser consideradas do mesmo gênero. Quanto aos seus objetivos, as políticas econômicas dos Governos Castello Branco, Costa e Silva,

²¹ No período de Governo Militar, foram elaborados os planos: *Programa de Ação Econômica do Governo* (1964-1966); *Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social* (1967-1976); *Programa Estratégico de Desenvolvimento* (1968-1970); *Metas e Bases para Ação Governamental* (1970-1972) e os *I, II, e III Planos Nacionais de Desenvolvimento*(1972-1985) (IANNI, 1986).

Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo orientaram-se na mesma direção. Dentre os seus principais alvos e realizações, destacam-se os seguintes; reduzir a taxa de inflação; incentivar a exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionalizar o sistema tributário e fiscal; estimular, sob controle governamental, o mercado de capitais; criar condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros; conter os níveis salariais em todos os setores da produção; estimular a modernização das estruturas urbanas; executar o plano habitacional; criar a indústria petroquímica; estabelecer novos objetivos e criar novos meios na política de ocupação e dinamização da economia da Amazônia; ampliar limites do “mar territorial”; defender e estimular a indústria do café solúvel; formular uma política brasileira de energia nuclear; modernizar as estruturas universitárias; retomar os estudos sobre a reforma agrária; propor o plano de “integração nacional”; etc. (IANNI, 1986, p.229).

A sociedade brasileira, em contrapartida, foi penalizada com forte contenção salarial, concentração de renda sob controle de uma minoria e elevação do número de empregados entre as camadas com pouca qualificação. A ideologia dominante na esfera econômica era a de que, após o crescimento econômico, haveria a divisão das riquezas.

A insatisfação política e social entre as camadas populares forçou o Governo Militar a adotar medidas legais para salvaguardar o seu poder. Criou-se, neste momento, um dos instrumentos legais mais duros e repressores: o Ato Institucional nº 05 de 13/12/1968. O AI 5, como ficou popularmente conhecido, cerceava as liberdades individuais, partidárias e de grupos, porém, mesmo assim, não impediu manifestações sindicais, populares e de trabalhadores na região sudeste.

A política social foi fortemente subordinada à economia, concretizando o crescimento econômico por meio de uma estrutura tributária repressiva. Alguns programas sociais foram criados sem, contudo, alterar de forma significativa a renda da população: Programa de Integração Social (PIS); Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP); e Plano Nacional de Saúde (PNS), destacando-se a inclusão do trabalhador rural e doméstico no sistema previdenciário. Em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e a partir de então, surgiram leis que regulavam: o salário maternidade; o amparo aos maiores de 70 anos e aos inválidos (denominação dada, à época, para a pessoa portadora de deficiência), através de pagamento de renda mensal vitalícia; a extensão do seguro de acidente de trabalho ao trabalhador rural. O MPAS, como órgão de comando e controle da área assistencial

no Brasil, *deu início a uma série de medidas que dimensionaram os novos limites da Previdência Social* (OLIVEIRA, 1986, p.86).

Dentre as medidas do MPAS destaca-se a proposta pela Lei nº 6469/77, que reorganizou a Previdência Social e criou o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), composto de autarquias, fundações, empresa pública e órgão autônomo, órgãos estes que são citados por Oliveira (1986):

Autarquias: Instituto Nacional de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS); Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); e Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

Fundações: Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM).

Empresa Pública: Empresa de Processamentos de Dados da Previdência Social (DATAPREV).

Órgão Autônomo: Central de Medicamentos (CEME).

Em relação ao Serviço Social, contraditoriamente, observa-se que o coletivo profissional desenvolvia seu processo interventivo com características de uma modernização conservadora e, ao mesmo tempo, se aproximava cada vez mais de uma leitura crítica da realidade como um modelo teórico-prático; o grande demandatário dos serviços profissionais dos assistentes sociais era a esfera governamental federal (comandada por uma ditadura militar).

Ressalta-se que, em decorrência da teorização iniciada pelo Movimento de Reconceituação, os Documentos propostos pelo CBCISS resultaram em mudanças no eixo da formação. Esta começou a se desvincular da DSI, adotando a produção do Serviço Social brasileiro, contudo, apresentando ainda forte vinculação conservadora.

O SINPAS tornou-se o grande empregador público de assistentes sociais, que nele desenvolviam programas sociais específicos, abrangendo como usuários: trabalhadores rurais e urbanos em programas de saúde e/ou reabilitação de acidente de trabalho, perícias médicas; crianças e adolescentes em risco social; mães, gestantes e idosos; pessoas portadores de deficiência, entre outros.

No fim dos anos 1970 e com maior ênfase nos anos 1980, deu-se a redemocratização do país. O coletivo do Serviço Social participou efetivamente deste processo, construindo um contraponto ao projeto hegemônico conservador que a profissão mantinha até então. Para isso,

vinculou-se aos processos democráticos que visavam subsidiar a Assembléia Nacional Constituinte e liderou um movimento efervescente de luta de ampliação da cidadania, visando a distribuição das riquezas produzidas socialmente, o reconhecimento dos direitos sociais a serem inscritos no capítulo sobre a Seguridade Social, então, ainda como projeto para a nova Carta Magna. A profissão como uma totalidade deslocou seu enfoque: protagonizou uma explícita aproximação e, posteriormente, fixou suas bases na teoria crítica, mas sempre com forte retração da chamada ala tradicional e conservadora.

O último Governo Militar (1979 – 1984) teve a tarefa de proceder à transição do Regime Militar para o Civil diante do agravamento da situação econômica e política do país. Essa conjuntura exigia, por parte do governo, uma parcial descentralização do poder, com participação decisória de segmentos da sociedade, sem, no entanto, dividir o poder.

Na esfera política nacional, medidas foram adotadas no sentido da retomada da democracia, entre elas: a Lei da Anistia (1979), a Lei da Reforma Partidária (1979), as eleições de 1982 (erradicando-se a nefasta indicação dos chamados representantes biônicos – prefeitos das capitais, governadores e parcela dos senadores), o que possibilitou a abertura política, tanto no que se refere aos partidos políticos quanto em relação aos movimentos populares. Finalmente, a abertura política que vinha se processando no contexto brasileiro culminou com a eleição, ainda por meio do Colégio Eleitoral, de um presidente civil – Tancredo de Almeida Neves.

Neste período, a renovação profissional que vinha sendo engendrada no âmbito do Serviço Social brasileiro se explicita no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, em 1979. A plenária, contrária às propostas da comissão organizadora, exigiu mudanças na condução do evento e na dinâmica dos trabalhos, contrapondo-se ao autoritarismo da Comissão Organizadora.

Neste evento, que ficou conhecido como o *Congresso da Virada*, ocorreu um ato simbólico importante: foi destituída a Comissão de Honra do Congresso, por representantes políticos da Ditadura Militar, e a mesa de encerramento foi composta por representantes de movimentos dos trabalhadores e de movimentos populares e líderes sindicais (BRITES e SALES, 2008).

Ressalta-se que esta abordagem sobre o Estado Brasileiro focaliza o contexto sócio-econômico e cultural brasileiro no qual o Serviço Social surgiu como profissão e teve instituída a formação de assistentes sociais no Brasil. Santa Catarina viveu um processo econômico, cultural

e social similar ao que correu no país, apresentando, porém, características e peculiaridades próprias, que serão objeto de estudo na próxima seção.

SEÇÃO II:

AS PARTICULARIDADES DO DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA E A DEMANDA POR ASSISTENTES SOCIAIS.

Tomando emprestada a idéia de Marx (2006) de que são os homens que fazem a história, esta Seção tem como objetivo trabalhar, ainda que brevemente, o contexto sócio-histórico de Santa Catarina para se entender o surgimento da demanda por assistentes sociais e pela formação destes profissionais no estado.

Assim, inicialmente, entende-se que um determinado espaço geográfico é configurado através de múltiplas determinações, através do imbricamento de atos e ações que levam a história para um determinado rumo; o que os historiadores denominam de evento, pode ser apreendido de uma maneira direta e completa ou pode ser incompleta, pesquisada em documentos ou testemunhos por *tekmeria*¹, ou seja, por conexões naturais e necessárias que nos dão um caráter de certeza até que se prove o contrário.

Portanto, o conhecimento das particularidades dos processos sociais, econômicos e culturais desse estado se faz importante para que se possa compreender como se configurou a demanda por assistentes sociais e como se chegou à proposta de formação de assistentes sociais.

Considerando-se o período de interesse para esse estudo, que se concentra entre os anos de 1950 e 1983, três pontos se destacam: o cenário, o desenvolvimento das forças produtivas e a demanda por quadros qualificados. Nesse sentido, a fundação da Universidade de Santa Catarina (USC) emerge como consequência do desenvolvimento econômico social catarinense.

¹De acordo com Francisco Chagas Vieira Lima Júnior, em seu texto **Retórica Historiográfica na Antiguidade**, Aristóteles estabeleceu que: "os *tecméria* [τεκμηρίους], as verossimilhanças (*eikós*) e os sinais (*semeion*) são as premissas da Retórica". O *eikós*, se caracteriza como o "verossímil", um tipo de certeza humana, mas não científica, que pode servir de premissa ao entinema. É uma idéia geral fundada em julgamentos formados mediante experiências e induções imperfeitas [...] O *tekmêrion*, por sua vez, é o "indício seguro", o signo necessário ou também o signo indestrutível, e que não pode ser de outra maneira. Uma mulher, por exemplo, que deu à luz é o indício seguro (*tekmêrion*) de que teve contato sexual com um homem. Desse modo, o *tekmêrion* se fundamenta em conexões necessárias existentes na realidade, cujos fios e rastros podem ser seguidos para que se alcance a veracidade das coisas. (Disponível em: www.webartigos.com. Acesso em: 22/04/09).

2.1 O cenário territorial e político, as particularidades de Santa Catarina

Neste item, abordam-se as particularidades do território e da sua política, e traça-se uma breve história da industrialização do estado, bem como das tentativas patronais e governamentais para o enfrentamento da questão social decorrente do processo de urbanização e industrialização que, a partir do início dos anos 1950, passou a chamar atenção.

2.1.1 A ocupação do território

Sobre o processo de ocupação do território catarinense, é importante destacar que o mesmo recebeu forte impulso a partir da segunda metade do século XVIII, com a vinda dos imigrantes europeus. A política adotada pelo Governo Imperial brasileiro visava ocupar terras devolutas e substituir a mão-de-obra escrava, cada vez mais difícil de ser obtida devido à expansão de leis de proteção contra escravidão² que refletiam negativamente na economia agrícola³.

No século XIX, especialmente a partir de 1870, o Império brasileiro passou a enfrentar dificuldades crescentes e decorrentes da ordem econômica, principalmente devido à expansão agrícola e à substituição da mão-de-obra escrava por trabalhadores assalariados, daí o incentivo à imigração através de companhias colonizadoras.

A política de estímulo à imigração adotada em Santa Catarina foi similar à de outras regiões (Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Espírito Santo, por exemplo). Ressalta-se que o uso da mão de obra escrava, nestes estados, não foi expressivo se comparado com o de São Paulo e Minas Gerais (CABRAL, 1987).

A vinda dos imigrantes europeus para o Brasil deu-se em decorrência das adversidades econômicas por que passava o Velho Continente, do excessivo contingente

²**Lei Eusébio de Queiróz**, de 1850, que proibia o tráfico de escravos; **Lei do Ventre-Livre**, que declarava livres os filhos de escravos nascidos após 1871; **Lei Saraiva – Cotegipe**, de 1885, que libertou os escravos sexagenários; **Lei Áurea**, de 1888, que extinguiu a escravidão no país (SACHET, 1997).

³Em Santa Catarina, nos estudos feitos até o momento, não se encontraram referências sobre a contradição capital X trabalho nos últimos anos do século XIX. Observa-se que isto se deve ao modelo econômico vigente na província no período.

populacional da Europa, do interesse do governo brasileiro e também das *promessas* de um futuro melhor apregoado pelas sociedades colonizadoras que fizeram convênios/contratos com o Governo Imperial. Com efeito,

[...] as motivações que levaram estes milhões de imigrantes europeus a cruzar o oceano são basicamente as mesmas que impeliram irlandeses, italianos, poloneses e outros povos marginalizados do processo de industrialização a adotar atitude idêntica. Santa Catarina (e o sul do Brasil) representam uma sobrevivência ao capitalismo que se encontra em crise. Devido ao desenvolvimento da grande indústria, surge um contingente de pessoas nas cidades e nos campos europeus que se tornam arruinadas pela concorrências das grandes empresas: são os artesãos e operários lançados ao desemprego e também os camponeses tornados obsoletos com a revolução agrícola. A sobrevida representa tanto a transferência de capital como força de trabalho. É a época em que companhias de colonização para a América transformam-se em negócios lucrativos. Santa Catarina, isto é, “A Europa que deu certo” conecta-se com o mundo (AUED, 1999, p. 25).

As empresas colonizadoras estipulavam condições para a imigração no que se refere a bens pessoais e instrumentos de trabalho e havia um direcionamento para a atividade agrícola, daí a razão dos imigrantes serem *aconselhados* sobre as ferramentas mais usadas no Brasil.

Em seus estudos, Lottin (2000, p.49) descreve uma destas recomendações:

[...] os instrumentos aratórios mais usados hoje no Brasil são: machado, foice, enxada, cavadeira e a pá de ferro. Já principiaram a usar o arado, e há terrenos no Patrimônio em que será útil e muito por facilitar tanto o trabalho que se costuma fazer por meio de enxada. São isentos do direito de importação os seguintes objetos, quando acompanharem o imigrante no mesmo navio, a saber: Alfaias, ou outras coisas de uso diário, vestuário usado, catres ou camas que estiverem em relação às posses e condição dos imigrantes, louça ordinária de serviço, instrumentos próprios à lavoura ou profissão que vierem a exercer, móveis de qualquer espécie, na quantidade indispensável à família e uma espingarda de caça a cada adulto.

As narrativas dos descendentes expõem as dificuldades pelas quais passaram os primeiros imigrantes, visto que muitos eram moradores de cidades européias, eram artesãos e ao chegarem ao novo país, se depararam com um território inóspito, habitado por indígenas, sem acesso viário e/ou infra-estrutura de qualquer natureza.

A vida dos europeus em terras brasileiras teve início com a derrubada da mata para construírem suas primeiras casas e, posteriormente, passaram a se dedicar a agricultura. Havia poucas estradas de ligação, os imigrantes desembarcavam nos portos de Itajaí, Desterro e Laguna e se deslocavam, muitas vezes, a pé.

Referindo-se ao expressivo contingente de trabalhadores urbanos, por exemplo, na Colônia Blumenau , em 1850, Aued (1999, p. 73) assim se pronuncia:

Entre os primeiros 17 imigrantes havia 11 homens adultos. Destes, apenas 3 eram lavradores, 1 era veterinário, 1 agrimensor e 5 eram artesãos: ferreiros, carpinteiros, funileiros, etc. Em 1852 havia na Colônia, 80 homens de 20 a 60 anos de idade. Destes pelo menos 17 eram artesãos. No entanto, todos trabalhavam na lavoura, dedicando-se a seus ofícios, eventualmente, como ocupação secundária.

No que diz respeito à expansão e ocupação do território oeste, esta deu-se a partir de 1910, com a vinda de ítalo-brasileiros do Rio Grande do Sul para as áreas dos rios do Peixe e do Uruguai, sendo que o meio oeste e o extremo oeste foram paulatinamente ocupados na primeira metade do século XX. O estado catarinense também recebeu imigrantes após as duas grandes guerras, principalmente o meio-oeste: Rio das Antas e Ipoméia em 1926; Descanso em 1934; Faxinal dos Guedes em 1938; Mondai em 1940; Pouso Redondo em 1948.

Quanto à questão dos limites, até 1907, esta era uma preocupação geopolítica para os dirigentes do estado, pois o território catarinense apresentava, em seu mapa, um contorno impreciso.

O *Acordo de Limites* estabelecido em 1917, entre o Paraná e Santa Catarina, definiu o território barriga-verde: ao norte, o limite entre os dois estados foi estabelecido pelo divisor de águas entre as bacias hidrográficas dos rios Iguaçu e Uruguai. Também foram incorporados a Santa Catarina todo o oeste e ainda os municípios de Mafra e Porto União, ao norte.

Em 1930, Santa Catarina e Rio Grande do Sul resolveram seus problemas de divisão ao ser anexado a Santa Catarina o trecho da nascente do Rio Mabituba, entre o arroio Josafá e a encosta da Serra Geral.

Até os anos de 1930, Santa Catarina contava com 34 (trinta e quatro) municípios, mas a partir do desmembramento das terras, novos municípios foram sendo criados. Dessa forma, em 1934, desmembraram-se de *Blumenau*: Timbó, Indaial, Ibirama e Gaspar; de *Joaçaba*: Concórdia; de *Campos Novos e Joaçaba*: Caçador; e de *Joinville*: Jaraguá do Sul.

No ano de 1958, 8 (oito) novos municípios foram criados e de 1961 a 1967, o número subiu para 91 (noventa e um). Os desmembramentos mais significativos numericamente aconteceram nas zonas coloniais de maior densidade populacional, por exemplo, nos vales dos rios Itajaí, do Peixe, Tubarão e Chapecó (PIAZZA, 1989).

Diante desses dados, pode-se dizer que a história do território de Santa Catarina vai se refletir nas características peculiares da ocupação do solo, na economia e na indústria: pequenas unidades agrícolas familiares, conglomerados agro-industriais que se originaram de empresas familiares, indústrias igualmente originadas em pequenos negócios familiares.

2.1.2 A política, a acirrada disputa oligárquica pelo poder local

Politicamente, desde o início da ocupação das terras, os imigrantes europeus se mobilizaram para vencer as dificuldades advindas do não-cumprimento, por parte das autoridades brasileiras, das promessas feitas quando das tratativas/contratos com as Companhias Colonizadoras responsáveis pela imigração.

Há que se observar que, por parte do governo brasileiro, havia o pressuposto de que o isolamento geográfico e cultural dos imigrantes, causado principalmente pela barreira da língua falada e escrita, seria fator impeditivo para a participação dos mesmos na vida política do país. Contudo, isto não ocorreu, uma vez que houve, por parte dos imigrantes, ações de natureza política como, por exemplo, as mobilizações que fizeram para superar as dificuldades que se apresentavam.

A emancipação política de algumas colônias, que se tornaram municípios autônomos, fez sedimentar as lideranças políticas e deu aos imigrantes (naturalizados) e seus descendentes o poder de voto ou até mesmo a condição de serem votados.

Nesse sentido, observa-se que a vida política de Santa Catarina foi novamente impactada, a partir de 1940, com a Campanha de Nacionalização desencadeada pelo Governo de Vargas (Estado Novo), considerando a diversidade étnica presente na construção de seus dois grandes grupos oligárquicos que formaram os dois partidos políticos: União Democrática Nacional(UDN)⁴ e Partido Social Democrático (PSD)⁵.

⁴**A União Democrática Nacional** – UDN, fundada a 7 de abril de 1945 como uma "associação de partidos estaduais e correntes de opinião" contra a ditadura estadonovista, caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, até 1965. Seu principal adversário das urnas era o Partido Social Democrático (PSD), de representação majoritária no Congresso. Na Câmara dos Deputados, a UDN manteve o segundo lugar até 1962, quando perdeu para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Elegeram governadores, especialmente no Nordeste, e integrou vários ministérios, inclusive no governo Vargas. Perdeu três eleições presidenciais consecutivas (1945, 1950 e 1955) e apoiou a candidatura vitoriosa de Jânio Quadros, em 1960, e o movimento militar

O PSD era liderado pela família Ramos e a UDN era representada pelas famílias Konder-Bornhausen. Estas últimas eram de origem germânica, moradoras do Vale do Itajaí e estavam vinculadas ao setor industrial. Seus membros eram sócios da *Cia Fábrica de Papel Itajaí*, juntamente com a família Hering e Deeke; da *Cia Carbonífera Próspera*; da *Fábrica de Máquinas Raimann*; e proprietários do *Banco INCO*, com a participação da família Renaux.

Assim, aglutinavam e tinham o apoio dos *estrangeiros* que dominavam o comércio e a indústria no Vale do Itajaí e no Norte do estado.

A família Ramos era oriunda de Lages, tinha forte vinculação com a pecuária latifundiária e, posteriormente, seu poderio econômico fortaleceu-se com a exploração e a industrialização da madeira.

De acordo com Goularti Filho (2002), sob a ótica econômica, essas famílias, nesse período, poderiam ser classificadas como progressistas e atrasadas. Ou seja, os Konder – Bornhausen seriam os representantes do progresso e os Ramos representariam o atraso, contudo, o autor afirma que no decorrer da história esta classificação sofreu mudanças.

Nesse cenário, a campanha de nacionalização desencadeada pelo Estado Novo, ao valorizar a brasilidade, atingiu em cheio Santa Catarina, que contava com inúmeros núcleos de colonização européia.

Estes foram alvo dos denominados nacionalistas que se encarregavam de associar atos considerados antinacionais (o uso da língua, por exemplo) a possíveis alinhamentos com os países que compunham o chamado Eixo (Alemanha, Itália, Japão) ou ao próprio Partido Nazista.

Circulava, no estado, uma *lista negra*, composta pelos nomes dos proprietários de indústria/comércio que tinham descendência estrangeira e que deveriam ser afastados do

de 1964. Conforme Maria Vitória Benevides. (Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7796_6.asp. Acesso em: 10 Oct 2007).

⁵ **Partido Social Democrático** - PSD foi fundado em 17 de julho de 1945 pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Participou da maioria das eleições (proporcionais e majoritárias) realizadas no Brasil entre 1945 e 1965. Na política nacional, seu aliado mais constante foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), embora tenha realizado inúmeras alianças também com a União Democrática Nacional (UDN), considerada sua tradicional "adversária". Majoritário na Câmara dos Deputados durante toda a sua história, o PSD elegeu dois presidentes da República (1945 e 1955), contribuiu decisivamente para a eleição de Getúlio Vargas, em 1950, conquistou vários governos estaduais e integrou praticamente todos os ministérios do período. Como os demais partidos políticos em funcionamento no país, foi extinto em 27 de outubro de 1965, pelo Ato Institucional n.º 2. Conforme Lúcia Hipólito. (Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/6231_15.asp. Acesso em: 10 Oct 2007).

comando gerencial em favor de brasileiros. Os simpatizantes do PSD aderiram ao nacionalismo de Vargas e Nereu Ramos, líder do PSD, foi nomeado interventor em Santa Catarina.

Por conseguinte, fica evidente que o campo político foi fortemente influenciado pela questão étnica, levando a população descendente de imigrantes a ser duramente castigada e a UDN, composta, em sua maioria, por descendentes germânicos, a ser alvo prioritário dos ataques do PSD (SACHET, 1997; TANCREDO, 1998).

Com o fim do Estado Novo e a instauração do processo de democratização, no pós 45, os interventores estaduais foram afastados e eleições gerais foram deflagradas.

Então, os partidos perseguidos saíram da clandestinidade e novas articulações e coligações partidárias se evidenciaram, visando o poder no país e nos estados (FAORO, 2000; FERNANDES, 1987).

Além disso, a efervescência político-social e as mudanças ocorridas no centro do país em relação à diversificação industrial e à incrementação de novas bases materiais e institucionais também refletiram em Santa Catarina que, até 1945, apresentava bases produtivas semi-estáticas, e que começou a sofrer modificações na sua estrutura social, econômica e política.

No plano político, houve o predomínio de uma acirrada luta partidária, cujos atores centrais eram os dirigentes dos dois partidos que se degladiavam pela liderança e pelo poder de mando local: o PSD e a UDN. Nos termos de Gramsci, pode-se dizer que o que havia era a *pequena política*.

Nas eleições de 1947, uma aliança entre PSD e PTB logrou vitória, elegendo para governador do estado Aderbal Ramos da Silva (sobrinho de Nereu Ramos e Celso Ramos), cujo mandato foi conturbado face ao seu afastamento, por mais de um ano, para tratamento de saúde.

Na eleição de 1950, a UDN elegeu Irineu Bornhausen como governador. Nesse período, Santa Catarina passou por grandes mudanças na sua economia que se diversificava e, com elas, deu-se a emergência da liderança dos setores metal-mecânico, papel, pasta mecânica e cerâmico sobre os demais setores já consolidados, particularmente o têxtil e o de alimentos.

No entanto, apesar das exigências do processo de industrialização do estado, carregado pelas mudanças no país, a prática política tanto pedessista quanto udenista era parecida e continuava a mesma.

Os mecanismos clientelistas e a máquina administrativa, de igual forma que o poder econômico, continuavam sendo utilizados. As duas agremiações partidárias possuíam jornais e

concessões de rádios para disseminar continuamente a propaganda partidária através de notícias sobre obras e/ou feitos do governo e, ao mesmo tempo, fazer propaganda negativa dos adversários (TANCREDO, 1998; LENZI, 1997).

Assim, nas palavras de Lenzi (1997, p. 20), *a linha discursiva do PSD e da UDN (verifique-se pelos Anais da Assembléia Legislativa do Estado e pelas publicações na imprensa diária da capital) sempre foi semelhante, sem molestar as estruturas políticas que apoiavam o poder, disputado dentro de uma possível alternância entre os próprios donos.*

Como foi referenciado, as demandas sociais e econômicas deste período eram diferentes dos momentos anteriores. A economia exigia intervenção estatal para liberar as forças produtivas e o governo de Irineu Bornhausen não efetivou o arranjo necessário e não respondeu às exigências do capital industrial.

A infra-estrutura recebeu pouca atenção e somente no fim do seu governo a Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) foi criada. Contudo, a UDN se manteve no poder e foi novamente vitoriosa nas eleições de 1956 ao eleger, através de coligação partidária, Jorge Lacerda, um intelectual e político simpatizante do movimento integralista⁶.

⁶A **Ação Integralista Brasileira** (AIB) foi um partido político brasileiro, fundado em 7 de outubro de 1932, por Plínio Salgado, escritor modernista, jornalista e político. Tão logo o partido iniciou suas atividades, começaram a haver conflitos com grupos rivais, assim como com a polícia, devido às conjunturas de cada localidade do País. O Integralismo brasileiro é considerado o primeiro e o maior movimento de massa da História do Brasil. Os integralistas também ficaram conhecidos como camisas-verdes, devido aos uniformes que utilizavam. A AIB, assim como todos os outros partidos políticos, foi ilegalmente extinta após a instauração do Estado Novo, efetivado em 10 de novembro de 1937 pelo então presidente Getúlio Vargas. Os principais intelectuais que deram corpo ao movimento integralista brasileiro foram Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale. Plínio Salgado sistematizou a teoria do Estado Integral, e criou os uniformes, símbolos, costumes, hábitos e rituais dos participantes do movimento integralista, e criou o partido em 7 de outubro de 1932. O integralismo foi um movimento muito importante na conjuntura não só da década de 1930, mas influenciaria muitos políticos e intelectuais com atuação posterior a esse período. Dentre os inúmeros intelectuais de destaque que pertenceram à AIB, pode-se citar, além de Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Miguel Reale, Tasso da Silveira, San Tiago Dantas, Olbiano de Melo, Câmara Cascudo, Gofredo e Inácio da Silva Teles, Raimundo Padilha, Alfredo Buzaid, Madeira de Freitas, Augusto Frederico Schmidt, Gerardo Melo Mourão, Dantas Mota, Vinícius de Moraes, Paulo Fleming, Adonias Filho, Dom Hélder Câmara, Ribeiro Couto, Herbert Parentes Fortes, José Loureiro Júnior, Hélio Viana, Américo Jacobina Lacombe, Ernâni Silva Bruno, Antônio Gallotti, **Jorge Lacerda**, Thiers Martins Moreira, José Lins do Rego, Alcebíades Delamare, Roland Corbisier, Álvaro Lins, Seabra Fagundes, Rui de Arruda Camargo, Raimundo Barbosa Lima, João Carlos Fairbanks e Mário Graciotti. O presidente Getúlio Vargas combateu a organização do movimento integralista desde seu início. O aparecimento do chamado "Plano Cohen", forneceu a justificativa para a tentativa bem-sucedida de Vargas de dar o golpe de Estado e manter-se no poder, dando então início ao Estado Novo. Vargas tentou cooptar o Integralismo, mas, Plínio Salgado e a cúpula Integralista entendiam que a Constituição

O governo de Lacerda e de seu vice, Heriberto Hülse, que assumiu o posto de governador por ocasião da morte de Jorge Lacerda, em 1958, também foi marcado pelas características liberais da UDN.

Apesar da continuidade dos investimentos para a construção da Usina Termoeétrica de Capivari, situada em Tubarão, Hülse não conseguiu dar respostas aos anseios dos empresários, que insistiam em investimentos na infra-estrutura, em especial, nos transportes e na energia. (CARREIRÃO, 1990; LENZI, 1997).

Diante da insatisfação deixada pelos governos da UDN, especialmente relacionada à infra-estrutura, o PSD investiu, através de Celso Ramos⁷, então presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), que organizou em todo estado um amplo debate com a sociedade através dos denominados Seminários Sócio-Econômicos.

Nestes seminários foram ouvidas lideranças políticas, sociais e econômicas e os resultados desse trabalho foram sistematizados em um Plano de Metas que sustentou tecnicamente a campanha de Celso Ramos para o governo do estado em 1961.

Anteriormente marcado com o estigma de atraso, o PSD se transmutou, se modernizou ao enfatizar, através do Plano de Metas do Governo (PLAMEG)⁸, a promoção do desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina. Esse plano desencadeou o tecnicismo e o

que seria outorgada ao País era de cunho totalitário e, portanto, incompatível com a Doutrina Integralista, essencialmente democrática e pluralista. Assim, em 10 de Novembro de 1937 foi implantado o Estado Novo, e o Integralismo dele não participava. Em 03 de Dezembro de 1937, todos os Partidos Políticos foram proibidos. (Disponível em: www.pt.metapedia.org. Acesso em: 27 May 2009).

⁷ Celso Ramos (1897-1996), pecuarista e industrial, “começou a envolver-se em política em março de 1933, como vice-presidente da proclamada Seção Lageana da Liga Eleitoral Católica, fundada no Rio de Janeiro por Dom Sebastião Leme, tendo como postulado: o ensino facultativo das religiões nas escolas; assistência religiosa às forças militarizadas de terra e mar que a solicitassem, indissolubilidade do vínculo matrimonial, condenando o divórcio; reconhecimento dois efeitos civis ao casamento religioso”(Lenzi apud Licurgo Costa, 1997 p.20); em 1938 fixou residência em Florianópolis, envolveu-se em organizações industriais como: SESI, SESC, e SENAI, e, mais tarde na Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC; foi o fundador do Sistema FIESC em 1950; como presidente da Fiesc organizou os Seminários Sócio Econômicos nos anos de 1958 e 1959 em diversas regiões do estado, com vistas a um mapeamento dos problemas existentes no Estado, que resultou em uma verdadeira radiografias dos problemas políticos, sociais, e econômicos do Estado. Esse Seminário produziu não somente diretrizes de sua campanha ao governo, que o tornou vitorioso nas eleições dos anos de 1960, retornado com esta vitória o PSD ao poder; como também, resultou em critérios técnicos para o planejamento estatal, iniciativa única no Brasil, o Plano de Metas do Governo – PLAMEG, instituído pela Lei 2772 de 21/07/1961 para o quinquênio 1961-1965, sendo dividido em três grandes blocos: “O Homem”, “O Meio” e “Expansão Econômica”, direcionando recursos para setores básicos: rodovias, energia, educação.

⁸ Ver obra: SCHIMITZ, Sérgio. Planejamento Estadual – A Experiência do PLAMEG. Florianópolis: Ed. da UFSC, FESC/UEDESC, 1985.

planejamento governamental que, em tempos anteriores, não ocorrera no estado e, com isso, passou a ser o ingrediente essencial para uma campanha vitoriosa.

Celso Ramos, ao se aliar a jovens técnicos que o assessoraram na busca de um governo eficiente técnica e politicamente, delineou uma nova inserção do PSD junto ao empresariado comercial e industrial urbano, sem perder a forte vinculação com o segmento rural-agrícola (RAMOS, 1984; SOUZA, 1994; LENZI, 1997; SACHET, 1997; PASSOLD, 1998; GOULARTI FILHO, 2002).

Sintetizando o que se discutiu até este ponto sobre a política catarinense, Santa Catarina, no período que vai de 1945-1964, foi governada ora pelo PSD ora pela UDN⁹.

A partir do Golpe Militar de 1964, que instalou no país o bipartidarismo, os dois partidos se uniram para formar a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), aliada aos militares, que se opunha ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que fazia oposição ao regime militar, articulando os quadros dos partidos de esquerda extintos pela ditadura militar.

A história política catarinense, de 1964 em diante, não se diferenciou da história do Brasil na qualidade de Estado Federativo. Houve um alinhamento político-ideológico que seguiu o movimento político nacional, contudo, pode-se dizer que os descendentes políticos dos grandes partidos de outrora ainda se mantêm politicamente coligados com os partidos que atualmente detêm o poder político majoritário em Santa Catarina.

⁹Governadores: **Aderbal Ramos da Silva(Dr. Deba) – 1947 a 1951(PSD)**, sobrinho de Nereu Ramos e Celso Ramos, neto do ex-governador Vidal Ramos;**Irineu Bornhausen - 1951 a 1956 (UDN)**; **Jorge Lacerda –1956 a 1958 (UDN)**; faleceu em 16 de junho de 1958, em acidente aéreo (em avião comercial) onde também estavam Nereu Ramos e outros políticos; **Heriberto Hülse – 1958 a 1961**, substituiu Jorge Lacerda; **Celso Ramos – 1961 a 1966 (PSD)**,“Visionário, percebeu que, com o governo do seu correligionário Juscelino Kubistchek, havia chegado o momento da virada econômica e industrial do século em Santa Catarina”. (Paraíso apud Lenzi, 1997, p.165); **Ivo Silveira – 1966 a 1971(PSD)**; **Colombo Machado Salles – 1971 a 1975(ARENA)**, eleito por voto indireto, após o reordenamento político partidário realizado durante a ditadura militar que criou o bipartidarismo, sendo constituídos os partidos: ARENA – Aliança Renovadora Nacional para o qual foram os udenistas e pessedistas que apoiaram o golpe militar e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro que congregou os militantes dos partidos de oposição ao regime; **Antônio Carlos Konder Reis – 1975 a 1979 (ARENA)** sobrinho de Irineu Bornhausen; **Jorge Konder Bornhausen – 1979 a 1982(ARENA)**, filho de Irineu Bornhausen; Jorge não terminou seu mandato em virtude de ter se candidatado e eleito senador; **Henrique Helion Velho de Córdova – 1982 a 1983**.

2.1.3 O desenvolvimento das forças produtivas - a consolidação das indústrias

O processo de ocupação influenciou ou mesmo, pode-se afirmar, determinou, em grande parte, a formação econômica de Santa Catarina e o seu desenvolvimento econômico, que apresentou particularidades, mas que não se dissociou do processo brasileiro descrito por Fernandes (1987).

O processo de industrialização foi acontecendo de forma gradativa e incipiente nos primeiros anos. Inicialmente, expandiu-se a partir do setor alimentício, com a produção de farinhas, queijos e embutidos (salames, fiambres, presuntos).

A produção, na sua maioria, era vinculada a núcleos familiares que aos poucos foram comercializando o excedente, e a banha de porco, dado ao seu grande valor, foi um dos primeiros produtos a serem exportados.

Além disso, foi se desenvolvendo a produção de produtos derivados do milho e da cana-de-açúcar, que já demandavam maquinarias e conhecimento técnico.

O engenho de açúcar era um dos mais complexos processos de industrialização da época. Da cana-de-açúcar obtinha-se açúcar mascavo, melado e a cachaça, após a destilação através do alambique (LOTTIN, 2000).

Considera-se importante destacar que,

[...] em termos históricos, a produção industrial catarinense desenvolve-se somente a partir do período entre os anos de 1890 e 1920. Em 1907, o estado possuía apenas 171 estabelecimentos industriais e 2068 operários. Em 1920, os estabelecimentos industriais elevam-se em 21,62% a mais do que na década anterior. Entre 1920 e 1940, crescem 27,78% e o maior acréscimo registrado observa-se entre as décadas de 40 e 50, com incremento de 55,94%. Em termos industriais temos: entre as décadas de 1910 e 1920, nos censos, tênues limites entre as atividades propriamente industriais e aquelas que lembra as artesanais, o surgimento de escolas profissionalizantes, com o objetivo de preparar a força de trabalho para a indústria. Curiosamente, elas se situam em Florianópolis e não onde estavam instalando-se as fábricas (AUED, 1999 p.47).

Com a crise de 1929, as mudanças no padrão monetário internacional (padrão-ouro) e o aparecimento de novos atores sociais, segundo Goularti Filho (2002), provocaram o rompimento do modelo anterior de acumulação na economia brasileira, que era capitaneado pelo

setor agro-exportador. A economia nacional passou rapidamente por profundas e radicais transformações.

As mudanças sociais e econômicas ocorridas no Sudeste, nos anos 1930, foram vividas em Santa Catarina apenas no fim dos anos 1940 e início dos anos 1950. Ou seja, o estado passou tardiamente pelas transformações do modelo de acumulação do capital através do deslocamento do eixo de acumulação. Houve uma mudança de domínios: da produção agrícola passou-se para a industrial. O modelo agro-exportador foi sendo substituído pelo urbano-industrial e com isso, a indústria foi ganhando importância¹⁰.

Com relação a essas mudanças, julga-se conveniente ressaltar que a urbanização do Sudeste e o aumento da classe operária refletiram no aumento da demanda por produtos básicos (como alimentos e vestuário). Por sua vez, o crescimento da indústria siderúrgica fez aumentar a demanda por carvão, refletindo positivamente na indústria catarinense que, desde o início do século XX, apresentava um crescimento pequeno.

Uma vez que a indústria paulista sofreu um acelerado processo na formação do seu parque industrial, os estados mais próximos da economia paulistana e que possuíam estruturas econômicas mais avançadas (setor comercial, parque industrial minimamente articulado, estrutura e acesso viários) se ajustaram às demandas paulistas e foram os mais beneficiados. Dentre estes estados destacam-se: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A diversificação industrial exigia um contínuo processo de crescimento em outras bases materiais e institucionais. Porém, em Santa Catarina, as bases produtivas permaneciam semi-estáticas, apresentando pouca mudança, e somente a partir de 1945 o estado começou a sofrer modificações na sua estrutura econômica.

¹⁰Sobre acumulação é importante destacar que um regime de acumulação pressupõe um padrão de organização da atividade produtiva adequada ao padrão de consumo, isto é, um nível de atividade econômica compatível com a demanda efetiva. Isto evitaria crises de superprodução ou situações de elevado nível de inflação, visto que a oferta agregada é igual à demanda agregada. Marx (1988, p.158-159) assim se expressa sobre a acumulação: *O processo de produção capitalista é essencialmente ao mesmo tempo processo de acumulação. Mostrou-se como com o progresso da produção capitalista, a massa de valor, que precisa simplesmente ser reproduzida, conservada, aumenta e cresce com a elevação da produtividade do trabalho, mesmo se a força de trabalho permanece constante [...] A própria acumulação, e a concentração de capital que ela implica, é, porém, em si mesma, um meio material de elevação da força produtiva [...] As mesmas causas que concentram massas de exército de trabalhadores sob o comando de capitalistas individuais são exatamente as que inflam a massa do capital fixo empregado, assim como a das matérias-primas e auxiliares, em proporção crescente em face da massa do trabalho vivo empregado.*

As primeiras mudanças ocorreram com a ampliação da pequena indústria metal-mecânica, em Joinville; com o surgimento da indústria de papel e pasta de celulose, no Planalto, e das cerâmicas no Sul. Assim, finalmente, a indústria barriga verde se consolidava e começava a caminhar para outra base produtiva no processo de acumulação.

Segundo Goularti Filho (2002), o colono, o pequeno proprietário e o pescador, atores catarinenses dos anos 1940, se constituíram nas matrizes sociais dessa transformação. Para o mesmo autor, o capital-dinheiro que estava concentrado nos pequenos capitalistas transformou-se rapidamente em capital-industrial.

Analisando essa trajetória, é possível dizer que foi dessa maneira que nasceu o grande capital industrial catarinense, capital este que, juntamente com o mercantil, se tornaria o móvel da acumulação no período de 1945-1962, um período de transição em que a indústria catarinense iria se integrar e se consolidar (GOULARTI FILHO, 2002).

No início dos anos 1950, Santa Catarina era um estado oligárquico, rural, apresentando um capitalismo de natureza periférica ao dos grandes centros do país, isto é, sua economia era complementar à do restante do país. Especificamente, foi alvo dos estudos de Goularti Filho (2002) na sua obra *Formação Econômica de Santa Catarina*.

Também refere o autor que, na historiografia catarinense, o sucesso de alguns empresários de origem européia que fundaram grandes complexos *confunde-se com o sucesso de suas próprias empresas* (GOULARTI FILHO, 2002, p.41-42). E destaca alguns dentre os catarinenses: Atílio Fontana (SADIA); Saul Brandalise (PERDIGÃO); Plínio A. de Nes (FRIGORÍFICO CHAPECÓ); Diomício Freitas (CECRISA); Maximiliano Gaidzinski (ELIANE); Albano Schmidt (TUPY); João Hansen (TIGRE); Augusto Bueno e Eugênio Nielsen (BUSSCAR).

Os setores mais dinâmicos e com mais potencialidades, como: metal mecânico, cerâmico, produção de papel e pasta mecânica¹¹ emergiram da pequena produção e se voltaram

¹¹**Pasta mecânica:** também chamada em menor escala, por alguns, de pasta de madeira, é o material obtido da madeira, por processos puramente mecânicos, em máquinas chamadas moinhos de pasta, onde a madeira cortada em toras de tamanho adequado, descascada e limpa, é pressionada de encontro a uma pedra rotativa, geralmente de natureza sintética. Modernamente, estão sendo usados para a fabricação de pasta mecânica, partindo de madeiras duras, os refinadores ou moinhos de discos. Neste caso, a madeira é primeiro cortada em cavacos. Geralmente, a pasta, depois de sair do moinho, passa em um depurador plano, onde são removidas as lascas e pedaços de madeira. As instalações mais evoluídas possuem ainda depuradores rotativos que funcionando à baixa concentração, removem os palitos, e separadores

para o mercado nacional; ocorreu uma rápida expansão, em um período em que a industrialização pesada nacional estava em acelerado processo de expansão e consolidação.

No início, a economia catarinense era complementar e se ajustava às demandas nacionais, fornecia, principalmente, bens de consumo para Rio de Janeiro (que sediava a capital do país), Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

Nos anos 1940, este fluxo começou a ser modificado, e a economia catarinense passou a responder mais positivamente às exigências e demandas de São Paulo que necessitava de alimentos, têxteis, carvão e madeira, continuando, porém, a manter sua ligação comercial com o Paraná e Rio Grande do Sul.

Goularti Filho (2002, p.142) ressalta que este movimento era *parte da integração comercial entre as unidades federativas, que se acentuou após 30 e se estendeu até 1962, quando se iniciou a integração produtiva.*

No período de 1945 a 1960, a economia catarinense continuou a se integrar ao mercado nacional, exportando ainda produtos básicos (madeira, alimentos, como farinha de mandioca e banha de porco). É possível constatar que, *até o final dos anos 60, a madeira representava cerca de 70% das exportações* (GOULARTI FILHO, 2002, p.143).

O mesmo autor observa que a renda interna, no período de 1947-1960, apresentou profundas alterações: em 1947, a indústria participava com 16,5% para a renda interna do estado; a agricultura representava 52,2%; e os serviços 31,3%. Em 1960, os dados se alteraram significativamente: 50,4% para a agricultura; 20,7% para a indústria; e 28,9% para os serviços.

centrífugos para remoção de areia. A pasta é, por vezes também branqueada, o que geralmente é feito em instalações convencionais com peróxido de hidrogênio ou hidrosulfeto de zinco ou sódio. A qualidade final da pasta depende da madeira em si, do tipo de pedra ou disco e do modo como a moagem é efetuada. As características principais da pasta são a uniformidade, cor, limpeza, grau de desaguamento e a resistência das fibras. **Pasta mecânica cozida:** é a pasta obtida da madeira que foi tratada com vapor em autoclaves antes da moagem. **Pasta mecano-química:** é a pasta mecânica obtida por processos convencionais, onde as toras de madeira receberam previamente uma impregnação com um produto químico, geralmente soda cáustica, carbonato de sódio, sulfito de sódio. A impregnação é quase sempre feita em pressões elevadas, às vezes, com auxílio de temperatura. O processo é empregado especialmente para madeiras duras, dando uma pasta que substitui a pasta mecânica convencional de coníferas em suas aplicações. Em alguns casos, procede-se a um pequeno alveamento para melhoria da cor. **Pasta química:** ver celulose. Pasta soda a frio - também conhecida como "cold soda", é a pasta obtida por uma variante do processo mecano-químico, modernamente usado para madeiras duras. Emprega cavacos impregnados com soda cáustica em baixas temperaturas, e o desfibramento é feito em moinhos de discos. Normalmente, segue-se um alveamento, para melhoria da cor. (Disponível em: <http://www.aracruz.com.br/> Acesso em: 30 Nov 2007).

Goularti (2002) ressalta ainda que os censos industriais de 1949 e 1959 apontavam aumento de 195,1% no setor de papel e celulose, 56,5% no metal-mecânico e 60,5% no de minerais não-metálicos.

Neste período, o extrativismo de madeira era significativo e grandes indústrias madeireiras se desenvolveram no planalto, no meio-oeste e oeste do estado. Cabe destacar que a extração da madeira deu origem a outras atividades importantes, como: marcenarias, fábricas de caixas, esquadrias, laminados e compensados, papel, papelão e pasta mecânica.

Na cadeia produtiva ligada à madeira, surgiram pequenas oficinas mecânicas que davam suporte às atividades e, destas, grandes indústrias se desenvolveram: Fezer S.A. Indústria Mecânica (fundada em 1948) e a Cia. Olsen de Tratores (fundada em 1951).

Observa-se que o capital metamorfoseia-se e ao mesmo tempo subordina outras atividades menores e/ou mais atrasadas.

A atividade industrial vinculada à produção carbonífera foi outro setor importante da economia do estado e que enfrentou grande crise após a 2ª Guerra Mundial. Na época, o Governo Federal não mais garantiu a compra de toda a produção e, em decorrência dessa medida, houve uma crise de superprodução, visto que as mineradoras mantiveram o mesmo ritmo de produção para pressionar o governo.

A pressão dos empresários e políticos representantes do setor visava à garantia de compra de toda a produção pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Desse movimento surgiu um documento que enumerava trinta medidas para manter as atividades do setor carbonífero, dentre elas: *a volta do regime de trabalho de oito horas; incentivo a formação de bons mineiros, com a permissão para que os jovens com idade inferior a dezoito anos pudessem descer as galerias do subsolo, por períodos não superior a quatro horas diárias* (GOULARTI FILHO, 2002 *apud* SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO, 2002, p.147).

No início dos anos 1950, era deputado federal por Santa Catarina, Jorge Lacerda, médico, jornalista e advogado que abraçou esta causa na Câmara Federal. O deputado realizou em, 1951, estudos e pesquisas sobre o carvão, visitou as minas para acompanhar o dia-a-dia do trabalho dos mineiros. Além disso, fez discursos e pronunciamentos na Câmara sobre o tema, cobrando de Getúlio Vargas suas promessas de campanha para o setor carbonífero. A crise

arrastou-se até 1954 e continuou no ano de 1955, quando Lacerda foi eleito governador através de uma coligação partidária liderada pela UDN (PASSOLD, 1998).

A solução mais duradoura para essa crise não emergiu das medidas protecionistas do Governo Federal e sim do crescimento acelerado da indústria pesada, na segunda metade dos anos 50, e da construção das grandes siderúrgicas estatais (Complexo Siderbras) que demandavam energia, sendo o carvão a forma mais viável na época.

A instalação da Sociedade Termoelétrica de Capivari (SOTELCA), em Tubarão, iniciada em 1957 (no governo de Jorge Lacerda) e inaugurada em 1965, veio atender duas demandas prementes: por um lado, a necessidade crescente de energia elétrica demandada pela sociedade catarinense e sua indústria; e por outro, a necessidade de venda do carvão produzido pelas mineradoras.

A construção da SOTELCA gerou insatisfação da oposição política com Jorge Lacerda, sob a alegação de que beneficiava economicamente uma região definida (o sul do estado), contudo, na época, era crucial a geração de energia elétrica.

O estado vivia sob constante apagão e as indústrias tinham que dispor de geradores próprios, o que onerava o custo final dos produtos. O desenvolvimento da sociedade também demandava energia para consumo doméstico (neste período, no país, também se instalaram grandes complexos industriais cujos produtos eletrodomésticos eram movidos a energia elétrica) e para o comércio em geral (PASSOLD, 1998; GOULARTI FILHO, 2002).

Atualmente, ao se realizar pesquisa sobre este momento da história do estado, é possível avaliar o alcance dessa decisão governamental, num período em que o estado catarinense estava aos poucos se modernizando, rompendo com a pequena política.

Sobre o papel desempenhado por Jorge Lacerda no episódio da crise carbonífera, assim se expressa Ungaretti (1998, s/p. *apud* PASSOLD, 1998, p.13):

Teve visão de estadista. Foi obra sua a primeira estrada asfaltada de Santa Catarina, afora a rodovia federal que transformara nosso Estado num corredor de fácil percurso entre o Rio Grande do Sul e o Paraná. Quando se constituiu a SOTELCA – Sociedade Termoelétrica de Capivari, mais tarde incorporada à Eletrosul, do seu capital participaram o Estado, a União, a Companhia Siderúrgica Nacional e as Mineradoras de carvão, mas a cota do Estado era a mais vultosa e de longe superior à dos demais participantes. Dele ouvi, certa vez, a observação de que, com o dinheiro da SOTELCA, poderia construir muitas dezenas de pequenas obras, as quais lhe renderiam imediatos dividendos políticos, ao passo que a importância daquele empreendimento somente seria plenamente compreendido quando ele já estivesse fora do governo, aquela,

entretanto, acrescentava, era uma obra vital para dar suporte ao desenvolvimento de Santa Catarina.

Entre os anos 1950 e 1960, segundo Goularti Filho (2002, p.149), é possível observar dois movimentos de acumulação no setor carbonífero: *a subordinação do pequeno ao grande capital e a aquisição ou concentração de capital*.

No período de 1962 a 1967, a mecanização e a desaceleração da economia, bem como a estabilização da exploração levaram a um baixo crescimento do setor e à queda acentuada do número de empregos, e em decorrência desses fatos, expressivo número de trabalhadores e suas famílias foram atingidos social e economicamente.

As conseqüências sociais da crise na indústria carbonífera serão discutidas posteriormente neste estudo.

Outro setor industrial relevante na década de 1950 foi o setor de *alimentos*. Com acelerada expansão e inserção no mercado nacional, os frigoríficos catarinenses, que utilizavam o sistema integrado¹², foram os responsáveis pela subordinação da pequena propriedade ao grande capital. A agricultura catarinense, a partir dos anos cinquenta, não mais pôde ser dissociada da indústria de alimentos nem discutida isoladamente, ela se tornou um ramo desta indústria, também ligada às inovações da indústria metal-mecânica e à química.

Nesse período, no oeste catarinense, surgiu o grande capital agro-industrial e a produção camponesa tornou-se mercantilizada.

¹²O sistema de produção integrada é um modelo que estabelece uma relação contratual entre empresa e integrado (parceiro-criador). A empresa é a proprietária do lote de animais (aves, suínos...) e o agricultor-integrado é o fiel depositário, é o responsável por todo o cuidado e manejo necessário para o desenvolvimento dos animais. As regras da parceria são definidas em contrato, sendo que, em geral, a empresa fornece os animais recém-nascidos, a ração, vacinas, medicamentos, desinfetantes e assistência técnica através de veterinários e técnicos agrícolas. O agricultor-integrado deve fornecer a infra-estrutura, água de boa qualidade, aquecimento (lenha, gás, diesel), mão de obra para cuidar da criação, deve permitir livre acesso dos técnicos e veterinários da empresa que farão o controle e as inspeções, bem como recomendações específicas para cada caso. As empresas estabelecem um raio de ação para a localização das propriedades integradas para viabilizar o transporte/assistência de forma mais eficaz. Quanto aos agricultores, têm uma renda garantida pelo contrato de entrega dos lotes de animais, contudo, têm um processo de trabalho que os controla e os submete, bem como aos seus familiares, há horários rígidos para o trabalho (alimentação, limpeza, controle de temperatura...) as atividades são organizadas de acordo com processo de criação, os horários são definidos pelas empresas, se constituindo a atividade agrícola numa linha de trabalho semelhante ao processo fordista industrial, o trabalho é contínuo, não há descanso nem férias (ANAIS do VII Seminário de aves e suínos – Belo Horizonte- MG, de 10 a 12/04/2007).

Goularti Filho (2002, p.150) lembra que o grande capital teve sua origem nos anos anteriores a 1945 e que, *apesar de toda a expansão, os frigoríficos efetivamente se tornaram grandes empresas somente nos anos 60.*

A tradicional indústria alimentar, anterior a 1945, basicamente se limitava aos produtos agrícolas, porém, na nova fase, ela se diversificou e passou a depender da cadeia industrial.

No oeste do estado, o capital mercantil oriundo da extração da madeira e da erva mate (nos anos 1950, estas riquezas já entravam na fase de esgotamento, pois eram nativas) se transmutou para a indústria.

É deste período a criação dos frigoríficos: S.A. Indústria e Comércio Chapecó (1952); Frigorífico Seara (1956); e S.A. Frigorífico Itapiranga – SAFRITA (1962).

O ramo têxtil também era expressivo e no período de 1942 a 1962 já estava consolidado. Havia grandes e médias empresas e uma produção nacionalizada. Deu-se, à época, uma expansão e verticalização da produção através da ampliação da capacidade instalada e do alargamento das bases comerciais com a abertura de centros de distribuição nas maiores capitais.

Houve igualmente expansão e modernização¹³ do parque industrial local, sendo que pequenas e médias empresas foram anexadas pelas mais expressivas e com capital mais sólido. Expandiu-se também a vinculação mercantil com o eixo Rio – São Paulo e, como consequência, empresas catarinenses inauguraram escritórios, depósitos e filiais no sudeste.

Nos anos 1950, a indústria têxtil localizada no Vale do Itajaí, como aponta Goularti Filho (2002, p.154), apresentava-se com *forte integração vertical, produzindo desde a fiação, passando pela tecelagem, malharia, beneficiamento (tinturaria e tingimento) e confecção do vestuário.*

A falta de equipamentos no mercado nacional obrigava as empresas a terem uma integração técnica (produzindo equipamentos/reparos) para baratear custos e assim enfrentar a concorrência. Nos anos 1960, o setor já apresentava características de um oligopólio¹⁴.

¹³A produção diversificou-se, passou-se a produzir desde vestuário a linha doméstica: cama/mesa/banho até a área medicinal e higiênica (gazes, ataduras, fraldas e absorventes higiênicos).

¹⁴Na economia, **oligopólio** (do grego *oligos*, poucos + *polens*, vender) é uma forma evoluída de monopólio, no qual um grupo de empresas promove o domínio de determinada oferta de produtos e/ou serviços, como empresas de mineração, alumínio, aço, montadoras de veículos, cimentos, laboratórios farmacêuticos, aviação, comunicação e bancos. O Oligopólio que tem a maior Participação no PIB Em

No decorrer dos anos, a exigências de novas mercadorias, em conseqüência da urbanização e industrialização, ocasionaram um movimento em prol de novos investimentos em todo o país. Assim é que, entre as décadas de 1940 e 1960, três novos setores impulsionaram o padrão de crescimento do Estado: *o cerâmico, o de pasta mecânica (papel e papelão) e o metal-mecânico*. De forma breve, mais adiante, descrever-se-á a história e o desenvolvimento destes setores.

Com relação à indústria cerâmica catarinense, pode-se dizer que ela surgiu em 1919, com Henrique Lage, que liderou a instalação, em Imbituba, de uma fábrica de louças para abastecer os navios da empresa Lage que faziam a rota Rio de Janeiro – Imbituba – Porto Alegre.

Lage, admirador da cerâmica italiana, trouxe técnicos da cidade de Civita Castellana para auxiliá-lo a desenvolver os novos produtos (Francesco Anigoni, Carlos Fiora e Alfredo Del Priore); em 1925, cessou a produção de louças e a empresa começou a fabricar azulejos.

Nos anos 1950, outras indústrias surgiram: a Cerâmica Santa Catarina (CESACA), fundada em 1947, foi a segunda cerâmica a ser criada no Estado. No início, a empresa produzia louças de mesa, depois, azulejos, e finalmente, em 1950, passou a produzir louças sanitárias, abandonando a produção da linha de louças de mesa.

A terceira empresa cerâmica a ser instalada foi a Cerâmica Urussanga S.A. Indústria e Comércio (CEUSA), fundada em 1953, por pequenos e médios proprietários da região de Urussanga que adquiriram uma antiga olaria e iniciaram a produção de pisos de base vermelha. Gradativamente a empresa aumentou sua produção, ampliando a área construída e o número de empregados. Em 1980, uma única família (Oliveira) passou deter o controle das ações da Cerâmica.

A Cerâmica Cocal Indústria e Comércio Ltda., posteriormente denominada Cerâmica Eliane, foi a quarta empresa do ramo a ser fundada. Iniciou suas atividades em 1954, também organizadas por Alfredo Del Priore e outros quatro pequenos comerciantes locais. Foi constituída como uma cooperativa, com 215 sócios, e estava situada na área de Cocal, no município de

termos de Receita Operacional . Existem três formas básicas de oligopólio: Cartel ,Truste e Holding . Um oligopólio é uma situação em que um número pequeno de empresas dominam o mercado, sendo os produtos homogêneos ou diferenciados, com barreiras à entrada de novas empresas, sejam por altos custos de entrada ou proteção do setor público (licitações, por exemplo). (Disponível em: www.wikipédia.org. Acesso em: 10 Jan 2008).

Urussanga, região rica em minerais necessários ao processo cerâmico: argila, caolim, calcário, quartzo, feldspato e talco.

Havia, na época, condições materiais para a indústria cerâmica se consolidar e expandir. O arranjo institucional e financeiro que faltava para estimular a produção e introduzir as empresas no cenário nacional deu-se *com a criação do BNH – Banco Nacional de Habitação e SFH – Sistema Financeiro da Habitação que se constituíram em verdadeiros instrumentos de acumulação para o setor da construção civil no país* (GOULARTI FILHO, 2002, p. 158).

O setor de papel, papelão e pasta mecânica começou a se desenvolver em 1809, no Rio de Janeiro, um ano após a vinda da Família Real para o Brasil, fato propulsor e que fomentou a modernização da antiga colônia. Posteriormente, surgiram outras fábricas, em 1841 e em 1852, principalmente para produzir papel-jornal.

Aqui no estado, a primeira fábrica de papel, instalada em 1912, foi a Cia. Fábrica de Papel Itajaí, cujos donos eram Curt Hering e José Deeke que, mais tarde, abriram o capital acionário, sendo a sociedade integrada também pelas famílias: Schrader, Mueller, Rabe, Steinbach e Bornhausen (IDEM, IBIDEM).

Em 1950, a empresa abriu uma unidade em Lages, situada no Planalto Serrano, nas margens do Rio Canoas, onde comprou uma serraria e duas fazendas para fornecer madeira. Também comprou a Fábrica de Pasta Mecânica de Perimbó. Em 1958, a unidade de Lages foi adquirida pelo grupo americano Olinkraft Celulose e Papel S.A.

Nos anos 1980, a razão social mudou para Manville e nos anos 1990, para Igaras. A área onde está situada a fábrica, atualmente, integra o município de Palmeiras, antigo distrito de Lages.

Por sua vez, a região oeste do estado também teve expressiva participação nesta atividade industrial. No ano de 1944, na região de Caçador, funcionavam 21 fábricas de pasta mecânica, e com o passar do tempo os números foram se alterando: em 1951, havia 16 fábricas; em 1955, 20 fábricas; e em 1961, funcionavam 16 fábricas.

A origem da maioria das empresas de papel está nas madeireiras que, nos anos áureos da extração da madeira nativa (anos 1930 e 1940), acumularam capital. Este se diversificou, migrando para outras atividades econômicas ou mantendo a mesma vinculação com o ramo da madeira, passando, contudo, a utilizar-se de madeira reflorestada (IDEM, IBIDEM).

Em relação ao ramo da indústria metal-mecânica, Goularti Filho (2002), apresenta as teses sobre sua origem no norte do estado de Santa Catarina, em especial em Joinville: a tese de Almeida (1979), Ternes (1984) e Ceag/SC (1980); e a tese de Rocha (1997).

A tese de Almeida (1979) refere que a indústria metal-mecânica de Joinville e do norte do Estado está vinculada à atividade extrativa da erva-mate, tornando-se esta uma atividade que fixou os colonos nas terras da região e impulsionou o comércio e, por extensão, a indústria.

A demanda por reparos nos equipamentos fez surgir oficinas para conserto e/ou reposição nos carroções de transporte bem como marcenarias que construía as barricas de madeira para o acondicionamento da erva-mate. A atividade também exigiu a contínua manutenção da estrada D.Francisca e a construção de outras vias de rodagem e a ferrovia.

Os estudos de Ternes (1984) e Ceag/SC (1980) também afirmam que, de fato, foi a erva-mate o elemento que impulsionou a formação de capital no norte do Estado.

Já a segunda tese, exposta por Rocha (1997), defende que a indústria de Joinville se desenvolveu em decorrência do comércio e da pequena produção mercantil. O estímulo para o pequeno comércio expandir a renda foi promovido pela atividade ervateira.

Quando ocorreu a decadência do processo comercial/industrial vinculado à erva-mate, a região não sofreu muito economicamente, visto que havia diversificação na economia, isto é, muitas atividades urbanas e industriais já estavam consolidadas e em contínua atividade: pequenas funilarias, oficinas de reparos, metalúrgicas, malharias e confecções.

Para Rocha (1997), a origem da indústria no norte está vinculada ao dinamismo da pequena produção mercantil. Estas pequenas empresas deram origem a indústrias que ainda permanecem na liderança industrial do Estado e do país: Metalúrgica Wetzel (1932); fábrica de Máquinas Raimann (1933); Fundação Tupy (1938); Metalúrgica Douat (1948); as malharias e confecções: Bozler (1925), Vogelsanger (1926), Arp (1945), Campeã (1950), Princesa (1951) e Iracema (1958).

Goularti Filho (2002, p. 164) pondera que:

[...] a origem de um parque industrial deve ser buscada em múltiplas determinações. No caso de Joinville, não pode ser desconsiderado o papel impulsionador que teve o “complexo ervateiro” e, ao mesmo tempo, tampouco o papel dinâmico desempenhado pela pequena produção na expansão do parque industrial da cidade. Também deve ser destacado o impulso inicial dado pela construção da Estrada D. Francisca e depois pelo ramal ferroviário, a presença das companhias colonizadoras, assim como a importância do porto de São

Francisco, fatores que transformaram Joinville em um centro regional, comercialmente abaixo apenas de Curitiba.

A expansão e consolidação da indústria no norte de Santa Catarina, após 1945, está fortemente vinculada ao processo de industrialização do país, à urbanização e à integração do mercado brasileiro. Santa Catarina, pela proximidade com o sudeste, e pela mudança do seu padrão de crescimento (de 1945 em diante), articulou-se para atender, além das suas demandas internas, a dos demais estados brasileiros.

A urbanização brasileira trouxe demandas/necessidades novas para o setor e a indústria metal-mecânica do Estado respondeu positivamente às mesmas.

Toma-se, por exemplo, o caso da Fundação Tupy, a primeira da América Latina a deter a fórmula do ferro maleável, o que lhe trouxe um diferencial e lhe proporcionou competitividade no mercado. Seus produtos (tubos e conexões para água e esgoto) receberam Certificado de Similaridade Nacional, em 1941, igualando-se aos americanos e europeus, sendo largamente utilizados para a construção civil nos grandes centros urbanos.

Posteriormente, *a Tupy participou do GEIA – Grupo Executivo da Indústria Automobilística durante a execução do Plano de Metas; com a instalação da indústria automobilística começou a fornecer peças (tambores e freios) para a Volkswagen (GOULARTI FILHO, 2002, p.165).*

Outra empresa que surgiu para responder às demandas da urbanização para o setor de bens de consumo duráveis foi a Cônsul Refrigeradores, fundada em 1950, por iniciativa de Rodolfo Stulzer e Guilherme Holderegger, fabricantes de anzóis em Brusque, que se associaram a Wittich Freitag para produzir geladeiras a querosene.

Depois, em 1956, ampliaram a produção com a instalação de uma fábrica para produzir refrigeradores elétricos. A produção aumentou vertiginosamente, a linha de produtos foi diversificada e a Cônsul foi ampliando sua participação no mercado nacional e mundial.

A fabricação de bens destinados ao transporte (carrocerias de ônibus) surgiu, na região norte, com a diversificação da marcenaria de Nielson & Irmão. Fundada em 1947, a empresa reformava carrocerias de ônibus que, na época, eram de madeira. Depois, a empresa passou a fabricar carrocerias para caminhões e caminhonetes. Anos mais tarde, assumiu o nome de Busscar S.A. Em 1956, diversificou a produção, passando a fabricar carroceria de ônibus metálica e, em 1961, lançou o ônibus Diplomata, o primeiro do país com dois planos.

Cabe, mais uma vez, ressaltar que a diversificação produtiva no estado está vinculada ao período histórico do país. Efetivamente, nos anos 1950, o país adotou a política desenvolvimentista, com urbanização acelerada, construção de estradas de rodagem, decorrendo daí novos hábitos de vida, novos interesses, novas necessidades, novos equipamentos...

Em outras regiões do estado, a indústria metal-mecânica também se expandiu, em especial, nas cidades de Joaçaba, Criciúma, Blumenau, Brusque, Timbó, Rio do Sul e Caçador. As indústrias surgiram de iniciativas vinculadas ao atendimento das demandas regionais da atividade agrícola ou, como nos casos de Caçador e Rio do Sul, das demandas advindas do ciclo da madeira.

Em Criciúma, surgiu das demandas da atividade extrativa do carvão, tendo em vista que, nos anos 1950 e 1960, as minas desencadearam um processo de mecanização acelerada. Os serviços mecânicos de manutenção das carboníferas eram realizados pelas próprias empresas e parte do serviço era executado por pequenas empresas locais.

Como nas demais atividades industriais expostas anteriormente, a atividade metal-mecânica não pode ser vista apenas como uma atividade individual de um determinado empreendedor. Estas empresas não poderiam se consolidar nacionalmente se não estivessem vinculadas ao movimento mais geral da industrialização do país. A participação do Estado, financiando e investindo em infra-estrutura foi vital, visto que, sem crédito, energia e transporte não seria possível implantar a atividade industrial (IDEM, IBIDEM).

Nesse cenário econômico e social, emergiram, além do progresso, as mazelas da sociedade, suas necessidades e os anseios sociais, bem como demandas vinculadas à formação educacional, isto é, demandas por profissionais de diversas especialidades para consolidar tecnicamente esta expansão.

2.1.4 A condição da classe trabalhadora e a Proteção Social

Ao se estudar as particularidades do desenvolvimento de Santa Catarina, evidenciou-se também que, com o acelerado processo de industrialização e urbanização do estado, a partir de 1945, os denominados problemas sociais não tardaram a aparecer e a exigir respostas tanto do governo estadual quanto das classes patronais e da própria sociedade.

Sobre a condição de trabalho e vida dos trabalhadores catarinenses, Carola (2002) traz importantes informações relacionadas ao setor carbonífero do estado. O autor descreve que a realidade catarinense não foi diferente da européia do século XIX, uma vez que o trabalho de mulheres, crianças e jovens foi amplamente utilizado nas minas e fábricas da Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e também na América do Norte.

Se a Europa do fim do século XIX já havia começado a despertar sobre os prejuízos do trabalho infantil no desenvolvimento bio-psico-social da criança, na região carbonífera catarinense isto só ocorreu na segunda metade do século XX e mesmo assim, as famílias mineiras incentivavam o trabalho dos filhos.

Segundo Carola (2002, p. 53), *havia convivência e incentivo em relação à proletarização de seus filhos. Para as famílias, o trabalho dos filhos representava um acréscimo substancial na renda familiar, o que podia significar, muitas vezes, ultrapassar a fronteira da fome.*

A convivência para manter o estabelecido era de via dupla: de um lado, havia os mineradores, ávidos por lucro fácil através da contratação precária de mão de obra barata; do outro, famílias pobres que necessitavam de emprego, renda e moradia.

As vilas operárias eram construídas no entorno da mina, a circulação de animais de cargas e pessoas era comum. Assim, as crianças, desde bem pequenas, mantinham contato com o espaço físico da mina, seja para levarem almoço para pais/parentes na condição de *almoceiras(os)* seja acompanhando as mães, que eram *escolhedeiras*. Estas, por não terem onde ou com quem deixar os filhos, os levavam junto para o barracão da escolha.

Quando as crianças ficavam maiores, já iniciavam o trabalho de escolha junto às mães, visto que muitas destas eram contratadas também por empreitada. Portanto, as *escolhedeiras* trabalhavam na superfície, escolhendo o carvão que vinha do interior das minas para separar os resíduos, já que as minas não eram mecanizadas. A situação era agravada pela insipiência da organização e da racionalidade do trabalho.

O contrato de trabalho dos mineiros, muitas vezes, era realizado por empreitada e isso era determinante do próprio processo e ritmo de extração. Tal condição fazia com que as famílias

fossem forçadas a burlar a precária legislação de proteção ao trabalhador existente na época como, por exemplo, no que se refere à idade mínima para o trabalho¹⁵ nas minas.

Os pais, premidos pela miséria, recorriam aos cartórios para a realização de novos registros civis dos filhos, declarando outra idade para estes. Carola (2002) relata a história de Matilde que, emocionada e com lágrima nos olhos, vê a nova certidão de nascimento de sua filha.

Esse era um dos mecanismos utilizados pelas famílias para inclusão de mais membros no processo produtivo e com isso garantir uma renda maior para a sobrevivência. Sem dúvida, tal fato era possível graças à fiscalização ineficiente e à conivência dos empregadores, interessados apenas na manutenção da mão de obra atrelada e dependente, sem problemas de reivindicações além da vaga de trabalho.

No fim dos anos 1940 e início dos anos 1950, a crise da indústria carbonífera fez a oferta de trabalho diminuir, e os mineradores aproveitaram-se da *ideologia da crise* e das diferenças entre os gêneros para manter/aumentar os lucros, admitindo mais mão-de-obra feminina, que era disponível e de baixo custo, fundamental para as famílias, mas *oficialmente* considerada como renda complementar.

Instituições, como o Serviço Social da Indústria (SESI)¹⁶; o Departamento Nacional de Produção Mineradora (DNPM); a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC), além de prefeituras e sindicatos investiram na proteção social às famílias mineiras, com a preocupação de garantir mão-de-obra forte e minimamente saudável para atender às demandas das minas.

Por outro lado, já existia a preocupação dos dirigentes em relação à tomada de consciência das massas sobre a situação em que viviam os trabalhadores e suas famílias, a questão social, embora esta não fosse assim denominada. De fato,

¹⁵Quanto à idade mínima para iniciar o trabalho, esta era estabelecida pelo minerador, sendo admitida como idade a de 14 anos. Posteriormente, com a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 01/05/1943, o trabalho a partir de 12 anos foi permitido, sendo que entre 12 e 14 anos havia a obrigatoriedade de comprovar: a frequência escolar, a *natureza leve* do trabalho executado e o fato de que o mesmo não fosse nocivo à saúde. Mas como assegurar isto no trabalho insalubre e pesado da mina e sem uma fiscalização eficiente?

¹⁶O Departamento Regional do SESI, no estado, foi criado em 06.12.1951, contudo, desde 1948, Santa Catarina já recebia recursos do SESI Nacional, principalmente para atender os operários das minas de carvão que viviam sob péssimas condições sócio-econômicas; a entidade patronal se antecipava para minimizar as expressões da questão social dos operários da indústria das minas.

[...] a região carbonífera do pós-guerra também foi atingida por questões que despertavam medo e ansiedade nas elites locais, como, por exemplo, o perigo do comunismo, visto como uma epidemia que poderia contaminar as mentes da “massa” faminta, provocando a inversão de uma sociedade construída na perspectiva positivista da ordem e do progresso. A fragmentação da família não só comprometia o futuro da força de trabalho necessária à indústria mas também colocava em risco os ideais de hierarquia, respeitabilidade e amor ao trabalho (CAROLA, 2002 p.201).

As campanhas do pós-guerra, realizadas tanto na Europa quanto na América do Norte, sobre a redefinição da divisão sexual do trabalho, e que enalteciam a mística da natureza feminina, da boa mãe e boa esposa, chegaram também ao Brasil e a Santa Catarina.

Os ideários religiosos da época, a propaganda, a imprensa e o cinema atribuíam à mulher um papel no lar, no cuidado da casa, das tarefas domésticas decorrentes e da educação dos filhos, atividades estas que eram vistas como deveres exclusivamente femininos. A mulher casada devia enquadrar-se neste papel, visando manter a harmonia do lar e o equilíbrio conjugal.

Estes ideais também chegaram à região carbonífera e nortearam campanhas de higiene pública e de assistência social às famílias mineiras. O SESI, criado no Brasil em 1946, teve participação marcante na história da região. Em menos de dez anos de atuação, seu programa assistencial se disseminou por Santa Catarina e, segundo Carola (2002), em especial na região sul, onde se extraía o carvão, uma atividade econômica das mais expressivas.

As congregações religiosas destacaram-se no processo de higienização e disciplinamento das famílias dos mineiros. Ressalta-se que nem os mineradores nem o Estado tinham poder e/ou legitimidade para adentrarem no cotidiano das famílias; as casas onde residiam as famílias pertenciam às mineradoras, mas isto não lhes permitia a invasão do espaço privado das famílias.

Adentrar no espaço familiar dos mineiros somente foi possível através da vinculação e aliança com as Ordens Religiosas que, devido à ideologia cristã, rompiam com mais facilidade as resistências por parte do operariado. Logo, na ausência de profissionais especializados (assistentes sociais) para esta intervenção, o SESI utilizava o serviço das irmãs missionárias contratadas para tal.

Os ideais do SESI, de busca da paz social, materializavam-se, na região, por intermédio do Departamento Regional de Santa Catarina, que oferecia uma gama de serviços:

assistência médica, farmacêutica, serviços educativos, cinema, revista infantil *Sesinho*, cursos profissionalizantes, serviços de assistência jurídica, recreação, desportos, serviço de assistência alimentar, campanhas médico-sociais e *serviço social especializado*.

O *Serviço Social Especializado* acontecia através da contratação de *agentes especiais* para desenvolverem o trabalho, visto que não havia, no estado, assistentes sociais. Em matéria publicada no Jornal O Estado, em 13/05/1956, há uma referência ao trabalho desenvolvido pelo SESI:

Nas zonas onde o problema social é mais intenso, principalmente na região carbonífera do sul do Estado, organizou e mantém o SESI catarinense, o Serviço Social Especializado. **Ordens religiosas foram contratadas para o serviço de visitação**[grifo do autor], através do qual, recebem as famílias dos operários assistência direta através de orientação doméstica, sanitária, etc. Até esta data, foram realizadas perto de 6.000 visitas pela equipe especializada das Pequenas Irmãs da Divina Providência (O ESTADO de 13/05/1956, p.4-5 *apud* CAROLA, 2002, p. 203).

O debate de medidas de proteção social, em Santa Catarina, era intenso e envolvia políticos e intelectuais religiosos e leigos, e classe patronal do estado. Além das leis trabalhistas brasileiras deste período, Carola (2002) aponta a criação, em 1953, da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN), que idealizava a mecanização e a racionalização dos métodos de trabalho nas minas bem *como a assistência social aos trabalhadores e suas famílias*.

Esta comissão surgiu em decorrência da preocupação em torno da extrema miséria, das péssimas condições de trabalho e moradia, do alto índice de mortalidade infantil, do abandono de crianças, dos acidentes de trabalho, que evidenciava a acirrada contradição capital X trabalho e que

[...] “preocupava” as elites locais e regionais. É nesse contexto que foi criada uma “Política Assistencial”, embutida no projeto de modernização e industrialização da região carbonífera, onde, para garantir a saúde física e mental da força de trabalho, reformularam-se e/ou normatizaram-se os papéis masculino e feminino (Carola, 2002, p.197).

A CEPCAN previa, em seus estudos: a assistência médico-social, educacional e cultural; a construção de hospital, maternidade, de postos de puericultura com serviços de pré-natal e atendimento odontológico; escolas, escolas profissionais, cine-teatro, agremiações

sociodesportivas, instituições de amparo às crianças e à velhice, dentre outras formas assistenciais.

Este órgão também demonstrava nítida preocupação em estabelecer uma política *racional* de modo a moldar as famílias e tornar a força de trabalho adequada à sociedade industrial (CAROLA, 2002).

Neste cenário, emerge a hipótese de que começaram a ser evidenciadas demandas sociais em todo o estado de Santa Catarina que requeriam intervenção profissional específica, isto é, a questão social surgia e exigia respostas, tanto do governo quanto das classes patronais e da sociedade em geral.

A exemplo de outros estados brasileiros, os dirigentes governamentais e políticos, a Igreja e a sociedade civil, com a nítida liderança das classes patronais, começaram a lançar bases visando o enfrentamento da questão social com intervenção específica de agentes profissionais, ou seja, com a intervenção dos assistentes sociais.

Em paralelo, dirigentes políticos e intelectuais reavivaram uma antiga luta catarinense: a da criação de uma Universidade no estado.

2.2. O desenvolvimento produtivo e a demanda por quadros técnicos profissionais - o processo de criação da Universidade de Santa Catarina

Culturalmente, Santa Catarina vivia, ao final dos anos 1950, praticamente nos mesmos moldes em que vivia o restante do país, sendo uma sociedade conservadora, fortemente vinculada à Religião Católica, pendendo ora para um ora para outro partido político.

À mulher era delegado o papel tradicional de esposa e mãe. Admitia-se a inserção feminina no mercado de trabalho, desde que em atividades tradicionalmente ligadas ao gênero feminino (magistério, enfermagem). Quando existia a inserção da mulher em outras atividades, esta era escamoteada e negada; a manutenção da ordem estabelecida¹⁷ era a regra (CAROLA, 2002).

¹⁷Ao se abordar o tema ordem estabelecida, cabe ressaltar que, nos estudos de Gramsci, o autor denunciou a função repressiva e desarticuladora da educação que visava somente manter a ordem estabelecida, apontando para a força da direção intelectual no domínio público; decorre daí a necessidade de uma pedagogia que se volte para a criação de uma nova cultura que, no entendimento do estudioso, seria um

Tal como ocorrido anteriormente na região Sudeste, o desenvolvimento econômico e industrial passou também a trazer para a sociedade demandas educacionais, em especial, pela formação técnica universitária.

Convém ressaltar que, na efervescência político-cultural, econômica e social do início dos anos sessenta, no Estado de Santa Catarina, uma importante instituição educacional foi criada: a Universidade de Santa Catarina (USC).

O ensino superior, no Brasil, desde a Constituição de 1891, era atribuição do Poder Central, mas não com exclusividade. Algumas Universidades foram criadas por iniciativa estadual: Universidade de Manaus - 1909; Universidade de São Paulo - 1911; Universidade do Paraná - 1912 (MICHELOTTO, 2006,s/p. *apud* FÁVERO, 2006, p.21).

Vários estados criaram, nas capitais e em municípios maiores, cursos de Ensino Superior voltados a formar principalmente médicos, farmacêuticos e odontólogos. As dificuldades financeiras levaram à criação de cursos isolados e menores, com menos dispêndio para sua manutenção.

Na terra catarinense, o tema do ensino universitário começou a ser tratado no início no século XX, quando, através da Lei Estadual N° 839 de 02/10/1909, foi criada a Faculdade Livre de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia em Florianópolis, contudo, esta faculdade não se efetivou, ficou somente restrita à letra morta da Lei².

Com as demandas sociais crescentes, no decorrer dos primeiros anos do século passado, em 1917, foi retomada a idéia, sendo criado, então, no estado, o Instituto Politécnico de Florianópolis, em 14/02/1917.

Os jornais *O Estado* e *A Época* deram ampla cobertura à reunião de *cirurgiões dentistas, farmacêuticos, médicos, além de engenheiros e bacharéis em direito, um Oficial da*

processo de organização de disciplina do próprio eu interior, resultante da relação que o sujeito histórico estabelece com o mundo e com os outros seres políticos.

A preocupação do autor com a verdadeira democracia política, a concepção de cultura como organização, o ideal de uma escola como associação de cultura e a denúncia do caráter discriminatório da escola são temas das suas reflexões. Para o autor “[...] tudo é político, inclusive a filosofia ou as filosofias, e a única ‘filosofia’ é a história em ato, ou seja, a própria vida” (GRAMSCI, 1986, p.44).

¹⁸CASA OSWALDO CRUZ. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em: 11 Aug 2007.

marinha e um guarda-livros, que decidiram pela formação de comissões para elaboração dos planos de cursos que integrariam a Instituição: odontologia, farmácia, comércio, agrimensura e pilotagem (DICIONÁRIO DE SAÚDE – CASA OSWALDO CRUZ s/d).

Dentre os fundadores, destacam-se figuras ilustres de Santa Catarina, entre eles:

Os médicos: Joaquim David Ferreira Lima, Carlos Correa, Jonas Miranda, Ervino Presser, Felipe Machado Pereira, Agripino de Mello, Francisco de Mattos;

Os farmacêuticos: Paulino Horn, Antonio Mâncio da Costa, Henrique Brüggmann, Francisco de Oliveira Filho, Diógenes de Oliveira, Christiano Vasconcellos;

Os cirurgiões dentistas: Achylles Wedekin dos Santos, José Baptista da Rosa, Álvaro Ramos;

Os bacharéis em direito: Nereu Ramos, Marinho Lobo, Henrique Rupp Júnior, Ivo D´Aquino Fonseca, Cid Campos, Antonio Vicente Bulcão Vianna, José Arthur Boiteux e do capitão tenente Lucas Boiteux (DICIONÁRIO DE SAÚDE – CASA OSWALDO CRUZ s/d).

O Instituto foi efetivado em 13/03/1917, por José Arthur Boiteux, e organizado como instituto-livre. As aulas iniciaram-se em 10/04/1917, com os cursos de Farmácia e Odontologia sendo ministrados na Rua Trajano. No mesmo mês, o Instituto mudou-se, após receber doação de imóvel, do Governo do Estado, situado à Rua João Pinto, esquina com Travessa Ratcliff, nº 41, no centro de Florianópolis.

Pelo decreto nº 4.763 de 13/12/1923, o Instituto Politécnico foi declarado de utilidade pública, recebeu doações e uma verba para construção de edifício próprio. Doaram materiais para as obras, industriais e comerciantes do interior do estado.

O Instituto Politécnico foi extinto por ato do Interventor Federal Cel. Aristiliano Ramos, através do Decreto nº 782 de 05/04/1935; o único curso superior que permaneceu no estado foi a Faculdade de Direito, criada em 1932, por José Arthur Boiteux.

Com o fim das atividades do Instituto Politécnico, excetuando a formação em Direito, as demais profissões tornaram-se *órfãs*, ficaram sem uma unidade formadora de novos profissionais.

Por isso, algumas lideranças envidaram forças para a reorganização dos cursos extintos de Farmácia, Odontologia, Guarda-livros e Agrimensores, que retornaram, nos anos

1940, sob novas denominações e de acordo com a lei vigente então (DICIONÁRIO DE SAÚDE – CASA OSWALDO CRUZ S/D; FERREIRA LIMA, 2000).

Desta forma, a partir dos anos 1940, a capital de Santa Catarina passou a contar, segundo Ferreira Lima (2000), com os seguintes cursos universitários:

- Curso Superior de Administração e Finanças em 1943; a partir de 1955 sob a denominação de Faculdade de Ciências Econômicas;
- Faculdade de Farmácia e Odontologia em 1948 esta, *recriada* a partir da demanda advinda com a implantação do Departamento de Saúde Pública do Estado de Santa Catarina, face à necessidade de quadros profissionais, o Governo Federal autorizou pelo Decreto nº 24.316 de 08/01/1948 a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia; pelo Decreto nº 30.234 de 04/12/1951, ambos os cursos foram reconhecidos;
- Faculdade Catarinense de Filosofia em 1954, com as opções de graduação em: Filosofia, Geografia, História, Letras Clássicas, Letras Neo-Latinas, Letras Anglo Germânicas e Pedagogia;
- Faculdade de Serviço Social em 1959, mantida pela Fundação Vidal Ramos;
- Faculdade de Medicina em 1960;
- Faculdade de Engenharia em 1962.

Nos anos 1950, em paralelo ao ritmo do desenvolvimentismo no país, houve a tomada de consciência, por vários setores da sociedade, da precariedade das universidades brasileiras, e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que passou a tramitar na segunda metade dos anos 1950, trouxe à tona a discussão da Escola Pública X Privada e das mudanças no ensino universitário.

O movimento de modernização do ensino universitário no país atingiu expressivo patamar com a criação da Universidade de Brasília (UNB), através da Lei Nº 3.998 de 15/12/1961. A UNB era a mais moderna do país, pelas suas finalidades e organização institucional, comparando-se ao espaço ocupado pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade do Distrito Federal (UDF) nos anos 1930 (FÁVERO, 2006).

Na Florianópolis do início dos anos 1960, um leque relativo de opções de graduação era oferecido à população, contudo, as Faculdades eram isoladas umas das outras, com independência administrativa e financeira.

Mesmo independentes, lutavam arduamente para manterem-se, haja vista a escassez de recursos oficiais e as dificuldades da maioria da população em custear a formação de seus filhos, pois o ensino era privado, o que, de certa forma, restringia o acesso somente às elites e/ou famílias mais abastadas (FERREIRA LIMA, 2000; VIEIRA e FÉLIX, 2008).

Havia, entre as lideranças políticas e educacionais locais, o sonho de congregar estas Faculdades isoladas em uma Universidade. Este sonho, porém, era dividido entre duas correntes: uma que defendia a criação de uma Universidade Estadual, liderada pelo Prof. Henrique da Silva Fontes; outra, que batalhava em defesa de uma Universidade Federal, liderada pelo Prof. João David Ferreira Lima. Conforme as palavras deste último,

[...] havia os que desejavam uma universidade particular que, posteriormente, evoluíram para que fosse estadual. Do outro lado estavam os que lutavam pela Universidade Federal, como solução que julgavam melhor. Todos eram amigos e trabalhavam por um mesmo desiderato: a Universidade para nosso Estado. Liderava a primeira corrente o ilustre e saudoso Professor Henrique da Silva Fontes, a quem Santa Catarina deve tantos e assinalados serviços, principalmente no setor de educação, quer primária, como secundária e superior. Foi companheiro de Boiteux nos primórdios da Faculdade de Direito e a ele devemos a extinta Faculdade Catarinense de Filosofia. Estudioso e batalhador incansável até o fim de uma longa vida, que foi prenhe de obras e trabalhos admiráveis. No outro lado, o que defendia a solução federal, estava numeroso grupo, à frente do qual, não sei por que razão, fui colocado por determinação do destino, que muitas vezes estabelece incompreensíveis desígnios (FERREIRA LIMA, 2000, p.57-58).

No ano de 1955, o governo estadual havia aprovado a criação da Fundação Universidade de Santa Catarina, tendo destinado para este fim uma área geográfica específica, a Fazenda Modelo Assis Brasil, situada no Bairro da Trindade, em Florianópolis, capital do estado.

No início de 1960, a luta idealista pela concretização da Universidade firmou-se em definitivo, sob a liderança de João David Ferreira Lima, então professor da Faculdade de Direito, que assim se expressa:

Antes de iniciarmos o nosso trabalho junto à presidência da República e Congresso Nacional, que, por experiência anterior, sabíamos árduo e difícil, tínhamos o firme propósito de unir todos os colegas das duas facções para conseguir o que todos desejavam: a Universidade. Na ocasião a política era acirrada e, em geral, o Estado estava dividido entre duas correntes políticas principais que não se uniam, ou seja: PSD e UDN. Éramos membro destacado do PSD, onde exercíamos a Secretaria Geral. O governo catarinense, na oportunidade, era da UDN. Tendo que manter entendimento

com o governador, dileto amigo pessoal, solicitei à congregação da Faculdade de Direito que indicasse um colega ligado à UDN, para comigo fazer o entendimento com o governador. A indicação foi excelente e encheu-me de alegria, pois recaiu no querido amigo Professor João Bayer Filho, o mesmo grande homem que, conforme já relatei, salvara a Faculdade de Direito em 1937 e que era prócer de alto relevo nos quadros da UDN [...] quando em meio a minha arenga, o governador interrompeu dizendo: “Dr. Ferreira Lima, não precisa argumentar, pois sou inteiramente favorável à solução que propõe e contra à da Universidade Estadual”. Retruquei pedindo que ouvisse o chefe do seu partido, o Senador Irineu Bornhausen, pois o assunto era de tal monta e de tamanha importância que, pelo menos uma vez, em face a ele, a política catarinense deveria ser unida. Respondeu-me que o pensamento do presidente do partido também era o mesmo (IDEM, IBIDIM, p.62).

Foram inúmeras as viagens e reuniões realizadas para consultas junto ao Governo Federal e seus Ministérios. No período, a nova Capital Federal estava sendo concluída, no planalto de Goiás (Brasília), e se discutia a criação de sua Universidade. Estavam, pois, em jogo, muitos interesses políticos de outros estados que também queriam a expansão universitária em seus territórios.

Ferreira Lima¹⁹ relata, em sua obra, as dificuldades enfrentadas junto às Comissões da Câmara de Deputados e junto ao Senado para que o Memorial redigido pela comissão de catarinenses, com data de 04/07/1960, assinado pelo governador e pelos diretores das Faculdades, e destinado ao Presidente da República, fosse remetido em tempo hábil para tramitar nas duas casas legislativas federais:

Redigi o memorial (que tenho em meu arquivo). O mesmo datado de 4 de Julho de 1960, foi assinado nesta ordem por: Heriberto Hülse – Governador; João David Ferreira Lima – Diretor da Faculdade de Direito de Santa Catarina; Luiz Osvaldo D’Acampora – Diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia; Nicolau Severiano de Oliveira – Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas; Henrique da Silva Fontes – Diretor da Faculdade Catarinense de Filosofia; Clementina Tonello – Vice-Diretora da Faculdade de Serviço Social; e Roldão Consoni – Diretor da Faculdade de Medicina (FERREIRA LIMA, 2000, p. 68-69).

Recebendo apoio integral da bancada federal catarinense, o processo de criação da Universidade de Santa Catarina tramitou com algumas dificuldades, porém estas logo foram

¹⁹ LIMA, João David Ferreira. **UFSC: sonho e realidade**. 2.ed. Florianópolis, UFSC, 2000.

superadas, culminando com a assinatura da Lei Federal nº 3.849 de 18/12/1960, pelo Presidente da República, Juscelino Kubistchek de Oliveira.

Após a assinatura do marco legal de criação, iniciaram-se as atividades administrativas para de fato efetivarem a Universidade como Instituição-mãe das Faculdades então existentes.

Em 16/09/1961, o Conselho Universitário escolheu o Prof. João David Ferreira Lima para Reitor, e este tomou posse na data de 25/11/1961, no Gabinete do Ministro da Educação, no Rio de Janeiro.

A Reitoria da Universidade foi instalada, provisoriamente, com móveis e objetos emprestados, em um espaço junto ao Salão Nobre da Faculdade de Direito, situada na Rua Esteves Júnior.

Com a lei de criação e a posse do Reitor, era necessário construir o arquétipo do que viria a ser a Universidade, providenciar a transferência patrimonial das Faculdades existentes e incluídas na Lei para a União.

Era imprescindível ainda, neste momento, organizar os trâmites burocráticos, tendo em vista que cerca de 300 (trezentas) pessoas, entre funcionários e professores, aguardavam os atos de nomeação (IDEM, IBIDEM).

Urgia também organizar o primeiro orçamento, planejar e redigir as normas, o Estatuto e o Regimento Geral. Havia tanta coisa a fazer, *tantas coisas e tão difíceis para quem então ainda conhecia tão pouco de Universidade! Só a vontade imensa, que já se tornara uma obsessão e um fanatismo de tornar realidade a grande obra, deram-me forças para enfrentar tantos e tão grandes problemas* (IDEM IBIDEM, p.81).

Visando estabelecer rotinas e procedimentos, foi organizado um plano administrativo envolvendo os setores. A [...] *maioria fazia rodízio em vários setores, dirigindo, ora aqui ora ali e se familiarizando com todas as áreas. A administração foi sendo erguida, paulatinamente, dentro de um plano pré-estabelecido em que o preparo dos homens, a racionalização e a mecanização eram peças importantes* (IDEM, IBIDEM, p.135).

Ressalta-se que era um momento novo, de novas experiências, havia a disputa pelo espaço anteriormente ocupado pelos dirigentes das Faculdades incorporadas, disputa de poder no novo órgão, agora Federal, e tudo contribuía para que o desafio se tornasse maior.

Posteriormente, quando a Universidade recebeu sua primeira dotação orçamentária federal, foi adquirido um imóvel, situado na Rua Bocaiúva nº 60, denominado *Chácara da Molenda*, no Centro de Florianópolis, para a instalação da Reitoria e das salas de aula. A Reitoria somente mudou-se do local para se estabelecer, em definitivo, no Campus Universitário da Trindade.

Com a organização administrativa e o espaço físico condizente com sua função, na data de 12/03/1962, em solenidade no Teatro Álvaro de Carvalho, na presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas, deu-se a instalação da Universidade.

A idéia de congregar no mesmo espaço geográfico todas as instalações físicas da Universidade sempre esteve presente. Assim, a idealização e o projeto do Campus Universitário tiveram início, não sem dificuldades de toda ordem: econômica, de divergência de idéias, da pressão do movimento estudantil, que via urgência na obra, visto que os diversos cursos estavam esparsos pela cidade, o que dificultava os estudos e a mobilização política dos estudantes.

O Conselho Universitário decidiu pela construção do Campus no espaço já pensado anteriormente para abrigar a universidade: a Fazenda Modelo Assis Brasil, no bairro da Trindade. Com esse objetivo, gestionou-se, junto ao governo do Estado, a transferência das terras para a União, o que provocou um embate direto com o Reitor João David, que era contrário a essa instalação. Como ele mesmo explica,

[...] fomos contrários àquela decisão, por razões expostas em voto escrito e publicado, no qual manifestávamos as razões que nos levaram assim pensar. Apenas diremos que, embora julgássemos o local bonito, apresentara elementos negativos, dentre os quais, à época, poderiam ser apontados: a bacia hidrográfica de um panelão cercado de morros, que obrigaria a obras de canalização e drenagem bastante caras, com conseqüentes enchentes; terreno alagadiço, que exigiria estaqueamento muito caro para as construções (há prédios de um ou dois pavimentos que exigiram estacas de 25 a 40 metros); a estrada de então, da cidade para a Trindade, era de barro, não havendo quase condução coletiva; serviços de água e luz precários; inexistência de esgoto; local de universidade sediada numa ilha, mas distante do mar e de praias, etc (IDEM, IBIDEM, p. 165-166).

Na construção do Campus, tudo foi planejado metodicamente, desde as construções horizontais, com poucos andares, para economizar energia (elevadores) e estacionamento. Planejou-se um Campus que comportasse, no máximo, dez mil alunos, o que, para o reitor João David, seria o tamanho ideal. Em seus relatos o reitor esclarece:

No planejamento e construção do Campus, como já frisamos, procurávamos sempre evitar luxo e a monumentalidade, por isso que os nossos orçamentos eram muito pequenos. Basta frisar que o mais alto, ou seja, em 1971, não alcançou 24 milhões de cruzeiros, incluindo todas as despesas de pessoal, material permanente, de consumo e obras. A experiência nos mostrou que na Universidade, à época, a administração direta das obras apresentava o preço por metro quadrado, mais barato. Daí, muito poucas haverem sido feitas por concorrência com firmas especializadas. A maioria foi levada a efeito com projetos e construção sob a responsabilidade dos nossos arquitetos e engenheiros (IDEM, IBIDEM, p. 171).

O paisagismo do Campus foi projetado pelo renomado especialista Burle Marx, que o iniciou pela Praça Cívica (situada em frente à Reitoria), utilizando, prioritariamente, árvores nativas da Ilha. A iluminação foi planejada para ser feita com cabos subterrâneos, sendo a primeira instalada na capital com este tipo de distribuição.

No Brasil, nos anos 1960, a discussão da Reforma Universitária se ampliou e o Plano Atcon, de 1966, elaborado pelo consultor norte americano Rudolph Atcon, a convite da Diretoria de Ensino Superior do MEC, fez sugestões e recomendações para a adequação do ensino superior.

Foram acatadas pelo Governo brasileiro as seguintes recomendações: *defesa dos princípios de autonomia e autoridade; dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior; ênfase nos princípios de eficiência e produtividade; necessidade de reformulação do regime de trabalho docente; criação de centros de estudos básicos* (FÁVERO, 2006, p.31).

Atcon estudou o caso da USC para seu relatório, citando o sistema administrativo adotado pela nova universidade como ideal para as universidades brasileiras. Nas suas palavras,

[...] tudo isso, em si, não representaria mais do que o quadro de uma pequena e nova Universidade tradicional em desenvolvimento. O que a transforma num local promissor é, por um lado, a orientação que lhe proporciona o Reitor e os seus colaboradores, e, por outro lado, a *grande novidade* que ali encontrei no que diz respeito a um sistema administrativo verdadeiramente modelar. *Em*

Florianópolis encontrei a solução administrativa para as universidades brasileiras. [...] Tanto o processamento dos documentos com ao tramitação financeira de cada caso recebem soluções que, por norma, só se encontram boas empresas privadas e quase nunca no serviço público. Há um efetivo controle do orçamento e uma simplificação de procedimentos que libera o Reitor das habituais preocupações de uma Reitoria tradicional. Basta dizer que o Reitor assina mensalmente só uma meia dúzia de cheques, em vez de milhares que de costume têm que assinar seus colegas. Tudo é feito por bancos, eliminado folhas de pagamentos, e as custosas filas do pessoal das distintas unidades, esperando seu turno para assinar e receber mensalidades. Os saldos orçamentários chegam automática e regularmente à mesa do Reitor[...] referente a uma recomendação de qual maneira se poderia começar para chegar a soluções específicas, só posso reiterar encarecidamente a alta conveniência de implantar em todas as universidades brasileiras e privadas, como primeiro passo, o sistema administrativo mecanizado da Universidade Federal de Santa Catarina. É adequado às necessidades do momento, eficiente dentro dos cânones vigentes e capaz de se desenvolver numa máquina administrativa no sentido aqui exposto [...] A aplicação do sistema de administração central da Universidade Federal de Santa Catarina a todas as outras Universidades do país, com a aquisição das mesma máquinas por todas elas e o adestramento de seus funcionários administrativos em Florianópolis (ATCON, s/d, p.69-71 apud FERREIRA LIMA,2000 p. 131-133).

O parecer de Atcon influenciou de maneira decisiva os membros da Comissão Especial que discutia a Reforma Universitária. A USC organizou e foi sede de cursos de treinamento, realizou congressos sobre o tema Administração Universitária, treinou servidores de outras universidades brasileiras e estrangeiras.

Era um sonho do reitor João David a implantação de um curso de especialização nesta área, mas somente anos mais tarde, após ter ele deixado a reitoria, é que houve a efetivação do Curso de Mestrado em Administração, no qual uma linha de pesquisa discutia a administração Universitária.

Ainda no período ditatorial-militar, a Comissão Especial, instituída através do decreto nº 62.024/67 e presidida pelo General Meira Mattos, dedicou-se sobremaneira a discutir as propostas *subversivas estudiantis*, além de planejar e propor reformas no ensino. O relatório emitido pela Comissão foi absorvido, em parte, pelo Projeto de Reforma Universitária: *fortalecimento do principio da autoridade e disciplina nas instituições de ensino superior; ampliação de vagas; implantação do vestibular unificado; criação de cursos de curta duração e ênfase nos aspectos técnicos e administrativos* (FÁVERO, 2006, p.32).

Para atender o quesito “fortalecimento do princípio da autoridade e disciplina”, Meira Mattos pretendia instaurar no circuito universitário a intimidação e a repressão.

Com o Ato Institucional nº 05 (AI-5), de 13/12/1968, decorreu o Decreto Lei nº 477 de 26/02/1969, que definiu as infrações disciplinares praticadas por professores e alunos, sendo que o sistema repressivo militar adentrou a Universidade Brasileira, com rigorosa intimidação e repressão, desencadeando perseguição política, demissões, prisões e até desaparecimento de professores e alunos que militavam nas instâncias políticas e se manifestavam contra o governo imposto pelos militares.

Com este procedimento, a ditadura militar enfrentou a chamada *Crise da Universidade*, tendo que adotar diversas medidas para sua solução, algumas extremamente repressivas e antidemocráticas.

A modernização administrativa foi orientada pelo Decreto nº 62.937 de 02/07/1968, que criou um Grupo de Trabalho (GT) para estudar e propor medidas para resolver a *Crise*. O GT emitiu relatório em que apontava medidas para implementar a *eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de RH de alto nível para o desenvolvimento do país* (RELATÓRIO GT, 1968 *apud* FÁVERO, 2006).

Em suas reflexões sobre o tema, Fávero (2006) ressalta que a Universidade brasileira estava, até então, organizada de forma tradicional, com Faculdades que se apresentavam inadequadas para atender às necessidades do processo de desenvolvimento iniciado nos anos 50. O autor explica ainda que, apesar de ter havido uma multiplicação de unidades, elas permaneciam com uma estrutura anacrônica que entravava o processo de desenvolvimento e de inovação.

Também segundo Fávero (2006), o sistema universitário não estava aparelhado para cultivar a investigação científica e tecnológica, devido à rigidez de seus quadros e às formas acadêmicas que imperavam. Faltava-lhe flexibilidade para oferecer um produto universitário diversificado, de forma ampla e capaz de satisfazer um mercado de trabalho cada vez mais diversificado e diferenciado.

Entre as medidas propostas pela Reforma com o objetivo de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, destacam-se: *o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de crédito e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação* (FÁVERO, 2006, p.34).

No que diz respeito ao vestibular unificado e classificatório, verifica-se que a sua implantação teve duas finalidades: racionalização no aproveitamento do número de vagas e admissão do ingresso, não para um determinado curso, mas para uma determinada área do conhecimento. Esta dinâmica racional do vestibular unificado, anos mais tarde, tornou-se problemática e foi revista.

Com referência à carreira docente, na nova Universidade, Ferreira Lima (2000) se reporta a uma emenda proposta a um artigo do Projeto da Lei de criação da USC, emenda esta que obrigava os professores das faculdades que iriam integrar a nova universidade a se submeterem a um concurso, em outra Universidade, a ser escolhida pela Diretoria e Ensino Superior.

O autor refere que providenciou emenda acrescentando: *os professores catedráticos fundadores dos estabelecimentos constantes desta lei, criados ou em funcionamento antes de 18 de setembro de 1946, serão nomeados professores catedráticos efetivos, assegurados aos mesmos todas as garantias, direitos e vantagens estabelecidas pela legislação vigente* (FERREIRA LIMA, 2000, p. 75).

Com esta emenda, foram desobrigados de prestarem novos concursos os professores da Faculdade de Direito (fundada em 1932) e de Ciências Econômicas (fundada em 1943).

Em relação à Faculdade de Serviço Social, que é o tema deste estudo, detalhar-se-á sua história posteriormente. Neste momento, cabe ressaltar que houve resistência por parte dos dirigentes da Fundação Vidal Ramos (mantenedora da Faculdade) em integrar o Curso de Serviço Social à USC desde o início da Universidade, e por esse motivo, a Faculdade de Serviço Social ficou vinculada à nova instituição na condição de Faculdade Agregada.

Em resumo, a criação da USC não se desvinculava das demandas postas pela sociedade catarinense, que buscava soluções para a tensão vivenciada com as profundas mudanças sociais, políticas e econômicas advindas da urbanização e industrialização acelerada do estado e também do país na segunda metade dos anos 1950. Este será o tema tratado no próximo item.

2.3 O desenvolvimento econômico e social e a demanda por Assistentes Sociais

Como já foi exposto, a expansão econômica e industrial acelerada obrigou as entidades patronais catarinenses ligadas à indústria a se organizarem face às demandas do setor produtivo.

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) foi criada no ano de 1950, sendo seu primeiro presidente o Sr. Celso Ramos, pecuarista e industrial oriundo da região serrana do estado, de tradicional família de políticos ligado ao Partido Social Democrata.

Antes da fundação da FIESC, a desarticulação das indústrias dificultava a organização patronal. Não existia uma entidade oficial que representasse os interesses patronais, não havia lideranças que se sobressaíssem na luta pelo coletivo da classe (RAMOS, 1984).

Os empresários que fundaram grandes complexos estavam voltados à busca dos interesses inerentes à própria indústria e ao processo produtivo decorrente, portanto, não havia, até então, uma discussão coletiva da classe no estado.

De acordo com Ramos (1984, p.57),

[...] não existia quem assumisse a direção desse serviço. Em 25/07/1950, um grupo de industriais catarinenses, liderados pelo Sr. Celso Ramos, conseguiu fundar a FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina, uma vez que já existia o número de sindicatos patronais exigidos para tal.

Com a fundação da FIESC e efetivada sua filiação à Federação Nacional das Indústrias, criaram-se condições para serem implantadas outras entidades patronais, dentre estas, o Serviço Social da Indústria, instalado em fevereiro de 1952, na sede da FIESC, igualmente sob a liderança do Sr. Celso Ramos, que permaneceu no cargo entre os anos de 1952 e 1960.

O SESI, na esfera nacional, recebia a denominação de Departamento Nacional, e nos estados, de Departamento Regional. A diretoria provisória, constituída na ocasião, foi assim composta, conforme destaca Ramos, (1984, p. 58):

Presidente: Celso Ramos
1º Vice-Presidente: Guilherme Renaux
2º Vice-Presidente: Alberto Gonçalves dos Santos
Tesoureiro: José Elias
Conselho Fiscal:

Otto Schäeffler
Otto Jordan Sobrinho
Charles Edgar Moritz.

Ressalta-se que esta abordagem sobre o SESI tem estreita relação com a criação da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, bem como com a difusão do Serviço Social e da profissão de assistente social no estado. Pode-se, inclusive, afirmar que a gênese do Serviço Social catarinense está estreitamente vinculada ao Sistema FIESC-SESI.

Em conformidade com Souza (1984, p.59), o SESI, quando instituído, contava, em sua estrutura, com a Divisão de Serviço Social, integrada por: *Serviço Social Especializado; Serviço de Cursos Populares; Serviço de Assistência Jurídica; Serviço de Cinema Educativo Ambulante; Serviço de Biblioteca Ambulante; Serviço de Recreação e Esporte.*

Evidenciou-se, anteriormente, no presente estudo, que o Estado brasileiro, no período entre os anos 1940 e 1950, delegou à burguesia industrial a organização e o gerenciamento dos mecanismos assistenciais. Dessa forma, foi criado um grande complexo assistencial com a unificação das iniciativas isoladas de algumas empresas.

O SESI e o Serviço Social do Comércio (SESC) tornaram-se organismos que iriam estender o controle produtivo para além da indústria/comércio; eles se instauraram no cotidiano dos trabalhadores da indústria e do comércio e de suas respectivas famílias.

Determinavam, através de seus serviços, uma nova orientação para o estilo de vida dos operários, muitos destes, anteriormente vinculados ao trabalho rural. O estilo de viver urbano passou a permear a formação moral e intelectual dos trabalhadores da indústria catarinense, direcionando estes e suas famílias para novos hábitos e costumes.

O Estado e as classes produtoras patronais passaram a atender de forma paliativa a *questão social* do operário urbano, intervindo antes que lutas e/ou movimentos sociais surgissem para reivindicar melhorias na relação capital X trabalho. Roberto Mündel Lacerda, em entrevista realizada em 22/11/1983, assim se expressou a respeito do assunto:

[...] antes da criação da Faculdade de Serviço Social, nós tínhamos em Santa Catarina diversas entidades que faziam assistência social, ou até mesmo que se intitulavam como entidades de Serviço Social, havia tentativa nesse sentido. Na realidade talvez fosse melhor colocar de outra forma: Depois da guerra, quando houve a compreensão de que o mundo não seria mais igual aquilo do que tinha sido antes da guerra, a 2ª Grande Guerra, com a redemocratização aqui no país, com o progresso que chegava ao Brasil, o desenvolvimento das indústrias, principalmente a criação de grandes centros industriais e urbanos no país. Os

homens ligados à produção, eles sentiram a necessidade e compreenderam a necessidade de antecipar os acontecimentos e permitir que a classe trabalhadora tivesse uma nova compreensão, houvesse uma nova compreensão das coisas em favor da classe trabalhadora, dos operários em geral, então eles se reuniram numa chamada convenção de Terezópolis e de lá saiu a Carta da Paz Social. [...] Essa Carta da Paz Social, ela preconizava então dois princípios básicos do Serviço Social, que são a justiça social e a melhoria de nível de vida do trabalhador e sua família. Em decorrência disso foram criadas então duas grandes entidades: O SESC na área do comércio e o SESI na área da indústria. [...] na realidade estas entidades tiveram um papel importante, porque elas compreenderam que o Serviço Social deveria ser feito por Assistentes Sociais. [...] O número de assistentes sociais era muito pequeno, então a intenção em se fazer um Serviço Social Científico, era dificultado pela inexistência de profissionais, foi aí então que o SESI e o próprio SESC apoiaram de toda forma as iniciativas nesse sentido (LACERDA, 1983).

Aqui, tal com ocorreu anteriormente no país, a questão social, antes de ser assimilada pelos trabalhadores, foi percebida pelo Estado e pelas classes produtoras e suas entidades que, ao intervirem paliativamente, atenuaram e/ou abafaram reivindicações e/ou lutas operárias.

No caso de Santa Catarina, as conseqüências da urbanização e da industrialização, fatos estes ocorridos há algum tempo, no Sudeste, também começaram a ser sentidas.

Desse modo, no ano de 1952, o SESI/SC desencadeou um levantamento sócio-econômico no estado de Santa Catarina, *com o objetivo de identificar nas diversas localidades, os aglomerados urbanos, de indústrias, de comércio, etc para elaboração de um diagnóstico do estado; como viviam as pessoas, como trabalhavam e que equipamentos de saúde, assistencial e educacional dispunham e/ou tinham acesso* (ABREU, 1984, *apud* SOUZA, 1984).

No início dos anos 1950, a maior parte da população do estado habitava o meio-rural, e segundo Abreu (1984), a fisionomia do estado catarinense *era uma fisionomia rural*. Mas começavam a ser observados problemas urbanos, como pouca infra-estrutura viária e energética, êxodo rural acelerado, déficit habitacional, entre outros.

Da perspectiva dos dirigentes políticos e das classes patronais, estes problemas urbanos deveriam ser sanados, minimizados. Havia urgência de intervenção na área social, contudo, se percebeu que existia um grande entrave para tal: não havia, em Santa Catarina, profissionais capacitados e em número suficiente para intervir nos então *denominados problemas sociais*. Este era o grande dilema.

A fim de minimizar estas situações, ditas *problemáticas*, em regiões onde a emergência da questão social se observava com maior ênfase, como na indústria carbonífera do

Sul do estado²⁰, o SESI, como já exposto anteriormente, contratou religiosas para exercerem o papel de educadoras sociais. A Assistente Social Neusa Mendes Guedes, uma profissional pioneira no estado, faz referências às dificuldades e à distância geográfica, que eram também fatores impeditivos para o desempenho do trabalho social:

[...] então em Criciúma a distância era muito grande, quem tinha a condução eram as freiras religiosas que o SESI contratou para ir trabalhar na mineração, elas eram educadoras, sabe? Alugaram a casa e colocaram as freiras lá dentro, na zona de mineração, eram duas zonas, uma afastada da outra, elas então tinham um Jeep [...] elas davam uma resposta na hora para aquela clientela que estava necessitada. Era curso de corte e costura, atendimento às crianças, então o que a gente conseguia fazer em Criciúma foi fazer um pouquinho melhor alguma ação social bem geral (GUEDES, 1984, p. 3).

A demanda por assistentes sociais, para desenvolver o trabalho junto aos programas do SESI e SESC, obrigou as entidades a recrutarem os profissionais no Rio Grande do Sul no início dos anos cinquenta. O depoimento do Diretor de Medicina Social do SESI expressa a realidade da época:

[...] Então fomos recrutá-las no Rio Grande do Sul, no SESI de lá sob a chefia do Dr. Mario Reis e trouxemos para a função de chefia. Evidentemente que só conseguimos para a função de chefia. Para espalhar qualquer serviço foi impossível. Lembro-me bem, que a Chefe do Serviço Social da Indústria – Divisão de Serviço Social foi D. Marília Centeno, uma moça do Rio Grande. Pouco tempo depois ou concomitante, não posso afirmar, isso já faz tantos anos, veio D. Zuleika Albrech, hoje Murici, que casou aqui, ficou trabalhando aqui e foi professora da Faculdade de Serviço Social durante toda a sua existência, existência da Faculdade (ARAGÃO, entrevista em 13/07/1984).

Foi assim que a assistente social Marília Centeno veio para o estado, em 1952, a convite do SESI/SC, e ficou por três anos. Devido à demanda crescente e à inexistência de profissionais, o SESI e o SESC vislumbraram, como saída para o impasse, a organização, no ano de 1952, de um sistema de bolsas de estudos para mandar candidatas estudarem em Porto Alegre – RS. Mas esta não era a solução ideal para o problema, como se pode observar na fala a seguir:

[...] O SESI saiu na frente, o SESI foi o pioneiro, mandando pessoas de Santa Catarina estudar Serviço Social fora; eu me lembro, por exemplo, da Rosa Chaves que foi estudar em Porto Alegre pelo SESI. Quando o SESC entrou, nós vimos que isso não resolvia, porque não era só mandar o profissional, além de demorar quatro anos para a formação, nós precisávamos criar um ambiente, onde este só podia fazer no dia a dia, naquela vivência do dia a dia, de uma

²⁰ Ver: CAROLA Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de Carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis: UFSC, 2002.

escola com alunos e professores, uma intervenção da comunidade participando do processo e foi aí que surgiu a necessidade de se criar uma escola, a escola surgiu então da necessidade que essas entidades sentiam de profissionais. (LACERDA,1983).

Mesmo tendo as entidades SESI e SESC condições de investir financeiramente na formação de assistentes sociais, seus dirigentes avaliavam as dificuldades e a morosidade do processo de formação, contrastando com emergência do trabalho interventivo dos profissionais de Serviço Social. Também avaliavam o insucesso da empreitada, tendo em vista que algumas estudantes iam e não mais voltavam, conforme se depreende do texto que segue:

Mas começamos a verificar que daquela maneira nunca teríamos a possibilidade de fazer um serviço extenso dentro do que imaginávamos a princípio, selecionar moças daqui que iriam cursar no Rio Grande do Sul, evidentemente com bolsa do SESI. O SESI procurou se acautelar fazendo com que essas moças assinassem um compromisso etc... Isto não funcionou. Porque quando elas acabavam o curso ou eram seduzidas para ficarem trabalhando lá no Rio Grande do Sul ou adquiriam outros compromissos. Eu me lembro de uma que em prantos veio pedir que a desligássemos daquele compromisso, porque ela tinha ficado noiva em Porto Alegre. Então era o seu futuro que estava em jogo. Como evidentemente o compromisso escrito, tratando-se de moças em geral solteiras etc... não havia grande consistência, porque não havia como acioná-las por não cumprimento do contrato que não funcionava (ARAGÃO, 1984).

As três primeiras candidatas foram: Maria Teresa Medeiros, Nereida Becker e Neusa Mendes Guedes, sendo que destas três, somente retornou ao estado a assistente social Neusa.

A assistente social Marília Centeno, que veio prestar serviço ao SESI/SC, era vinculada ao SESI-RS e professora da rede estadual de ensino. Sua vinda para Florianópolis foi decorrente das tratativas entre o Superintendente do SESI gaúcho, Sr. Mário Goulart Reis (também diretor da Escola de Serviço Social da PUC-RS), com o Sr. Celso Ramos, diretor do SESI/SC.

Para a liberação da referida assistente social de seu vínculo junto ao serviço público estadual gaúcho, houve um pedido do senador Sr. Nereu Ramos (irmão de Celso Ramos) ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, e então a profissional foi colocada à disposição para trabalhar no SESI em terras catarinenses (RAMOS, 1984).

Em depoimento para os estudos de Ramos (1984), Marília Centeno explicitou seu processo de trabalho, na época, apontando como maior dificuldade o fato de ser a única assistente social para atender toda a abrangência do SESI no território catarinense.

Avaliando, nos dias de hoje, o seu processo de trabalho, é possível inferir a ênfase nas ações Sócio-Educativas, Sócio-Emergenciais e de Planejamento e Gestão (MIOTO e NOGUEIRA, 2007).

O obstáculo maior, segundo a profissional, era o fato do estado não contar com uma Faculdade de Serviço Social bem como as dificuldades na orientação dos trabalhos da Divisão de Serviço Social devido à diversidade (étnica, cultural, econômica e geográfica) das regiões de Santa Catarina (RAMOS, 1984).

Quanto ao recrutamento das estudantes-bolsitas, observa-se, no texto a seguir, que a polaridade política entre PSD e UDN, que permeava todas as decisões institucionais, também refletiu na escolha das candidatas que iriam estudar na Faculdade mantida pela PUC, em Porto Alegre:

[...] no início de 52 em fevereiro. [...] nesta ocasião meu pai me mandou uma cartinha dizendo que a Vilma (filha do Sr. Celso Ramos) tinha estado lá em casa para fazer um convite, que o pai dela era Presidente da Federação das Indústrias, ele queria mandar três moças para Porto Alegre fazer um curso de Serviço Social, mas ele não queria divulgar esta possibilidade de mandar estas três pessoas porque queria mandar pessoas escolhidas, pessoas que tivessem inclinação para um trabalho que teria que fazer posteriormente. Eu me lembro que na cartinha o que meu pai colocou foi o seguinte: seria assim depois de formada, se uma pessoa me pedisse uma máquina de costura da instituição, então eu iria à casa dessa pessoa verificar se realmente se fazia jus a entidade conceder aquela máquina; como ela se relacionava naquele meio, foi essa a idéia que meu pai me passou na cartinha e que ele teria ouvido da Vilma, e se eu quisesse ir para Porto Alegre, que ele estava concordando e que eu viesse no dia seguinte que tinha que tratar dos papéis.[...] Eu não contei duas vezes, no dia seguinte eu já estava aqui no Centro e fui a casa do Sr. Celso Ramos, aí, ele realmente reafirmou o convite: que se eu quisesse ir, nós iríamos com bolsa do SESI, eu não sabia ainda que não era só eu, que tinha mais duas colegas que iriam também, duas pessoas que eles estavam selecionando. Confirmou tudo o que a Vilma falou e me deu já a relação dos papéis. [...] Essas duas pessoas, foi o seguinte: uma vaga ele colocou à disposição do governador do Estado na época: Irineu Bornhausen, eu sei inclusive a história. O pai da minha colega que foi comigo, Maria Tereza, ele ia chegando no gabinete do governador, ele era inspetor do ensino primário, ele entra no gabinete do governador que estava com aquela oferta de uma bolsa e aí eles lembraram que ele tinha muitos filhos, dezessete filhos, família grande, dos Vieira, aqui de Florianópolis. O governador fez o convite se ele tinha alguma filha que ele gostava que fosse fazer um curso superior. Aí o Sr. Alfredo aceitou a oferta e então uma das

outras moças, foi a filha do Professor Alfredo Xavier Vieira e a outra foi uma vaga colocada à disposição da D. Leonor de Barros [...] foi diretora do Instituto de Educação e ela escolheu uma aluna do Instituto de Educação que foi a Nereida Becker de Carvalho (GUEDES, 1984).

No seu relato, a Assistente Social Neusa detalha seu entendimento inicial do que seria a profissão, seu processo de formação e a experiência vivida junto ao SESI-RS, afirmando que, das três candidatas que foram para Porto Alegre, somente ela retornou ao estado para trabalhar no SESI-SC:

[...] Fomos em três lá para Porto Alegre, a idéia que se faria, me lembro antes da gente ir, tivemos um contato com o Sr. Renato Ramos da Silva. Dr. Renato que era diretor do SESI, e ele disse para nós assim que a gente quando voltasse cada uma iria ganhar um Jeep para sair por aí e fazer o trabalho. Então a gente tinha idéia de tudo, menos o que pudesse ser o Serviço Social, como depois a gente ficou sabendo o que era. Aí nós fomos para Porto Alegre, tudo bem, Dr. Mário Reis era diretor da Escola, nos recebeu no aeroporto, já tinha o local onde a gente iria se hospedar que foi a casa das missionárias pensionistas que lá funcionava e iniciamos. Naquela época, não havia vestibular para quem tinha curso normal, fazia só um teste de personalidade e um teste psicotécnico. Lá era bastante forte, que eliminava muita gente e nós entramos na PUC. [...] Eu fui uma boa aluna e isto é muito importante para mim, tanto na prática quanto na teoria, foi uma surpresa muito grande, porque quando no primário eu tinha sido boa aluna, no secundário tinha sido uma aluna média, aqui no Coração de Jesus. E lá assim, despertou, não sei o que aconteceu, eu sei que era a primeira aluna da classe. Era uma competição de notas inclusive da teoria e na prática eu ficava na frente. Então eu fiz estágio sempre no SESI, no primeiro ano estagiei junto ao censo torácico, uma particularidade muito interessante, porque eu era muito nova e estava descobrindo uma cidade grande. [...] no segundo ano, nós fizemos a prática em grupo, eram os processos de Caso, Grupo e Comunidade, no primeiro ano a gente fez visita domiciliar e atendimento de caso. No segundo ano, foi prática em grupo, bibliografia de Grupo quase não existia no Brasil, estava sendo construída ainda, mas eu me lembro, eu me dei muito bem nesta prática e quando chegou no terceiro ano, fui convidada para supervisionar alunos do segundo ano que estavam fazendo grupos e meu Trabalho de Conclusão do Curso seria a supervisão em grupo. Era uma responsabilidade muito grande, porque eu era aluna supervisionando alunos. Eu no terceiro e eles no segundo fui supervisora da Rosa Chaves. [...] Eu coleí grau antes da turma que era anterior a mim, porque esta turma se formou depois do Natal e eu me formei antes para ir embora.[...], aliás, eu acho muito interessante que a gente coloque que antes de mim, estava aqui Zuleika Albrech Murici, [...] Marília Centeno de Porto Alegre e Miriam Luzardo, porque elas eram contratadas. Elas vieram, me antecederam da seguinte forma: é que o SESI contratou o trabalho delas em Porto Alegre, elas eram cedidas do Rio Grande do Sul para organizar o Serviço Social no SESI aqui em Santa Catarina. Então elas fizeram o levantamento no estado todo.[...] Em 52, o SESI, chamou assistentes sociais que vieram fazer o levantamento sócio-econômico do estado

todo. [...] O SESI de Porto Alegre era muito adiantado. Eles tinham uma divisão de educação lá, coisa maravilhosa! Então eles eram bem mais avançados, foi trazido o modelo de Porto Alegre para cá, agora o levantamento identificava aonde devia ser colocado, O levantamento identificava as necessidades, e aí era levado esse tipo de trabalho, que já tinha em Porto Alegre. Foi um modelo. Então tinha prática desportiva, cinema, curso de corte e costura e o Serviço Social, era assim a implantação do Serviço Social seria o mesmo assessoramento para que aqueles trabalhos tivessem continuidade. [...] O SESI continuou mandando pessoas fazer o curso de Serviço Social fora, porque tanto a Maria Tereza como a Nereida, elas não voltaram para Florianópolis, por motivo de casamento, todas as duas ficaram em Porto Alegre, então das três que fomos só eu voltei, as outras duas ficaram; [...] Depois foi a Marilde, não me lembro se ela foi pelo SESI, mas parece que sim, depois não se adaptou muito bem e foi terminar o curso na PUC do Rio, só no primeiro ano que ela foi para Porto Alegre (GUEDES, 1984).

Diante das dificuldades enfrentadas para formar assistentes sociais, a criação de uma Faculdade de Serviço Social começou a ser discutida, como se constata na declaração a seguir:

[...] então neste intervalo entre nossa ida em 52 e o lançamento da nossa Faculdade surgiu muito assim, havia muito debate em torno de que o trabalho estava sendo tentado, para preparar profissionais, mas os profissionais não voltavam, não retornavam e por outro lado o estado se desenvolvendo bastante, havia necessidade de mais gente, então as entidades resolveram, acho isto muito bacana, porque foi um esforço das entidades, da comunidade para criar esta fundação, que se chamou Vidal Ramos e que iria manter o curso de Serviço Social. [...] Essas entidades são aquelas onze que fundaram a Fundação Vidal Ramos, não sei como é que se deu o processo (GUEDES, 1984).

O processo foi longo e moroso, vários fatores interligados ora impulsionavam a criação da Faculdade ora faziam o processo parar e até retroceder. Manifestando-se sobre o assunto, Abreu (1984) questiona:

[...] Qual era o perfil da sociedade catarinense? Era predominantemente rural, por conseguinte esses aspectos relativamente sociais que são muito mais urbanos, não devem estar presentes, neste mesmo período o governador Irineu Bornhausen, a classe industrial se articulava para fazer seu corpo de representação. Surge então a Federação das Indústrias está ligada ao desenvolvimento do Serviço Social, a Federação Industrial pertencia a dois organismos, um ligado à preparação do trabalho e outro ao Serviço Social. A formação de quadros [...] parecia fundamental. A história da Faculdade de Serviço Social começa com o Serviço Social da Indústria. [...] Fecha então à década de 50, já com a história de funcionamento, foi constituída em 59. Então

porque a escola se constituiu? Ela era uma resposta aos problemas que começavam a ser percebidos, um curso industrial, uma urbanização. [...] Então surge a Faculdade de Serviço Social, com esta mensagem surge a Fundação Vidal Ramos, com uma mensagem de constituir uma escola que se organize e funcione.

Levando em conta todos os percalços existentes para a criação de uma Faculdade de Serviço Social, a idéia foi amplamente discutida entre os dirigentes do SESI/SC. Isto pode ser confirmado na entrevista que segue:

[...] Nesse momento, através de palestras e contatos com o Renato Ramos da Silva e eu próprio, nasceu a idéia da fundação de uma Escola de Serviço Social em Florianópolis como sendo a única maneira de haver assistentes sociais no Estado, porque não havia nenhuma. Começamos a manter junto ao Celso Ramos a idéia para fundar a Faculdade. [...] Sobretudo diálogos entre o Renato Ramos da Silva e minha própria pessoa. Evidentemente que outros já comentavam a dificuldade, os fracassos que nós tivemos, de moças que iam fazer o curso não voltavam. [...] A idéia de fundar uma Faculdade começou a germinar dentro do SESI. O Celso Ramos lá por conta dele, andou consultando esse e aquele. Eu me lembro que veio aqui um grupo²⁰ de duas ou três senhoras que conseguiram implantar na mente de Celso Ramos que não havia condições de fundar uma Faculdade de Serviço Social. Isso foi dito e reafirmado por esse grupo. [...] Não, não sei, eu não tive contato com elas. Não era minha alçada, eu conversava com o Renato, mas o meu problema era a medicina social e não chefia do SESI, mas diante desta água fria jogada por essa comissão, o Celso desanimou. [...] Renato Ramos e eu insistimos, mas meu Deus aqui já há uma Faculdade de Odontologia funcionando há muito tempo; há uma Faculdade de Direito funcionando há mais anos, será possível que não se consiga fundar uma Faculdade de Serviço Social? Nós teríamos dificuldades no professorado específico de Serviço Social, mas é mais fácil atrair esse professorado e aproveitar os elementos que o SESI já dispunha, do que mandar elementos para fora e que depois não voltavam. Aliás a minha experiência depois como Secretário da Saúde é que mandar bolsistas daqui para centro grande é perder elementos. Selecciona-se elementos mais promissores, eles vão, são seduzidos, recebem propostas e não voltam[...] Então o estado pagava bolsa para perder seus elementos (ARAGÃO, 1984).

²¹Segundo Ramos (1984, p.80), o Dr. Renato Ramos da Silva foi ao Rio de Janeiro “convidar a Congregação das Filhas do Coração de Maria, à qual pertencia Germaine Marsaud, no sentido de criar uma Faculdade de Serviço Social em Santa Catarina” [...] “a assistente social que aqui esteve em 1955 era Germaine Marsaud e a reunião citada por Marília aconteceu na Casa Paroquial da Catedral Metropolitana, em Florianópolis e dela participaram: Mademoiselle Germaine Marsaud; Dr. Renato Ramos da Silvas, superintendente do SESI, representando a entidade; Monsenhor Frederico Hobol, vigário Geral da Catedral Metropolitana e Agnese Faraco” [...] “Por parte do estado não foi preenchido os quesitos exigidos por Germaine Marsaud”. Ela queria liberdade de ação, uma Faculdade de Organização Católica em que o estado não interferisse, Germaine não aceitava interferências políticas.

Torna-se evidente a preocupação do grupo de idealizadores da Faculdade para que a mesma fosse dirigida por figuras ilustres da sociedade catarinense e que, desta forma, a instituição tivesse a aprovação e adesão unânimes da sociedade:

Voltando agora à Faculdade de Serviço Social, essas coisas ficaram assim; já então o olhar mais simpático por parte do Celso que até lembrou numa determinada ocasião de convidar o desembargador Medeiros Filho para Diretor da Faculdade, para ele proceder o trabalho de investigação e encarregou-me de convidar o Desembargador Medeiros Filho. Convidamos, mas ele alegou idade avançada, que não queria se incomodar muito e não quis. Depois disto, por motivos que não vem ao caso eu me afastei do SESI e não tive mais notícias da Faculdade, a não ser por ouvir dizer que estavam tratando do assunto. Numa tarde eu fui visitado em minha casa por Clodorico Moreira meu colega e Secretário da Educação. Queria me comunicar que os estudos estavam bastante adiantados, já estava resolvida a fundação da Faculdade e me convidava para lecionar numa das cadeiras. Eu confesso que fiquei muito surpreso, uma vez que já havia deixado o SESI, achei muito cortez convidarem-me para integrar o corpo docente; mas por outro lado, como eu tinha sido um dos ideólogos, vamos dizer assim da Faculdade, concordei com a idéia e aceitei. Pouco tempo depois mandaram pedir currículos e eu e outros mandamos nossos currículos. Me lembro que entre eles estavam o Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral que recuou, não quis (ARAGÃO, 1984).

Na realidade, anteriormente à constituição da Fundação que iria manter a Faculdade, já havia uma articulação e participação dos vários segmentos e frações de classe, em especial da patronal, do Governo e da Igreja, todos envolvidos nas discussões visando *pensar* sobre a Faculdade e organizá-la. Os textos seguintes corroboram o que foi dito:

[...] Realmente foi um trabalho de muita mobilização, eu, por exemplo, saía e ia de um em um conversar, de pessoa a pessoa e nós usávamos o prestígio que eventualmente nós tínhamos, para mostrar inclusive os objetivos. Com nosso conhecimento técnico nós procurávamos saber alguma coisa, aprender, ler alguma coisa para poder transmitir aos outros aquela experiência que estava sendo feito fora. [...] Realmente, no final a turma ficava me olhando, mas eu dizia, eu não sou Assistente Social, não me habilito, mas na realidade foi um trabalho incessante, nós fizemos um trabalho de catequese, mostrando os benefícios e na realidade, foi prova de que nós tínhamos razão. Era eu do lado do SESC e o Renatinho do lado do SESI. Eu no SESC principalmente e o Dr. Renato Ramos da Silva no SESI, ele era Diretor Superintendente e eu aqui era Diretor do SESC. [...] As outras entidades compreenderam logo. Os documentos realmente não contam, não dizem como aconteceu, o que realmente foi o trabalho desse pessoal pioneiro, que desbravavam. Depois que

as Irmãs vieram para cá, a coisa ficou mais fácil, antes realmente não era fácil, mas depois foi ficando mais fácil porque na hora de falar tecnicamente a gente transferia para elas que eram assistentes sociais, a responsabilidade de fazer esse trabalho. Agora, realmente nós tivemos que ler muito, convencê-los de que realmente era necessário (LACERDA, 1983).

[...] O Sr. Celso Ramos e o encarregado de começar a planta. Digamos assim, da futura Faculdade era o falecido Dr. Renato Ramos da Silva e houve várias reuniões no atual Banco do Estado, da Praça XV, ao lado do Banco do Brasil. Lá no último andar, com representantes do SESI, do SESC, do SENAC, com essas entidades todas, Arcebispado, etc. E eu a pedido do, Arcebispo, participei desde o começo, de todas as reuniões, onde se falou em convidar as Irmãs de Jesus Crucificado que já trabalhavam em Pelotas e Porto Alegre. As duas pessoas que mais incentivaram, que mais trabalharam para que se criasse a Faculdade de Serviço Social foi o governador Celso Ramos e seu imediato nesse assunto, o falecido Renato Ramos da Silva, também o falecido Clodorico Moreira e o Sr. Aragão que também foi um grande batalhador, o Roberto Lacerda, eu assisti todas as reuniões preparatórias, Clodorico Moreira, o Alcides Abreu e vários outros nomes. [...] desde as primeiras reuniões já visando criar a Fundação Vidal Ramos, a instituição mantenedora da Faculdade.[...] Todos estavam interessadíssimos, numa reunião falou-se com quanto cada entidade podia entrar para manter a Fundação Vidal Ramos, tinha apoio do governo, do SESI, SESC, SENAC, que contribuíram, não sei ainda se contribuem para Fundação com “x”.[...] Mas havia um interesse máximo de todas as entidades. Eu não me lembro alguém que mostrasse a mínima imposição. Então o grande trabalho era trazer as Irmãs que já trabalhavam na Faculdade em Pelotas se não me falha a memória e conseguiram trazer para cá logo de começo a Madre Olma e Irmã Clementina. Mas assim antes, as reuniões que eu participei já visavam diretamente a Fundação Vidal Ramos em função da Faculdade de Serviço Social (PE. BIANCHINI, 1983).

Finalmente, estando as lideranças patronais, políticas e eclesiásticas cientes de que a formação profissional em Serviço Social, no estado, seria a solução mais viável, os esforços coletivos direcionaram-se para a criação de uma Fundação que fosse mantenedora do novo curso superior.

Na próxima Seção, analisar-se-á a história da criação da Fundação Vidal Ramos e do primeiro curso de Serviço Social do estado, instituído de acordo com as Leis nº 1889/53 e 3252/57, e criado num momento da história do Serviço Social brasileiro em que o mesmo já estava reconhecido e legitimado como profissão, com o seu coletivo de profissionais já vislumbrando as necessidades de mudanças, de renovação no seu interior.

SEÇÃO III:

A FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM SANTA CATARINA: AS TRATATIVAS PARA A FUNDAÇÃO DO PRIMEIRO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL E SUA AGREGAÇÃO À UFSC

Como já anunciado, nesta Seção, abordar-se-á a caminhada empreendida em direção à fundação da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina.

Inicialmente, explicitar-se-á o modo como dirigentes patronais, políticos e representantes eclesiais se organizaram para criar uma entidade mantenedora para a Faculdade: a Fundação Vidal Ramos (FVR) e como esses mesmos atores encetaram esforços para a criação da Faculdade.

Também será abordada brevemente a história da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, congregação esta com grande experiência no ensino de Serviço Social e que se tornou responsável pela direção e condução pedagógica da Faculdade criada em Florianópolis.

Igualmente a organização administrativa e pedagógica da instituição de ensino será alvo desta Seção.

3.1. A Constituição da Fundação Vidal Ramos (FVR)

Estabelecido o consenso entre os dirigentes políticos, eclesiais e a classe patronal de que o viável para atender a demanda por profissionais de Serviço Social era a institucionalização da formação no estado, as lideranças mobilizadas para este fim concluíram que a Faculdade seria viabilizada através de uma Fundação¹ que carresse os recursos necessários

¹As fundações segundo o Ministério Público se constituem um patrimônio personalizado destinado a um fim; uma associação caracteriza-se por constituir um agregado de pessoas naturais ou jurídicas no qual o patrimônio tem papel secundário, ou mero acessório; a fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência (art. 62, parágrafo único). Para instituir uma fundação o instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim para o qual se destina. O instituidor ou aqueles a quem ele cometer a aplicação do patrimônio, formularão o estatuto da fundação submetendo-o à aprovação do Ministério Público (art. 65 do CC); aprovado, o

e que tivesse também o aporte administrativo e político para se constituir em entidade mantenedora da futura Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina (FSSSC).

A idéia de se criar uma Fundação, vinha, há muito, sendo cogitada no segmento patronal, em especial, junto ao SESI. De fato, segundo Ramos (1984, p.79), já nos idos *de 1953 se falava na Fundação, para depois criar a Faculdade de Serviço Social*.

Assim, a Fundação Vidal Ramos ² foi criada em 03.05.1958, e se tornou realidade mediante a conjugação de esforços de várias entidades que, representadas por dirigentes políticos e da classe patronal, estudiosos e intelectuais e integrantes da Igreja Católica, levaram a cabo a tarefa de pensá-la, instituí-la e colocá-la em funcionamento.

De acordo com seus estatutos registrados ³, a FVR era constituída pelas seguintes instituições:

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina;
Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina;
Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina;
Departamento Regional do Serviço Social da Indústria – SESI/SC;
Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/SC;
Departamento Regional do Serviço Social do Comércio – SESC/SC;
Departamento Regional do Serviço Social Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/SC;
O Arcebispado de Florianópolis;
Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência Social em Santa Catarina;
Parágrafo único: Serão considerados também instituidores da Fundação desde que satisfaçam as exigências respectivamente, dos artigos 20 e 21⁴ – Disposições finais e Transitórias do presente estatuto o:

estatuto será levado a registro no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas da cidade onde se localiza a sede da Fundação (Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/fundacao/> Acesso em: 20 Jul 2008).

² Assim denominada em homenagem a Vidal Ramos como ficou conhecido o político Vidal José de Oliveira Ramos Júnior (pai de Celso Ramos, Joaquim Ramos e Nereu Ramos) que ao ocupar o governo do estado(28/09/1910 a 20/06/1914) desenvolveu amplo programa educacional, implantando Grupos Escolares para o ensino primário visando erradicar o analfabetismo)

³ Livro: A nº 09, fls. 23v sob o nº 518 no Cartório Faria – Registro Civil – Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas em Florianópolis/SC.

⁴ Artigo 20 – O Conselho Regional de Serviço Social Rural em Santa Catarina, será considerado, também instituidor da Fundação Vidal Ramos, e como tal, terá direito representação no conselho deliberativo, desde que no prazo de trezentos e sessenta (360) dias, a contar e 3 de maio de 1958, doe à Fundação, a importância de CR\$ 100.000,00(cent mil cruzeiros). Artigo 21 – Também será considerado instituidor da Fundação e como tal, terá direito s representação no conselho deliberativo, o Departamento Nacional de Endemias Rurais e Santa Catarina, desde que este uma vez solicitado, a partir do sexagésimo dia, a contar da data de 3 de maio de 1958, adjudicar à fundação, bens imóveis no valor de CR\$ 200.000,00(duzentos mil cruzeiros).

Conselho Regional de Serviço Social Rural em Santa Catarina;
Departamento Nacional de Endemias Rurais, Circunscrição de Santa Catarina.
(FVR, Estatuto, 1958 p.2)

Os representantes indicados pelas entidades e presentes no ato de criação da Fundação, de acordo com a Certidão do Livro de Registro do Estatuto (Livro: A Nº 09, fls.23V sob o Nº 518 do Cartório Faria, 1958), foram:

- Celso Ramos, presidente da Federação das Indústrias, industrial;
- Paulo de Tarso da Luz Fontes, Secretário de Saúde e Assistência Social, médico;
- Charles Edgar Moritz, Presidente da Federação do Comércio de Santa Catarina, comerciante;
- Clodorico Moreira, Presidente das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina, médico e agricultor;
- Alfredo Cherem, Presidente da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência, médico;
- Monsenhor Frederico Hobold, Vigário Geral do Arcebispado de Florianópolis, sacerdote;
- Roberto Mündel Lacerda, Diretor do Departamento Regional do SESC e SENAC, advogado;
- Alcides Abreu, Diretor do Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, professor;
- Mário de Oliveira Ferreira, Chefe da Circunscrição de Santa Catarina do Departamento Nacional de Endemias Rurais, médico;
- José Elias, representante da Federação das Indústrias de Santa Catarina, industrial;
- Padre Alvino Bertholdo Braunn S.J.; representante do governo do Estado, religioso;
- Haroldo Soares Glavan, representante da Federação do Comércio de Santa Catarina, comerciante;
- João Demaria Cavalazzi, representante da Federação das Associações Rurais de Santa Catarina, agrônomo;
- João Davi Ferreira Lima, representante da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência, advogado e professor;
- Pe Francisco Salles Bianchini, representante do Arcebispado, religioso;
- João Batista dos Santos, representante do Departamento Regional do Serviço Social do Comércio, comerciante;
- José Carlos Gubert, representante do Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, professor;
- João Luiz Gonzaga, representante da Circunscrição de Santa Catarina do Departamento Nacional de Endemias Rurais, funcionário público;
- Renato Ramos da Silva, representante do Departamento Regional do Serviço Social do Comércio, advogado.

Observa-se, nesta lista, a significativa participação dos dirigentes das entidades patronais, de médicos, sacerdotes, todos vinculados às entidades que idealizaram e constituíram a FVR.

O patrimônio da Fundação, segundo seu estatuto (fl. V), foi iniciado com a doação em espécie e/ou bens por parte de todas as entidades envolvidas, de acordo com o Quadro 01 a seguir:

QUADRO Nº 01: CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO VIDAL RAMOS

ENTIDADE	VALOR DOADO (Cr\$)	OBSERVAÇÃO
Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC	Cr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros)	Em moeda corrente da época
Departamento Regional do Serviço Social da Indústria – SESI-SC	Cr\$ 1.927.794,50 (Hum milhão, novecentos e vinte e sete mil, setecentos e noventa e quatro cruzeiros e cinquenta centavos)	Doou um prédio situado à Rua Vitor Konder nº 53 - Centro - Florianópolis
O Governo do Estado de Santa Catarina	Cr\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de cruzeiros)	Doou 5 (cinco) apólices inalienáveis no valor de um milhão de cruzeiros cada uma, emitidas em favor da Fundação Vidal Ramos de acordo com a Lei nº 1804 de 10.12.1957 publicada no DOE nº 6009 de 09.01.1958, “apólices essas que conforme a citada lei, renderão juros anuais de cinco por cento (5%) pagáveis a partir da data de autorização de funcionamento da Fundação”.
Federação do Comércio de Santa Catarina.	Cr\$ 50.00,00 (Cinquenta mil cruzeiros)	Em moeda corrente.
Federação das Associações Rurais de Santa Catarina.	Cr\$ 50.00,00 (Cinquenta mil cruzeiros)	Em moeda corrente.
Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência em Santa Catarina.	Cr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros)	Em moeda corrente.
Arcebispo de Florianópolis.	Cr\$ 20.000,00 (Vinte mil cruzeiros)	Em moeda corrente.
Departamento Regional do Serviço Social do Comércio.	Cr\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil cruzeiros)	Em moeda corrente.
Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.	Cr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros)	Em moeda corrente.
Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.	Cr\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros)	Em moeda corrente.
Departamento Nacional de Endemias Rurais – Circunscrição de Santa Catarina.	Cr\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros)	Doação de bens móveis no valor
TOTAL	Cr\$ 7.997.794,50 (Sete milhões, novecentos e noventa e Sete mil, setecentos e noventa e quatro cruzeiros e cinquenta centavos)	

FONTE: Livro: A nº 09, fls.23v sob o nº 518 no Cartório Faria – Registro Civil – Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas em Florianópolis/SC, 1958.

Também segundo seu Estatuto (Cláusula 4ª), a Fundação Vidal Ramos tinha

[...] por finalidade a organização e a manutenção de acordo com legislação específica de um Estabelecimento de Ensino Superior, do tipo das Faculdades de Serviço Social, para formação de Assistentes Sociais e Auxiliares Sociais⁵, visando assim os Instituidores contribuírem para a solução dos problemas sociais existentes no estado (FVR – Estatuto, 1958, fls. VI).

Dentre as atribuições da Fundação estava a de elaborar e aprovar os Estatutos e Regulamentos da Faculdade de Serviço Social, bem como homologar, através do Conselho Deliberativo, as decisões da Congregação da Faculdade *desde que versem sobre assunto de sua exclusiva competência como tal definida em Lei* (FVR – Estatuto, 1958 Fls. VI – verso).

Em relação à futura Universidade de Santa Catarina, (na época da criação da Fundação Vidal Ramos, isto é, no ano de 1958, já havia discussões governamentais e de lideranças de várias entidades que almejavam a criação de uma Universidade no estado), o estatuto da Fundação Vidal Ramos, em seu artigo 22, trazia a previsão de que *a Escola de Serviço Social a ser mantida pela Fundação Vidal Ramos, poderá integrar à Universidade de Santa Catarina* (FVR – Estatuto, 1958 Fls. III – verso).

Cabe registrar a importância desse artigo que já previa uma possível futura integração da FSSSC à Universidade, entidade que viria a ser criada somente no ano de 1960. Na verdade, a Faculdade ficou ligada à USC na condição de Faculdade Agregada até a Federalização do Curso de Serviço Social, fato este que ocorreu no ano de 1983.

Nas histórias coletadas por Ramos (1984), em entrevistas realizadas com alguns cidadãos que se pode denominar de pioneiros na criação da Fundação Vidal Ramos, percebe-se que houve uma demonstração de grandeza por parte dos dirigentes *assistencialistas* da época, que abdicaram de seu poder de mando local na *pequena política* para fundar uma instituição destinada a formar assistentes sociais:

[...] Os homens que criaram esta entidade, foram homens que tinham nas respectivas áreas o controle da situação, isto é, os responsáveis por aquelas áreas num regime, vamos dizer assistencial e até mesmo paternalistas. É muito mais cômodo administrar e muito mais gratificante em certos aspectos, pelo menos do ponto de vista direto, de uma retribuição direta muito mais gratificante e esses homens abriram mão de tudo que eles tinham, do poder que

⁵Não foram encontrados registros sobre a formação de auxiliares sociais, em que pese a legislação da época prever a formação destes, as evidências são de a FSSSC se dedicou somente à formação de assistentes sociais.

tinham nas mãos de todas as prerrogativas, de tudo isso, para criar um sistema que empregava um novo tipo de profissional e o controle dessa situação, isto é, o encaminhamento dessa situação, de modo que eles tiveram uma grandeza. A maioria já morreu. Eu sempre digo que foram pessoas que num determinado instante eles deram uma demonstração de grandeza, de muita grandeza e eu acho que a obra talvez, ela realmente tenha se desenvolvido, sempre com tanto, tanto amor, com objetivo sempre tão elevado é porque houve grandeza, desde que se criou. Eu nunca me lembro que participei de uma reunião em que se sentisse um aspecto negativo ou arrependimento e olha que nós passamos horas difíceis, nós cruzamos a Revolução de 1964 e olha que nossa faculdade era fogo (LACERDA 1983).

Da conjugação dos esforços para a criação da Fundação Vidal Ramos e do convite à Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado e posterior assinatura do contrato ente as Instituições resultou o terreno fértil para a implantação da tão esperada Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina.

Pode-se dizer que as entidades patronais, aliadas a outras entidades da sociedade civil e ao governo, tiveram uma antevisão do futuro: ao vislumbrarem as conseqüências sociais que a rápida industrialização traria para o estado, elas perceberam que caminhavam na mesma direção que o Sudeste havia seguido nos anos 1930-1940.

Esta foi, em um primeiro momento, a preocupação que motivou a classe patronal e os dirigentes a criarem uma Fundação para custear/manter a formação de assistentes sociais no estado e, conseqüentemente, poder intervir na questão social emergente.

Finalizando essas reflexões, é possível fazer a inferência preliminar de que o processo de formação de assistentes sociais, no estado, não se diferenciou do processo ocorrido anteriormente no Brasil e na América Latina, apesar das nuances e características particulares decorrentes das peculiaridades históricas, políticas e econômicas do estado. Pode-se, no entanto, afirmar que a sustentação ideológica e financeira para a criação da referida Fundação provinha da classe patronal, com o apoio e a participação efetiva de representantes da Igreja Católica.

3.2. As Protagonistas do Ensino de Serviço Social no estado – As Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado

Como já foi evidenciado nesta pesquisa, as demandas crescentes para o Serviço Social como, por exemplo, a intervenção nas seqüelas da questão social (embora na época não fosse assim denominada), refletiram sobre a sociedade catarinense, em especial, junto às classes patronais, ao governo e à Igreja Católica, que passaram a se mobilizar visando a criação de uma Faculdade para formar assistentes sociais.

Nesse sentido, foi fundada, em 1958, em Santa Catarina, a Faculdade de Serviço Social, que iniciou suas atividades pedagógicas em 1959, sendo instituída também uma Fundação para manter a Faculdade.

Para dar início às atividades de formação profissional em Serviço Social, a Fundação Vidal Ramos firmou convênio com a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, braço jurídico da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, entidade que, de acordo com Netto (1996), teve importante papel na difusão do Ensino de Serviço Social em todo o Brasil.

A Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado é uma congregação brasileira, fundada em Campinas – SP, em 03.05.1928, por Maria Villac, com o apoio do Bispo Dom Barreto. Inicialmente, era composta por onze (onze) jovens que tinham vida comunitária na casa da família Villac, denominada Hotel d'Europe, cedida para ser a sede da Congregação.

A Congregação diferenciou-se das demais por sua evangelização, pelo trabalho social e por receber jovens de outras raças (negras e indígenas), respeitando e incentivando a raiz étnica das integrantes.

Além do aprofundamento bíblico, teológico e espiritual, a Congregação dedicou-se, desde o início, à Ação Católica junto aos operários, sendo este um diferencial da Congregação em relação às demais congregações: o trabalho social junto à comunidade dentro dos princípios do Serviço Social.

As Irmãs se inseriam no contexto em que viviam populações que apresentavam como características principais o fato de serem: *trabalhadores sem direitos e desrespeitados; crianças órfãs e abandonadas; idosos/as sem amparo e assistência; Congregações mantendo colégios para as filhas das famílias mais ricas; o ateísmo se espalhado e ameaçando a integridade da Fé.* (Disponível em: <http://www.mjc.org.br>. Acesso em: 28/07/08).

De acordo com a missão proposta, as Irmãs apresentavam como novidade da Congregação o fato de *dedicar-se com afinco e sem restrições, ao bem do próximo, onde quer que sejam reclamadas [...] devem espontaneamente visitar as famílias de preferência visitarão casa por casa, nos bairros operários, visitarão as fábricas, os cárceres, as casas dos pobre*³.

O *ir em busca* tornou-se o lema das Missionárias num contexto sócio-econômico cultural pouco acostumado à nova atitude proposta pelas representantes femininas da Igreja Católica. D. Barreto⁴, ao dirigir palavras de aconselhamento às Irmãs, assim se expressa: *a necessidade da Igreja é a das senhoras: pé na rua. As senhoras foram chamadas para o trabalho das almas, tendo por clausura a rua e a casa dos necessitados.*

Ressalta-se que, neste período, a Igreja Católica estava voltada à Ação Social, movimento proposto pela Encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, e posteriormente reafirmado pela Encíclica *Quadragesimo Anno*, de 1931, ambas explicitando a necessidade da Igreja de voltar-se à causa operária, à questão social manifestada pela contradição capital X trabalho na crescente industrialização do país.

A missão evangelizadora da Congregação Religiosa das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado contribuiu para a aproximação destas com a linha evangelizadora e formadora do CEAS-SP, que fundou a primeira Escola de Serviço Social no Brasil.

A Congregação Religiosa das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado fundou várias Escolas de Serviço Social no nordeste, em São Paulo e Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O texto que segue corrobora o que foi dito:

[...] Em Campinas Mons. Macedo e a Fundadora Maria Villac rasgando essa bandeira; eles tinham convicção de que o Serviço Social como conhecimento ajudaria a cumprir o Carisma Congregacional. O fundador Dom Francisco de Campos Barreto, em seus escritos (1928), fala nas questões sociais já relevantes no país. As Missionárias se dedicaram ao trabalho religioso-social junto aos operários nas fábricas, junto aos presidiários nas penitenciárias, aos militares e suas famílias. Assim surge a 1ª Escola de Serviço Social da SFIC⁶ (Sociedade Feminina de Instrução e Caridade), em Campinas/ SP - 1950, com apoio da Igreja Católica através das Dioceses e

⁶Disponível em: <http://www.mjc.org.br>. Acesso em: 28 Jul 2008

⁷Disponível em: <http://www.mjc.org.br>. Acesso em: 28 Jul 2008)

⁸ Sociedade Feminina de Instrução e Caridade - SFIC, representação jurídica da Congregação.

também das Escolas de Serviço Social de São Paulo - 1ª Escola fundada no Brasil, e da PUC do Rio de Janeiro (TONELLOTTI, 2008).

Em seus estudos, Ramos (1984, p.95) aponta que a *sugestão de que a Faculdade fosse dirigida por Irmãs, partiu, portanto, do Dr. Mário Reis*, dirigente do SESI-RS e diretor da Escola de Serviço Social da PUC/RS.

A Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado instalou-se em Florianópolis após convênio firmado entre a Fundação Vidal Ramos e a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade (SFIC), representante jurídica da Congregação, conforme consta no texto a seguir:

[...] O Sr. Celso Ramos, então presidente da F.V.R e o Conselheiro Renato Ramos da Silva, Diretor Executivo da referida Fundação, por indicação do Dr. Mário Reis, do SESI/RS, entraram em contato com a Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado (CJM-SFIC), solicitando Irmãs habilitadas e disponíveis a tomarem as providências necessárias à instalação do Curso de Serviço Social em Santa Catarina. Propôs um convênio entre a F.V.R e a SFIC (personalidade jurídica da Congregação das Missionárias), que de agora em diante chama-se à SFIC. Irmã Haydée Pimentel - Vice-Provincial e Irmã Olma Aquino Casses foram de Porto Alegre a Florianópolis em junho de 1958 para dar continuidade aos contatos já iniciados com a Fundação através do Dr. Renato Ramos da Silva. Na ocasião foi assinado contato individual de trabalho da F.V.R com as Irmãs Olma Aquino Casses e Clementina Tonellotto para dar início ao processo de instalação Congregação e do Curso de Serviço Social em Santa Catarina. Foram designadas as Irmãs Olma e Clementina a viajarem para conhecer algumas Escolas de Serviço Social e trazerem subsídios. Assim as referidas Irmãs viajaram: 1) ao Rio de Janeiro onde visitaram a Faculdade de Serviço Social da PUC e a FSS da Universidade Federal do Rio de Janeiro; estiveram no Conselho Federal de Educação onde a Diretora da Divisão de Ensino Superior - Conselheira Nair Fortes Abumerry deu orientações e subsídios substanciais; 2) a São Paulo onde entraram em contato com a FSS da PUC, 1ª Escola Fundada no Brasil; 3) a Juíz de Fora (MG) onde também conseguiram subsídios junto à Faculdade de Serviço Social daquela cidade. Ao regressarem destas viagens, com muitos subsídios, as referidas Irmãs participaram de diversas reuniões da F.V.R e no SESI, tendo papel importante na elaboração do Regimento Interno da futura FSS, do seu currículo e na composição do Corpo Docente da mesma. A Congregação contou com o apoio substancial da Fundação Vidal Ramos, do Arcebispo de Florianópolis, das Congregações Religiosas, principalmente, Jesuítas e Divina Providência. Em novembro de 1958 foi fundada uma Comunidade Missionária em Florianópolis com 3

assistentes sociais que assumiram a Direção e Administração da futura Faculdade de Serviço Social, bem como integraram o Corpo Docente e se encarregaram da supervisão dos alunos nos estágios curriculares (CASSES, 2008).

Havia interesse da Arquidiocese de Florianópolis de que a Faculdade a ser criada fosse dirigida por Irmãs, haja vista as experiências anteriores ocorridas no país, em que as Escolas e/ou Faculdades de Serviço Social, até a criação da Faculdade em Santa Catarina, haviam sido, na sua grande maioria, escolas vinculadas ao catolicismo. Tal interesse está expresso na fala que segue:

[...] Sem dúvida, por Irmãs que era o desejo da Faculdade. Tenho a impressão que o interesse do Estado em convidar a Arquidiocese seria através da Arquidiocese conseguir que as Irmãs viessem. Então o Arcebispo, garantiria o Capelão. Daria assistência religiosa para a casa delas e assim por diante. Diretamente outras preocupações não existiam.[...] Através do Arcebispado conseguir que as Irmãs viessem para cá e assumissem a Direção da Faculdade. [...] fui professor desde a fundação, fui convidado como professor, lecionei filosofia, psicologia... (PE. BIANCHINI,1984).

Tendo-se firmado o contrato entre a FVR e a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, deu-se início à organização da Casa das Missionárias de Jesus Crucificado. As Irmãs foram acolhidas pela assistente social Zuleika Albrecht, que atuava junto ao SESI e que foi encarregada de ambientá-las nos primeiros tempos em Florianópolis (RAMOS, 1984).

Instalada a Congregação das Irmãs e tendo em vista o convênio firmado com a Fundação Vidal Ramos, os trabalhos administrativos para efetivar a institucionalização da Faculdade se desenvolveram eficaz e velozmente, uma vez que havia a intenção de que a Faculdade iniciasse as suas atividades no ano letivo de 1959.

A cada um dos entes conveniados foram atribuídos compromissos específicos. Por parte da FVR, estes eram relacionados à manutenção da Faculdade; à remuneração dos serviços prestados pelas Irmãs; à delegação dos cargos de Diretora, Vice-Diretora, Secretária e Tesoureira; e à docência das cadeiras específicas de Serviço Social.

Em contrapartida, a SFIC tinha o compromisso contratual de fornecer recursos humanos capacitados para os cargos elencados anteriormente, bem como garantir que a direção da Faculdade seria exercida por um Assistente Social.

Conforme abordado anteriormente, de acordo com Casses (2008), desencadearam-se, a partir do Convênio, as atividades administrativas pertinentes à efetivação do mesmo, isto é, a efetiva implantação da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina.

O processo de autorização da Faculdade foi protocolado junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), sob o Nº 98.395/58, na então Capital Federal – Rio de Janeiro, tendo sido acompanhado pelas Irmãs Clementina Tonello e Madre Olma Aquino Casses, desde sua *entrada* no MEC. Tramitou no Ministério, tendo sido lido e discutido na Comissão de Ensino Superior, em 22.10.58, sob a denominação de Parecer Nº 417, e foi aprovado na Sessão de 27.10.1958.

3.3. As tratativas Administrativas da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina - FSSSC

Como se enfatizou no item anterior, com a constituição da Fundação Vidal Ramos efetivada, o passo seguinte foi a fundação da Faculdade de Serviço Social e a contratação de pessoal técnico para liderar a organização administrativa e pedagógica da Faculdade, que seria mantida pela FVR.

Após os trâmites de convênio entre a Fundação Vidal Ramos e a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, foram contratadas, pela FVR, as assistentes sociais Olma Aquino Casses e Clementina Tonello para ocuparem, respectivamente, os cargos de Diretora e Vice-Diretora; ambas se envolveram com o trabalho necessário para obter a autorização, por parte do MEC, para o início das atividades pedagógicas da Faculdade.

A tramitação do Processo de Autorização (BRASIL – MEC Processo nº 98395/58), conforme documentos esparsos arquivados na FVR e dados obtidos por Ramos (1984), ocorreu com intensa movimentação de líderes políticos catarinenses que telefonaram a cada um dos Conselheiros do Conselho Federal de Educação pedindo o acolhimento do processo. A cópia autenticada do referido processo (cerca de 600 páginas) encontra-se nos arquivos da Fundação Vidal Ramos.

A Assistente Social Olma Aquino Casses, Diretora da Faculdade, recebeu apoio e ajuda de pessoas influentes do estado, inclusive, do então Deputado por Santa Catarina, Joaquim

Ramos, no sentido de que fosse garantido *quorum*, e também fez contato pessoal com o próprio relator do Processo, Professor Nelson Romero (RAMOS, 1984, p.108).

Todos os requisitos solicitados pela Comissão de Ensino Superior do MEC foram preenchidos e a autorização de funcionamento foi, finalmente, concedida.

Então, o que restava por fazer?

Um longo e árduo percurso para instalar de fato a Faculdade!⁷

De acordo com Veyne (1995, p.43), [...] *a consciência espontânea não possui noção de História que exige uma elaboração intelectual. O conhecimento passado não é um dado imediato, a História é um domínio onde não pode haver intuição, mas somente a reconstrução.*

Assim, faz-se necessário ressaltar que nem sempre é possível evidenciar a cronologia histórica dos fatos na seqüência em que os mesmos ocorreram. Dessa forma, neste estudo, foi dado destaque à narrativa dos atos que são considerados primordiais para a efetivação administrativa e didático-pedagógica da Faculdade.

Em paralelo à publicidade e divulgação do curso, foram elaborados atos administrativos como, por exemplo, o Regimento Interno da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, que foi estabelecido de acordo com a legislação da época e como preceituava o MEC para o funcionamento das Faculdades. Tal Regimento era detalhado e extenso.

A Faculdade, de natureza laica, vinculada a uma Mantenedora que integrava sociedade civil, governo e classes patronais, mantinha, em seu Regimento, artigos que ancoravam a formação profissional à Doutrina Social da Igreja, característica esta quase universal no Serviço Social Brasileiro. O artigo 2º do referido Regimento previa:

[...] Com base na Doutrina Social Cristã, são finalidades da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina:

- a) prover formação de pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social em qualquer de seus campos;
- b) aperfeiçoar e propagar os conhecimentos e técnicas relativas ao Serviço Social;

⁹Ressaltando-se que são abordados fatos acontecidos há meio século, cabe lembrar, que na época, Santa Catarina possuía uma ínfima estrutura de malha rodoviária, as ligações telefônicas entre uma cidade e outra dependiam da operação de uma Central Telefônica que ativasse/completasse as mesmas, havia: correios, cartas, telégrafo, jornais, rádios... (a TV recém havia se iniciado no estado e não era ainda acessível à maioria da população).

c) contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas sociais (REGIMENTO INTERNO, 1958, p. 01).

A Administração da Faculdade era realizada por três instâncias que atuavam conjuntamente: *a Diretoria, o Conselho Técnico Administrativo e a Congregação da Faculdade.*

A Direção era exercida por um técnico contratado pela Fundação Vidal Ramos, no caso da FSSSC, pela Madre Olma Aquino Casses, sendo que a Vice-Diretora era a Irmã Clementina Tonellotto.

Ambas, de acordo com o Regimento (Artigo 22), eram nomeadas pela entidade mantenedora (Fundação Vidal Ramos), dentre os professores catedráticos, por um prazo de três anos, podendo haver recondução. Esses dois cargos deveriam ser restritos a assistentes sociais que tivessem diploma registrado na Diretoria de Ensino Superior do MEC.

Ao Diretor cabia um amplo espectro de atividades, desde a representação da FSSSC em Juízo, a administração referente ao ensino e à graduação, o contrato e a dispensa de pessoal administrativo, *até fazer arrecadar a receita, efetuar as despesas e fiscalizar a aplicação das verbas* (Artigo 23, item 6).

Da leitura deste artigo nota-se que as responsabilidades técnicas, políticas e morais da Direção eram elevadas, uma vez que a esta era atribuído um importante papel na condução dos destinos da Faculdade. Com efeito, pode-se dizer que

[...] em toda iniciativa sempre há forças políticas, e no caso da FSSSC não foi diferente, mas havia uma harmonia entre as lideranças das Instituições que compunham a FVR mesmo de diferentes partidos. O projeto da Faculdade era suprapartidário, as lideranças tanto do PSD como da UDN, partidos de maior expressão na época, se sentavam para planejarem os destinos da FVR e da FSSSC, sendo já previsto a integração com a futura Universidade. Havia consenso e harmonia no processo. No início da FSSSC, a liderança da Madre Olma Aquino Casses, foi fundamental. Era respeitada, pela sua capacidade administrativa e política. Conseguia harmonizar as exigências do curso com os recursos disponíveis. Tinha acesso fácil ao MEC tanto na área jurídica como administrativa. Mesmo durante a ditadura militar, a Madre se impunha, garantindo o trabalho dos professores e dos alunos (RODRIGUES,2008).

A Direção contava, igualmente, com serviços que envolviam: secretaria, tesouraria, biblioteca, sendo auxiliada administrativamente por um secretário, um tesoureiro, um ou mais

oficiais de secretaria, um bibliotecário e um contador; as competências de cada cargo estavam descritas no Regimento.

Importante papel assumia o Conselho Técnico Administrativo (CTA), sob a presidência do Diretor da Faculdade e constituído de seis membros, que eram:

- a) 4 (quatro) professores em exercício, catedrático ou contratado, enquanto não houver catedrático em número suficiente;
- b) Um monitor de turma;
- c) Um supervisor de Estágio (ARTIGO 41, REGIMENTO INTERNO, 1958).

Dos professores integrantes do CTA, dois eram eleitos pela Congregação e os outros indicados pela Mantenedora; o supervisor era nomeado igualmente pela Mantenedora e o monitor era eleito entre seus pares.

Portanto, havia uma representação paritária na composição do CTA, cada um dos entes indicando três representantes.

Sobre os Supervisores de estágio, cabe esclarecer que, no início do funcionamento da FSSSC, as Obras Sociais recebiam a Supervisão de Assistentes Sociais da própria Faculdade. Os Monitores eram igualmente assistentes sociais e professores do curso; eles eram responsáveis pelo acompanhamento (pedagógico, emocional) dos alunos matriculados em cada série e cada turma contava com um Monitor.

A Congregação da Faculdade reuniu-se pela primeira vez em 02 de janeiro de 1959. Na ocasião, deliberou sobre a composição do Conselho Técnico Administrativo, como se verifica no texto a seguir:

[...] A Presidente informou que na forma do Regimento as Supervisoras e Monitoras tinham indicado como suas representantes na Congregação respectivamente, a assistente social Lurdes Aparecida Carelli e Neusa Mendes Guedes para as primeiras, e Assistente Social Clementina Tonello para as segundas. Em consequência a Presidente se congratulou com os presentes por ser esta a primeira reunião formal da Congregação da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, já então plenamente constituída. 2 – procedeu em seguida à Constituição do Conselho Técnico Administrativo. Inicialmente a Presidente leu o ofício do Presidente da Federação Vidal Ramos, indicando os professores: Dr. Antônio Moniz Aragão e Roberto Lacerda, para integrarem o Conselho Técnico Administrativo da Faculdade, e outro ofício, indicando a Assistente Social Lurdes Aparecida Carelli, como representante das supervisoras no referido Conselho. Com a finalidade de escolher os outros membros, na forma regimental, procedeu-se a eleição dos professores para Conselho Técnico Administrativo. Foram mais votados os professores: Dr. Osni

de Medeiros Régis, com 08 votos e Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral com 07 votos. Este não aceitou o encargo, em virtude do acúmulo de trabalho e de já fazer parte do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Filosofia. Por sugestão dos professores, foi eleito por aclamação o Revmo. Pe. Francisco de Sales Bianchini, que contava com 06 votos, sendo que para a representante das monitoras, conforme indicação de seus pares, a escolha recaiu sobre a Assistente Social Clementina Tonellotto. Por último, foi estabelecido que o horário das aulas para o ano letivo de mil novecentos e cinquenta e nove, será pela manhã.[...] (ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO DA FSSSC, dia 02/01/1959 – livro 01).

As Atribuições do CTA estão detalhadas no artigo 42 e nos seus 21 itens; sobre os trabalhos pertinentes ao CTA, os mesmos são elencados nos artigos 43 e 44 e nos respectivos parágrafos.

Na análise documental dos livros de Atas do CTA, observa-se que este se reuniu pela primeira vez em 14/01/1959 e por 72 (setenta e duas) vezes aconteceram reuniões sistemáticas, sendo a última realizada em 28/02/1967. Na Ata pertinente não há referência à mudança do nome para Conselho Departamental em atenção à nova legislação universitária.

Ressalta-se que houve, neste íterim, mudanças e adequação do Regimento Interno, modificando a denominação de Conselho Técnico Administrativo para Conselho Departamental, em decorrência da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A primeira reunião do Conselho sob a nova denominação ocorreu em 26/06/1967. Na ocasião, foram empossados os novos membros, que passaram a contar com uma representação discente, eleita juntamente com a chapa do Diretório Acadêmico.

Fávero (2006) explica que, com a Reforma Universitária de 1968, houve alterações na organização universitária, sendo a Cátedra substituída por Departamento⁸.

¹⁰Com a aprovação do II Regimento Interno da Faculdade de Serviço Social pelo MEC no ano de 1966, em decorrência do preconizado pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a Organização administrativa no que tange ao Conselho, de Técnico Administrativo, passou a denominar-se Conselho Departamental composto pelos Presidentes dos Departamentos Didáticos que passaram a existir: **Departamento de Sociologia**, compreendendo as cadeiras de: Sociologia, Psicologia, Pesquisa Social, Estatística, Higiene e Medicina Social, Higiene Mental e Cultura Religiosa; **Departamento de Política Social**: compreendendo as cadeiras de Direito, Economia, Ética, Administração em Serviço Social e Legislação Social; **Departamento de Serviço Social**: Introdução ao Serviço Social, Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupos, Desenvolvimento e Organização de comunidade e Atividade de Grupo; junto ao Departamento de Serviço Social, funcionava o Setor de Estágio.

Observa-se que o Regimento era amplo e buscava contemplar todos os atos administrativos e pedagógicos, bem como estabelecer competências e atribuições nas diversas instâncias da Faculdade, mantendo o objetivo de oferecer a melhor formação aos alunos.

Para a publicidade do Curso, os recursos tecnológicos existentes na época foram utilizados à exaustão pelos dirigentes da Fundação Vidal Ramos e pelas Irmãs representantes da SFIC. O emprego de tais recursos visava o *convencimento* dos jovens catarinenses, os (as) prováveis candidatos (as) a alunos (as), para se inscreverem no Processo de Habilitação, ou seja, para que fosse possível a seleção dos candidatos a alunos (as).

Segundo relatos das pioneiras, Madre Olma e Irmã Clementina (2008), todos os esforços foram envidados: folders/folhetos foram impressos; ofícios acompanhados dos mesmos foram remetidos a todos os Prefeitos Municipais, a Câmaras de Vereadores, Paróquias, Obras Sociais, divulgando o curso e a profissão; espaços nos jornais e emissoras de radiodifusão foram ocupados com entrevistas informando sobre a profissão de Assistente Social e orientando sobre o processo seletivo dos alunos.

Aos prefeitos e vereadores o ofício remetido esclarecia também a importância de a Prefeitura ter, em seus quadros profissionais, um assistente social. Ao mesmo tempo, informava sobre a possibilidade de o município enviar pretendentes para estudar na condição de aluno-bolsista, garantindo, assim, o retorno do profissional para trabalhar no município.

Evidenciava-se, na sociedade catarinense, uma confluência de fatos na efetivação da Faculdade: o estado se expandia, atingido pelo desenvolvimentismo do país; aumentava a demanda pelos profissionais de serviço social; e, ao mesmo tempo, essa formação e qualificação de recursos humanos era oferecida à sociedade catarinense fomentada pela classe patronal.

As correspondências remetidas exortavam: *Em nosso país existem mais de vinte Escolas de Serviço Social dedicando-se atualmente ao preparo exclusivo de assistentes sociais, visando atender à procura das instituições oficiais e particulares, que ampliam, dia a dia, seus recursos humanos de trabalho* (Ofício remetido aos Prefeitos em 11.11.1958 - Arquivo – FVR).

O folheto que acompanhava as correspondências orientava sobre os documentos necessários⁹, o período de inscrição (de 02 a 20/01/59), os valores da taxa de inscrição, a

¹¹Prova de conclusão do curso secundário completo (científico, clássico, contador ou normal) carteira de identidade, ficha modelo 18 e 19 (histórico escolar), atestado de idoneidade moral, atestado de saúde física

anuidade e a taxa da biblioteca¹⁰. Também orientava sobre as disciplinas (Português, História Geral e do Brasil, Francês ou Inglês) para o concurso de habilitação (o Vestibular da época) e o período da seleção (2ª quinzena de fevereiro).

Com relação ao curso em si, o folheto listava as disciplinas constantes no Currículo: Sociologia, Ética Geral, Psicologia, Estatística, Noção de Direito, Higiene e Medicina, Introdução ao Serviço Social, Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo, Introdução à Filosofia, Economia Social, Legislação Social, Ética Profissional, Higiene Mental, Pesquisa Social, Atividades de Grupo, Organização Social da Comunidade, Cultura Religiosa e disciplinas dos diferentes setores optativos (Família, Menor, Médico e do Trabalho).

Igualmente se referia ao estágio, expondo que seria realizado em Obras Sociais, sob a supervisão de Assistentes Sociais, e ao Trabalho de Conclusão de Curso, esclarecendo que a *Obtenção do Diploma de Assistente Social está condicionada à apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso*. (FSSSC - folheto informativo, 1958).

É importante frisar que o folheto destacava ser o curso de Serviço Social uma formação de *Nível Superior*, visto que, quando da Fundação da Faculdade de Serviço Social, as Leis nº 1889 de 1953 e nº 3252 de 1957 já haviam sido publicadas.

O *folder* publicado esclarecia ainda as condições de ingresso, todavia, a informação estava mais voltada ao conceito da profissão e seus objetivos, como se verifica a seguir:

SERVIÇO SOCIAL é o auxílio prestado, cientificamente, por assistente social, ao homem com a participação deste, individualmente ou em grupo, visando o bem estar social. O Serviço Social tem por objetivo fundamental auxiliar os que sofrem e têm problemas, solucionando o que está confuso e cooperando para que eles se ajudem a si próprios, tornando-se independentes e felizes (FSSSC, folder, 1958).

O folheto explicitava o Campo de Abrangência da profissão, classificando-a como *uma profissão moderna e cativante para você*; e informava sobre as possibilidades de intervenção do profissional, destacando-as como *oportunidades ilimitadas para o Assistente Social*:

e mental, certidão de nascimento, prova de quitação com o serviço militar, 3 fotos 3X4 de frente (F.S.S - folheto informativo, 1958).

- nos serviços públicos;
- nas empresas particulares;
- nos hospitais e ambulatórios;
- nas fábricas;
- nos grupos escolares;
- nos serviços sociais da indústria e do comércio;
- nas escolas profissionais;
- nos serviços de previdência social;
- nos serviços de recreação;
- nos serviços penitenciários;
- nos serviços de zonas rurais;
- nos centros sociais e centros de orientação juvenil;
- nos serviços paroquiais;
- nos serviços de habitação, etc. (FSSSC, folder, 1958).

O *folder* tinha uma linguagem otimista e apresentação gráfica atrativa, mostrava ilustrações referentes à intervenção profissional, conceituando os profissionais como *homens e mulheres que trabalham em obras sociais servindo pessoas, grupos e comunidades* (FSSSC, folder 1958).

Quanto à ilustração da capa, ela mostrava um homem e uma mulher, caminhando em direção a uma perspectiva de horizonte com nuvens e raios de sol, conclamando em destaque: SIRVA A UM IDEAL.

Além da linguagem técnica, o folheto vinculava a profissão a ideais de boa índole, à ajuda aos que sofrem, realizada de forma científica e profissional. Observa-se que, desde o início, a Faculdade procurou firmar, em seus documentos públicos, o conceito de que o Serviço Social era uma profissão moderna, científica e que viria a ocupar a lacuna de formação que existia na sociedade catarinense.

Nesse sentido, o *folder* expunha que:

a Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, situada em Florianópolis, à rua Vitor Konder 53, é uma escola de nível superior. A Faculdade tem por fim, principalmente, a formação de assistentes sociais para atender as necessidades dos organismos que se preocupam com os problemas sociais. O curso da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina tem a duração de 3 anos teórico-práticos, findo os quais para ter direito ao título de assistente social o aluno deve apresentar um trabalho escrito baseado em sua experiência prática. Os programas estruturam-se de modo a garantir a boa formação do aluno, com teoria e prática coordenadas. A prática realiza-se em diferentes obras sociais

¹²Taxa de inscrição CR\$ 500,00(quinhetos cruzeiros), anuidade CR\$ 4.500,00(quatro mil e quinhentos cruzeiros) e taxa da biblioteca CR\$ 50,00(cinqüenta reais) por semestre (FSSSC – folheto informativo, 1958).

sob supervisão de assistente social experimentado, visando formar o aluno dentro de sã filosofia e ética profissional (FSSSC, folder, 1958).

A agenda da Faculdade de Serviço Social está explicitada nas Atas do Conselho Departamental. Notam-se, na análise documental das mesmas, os estreitos laços da Faculdade com as entidades representativas da profissão: Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS); Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS); Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Santa Catarina (APASSC).

A Faculdade também mantinha vínculos com organismos nacionais e internacionais através de convênios que eram celebrados visando o aperfeiçoamento dos profissionais, dentre estes, alguns que mantinham laços com a Faculdade na condição de Supervisores de Estágio.

Na Ata da 49ª Reunião da Congregação da Faculdade, realizada em 29/09/1969, observa-se a discussão e a aprovação de um Convênio com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Superintendência de Desenvolvimento do Sul (SUDESUL), visando à realização de um Curso de Aperfeiçoamento para Assistentes Sociais.

Percebe-se uma inserção para além da formação acadêmica. A Faculdade se esforçava também para criar condições de qualificação continuada para os profissionais de Serviço Social.

A criação desses laços evidenciava a construção coletiva de um projeto de formação social e política envolvendo as instâncias representativas, uma vez que o trabalho coletivo com as entidades da profissão alicerçava a base da construção e sustentava um projeto político profissional.

Um exemplo desse trabalho coletivo foi a liberação da Profª Zulamar Maria Bittencourt e Castro: na reunião de nº 15, do Conselho Departamental, foi discutida sua participação e liberação, em virtude do pedido do CBCISS (através do ofício nº 413/69), que solicitava a dispensa da professora de suas atividades didáticas na Faculdade para que ela colaborasse, com seu trabalho, no II Seminário de Serviço Social, que se realizaria de 13 a 21/09/1969, em Araxá – MG.

Com efeito, os laços e vínculos eram estreitos, seja na participação dos eventos organizados pelas entidades, seja na elaboração dos relatos de experiências para apresentação nas Convenções (caso da ABESS) ou até mesmo no atendimento de solicitação das entidades para

que professores fossem liberados a fim de participarem, na condição de colaboradores, dos eventos patrocinados/organizados pelas citadas entidades.

Observa-se, na análise documental, um trabalho realizado coletiva e democraticamente, na condução administrativa e pedagógica da Faculdade, ou seja, as decisões eram tomadas pelo coletivo dos atores envolvidos com a entidade.

Por outro lado, nota-se que situações conflituosas não são descritas nas Atas. Pode-se inferir duas hipóteses: estas ocorriam, mas não eram relatadas; ou então, as situações conflituosas não existiam, daí a razão de não serem descritas.

Os laços também existiam entre a Faculdade e as representações da profissão no estado. Assim, por exemplo, a Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Santa Catarina realizava suas reuniões nas dependências da Faculdade, que cedia uma sala para tal finalidade.

Em relação ao Centro Acadêmico Pio XII, a representação discente junto ao Conselho Departamental era eleita com a chapa que concorria à Diretoria. Além dos cargos tradicionais para militância estudantil (presidente, secretário), os alunos elegiam seu representante no referido Conselho.

Do cotejo e da análise documental das citadas Atas, apreende-se que algumas destas representantes, anos mais tarde, ocuparam cargos significativos na condução da representação profissional e sindical em Santa Catarina, ou seja, foram eleitas integrantes das diretorias do Conselho Federal (CFAS) e Regional (CRAS) de Assistentes Sociais, estes, posteriormente à Lei Nº 8662/93, com a denominação de Conselho Federal (CFESS) e Regional (CRESS) de Serviço Social.

A militância estudantil foi o *laboratório* para a posterior militância profissional, sindical e política.

No que concerne à Congregação da Faculdade, sua constituição e suas atribuições eram definidas nos artigos 45 a 64 do Regimento. A Congregação se reunia ordinariamente em sessão solene, por ocasião do início e do término do ano letivo, e extraordinariamente por convocação do diretor, por iniciativa própria ou requerimento da maioria dos professores em exercício.

Era assim constituída, de acordo com o Artigo 45:

- 1 - Pelos professores catedráticos em exercício;
- 2 - Por um representante dos docentes livres, eleito por seus pares em votação secreta, presidida pelo diretor;

- 3 - Pelos docentes livres, em exercício de cadeira;
- 4 – Pelos professores contratados ou interinamente na regência da cadeira;
- 5 – Por um representante dos monitores, eleito por seus pares em votação secreta presidida pelo diretor;
- 6 – Por dois representantes dos supervisores eleitos por seus pares (REGIMENTO INTERNO – FSSSC, 1959, p.19).

À Congregação cabia propor à Direção medidas que fossem necessárias para o aperfeiçoamento do ensino; sugerir emendas e /ou revisões no Regimento; eleger membros para o CTA; atuar na realização de concursos; ser instância recursal, entre outras.

Como evidenciado anteriormente, o Regimento é denso e complexo e mereceria, por si só, um estudo detalhado de seu conteúdo e abrangência, o que, neste momento, não é o objeto deste trabalho.

Com seus *documentos* organizados, elaborados e devidamente aprovados, e que balizariam suas ações, a Faculdade de fato e de direito estava pronta para iniciar suas atividades.

Assim, iniciou-se o planejamento e foram executadas ações relativas ao Sistema de Ingresso dos alunos no Curso, sendo publicado, no início de 1959, o Edital de Inscrição para o Concurso de Habilitação do Ano Letivo de 1959, prevendo-se a realização da seleção na segunda quinzena do mês de fevereiro.

Depois de concluído e não tendo sido aprovado um número mínimo de alunos, realizou-se um segundo Concurso de Habilitação, no período de 6 a 10 de março de 1959, também prevendo prova escrita e oral de Português, História da Civilização, História do Brasil, Francês ou Inglês.

Para a realização dos concursos de Habilitação, eram compostas Bancas Examinadoras constituídas pelos professores da Faculdade que selecionavam os assuntos a serem estudados, denominados de *Pontos*. Eram divulgados igualmente os livros que seriam utilizados na arguição oral, além do calendário com os horários das provas escritas e orais, e ainda os números das salas onde seriam realizadas as provas, como se pode comprovar no documento transcrito na seqüência:

[...] o Conselho Técnico Administrativo resolveu fixar o horário das provas bem como, designar as bancas examinadoras do primeiro Concurso de Habilitação da Faculdade. O Conselho deliberou que as provas seriam realizadas de dezessete a vinte de fevereiro às oito horas, sendo dia dezessete – Português, dia dezoito – Francês e Inglês; dia dezenove – História da Civilização; dia vinte – História do Brasil. As bancas designadas são as seguintes: Português:

Presidente Dr. Milton Leite da Costa, primeiro examinador Pe. Francisco de Sales Bianchini, segundo examinador Dr. Osni de Medeiros Régis; Francês: Presidente: Pe. Francisco de Sales Bianchini, primeiro examinador Dr. Antonio Moniz de Aragão, segundo examinador Dr. Alcides Abreu; Inglês: Presidente: Dr. Jorge Anastácio Kotzias, primeiro examinador Dr. Alcides Abreu, segundo examinador Dr. Antônio Santaella; História do Brasil: Presidente Dr. Paulo de Tarso da Luz Fontes, primeiro examinador Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, segundo examinador: Assistente Social Lurdes Aparecida Carelli; História da Civilização: Presidente Assistente Social Neusa Mendes Guedes, primeiro examinador Dr. Osni de Medeiros Régis, segundo examinador Roberto Lacerda [...]. (FSSSC, Ata da 1ª Reunião do Conselho Técnico Administrativo – 14/01/1959 – livro 01).

Contudo, a não-nomeação do Inspetor Federal da Faculdade impediu a continuidade dos atos, e por isso, o Conselho Técnico Administrativo transferiu a data do processo seletivo dos alunos que iniciariam o curso:

[...] a Diretora da Faculdade declarou aberta a sessão que constou do seguinte: foi lida e aprovada a ata da primeira reunião do Conselho Técnico Administrativo. O referido Conselho tomou conhecimento do fato de que não foi nomeado o Inspetor Federal da Faculdade e deliberou pela transferência da data dos exames vestibulares. Resolveu por isso o Conselho Técnico Administrativo conceder permissão à Diretora de substituir *ad referendum* qualquer professor nas bancas examinadoras, caso algum dos á designados apresentasse impedimento. Foi designado o Dr. Antonio Moniz de Aragão para a banca examinadoras de História do Brasil em substituição ao Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, impedido por motivo de ordem pessoal[...].(FSSSC, Ata da 2ª Reunião do Conselho Técnico Administrativo –, 16/02/1959 – livro 01).

Posteriormente, com a nomeação do Inspetor Federal¹¹, o primeiro Concurso de Habilitação teve continuidade. Isto está registrado no texto que segue:

[...] A diretora da Faculdade declarou aberta a sessão, que constou do seguinte: 1º) leitura e aprovação da ata da segunda reunião do Conselho Técnico Administrativo; 2º) Foi referendada a substituição do Dr. Osni de Medeiros Régis, na banca examinadora do exame oral de Português, pela Assistente Social Clementina Tonello; 3º) Aprovação das matrículas dos candidatos do 1º Concurso de Habilitação, realizado nos dias 20 a 24 de Fevereiro, após a designação do Inspetor Federal; 4º) Foi deliberado, por votação a realização do segundo Concurso de Habilitação nos dias 6 a 11 do próximo mês, com as mesmas bancas examinadoras do primeiro concurso, concedendo à Diretora permissão de substituir “ad referendum” qualquer professor que apresente impedimento; 5º) Exame e Aprovação dos programas de ensino das disciplinas; 6º) Elaboração da proposta do orçamento anual da Faculdade; 7º) A diretora comunicou que o Prof. Luiz Carlos Mancini aceitou o convite para proferir a

¹³Dr. Franklin Olivé Leite.

aula inaugural da Faculdade, no dia 7(sete) do próximo mês. O Conselho Técnico Administrativo sugeriu o Salão Nobre da Faculdade de Direito, para essa solenidade [...]. (Ata da 3ª Reunião do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Serviço Social em 25/02/1959 – livro 01).

Concluído o Processo seletivo dos candidatos, foram aprovados e matriculados os alunos:

Amélia Machado; Bernadete Maria da Luz Fontes; Dagmar Batista da Rosa; Déa Cunha; Diana Cordeiro; Elisa Faustino da Silva; Jaçanã Fagundes Coelho de Souza; Lenir Ribas Zimmer; Maria Aparecida Freitas; Maria do Rosário Dutra Fontes; Maria Lizete Neves; Maria Regina S. dos Santos; Maria Terezinha Haenshke; Maria Terezinha Martins; Ney Cunha Lisboa; Rute Maria de Souza; Terezinha de Jesus Gallarreta; Yolanda Gonçalves dos Santos; Zilma Pinheiro (FVR - Processo de Reconhecimento da Faculdade, 1960, p.639).

Os Concursos de Habilitação, como eram denominados na época, eram os exames vestibulares para admissão na Faculdade. No caso da FSSSC, ocorreram por dez anos.

Em 1970, pela primeira vez, os candidatos ao Curso de Serviço Social submeteram-se ao Vestibular Único e Unificado da Universidade de Santa Catarina que, de acordo com Ferreira Lima (2000, p.203), era *único porque todos os candidatos faziam um só concurso e unificado porque as provas eram as mesmas para os candidatos de todos os cursos*.

A partir de então, o Vestibular passou a ser organizado e administrado pela Universidade Federal de Santa Catarina. A Faculdade de Serviço Social, na condição de Faculdade Agregada à UFSC, aos poucos, começou a manter laços cada vez mais estreitos com a Universidade, dependendo cada vez mais financeira e administrativamente da mesma, seguindo o preconizado pela Reforma Universitária.

Pode-se afirmar que, a partir dos anos 1970, o vínculo e a dependência com a UFSC foram aumentando. Começou, assim, um progressivo afastamento da sua condição de Faculdade Agregada e uma aproximação do Curso de Serviço Social e de alguns seus professores, em especial, os de Serviço Social, com o trabalho de Extensão da UFSC. Ressalta-se que este movimento será discutido e detalhado posteriormente.

Como parte integrante das atividades de formação, a Faculdade de Serviço Social também contava com ampla biblioteca, avaliada especialmente pelo Inspeção Federal do MEC, Dr. Franklin Olivé Leite, em 1959, desta forma:

A Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, possui biblioteca própria, especializada em Serviço Social e matérias correlatas, além de outras de especialidades diversas. Professores e alunos têm possibilidades de ampliar suas consultas em virtude de lhe ser facultado a biblioteca da Faculdade Catarinense de Filosofia, com mais de 6600 volumes (Relatório do Inspetor Federal, 1959).

O curso funcionava nas instalações do Edifício nº 53 da Rua Vitor Konder, situada no Centro da capital. O prédio era próprio, tendo sido doado pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria à Fundação Vidal Ramos quando da constituição da mesma em 1958¹⁴.

O imóvel apresentava as condições necessárias às atividades pedagógicas ali desenvolvidas, tendo salas de aulas amplas e bem iluminadas, segundo avaliação do Inspetor Federal.

3.4. A Organização Curricular e Pedagógica

Com a seleção dos candidatos concluída e a listagem dos aprovados publicada, em 07.03.1959, foi realizada a aula inaugural do curso de Serviço Social, um evento que marcou o ensino superior no estado. A Conferência Magna foi proferida pelo Prof. Dr. Luiz Carlos Mancini, professor do Instituto Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.

Iniciado o curso, as discussões da Congregação da Faculdade e do Conselho Técnico Administrativo voltaram-se para o Currículo e as disciplinas elencadas no Regimento (Artigo 6º), que estavam em consonância com o disposto na Legislação Federal (Lei nº 1889/53) e com as orientações das Entidades do Serviço Social, em especial, a ABESS.

Cabe destacar que *Currículo* é uma palavra de origem latina - *curriculum*, que apresenta vários significados: caminho, jornada, trajetória, percurso... Inclui a idéia de uma

¹⁴Atualmente, o imóvel ainda se apresenta bem conservado e cuidado, mantendo suas características originais, inclusive, com mobiliário da época ainda em uso. Realizam-se, no local, vinculadas à Fundação Vidal Ramos, as atividades da *Casa Brasil*, projeto escolar-profissionalizante que tem o apoio financeiro das três esferas de governo. As dependências, situadas em edifício separado, nos fundos do terreno, outrora utilizadas pelas alunas como residência, denominada Residência das Alunas de Serviço Social (RASS), recebem, atualmente, jovens do sexo masculino que vêm para Florianópolis estudar e não possuem condições de custear despesas com alojamento.

seqüência que se dá de forma ordenada; outra, de noção de totalidade nos estudos (NEVES, 2002).

O currículo deve estar relacionado a um projeto social e cultural dentro de um contexto de sociedade, deve viabilizar o como se ensina e o como se aprende.

Neste trabalho, a palavra currículo refere-se ao programa total de estudos de uma instituição de ensino superior. No caso do Serviço Social brasileiro, o currículo acompanhou as necessidades impostas à formação profissional em cada período histórico da sociedade. As entidades representativas da profissão discutiam e propunham mudanças, supressão e/ou novas inclusões, visando responder, através do ensino, às demandas para a profissão¹⁵.

Em relação ao corpo docente, o Relatório que aprovou o funcionamento da Faculdade de Serviço Social expunha que:

[...] todos os professores em exercício são portadores de título universitário e foram aprovados pelo egrégio Conselho Nacional de Educação pelos pareceres nº 417 de 27/10/1958 e 546 de 10/12/1958. Muitos deles exercem o magistério na Faculdade de Direito, Filosofia e outros estabelecimentos de ensino desta cidade, sendo conhecidos por sua comprovada capacidade técnica (RELATÓRIO do Inspetor Federal, 1959).

Professores fundadores da Faculdade assim se referem à seleção do corpo docente:

[...] articulou-se um processo que, diga-se de passagem, o governo do Estado estava nas mãos da UDN; e o SESI, SESC, SENAC, FIESC como um todo estava nas mãos do PSD. Então houve a junção dos interesses cima dos partidos para se montar a Faculdade de Serviço Social. Tanto é que apesar de não ter tido um papel em primeira linha, mas como eu era assessor de um dos secretários de Estado que estava envolvido na questão, eu pude captar bem.[...] É que houve uma divisão já a priori das cadeiras da Faculdade de Serviço Social em três grupos: um grupo de cadeiras que seria dado “as pessoas que tinham capacitação, as que seriam indicadas por cada um dos partidos, outro segundo grupo, seria o grupo que eu chamaria de grupo religioso. Então houve para resumir, uma tentativa que deu certo de harmonizar interesses políticos para fortalecer a Faculdade já nascente [...]. Tem professores com características udenistas que pertencerá a UDN, professores que eram indicados pelo PSD e havia os professores que foram escolhidos em função de determinadas características que são os religiosos.[...] No setor religioso e setor

¹⁵ A Lei Nº 1889 de 13/06/1953, ao regulamentar o ensino de Serviço Social, aprovou o primeiro currículo de Serviço Social; posteriormente, a Lei Nº 4.024 de 20/12/1961 – LDB definiu o segundo currículo; o terceiro, surgiu após a Reforma Universitária de 1968, com a Lei Nº 5.540 de 28/11/1968; o quarto currículo foi implantado a partir de 1982, de acordo com a Resolução Nº 06/1982. Observa-se que estes ocorreram dentro do período limitado por esta pesquisa. Nos anos 1990, o coletivo da profissão desencadeou ampla discussão no país para implantação de novo currículo de Serviço Social.

de serviço social, as Irmãs ficaram com as cadeiras específicas. Com isto elas conseguiam neutralizar equilibrar os dois grupos políticos, quer dizer se os dois grupos políticos eram ponderados pela Faculdade mais uma vez as Irmãs Missionárias sendo professoras do Serviço Social elas fizeram aquele papel que se comumente atribuía às assistentes sociais de “algodão entre cristais” (PIAZZA,1984).

[...] Os professores eram selecionados seguindo-se as orientações e exigências do MEC, pois todos os professores deveriam ser aprovados pelo Conselho Federal de Educação. Os professores das disciplinas específicas de SS deveriam ser graduados pelas Faculdades de Serviço Social e, de preferência, já iniciados no magistério ou em alguma prática de SS em Instituições Sociais. Quanto aos professores de outras disciplinas do Curso, deu-se preferência aos professores em exercício nas demais Faculdades de Florianópolis. Havia muitas exigências para autorizar o funcionamento de uma Faculdade particular (CASSES, 2008).

[...] Quando iniciei as atividades já havia sido composto o quadro de professores, posso dizer que eram os mais capacitados que existiam em Florianópolis, eram os mais renomados professores catedráticos nas suas respectivas áreas de formação e professores das outras faculdades (Direito, Educação, Medicina, Filosofia, Administração, Ciências Econômicas), eram contratados pela FVR com salários simbólicos. Na época a UFSC ainda não existia e as diversas Faculdades eram isoladas; Com a criação da UFSC em 1960, a FSS ficou como agregada (RODRIGUES, 2008).

Os professores contratados pela Fundação Vidal Ramos, como já exposto, eram os mais capacitados¹⁶ disponíveis em Florianópolis. Observa-se, no Quadro 02 a seguir, que o novo

¹⁶Sobre a capacitação dos docentes de Serviço Social, observa-se em Ramos, (1984, p.203-204) que a Faculdade decorrido alguns anos de sua fundação incluiu na sua agenda a continua capacitação dos mesmos em curso de aperfeiçoamento, pós- graduação e mestrado que pode ser assim resumido: **Olma Aquino Casses** : Curso de Aperfeiçoamento nos EUA 15/11/1965 a 29/05/1966; **Guido Locks**: VIII Curso Regular de Vivendas – Colômbia , 1965; **Terezinha Alves Machado**: Curso de Pós-Graduação para profissionais da América Latina – Universidade de Münster – Alemanha, 1965-1966; **Stela Maria Piazza de Souza**: Curso de Pós-Graduação em Organização de Comunidade – Escola de Serviço Social da Universidade de Michigan – EUA,1965-1966; **Leonia Capaverde**: Curso de Pós-Graduação e Mestrado em Serviço Social na Universidade de Laval – Québec – Canadá, 1965-1968; **Clementina Tonelotto**: Curso de Aperfeiçoamento de Docentes de Serviço Social – ABESS – Rio de Janeiro – Guanabara, 1966; **Dymuth Meinecke**: Curso de Preparação de Administradores de Escolas – São Paulo, 1968-1969; **Marilde Rodrigues** :Curso de Aperfeiçoamento de Docentes de Serviço Social – ABESS – Rio de Janeiro – Guanabara, 1968; **Rosa Bela Cruz Alves**: Curso Intensivo para Assistentes Sociais Docentes de

Curso de Serviço Social tinha expressivo número de professores graduados em Medicina e Direito, porque na época a presença higienista permeava a formação em Serviço Social.

QUADRO nº 02: CORPO DOCENTE QUE INICIOU AS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE SANTA CATARINA

	NOME	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS
01	Olma Aquino Casses	Assistente Social	Ética Profissional; Serviço Social de Casos, Educação Familiar.
02	Clementina Tonello	Assistente Social	Introdução ao Serviço Social, Organização social da Comunidade.
03	Lourdes Aparecida Carelli	Assistente Social	Serviço Social de Grupos; Atividades de Grupo; Serviço Social da Família.
04	Neusa Mendes Guedes	Assistente Social	Administração de Obras Sociais; Serviço social do Trabalho e Técnicas Auxiliares; Economia Doméstica.
05	Zuleica T. Albrecht	Assistente Social	Serviço Social de Menores; Serviço Social Médico.
06	Osni de Medeiros Régis	Bacharel em Direito	Sociologia.
07	Alcides Abreu	Bacharel em Direito	Ética Geral; Pesquisa Social.
08	Milton Leite da Costa	Bacharel em Direito	Noções de Direito; Direito do Menor.
09	Antônio Moniz Aragão	Médico	Higiene e Medicina Social.
10	Osmar N. Schoeder	Médico	Higiene Mental.
11	Raul Pereira Caldas	Bacharel em Direito	Legislação Social.
12	Roberto Mündell Lacerda	Bacharel em Direito	Estatística; Economia Social.
13	Francisco Sales Bianchini	Sacerdote	Introdução à Filosofia; Psicologia.
14	Álvaro C. de Carvalho	Médico	Puericultura.
15	Antônio Santaella	Médico	Aspectos Psico-Pedagógicos da Conduta do Menor.

Escolas de Serviço Social – Convênio UNICEFF-SUDESUL-PUC-PR, Curitiba, 1968; **Maria de Lourdes Viana**: Curso Intensivo para Assistentes Sociais Docentes de Escolas de Serviço Social – Convênio UNICEFF-SUDESUL-PUC-PR, Curitiba, 1968; **Zulamar Maria Bittencourt e Castro**: Curso Intensivo para Assistentes Sociais Docentes de Escolas de Serviço Social – Convênio UNICEFF-SUDESUL-PUC-PR, Curitiba, 1968; **Izabel Leopoldina da Luz**: Curso Intensivo para Assistentes Sociais Docentes de Escolas de Serviço Social – Convênio UNICEFF-SUDESUL-PUC-PR, Curitiba, 1968.

16	Jorge Anastácio Kotzias	Médico	Aspectos Médicos Sociais das Moléstias; Higiene e Segurança do Trabalho.
17	Oswaldo Cabral	Médico	Cultura Religiosa*. * Quando a disciplina foi oferecida no segundo ano, foi ministrada pelo Pe. Antonio Loebmann.

Fonte: Relatório de Autorização de Funcionamento da Faculdade de Serviço Social. Parecer nº 417 da Comissão de Ensino Superior do MEC do dia: 27/10/1958.

As disputas partidárias eram acirradas, no Estado, e vários professores mantinham contratos trabalhistas com outras Faculdades e/ou órgãos da administração pública municipal, estadual e federal. A FVR, ao contratá-los, buscou contemplar as pressões udenistas e pedessistas. Os professores recebiam por hora-aula.

No início das atividades da Faculdade, a Universidade de Santa Catarina ainda não havia sido constituída, mas sua efetivação também foi alvo de disputas entre os partidos PSD e UDN, bem como a discussão sobre a carga horária permitida aos docentes.

Nesse sentido, a Congregação da Faculdade, em sua segunda reunião, realizada em 25/03/1959, discutiu os programas das diversas disciplinas *com a finalidade de evitar que entre as mesmas se estabeleçam conflitos e redundâncias* (ATA nº 02, 1959).

Na análise documental referente ao currículo¹⁷, percebe-se densa formação teórica ancorada em Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Medicina Social e Psicologia, em paralelo à formação específica em Serviço Social através dos três métodos: Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Desenvolvimento de Comunidade, com a direção filosófica da Doutrina Social da Igreja.

As disciplinas elencadas no Regimento eram as mesmas preconizadas na Lei nº 1889 de 13/06/1953, que normatizava o ensino das Escolas/Faculdades de Serviço Social. Dessa forma, observa-se, no artigo 6º, o rol das disciplinas e a respectiva distribuição por ano de estudo:

CADEIRAS: Psicologia; Sociologia; Ética Geral; Ética Profissional; Introdução ao Serviço Social; Serviço Social de Casos; Serviço Social de Grupo; Serviço Social da Comunidade;

¹⁷ Ressalta-se que está sendo apresentada a grade curricular da primeira turma do Curso.

DISCIPLINAS – REGIME OBRIGATÓRIO: Cultura Religiosa, Noções de Direito, Higiene e Medicina Social; Economia Social; Higiene Mental; Legislação Social; Pesquisa Social; Estatística; Atividades de Grupo; Administração de Obras Sociais; Introdução à Filosofia;

DISCIPLINAS – REGIME OPTATIVO: Setor de Família: a) Serviço Social de Família; b) Educação Familiar; c) Economia Doméstica; d) Puericultura; Setor de Menores: e) Serviço Social de Menores; f) Direito do Menor; g) Aspectos psico-pedagógicos da conduta do Menor; Setor Médico-Social: h) Serviço Social Médico; i) Aspectos médico-sociais das moléstias; j) Nutrição; Setor do Trabalho: k) Serviço Social do Trabalho e Técnicas Auxiliares; l) Higiene e Segurança do Trabalho (REGIMENTO INTERNO, 1958 p. 04).

O Regimento igualmente detalhava a duração das aulas e a distribuição das cadeiras nas respectivas séries.

Chama a atenção o § 5º, que assim dispõe: *Na cadeira de Sociologia, durante a 2ª Série, será obrigatório o ensino da Doutrina Social da Igreja, com programa aprovado pelo CTA – Conselho Técnico Administrativo da Escola* (REGIMENTO INTERNO, 1958, p.6). Tal como em outras Escolas/Faculdades anteriormente criadas, a DSI ancorava o ensino.

A análise feita por Setúbal (1983), ao estudar a primeira escola de Serviço Social instituída no Brasil, pode ser utilizada para o presente estudo. A autora, concluiu que

[...] o ensino desta instituição apoiava-se na Doutrina Social da Igreja, ao tempo em que procurava despertar em seus alunos interesse pela solução dos problemas sociais, mediante um trabalho idealista, cheio de amor ao próximo e a este dedicado. Preparou tecnicamente os alunos para agirem nos diversos quadros da vida social, familiar, profissional, numa tarefa de reajustamento das situações que prejudicavam o bem estar social (SETÚBAL, 1983 p.114)

No caso da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, sua criação deu-se após 23 anos da criação da Escola de São Paulo, contudo, o coletivo da profissão, bem como a formação de quadros profissionais permaneceram fortemente vinculados à Igreja Católica e às suas premissas filosóficas.

Com os estudos realizados, é possível inferir que, no período da fundação da Faculdade, a formação católica estava impregnada na profissão. Entretanto, posteriormente, com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, ocorreu a laicização da profissão, houve um distanciamento da matriz teórica vinculada à filosofia da Igreja Católica e uma aproximação com a teoria crítica.

Ainda com relação às aulas a serem ministradas, o Regimento definia que deveriam ser de ordem teórica e prática. As aulas teóricas deveriam contemplar *preleções orais sistemáticas sobre os pontos do programa da disciplina*; as práticas deveriam compreender:

- a) argüições, sabinas orais e debates;
- b) visitas a obras sociais cuja organização possa interessar à formação profissional dos alunos e que serão, no mínimo:
 - I – 10 na primeira série;
 - II – 10 na segunda série;
 - III – 5 na terceira série (REGIMENTO INTERNO, 1958, p.6).

A preocupação em manter como atividade restrita dos assistentes sociais o ensino de Serviço Social já existia na lei de Regulamentação (1957) e era alvo, inclusive, do artigo 9º do Regimento, que previa que eram *privativas dos assistentes sociais as cadeiras: Ética Profissional, Introdução ao Serviço Social, Serviço Social de Grupos, Serviço Social de Casos e Organização Social da Comunidade* (REGIMENTO INTERNO, 1958 p.8).

Cada disciplina, com as respectivas ementas, o conteúdo programático e a bibliografia estão descritas no Processo de Autorização elaborado pela Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina à Secretaria de Ensino Superior do MEC para a autorização de funcionamento da Faculdade. Na sede da Fundação Vidal Ramos, realizou-se pesquisa documental mediante leitura da cópia arquivada deste extenso processo (BRASIL – MEC Processo nº 98395/58).

Para o 1º ano do Curso, foram oferecidas as seguintes disciplinas: *Sociologia, Psicologia, Ética Geral, Noções de Direito, Higiene e Medicina Social, Estatística, Introdução ao Serviço Social, Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupos, Introdução à Filosofia*.

Do estudo dos Programas das citadas disciplinas é possível observar que os conteúdos versavam, em geral, sobre a dinâmica da vida social, os conceitos do direito, filosofia e especificidades do Serviço Social.

Na cadeira de **Sociologia**, ministrada pelo Prof. Osni de Medeiros Régis, denso conteúdo foi organizado em vinte subitens, elencando conceitos da disciplina, das Ciências Sociais, objeto e definição da Sociologia, seu histórico; fatores da vida social do homem, cultura, a influência do meio geográfico, fatores biológicos, o homem e seu equipamento psíquico, grupos sociais, características e sua classificação, classes sociais; ecologia humana, população, processos sociais, cooperação, competição, conflito, acomodação e assimilação; instituições sociais:

econômicas, políticas, domésticas e mudança social (BRASIL – MEC Processo nº 98395/58 p.581).

Em **Psicologia**, disciplina ministrada pelo Prof. Pe. Francisco de Salles Bianchini, oito unidades com as respectivas subunidades constituíram o programa base dos estudos: conceitos, definição, origem e evolução; métodos de psicologia, características e limitações, dados imediatos da consciência, conceituação e classificação; a organização da atividade psíquica; a vida intelectual, conceituação e características; a personalidade; psicologia social, conceituação, indivíduo no grupo, psicologia do ajustamento, causas e efeitos do desajustamento, mecanismo de adaptação. Tanto nos conteúdos de Sociologia quanto nos de Psicologia é possível observar ênfase no indivíduo se adaptando ao meio social (BRASIL – MEC Processo nº 98395/58 p.579-580).

A cadeira de **Ética Geral**, ministrada pelo professor Alcides Abreu, também organizou denso programa, constituído de 42 *pontos*, a partir da obra: *Traité de Philosophie*, Tome II – Psychologie e Tome IV –Morale, de Régis Jolivet (1950).

O conteúdo foi distribuído em oito tópicos: introdução, fim último do homem, lei e norma de moralidade, o Direito, atos humanos, a consciência, Moral pessoal, Moral social.

Destaca-se o item Moral Social e os conteúdos do *ponto 27*: a justiça social, a propriedade, o capitalismo, o socialismo, o proletariado; do *ponto 28*: justiça social: repartição das rendas, a posição da Igreja Católica Romana e suas Encíclicas; do *ponto 29*: justiça social: o trabalho, a organização do trabalho, o maquinismo, a automação; do *ponto 30*: justiça social: a remuneração do trabalho, o salário humano, garantias e direitos do trabalhador.

Julga-se importante também citar que o programa de Ética Geral contemplava estudos sobre sociedade civil, Estado, origem e elementos do Estado, teorias sobre a origem do Estado; o Estado no tempo e no espaço, o Estado antigo, medieval e moderno; transformação e extinção do Estado; os regimes políticos, autocracia e democracia, a Constituição; democracia e representação; a organização do Estado; o município, sua organização no sistema brasileiro; os direitos individuais e os direitos sociais, o Estado e a família (BRASIL – MEC Processo nº 98395/58 p.582-584).

A disciplina **Noções de Direito**, ministrada pelo Professor Milton Leite da Costa, foi apresentada em duas partes, contemplando quinze tópicos. A primeira parte tratava dos seguintes

assuntos: o direito e seus principais conceitos; a história do direito na Antigüidade; Direito Canônico na Idade Média e na Idade Moderna; o Direito brasileiro, a Constituição Federal e o Código de Menores; além de noções gerais sobre pessoa, bem, fato jurídico, personalidade e capacidade, nulidade, prescrição, domicílio civil; crime e contravenção, autoria, co-autoria, responsabilidade, legítima defesa; noção e corpo político, formas de governo, poderes do Estado, as constituições, parlamentarismo, presidencialismo e federalismo.

Na segunda parte, foi feita a ressalva de que as aulas deveriam ser dadas, sempre que possível, em caráter prático: consultas e legislações, problemas, análises de casos e situações, sob o ponto de vista jurídico, casos de adoção, alimentos e outros.

O programa envolvia denso conteúdo sobre Direito de Família nos Códigos Civil e Penal, enfatizando os artigos referentes a: família, casamento, impedimentos e anulações, crimes contra o casamento, efeitos jurídicos do mesmo, dissolução da sociedade conjugal; relações de parentesco, alimentos, crimes contra a assistência familiar; filiação legítima, legitimada, ilegítima e adotiva; reconhecimento de filhos ilegítimos, crimes contra o estado de filiação; pátrio poder, tutela, curatela, crimes contra o pátrio poder; Direito do Menor – perversão e corrupção de menores, menores abandonados, proteção ao nascituro, ao lactente e aos infantes, aborto e infanticídio; proteção à mulher e à maternidade; Constituição Federal, legislação do Trabalho e Previdência Social, crimes contra os costumes (BRASIL – MEC Processo nº 98395/58, p.585).

Higiene e Medicina Social era a disciplina ministrada pelo Prof. Antônio Moniz Aragão, um dos *ideólogos* da criação da Faculdade de Serviço Social. Observa-se, no programa da disciplina, a abordagem de conteúdos pertinentes à sanidade da vida social, uma vez que a prática interventiva da profissão, na época, orientava os indivíduos, grupos e as populações sobre os costumes morais, hábitos de higiene... A disciplina abordava os conceitos de higiene; histórico, evolução e divisão da caridade, filantropia, esmola e pauperismo; água, solo, ar, climas, alimentação, carências e habitação, habitações coletivas; higiene individual, intoxicações viciosas, hereditariedade, exame pré-nupcial; epidemiologia em geral, germens, soros e vacinas; tuberculose, doenças venéreas, verminose e parasitas, febre tifóide, lepra e tétano, doenças eruptivas, difteria, paralisia infantil, meningite e epidemias, malária, febre amarela e filariose (BRASIL – MEC Processo nº 98395/58, p. 586).

Sobre este aspecto, pode-se citar Foucault (1993), que afirma ser preocupação da medicina social do séc.XIX o estudo do controle da circulação da água e do ar, a teoria dos Miasmas, nos quais males e doenças vinham das profundezas da terra, com o ar frio/quente, ar úmido/seco; o ar era considerado patogênico.

Decorre desta teoria a preocupação com a circulação e o planejamento do espaço urbano, de ruas e avenidas, das mudanças dos locais de construção das casas de moradia; organização da distribuição e seqüência, planejamento da captação de água potável e escoamento dos esgotos.

Esta medicina social urbana se firma sob a noção de salubridade que, segundo o autor, *não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível* (FOUCAULT, 1993, p. 93), sendo que desta concepção de salubridade decorrem as ações de saúde pública.

É perceptível, igualmente, no programa da disciplina, uma ênfase na abordagem das doenças atualmente denominadas de sociopatias, isto é, aquelas advindas das condições precárias de vida e de habitação. Do assistente social, na época, era esperada sua intervenção em ações de natureza sócio-educativas, ou seja, preparação de palestras e orientações às populações sobre questões de higiene e doenças que poderiam surgir em consequência das precárias condições de vida.

Ainda sobre a Medicina Social e as demandas advindas das seqüelas do capitalismo, Michel Foucault (1993) refere que estas trouxeram um reatamento no campo da medicina, pois, com o capitalismo, deu-se a passagem da medicina privada para a medicina coletiva, que se desenvolveu tendo por objeto o corpo, visto ser este força de trabalho e de produção.

Nos seus estudos, Foucault identifica, a partir do século XVIII, um campo na prática social que denomina de tecnologias bio-políticas, que investem contra o corpo, a saúde, as formas de se alimentar e de morar, as condições de vida, enfim, do espaço da existência

Para este mesmo autor, *a medicina moderna é uma medicina social que tem por background uma certa tecnologia do corpo social; que a medicina é uma prática social que somente em um de seus aspectos é individualizada e valoriza as relações médico-doente* (FOUCAULT, 1993, p. 79). Decorre daí *o controle da sociedade sobre os indivíduos, este controle não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa pelo corpo, com o corpo* (IDEM, IBIDEM, p. 80).

A disciplina de **Estatística** era ministrada pelo prof. Roberto Mündel Lacerda e contemplava, além dos conceitos básicos, a organização da Estatística no Brasil e no mundo; noções de demografia. Dados quantitativos eram enfatizados na pesquisa social de então e o país, devido à sua política desenvolvimentista, publicizava tais dados para comparar o que fora planejado com as metas atingidas (BRASIL – MEC Processo nº 98395/58, p.587).

A disciplina de **Introdução à Filosofia**, sob a responsabilidade do professor Pe. Francisco de Salles Bianchini, era distribuída em nove tópicos que englobavam desde conceitos básicos e as divisões da Filosofia até Metafísica Geral e Especial, bem como a abordagem da Filosofia Prática, ou seja, a arte e a ética (BRASIL – MEC Processo nº 98395/58 p.590 e 596).

No tocante às disciplinas específicas da formação em Serviço Social, no primeiro ano eram oferecidas: **Introdução ao Serviço Social, Serviço Social de Casos e Serviço Social de Grupos**.

Na disciplina **Introdução ao Serviço Social**, sob a responsabilidade da assistente social Prof^a Clementina Tonello, estudava-se: histórico e evolução da assistência, da benemerência ao Serviço Social; paralelo entre Assistência Social e Serviço Social; definições e fundamentos do Serviço Social; os Métodos: Caso, Grupo e Organização Social da Comunidade; os campos do Serviço Social (médico, menores, família e outros); agente técnico do Serviço Social; o Serviço Social e a Ação Social, divisão e limites do Serviço Social (BRASIL – MEC Processo nº 98395/58, p.600).

Em entrevista com a professora Clementina (2008), esta referiu que, na época da organização do primeiro currículo da Faculdade,

para a formação profissional (teoria e prática) foram adotadas as diretrizes emanadas do CFE e as propostas pela ABESS. O ensino da teoria e da prática era simultâneo; acrescentam-se a esse ensino: os fundamentos filosóficos, econômico-sociais, psicológicos e sociológicos. Os eixos são advindos das ciências exatas e das ciências sociais. A partir da Reconceituação do Serviço Social a prática dos processos de SS de Caso, Grupo e Comunidade passou a ser integrada (TONELLOTTI, 2008).

Serviço Social de Casos era a disciplina ministrada pela professora e igualmente assistente social Olma Aquino Casses. Enfatizava-se seu histórico e evolução, o Serviço Social de Casos, sua natureza, definições, finalidades, características e fundamentos; aspectos genéricos e

específicos do Serviço Social de Casos, com as duas operações básicas (estudo social e diagnóstico social) e as fases fundamentais do método; no estudo social, seus instrumentos, entre eles a entrevista: definições, conceitos, objetivos, limites, tipos e como entrevistar; no diagnóstico social: tipos, aplicações do Serviço Social de Casos em alguns campos do Serviço Social; o Serviço Social e a comunidade, as obras sociais, considerações e conhecimentos; o Assistente Social: vocação, qualidade, formação (BRASIL – MEC Processo nº 98395/58, p.599).

Referindo-se à vocação do assistente social, muito enfatizada no ensino de Serviço Social antes da reconceituação do Serviço Social no Brasil, Barroco (2003, p.93) declara:

A ação profissional é tida como uma “vocação” a ser exercida por indivíduos dotados de um perfil ético-moral dado “por qualidades inatas”, daí a consideração de seus componentes como elementos da “natureza feminina”. Esse *ethos* passa a compor a imagem social historicamente legitimada: o assistente social deve ser um exemplo de “integridade” moral, o que, concebido a partir do conservadorismo ético, irá se expressar em normas de conduta que abrangem inclusive sua vida pessoal, impondo-lhe deveres e normas de comportamento.

No que diz respeito à disciplina **Serviço Social de Grupos**, ministrada pela professora e assistente social Neusa Mendes Guedes, observa-se, nos documentos pesquisados, que a mesma abrangia: histórico e definições; grupos em Sociologia: conceitos, tipos, determinantes; grupos em Serviço Social: conceitos, constituição, estrutura, fatores a ter em conta na formação do grupo; desenvolvimento do grupo, fases pelas quais podem passar; papel do assistente social; alguns princípios do Serviço Social de Grupos; Centros Sociais e Clubes no Serviço Social de Grupos; atividades, lideranças; Serviço Social de Grupos em instituições fechadas para menores, em hospitais (BRASIL – MEC Processo nº 98395/58, p.578).

O Estágio, parte integrante do processo de formação, iniciava-se também no 1º ano e concomitante às atividades do ensino teórico. No Regimento, estava definido no artigo 12, sendo referenciado como obrigatório para o curso de Serviço Social. Constituiu um diferencial no Ensino Superior até então disponibilizado no Estado, uma vez que vinculava a supervisão dos alunos a profissionais formados em Serviço Social e a uma expressiva carga horária de atividades práticas que se iniciavam em paralelo às aulas teóricas e que se estendiam por todo o período de graduação.

De acordo com o artigo 14 do Regimento, o total de horas de estágio a serem cumpridas até o final da terceira série era de 1150 (hum mil cento e cinqüenta), esclarecendo-se

que as horas deveriam ser distribuídas em pelo menos dois diferentes campos do Serviço Social, o que denotava uma preocupação de preparar o aluno em mais de um *locus* profissional, ampliando sua experiência prática.

Os alunos deveriam vivenciar, na prática, de forma gradativa, a observação-participante na intervenção profissional, nas abordagens preconizadas pela disciplina Serviço Social de Casos, e apresentar relatórios específicos. A mesma metodologia era adotada em Serviço Social de Grupos.

Como evidenciado anteriormente, um projeto de profissão somente se efetiva se o fio condutor da formação estiver em consonância com os demais elementos da profissão, ou seja, com a Legislação, o Código de Ética e as Diretrizes Curriculares. No caso da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, toda sua organização curricular estava em consonância com o proposto pelas entidades da profissão, pois o ensino visava *munir* o assistente social de um *corpus* teórico-prático que o capacitasse para intervir positivamente sobre os então denominados problemas sociais.

Utilizando-se de técnicas e instrumentos para atender indivíduos, grupos e comunidades, numa perspectiva de ajustamento ao meio, a ênfase da profissão estava em medidas educativas voltadas para organizar a vida social. A intervenção direcionava-se à medicalização da pobreza, ao saneamento do espaço urbano e à assistência moral e espiritual às famílias dos operários.

No esboço de análise dos Programas e das Disciplinas, constata-se densa formação teórica e prática por meio de disciplinas organizadas didaticamente, com aulas expositivo-dialogadas, participação dos discentes através de círculos de estudos, argüições, provas escritas, trabalhos, sabatinas orais e do Estágio.

O Ensino Teórico e o Estágio estavam organizados de maneira a possibilitar a formação por meio da orientação filosófica da Ação Social Católica, no sentido de atender o bem-estar da sociedade.

No período matutino, os acadêmicos cursavam as disciplinas teóricas e no vespertino, saíam a campo, sob a supervisão dos professores (assistentes sociais), realizando estudos para implantação do Serviço Social nas instituições (nos primeiros anos da Faculdade).

Para efetivar esta parte formativa, a Faculdade de Serviço Social contava com um Departamento de Estágio, sendo este o órgão técnico-pedagógico responsável pela realização do

Estágio e pelas atividades dos Monitores e Supervisores. No início das atividades da FSSSC o Departamento também era o responsável pelo estudo para implantação do Serviço Social nas Obras Sociais/Instituições.

Isto acontecia, porque não havia a prática profissional do Serviço Social na maioria das instituições; poucas contavam com assistentes sociais, com exceção do SESI e do SESC. A implantação acontecia a partir da iniciativa institucional ou do interesse da FSSSC em instituir determinado campo de estágio visando ampliar o leque de formação prática oferecido aos seus alunos.

Desta forma, além de realizar a divulgação da profissão junto às Instituições e mostrar a importância das mesmas contarem, em seus quadros, com este profissional, o Departamento de Estágio organizava, em conjunto com os professores e supervisores, pesquisas sociais para levantamento das demandas institucionais/comunitárias para elaboração do projeto de intervenção e de implantação das atividades do Serviço Social.

No ano de 1960, iniciou-se a segunda série, quando foram oferecidas as disciplinas: **Sociologia, Psicologia, Economia Social, Pesquisa Social, Higiene Mental, Ética Profissional, Legislação Social, Serviço Social de Grupos, Atividades de Grupo, Organização Social da Comunidade e Cultura Religiosa.**

A disciplina de **Sociologia**, igualmente sob os cuidados do Professor Osni de Medeiros Regis, previa duas unidades: uma voltada para os conceitos: contatos sociais e isolamento, interação social, concorrência, conflito, acomodação e assimilação, aculturação, noção de desajustamento social, desajustamento de condição, demográfico, doméstico, econômico, moral, jurídico, religioso e cultural; outra, voltada especificamente a atender o Artigo 7º parág. 5º do Regimento Interno da Faculdade, que declarava:

Parág. 5º - Na cadeira de Sociologia, durante a 2ª série, será obrigatório o ensino de Doutrina Social da Igreja, com programa aprovado pelo CTA da Escola (FSSSC – Regimento Interno, p. 06).

Para o ensino da DSI, foram aprovados, pelo Conselho Técnico Administrativo da Faculdade, os temas: natureza e caracteres da DSI, gênese da DSI, a Igreja e o capitalismo, a Igreja e o socialismo; Leão XIII e o socialismo; a Igreja e a propriedade; a Igreja e o trabalho

humano; a Igreja e o sindicalismo operário; os conflitos do trabalho; a Igreja e a intervenção do Estado; a Igreja e a família; a Igreja e a educação.

Barroco (2003) explicita que os valores neotomistas¹⁸ saem do espaço da abstração para indicarem o significado do *bem inerente à consciência moral*, isto é, reproduzem os valores e princípios dados pela fé, mas que ao serem *traduzidos pela Igreja Católica, adquirem uma direção político-ideológica determinada* (BARROCO, 2003, p.92).

Ainda para a mesma autora, a Doutrina Social da Igreja se traduz *em um projeto político-ideológico de recristianização da sociedade, em face da questão social* (IDEM, IBIDEM, p. 93).

Na pesquisa realizada junto às professoras fundadoras, constatou-se que a direção da Faculdade incluía o tema da DSI em algumas das disciplinas estudadas, além do proposto pelo Regimento Interno. As declarações que seguem corroboram esta idéia:

[...] Como disciplina específica não, ela entrava na evolução histórica do SS, ressaltando o papel da Igreja, como organização primeira de assistência social no mundo (RODRIGUES, 2008).

[...] A Doutrina Social da Igreja era incluída na formação principalmente através da Sociologia, Cultura Religiosa, Ética Profissional e Metodologia do Serviço Social (CASSES, 2008).

Para Manrique Castro (2000), a Encíclica *Rerum Novarum* delinea formas de ação para as classes e o Estado e, em particular, para a organização da Igreja, que deflagra a reforma social como instrumento político para enfrentar os problemas sociais da época. Com efeito, *pode-se distinguir não só a matriz ideológica, mas ainda o perfil de práticas concretas de intervenção social que, como o Serviço Social, a educação etc., iriam encontrando em suas premissas a forma e o sentido da sua orientação* (MANRIQUE CASTRO, 2000, p.59).

¹⁸ **Neotomismo** é um movimento de retorno à filosofia tomista da Idade Média resgatada à luz de tendências intelectuais modernas e retomada especialmente por influência da Encíclica do Papa Leão XIII. O Neotomismo é a corrente filosófica que resgata o Tomismo, a filosofia do pensador italiano Santo Tomás de Aquino com o objetivo de resolver problemas contemporâneos. Para o Neotomismo, toda a filosofia moderna, a partir de Descartes, constituir-se-ia em erros e equívocos, responsáveis pela crise do mundo moderno. Na visão neotomista, é inaceitável privilegiar interesses de ideologias como o neoliberalismo ou comunismo, por exemplo, ou instituições como empresas e o governo, em detrimento do direito do ser humano a uma vida digna e tudo que ela acarreta: a liberdade, a saúde, o emprego e a habitação. (Disponível em: www.wipédia.org. Acesso em: 12 Mar 2008).

As mudanças do mundo moderno, da industrialização, as mazelas advindas da exploração indigna do trabalho, influíram, segundo o documento, para que o trabalhador ficasse só, isolado e desprotegido, à mercê de homens desumanos, cobiçosos e vorazes que agravavam ainda mais a *questão social* do operário.

A Encíclica é a resposta da Igreja Católica à *questão social*, podendo-se inferir que se constituiu em um marco para a Ação Católica se disseminar para além da busca da salvação da alma através da oração. É também uma recusa expressa da Igreja ao socialismo, negando a possibilidade de resolução do conflito de classes instalado pelas contradições da revolução industrial pela via socialista. Em outras palavras,

[...] insere-se num largo processo de mobilização da Igreja para fazer face, teórica, doutrinária e praticamente, aos desafios intelectuais, científicos, políticos e ideológicos postos, por um lado, pelo desenvolvimento filosófico e científico e, de outro, pela laicização das instituições sociais burguesas e pelo movimento operário orientado pelo marxismo e pelo magnetismo desencadeado pela primeira experiência de transição socialista (NETTO, 1992, p.121).

Como *remédio* para este mal, o Papa Leão XIII refutou como falsas as teorias socialistas e defendeu a propriedade privada, acreditando que as soluções iriam surgir das ações combinadas da Igreja, do Estado, dos empregadores e dos empregados. Na época, o apoio do Papa, expresso na Encíclica, aos sindicatos e a um salário decente era visto como radicalmente liberal.

A Igreja, através desta Encíclica, pela primeira vez, em um documento, dedica-se integralmente à *questão social*. Nota-se uma mudança de enfoque ou de perspectiva: a Igreja, através de seu líder máximo, deixa em segundo plano seus assuntos internos e se volta aos assuntos da realidade social, aos problemas que afligem os homens trabalhadores na sua condição humana e terrena. Assim sendo,

[...] para a Igreja daquela época, a recomendação feita aos ricos tinha um sentido humanizador: que os pobres não fossem tratados como escravos, nem que lhes superexplorassem, e que o seu salário fosse oportuna e adequadamente pago. Aos ricos se tinha que inculcar os deveres de justiça e caridade; aos pobres, havia que lhes dar consolo para aceitarem a sua condição de despossuídos. Se cada uma das classes atendessem a estas recomendações, seria possível não só a amizade, mas também um “verdadeiro amor fraterno” (MANRIQUE CASTRO, 2000, p.58).

Na disciplina de **Psicologia**, ministrada também pelo Pe Bianchini, observa-se um conteúdo voltado à Psicologia Evolutiva: conceitos, objeto e método; desenvolvimento pré-natal, importância psicológica das vicissitudes inerentes ao nascimento; a conduta do recém-nascido, desenvolvimento físico da criança (modalidade, ritmo, leis); fases do crescimento: sensorial, motriz e glóssica, lúcida, de especialização, de ética e social; problemas de aprendizagem, as idades pré-escolar e escolar; as mentiras, a conduta moral e social, a ordem do nascimento e suas eventuais conseqüências na conduta da criança; a criança e a família, as forças do ambiente e a conduta infantil, aspectos diferenciais da conduta das crianças; o desenvolvimento da personalidade, a problemática das perturbações afetivas nas crianças, perturbações da inteligência nas crianças, formas clínicas, etiologias e características.

Barroco (2003, 2003, p. 92) ressalta, em seus estudos, o papel da mulher e mãe:

Cabe, pois, às instituições responsáveis pela ordem moral e espiritual da sociedade, família e Igreja, desencadear uma ação que busque atualizar as potencialidades humanas, o que significa levar os homens a cumprir sua função, sua natureza. Nestes parâmetros, a mulher é considerada como agente moral responsável pela socialização dos filhos, nos moldes da educação cristã. Para que o “bem comum” se realize, é preciso que o Estado e as instituições garantam a hierarquia e a autoridade inscritas na “ordem natural” da sociedade; porém, o Estado não deve interferir na autonomia da família e da Igreja – com isto não haverá conflitos entre o poder espiritual e o temporal.

Nesta linha de pensamento, à mulher era delegada uma ação educativo-moralizadora. Donzelot (1986) expõe que os médicos, em especial, vislumbraram, para a mulher, novos papéis, como o da mãe burguesa, o de cuidadora.

A mulher passou a ter um novo status: ela era a mãe, a educadora, a auxiliar médica, enfim, a pessoa que deveria estar presente em todos os momentos da vida dos filhos, criando-os e protegendo-os, conduzindo-os para uma vida regrada, educando-os para serem bons cidadãos.

Isto no que se referia à família burguesa, pois, para as famílias populares, esta aliança orgânica família-medicina não se efetivava, a família popular tinha necessidade de sobrevivência, o que determinava a adoção de outros papéis por parte da mulher.

O estudo da infância, tal como a medicina social e a saúde pública, se estendeu até a modernidade e também fez surgir outra especialidade da medicina: a puericultura¹⁹, algo que não constituía preocupação na sociedade tradicional, ou seja, nessa sociedade, aceitava-se

¹⁹ A palavra puericultura foi criada pelo médico francês A.C.Caron em 1865 (Scliar, 1987, p.66).

pacatamente as adversidades da infância, dentre estas, a morte, uma vez que logo nasceriam outras crianças. De fato, *a maternidade e a infância, tal como as conhecemos hoje, são uma invenção da modernidade* (SCLIAR, 1987, p. 64).

Em **Economia Social**, disciplina ministrada pelo Professor Roberto Mündel Lacerda, eram abordados, em doze densos tópicos, os conceitos elementares, a história econômica da humanidade, estruturas, subdesenvolvimento, desenvolvimento econômico, crescimento até os métodos e escolas econômicas.

O programa de **Pesquisa Social**, voltado teoricamente a subsidiar uma pesquisa prática por parte dos alunos, continha: conceituação, sua posição face às Ciências Sociais, relações com o Serviço Social, problemática da pesquisa, peculiaridades, condições que afetam a objetividade, condições ambientais e condições do pesquisador e do pesquisado; métodos indutivo e dedutivo, método estatístico, geográfico e sociológico, antropológico; observação em massa e participante, método comparativo e experimental.

No mesmo programa, consta a ressalva de que a parte prática seria realizada sob a forma de entrevistas, pesquisas em equipe e o estudo de uma comunidade de 100 a 500 pessoas. O referido programa destacava ainda que haveria audiência dos professores de Sociologia, Organização Social de Comunidade e outras matérias, de acordo com o tipo de pesquisa a ser realizada pelo professor da cadeira de Pesquisa Social.

Na Pesquisa Social, observa-se o que se avalia ser um dos protagonismos da Faculdade de Serviço Social: a realização de pesquisas junto às comunidades da então cidade de Florianópolis, cujas áreas rurais eram distantes e isoladas do centro, em especial, junto àquelas em que se pretendia desenvolver um projeto de estágio²⁰ via Departamento de Estágio.

Em outras palavras, por meio da Pesquisa Social eram evidenciados os denominados problemas sociais da comunidade, para posterior intervenção dos estagiários, sob a orientação de um professor. Ao mesmo tempo, a Faculdade realizava atendimento social às comunidades, visto que este não era um procedimento usual das demais Unidades de Ensino Superior (à exceção da Faculdade de Odontologia, à qual a FSSSC se vinculou, desde seu início, como campo de estágio para seleção sócio-econômica dos usuários dos serviços prestados pelo laboratório de prática odontológica e de dentística).

²⁰ Evidencia-se aqui uma hipótese, a de que o Projeto de Estágio da FSSSC viria a se constituir nas protoformas do atual Projeto de Extensão realizado pela UFSC.

Anos mais tarde, este trabalho viria a ser efetivado através da Reforma Universitária dos anos 60/70, quando se firmou o trinômio: *ensino, pesquisa e extensão* como finalidades do ensino superior.

O professor Walter Fernando Piazza, ao se referir à criação da Faculdade de Serviço Social e à influência que seu método protagonista de ensino trouxe para as demais Faculdades existentes, assim se expressa:

A Faculdade de Serviço Social pelo seu dinamismo de trabalhos trouxe algumas modificações ao meio estudantil e ao meio profissional docente de nível superior em Santa Catarina. Porque era implantada no momento em que existe faculdades isoladas: Faculdade de Direito (a mais antiga), Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Odontologia e Farmácia, Faculdade de Filosofia. E a Faculdade de Serviço Social chega num momento que todas as faculdades estão vivendo isoladamente, mas já está se pensando em um Universidade e por isso é que ela é bem aceita e é por isso que ela consegue harmonizar estes grupos políticos. Será mais uma peça na composição da Universidade, que futuramente a gente sabe que ela não entrou na Universidade como um todo, como agregada por situações peculiares, mas ela conseguiu trazer novos argumentos para a Universidade, por exemplo método de trabalho, nenhuma Faculdade tinha um processo de pesquisa e a Faculdade de Serviço Social desenvolvendo um trabalho de pesquisa em Caso, Grupo e Comunidade para que seus alunos conseguissem fazer seus trabalhos de conclusão do curso e ela criou uma nova mentalidade ou pelo menos já começou a alimentar uma nova mentalidade no meio do ensino superior de Santa Catarina ou especificamente em Florianópolis. Então, nós temos já a Faculdade atuando como renovadora no processo de ensino em Santa Catarina. Então este é um lado positivo, no momento e quem ela chega ao ambiente da Universidade em Santa Catarina. Estou fazendo aqui uma espécie de crítica ao processo que existia, que as faculdades eram particulares, não tinham recursos, viviam á míngua. Eram Faculdades que não tinha estruturas administrativas.[...] A Faculdade de Serviço Social trouxe um novo modelo de trabalho, não seria um modelo ideal porque ela também não tinha recursos, ela ia viver a míngua como viviam as outras Faculdades e isso se você olhar as folhas de pagamento dela, que os professores recebiam CR\$ 200,00(duzentos cruzeiros) por aula, e foi por isso que ela ficou agregada [...] Já em outras unidades da futura Universidade e quando se criou esta Universidade era para não fechar. A solução foi para ela ficar agregada, para que outros professores pudessem continuar lecionando nela e se ela fosse incluída como unidade da Universidade os professores iam entrar num processo de acumulação de cargos e isso tiraria pelo menos 50% de professores da Faculdade de Serviço Social, se não tirasse 70%. Esse é um aspecto que tem que ser olhado, porque a agregação sempre é olhada como uma atitude política na criação da Universidade. Pode ser que tenha subsistido ou subentendido que existisse uma atitude política em relação a Faculdade de Serviço Social, agora tem de saber de que mera atitude política, se a atitude política seria dos organizadores da Universidade, dos estruturadores, ou a atitude política seria uma atitude de auto defesa da Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado.[...] Interessaria para a Universidade ter mais uma peça no

seu tabuleiro de xadrez e quem ela não dominaria, porque a Faculdade de Serviço Social acabou ficando Faculdade independente, ela era de uma fundação que recebia recursos, não eram grandes, mas ela recebia recursos, ela tinha uma estrutura de liberdade que as outras faculdades não tinham. Que ela tinha se criado como maneira de consenso. Era um campo neutro e as outras faculdades não eram campo neutro, eram campos partidários pré-determinados [...] Quando se criou a Faculdade de Serviço Social em Florianópolis, nós diríamos o seguinte: na Faculdade de Direito pela sua própria essência era uma faculdade onde tinham magistrados, advogados divididos entre os dois partidos. A Faculdade de Ciências Econômicas era privilégio de um grupo político, a Faculdade de Filosofia era considerada privilégio de um outro grupo político, quer dizer então, que cada faculdade, com exceção do Direito por ser a mais antiga que estava dividida entre os dois grupos políticos dominantes, as outras eram fechadas e a Faculdade de Serviço Social, seria um território de ninguém, ou melhor seria um território neutro, onde todos os residentes circulavam quer dizer politicamente, talvez por essa situação da FSS de ser um terreno de liberdade de expressão política, não interessasse a quem organizou a Universidade Federal de Santa Catarina, colocá-la lá dentro do contexto Universidade e lhe dar força a um grupo que talvez pela sua própria formação filosófica ao estruturador da Universidade não interessava a Faculdade de Serviço Social quando eu digo filosófico, eu digo filosófico religiosa (PIAZZA, 1984).

Retornando ao programa das disciplinas, **Higiene Mental**, disciplina sob a responsabilidade do professor Osmar Nelson Schoeder, estava organizada em 15 itens. Observa-se que o objetivo dessa disciplina era preparar o futuro assistente social ensinando-lhe conceitos e tipologias afetos à saúde mental: higiene mental, história; personalidade humana; metodologia em higiene mental, seus objetivos, constituição; temperamento e caráter; higiene mental na infância, na adolescência e na vida adulta; alcoolismo e toxicomanias; causas das doenças mentais, psicoses e neuroses, profilaxia, deficiência mental; assistência terapêutica e psiquiátrica; medicina psicossomática; higiene mental social, ética e política (relações no grupo social, atitudes, desajustes).

Ética Profissional, disciplina ministrada pela prof^a Olma Aquino Casses, estava organizada nos seguintes itens: Ética geral e Ética profissional – definições; deveres de formação do Assistente Social : formação religiosa e moral, formação humanista e profissional; deveres gerais: virtude da prudência, senso de responsabilidade, cooperação e discrição; deveres profissionais: dignidade e valor profissional, aptidões profissionais quanto ao tipo de trabalho ou função, generalidades profissionais; contrato de trabalho (direitos e deveres); segredo profissional: natureza, objeto e dever; relações profissionais (atitudes): assistente social e o

Serviço Social, assistente social e a Instituição onde trabalha, assistente social e os superiores, assistente social e a equipe de trabalho, assistente social e os colegas, assistente social e as obras da comunidade, assistente social e a comunidade; atitudes específicas do assistente social na aplicação dos métodos: Caso, Grupo, Comunidade; deveres particulares em relação aos campos: família, médico social, trabalho e menor; deveres especiais em relação a: supervisão e associações profissionais; deveres pessoais: vida moral, vida intelectual e vida física.

Na época, o Código de Ética em vigor era o de 1947, ou seja, a primeira formulação ética do Serviço Social brasileiro que explicitava um corpo de valores pelos quais os profissionais se comprometiam. Foi elaborado pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), Seção de São Paulo, e aprovado em Assembléia Geral, em 29/09/1947. Também no mesmo evento foi criado o primeiro Conselho de Ética Profissional. Ressalta-se a importância histórica do fato visto que a profissão lutava por sua regulamentação (que se efetivou em 1957).

O conteúdo ministrado na disciplina, sob a vigência deste Código, abordava os deveres e restrições do assistente social no seu exercício profissional. Todavia, tal conteúdo era marcado por um conservadorismo ético, demonstrado pela preocupação exclusiva com deveres e com a formação moral dos profissionais.

As diretrizes ético-morais apresentam como traços: *respeito à lei de Deus, bem comum, caridade cristã, direitos naturais do homem*, e em relação aos usuários refere que *o Serviço Social trata com pessoas humanas desajustadas* (BRITES E SALES, 2007, p.27).

No período delimitado no presente estudo, observa-se a vigência de três Códigos de ética: o Código de 1947, que sofreu alterações em 1965 e 1975. Contudo, de acordo com Barroco (2003, p.121-122) *permanecem caudatários do tradicionalismo profissional [...], mas têm um significado importante, no contexto do pluralismo profissional que se apresenta a partir da década de 60.*

O *Código Moral do Serviço Social*, elaborado em 1947, por iniciativa da UCISS, inspirou as publicações da ABESS, a partir 1962, a respeito da Ética. Barroco, (2003, p.122) afirma que *a legitimação dessa obra por parte da entidade nacionalmente representativa do conjunto das Escolas de Serviço Social, num momento histórico dos mais significativos em termos das lutas democrático-populares da sociedade brasileira, é uma expressão significativa da reação conservadora aos questionamentos ético-políticos dos anos 60.*

Considera-se importante ressaltar que o Código de 1965 tratava o Serviço Social como uma profissão liberal de natureza técnico-científica e não mais como uma atividade humanista, ou seja, o Serviço Social deixou de ser visto como uma atividade humanista para ser olhado como uma profissão.

Já o Código de 1975 reafirmava a posição acrítica do Serviço Social em face da *ação disciplinadora do Estado [...] que em nome do bem comum tem o direito de dispor sobre as atividades profissionais* (BARROCO, 2003, p.129).

Legislação Social, disciplina ministrada pelo professor Raul Pereira Caldas, igualmente às anteriores vinculadas ao Direito, apresentava um denso conteúdo dividido em 24 itens; na 2ª série, discutiam-se conceitos de Legislação do Trabalho e Legislação da Previdência Social, podendo-se afirmar que se abordava e se discutia de forma detalhada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Convém destacar que o item 20 do referido programa já abordava a questão social: as corporações da Idade Média; doutrinas sociais; liberalismo; socialismo e doutrina social católica; classificação dos conflitos do trabalho; os dissídios coletivos em face a legislação vigente; a Justiça do Trabalho: breve histórico e composição.

Na disciplina **Serviço Social de Grupos**, ministrada pelas professoras AS Lurdes Aparecida Carelli e AS Neusa Mendes Guedes, eram abordados temas diversos, entre eles o conhecimento prévio dos alunos, os tipos de grupos, comportamento do indivíduo, conceitos de Serviço Social de grupos, metodologia, reunião, relação, interação, liderança; característica dos grupos: idade escolar, adolescente, adulta, velhos; instituições, visitas a obras sociais; documentação, estudo de relatórios, onde o Serviço Social de grupos era aplicado; avaliação do grupo; recrutamento; supervisão; o Serviço Social de grupos e o Serviço Social de comunidade.

Com temática similar, a disciplina **Atividade de Grupo**, igualmente ministrada pelas duas professoras de Serviço Social de Grupos, se voltava ao relacionamento das disciplinas entre si.

Em **Organização Social da Comunidade** (no programa não há referência ao professor responsável, mas por informações orais, soube-se ser a prof^a. Clementina Tonello) eram abordados temas como: introdução ao Método de Organização Social da Comunidade; comunidade: conceituação, distinção entre associação, sociedade e comunidade; estrutura e dinâmica da comunidade; bem-estar: conceitos, agentes e meios de promoção; organização social

da comunidade: conceito e definições, objetivos e natureza; a relação do Método de Organização Social da Comunidade com o Serviço Social de Casos e o Serviço Social de Grupos; fases do Método de Organização Social da Comunidade: estudo social, diagnóstico, planejamento, tratamento ou terapêutica social ou execução; instituições de Organização Social da Comunidade; Conselhos de Obras Sociais; programas de Organização Social da Comunidade: tipos e organização; ilustrações através de relatórios ou trabalhos práticos de Organização Social da Comunidade.

Em relação à formação prática, esta, de forma gradativa, inseria o aluno na realidade das instituições. Castro (2008), aluna formada pela Faculdade, e posteriormente professora do curso de Serviço Social, assim se expressa:

[...] no segundo ano do curso, a experiência com o coletivo; pessoas em relações, nos grupos sociais, construindo-se vivências coletivas, exercício da democracia, cidadania (coletiva ou política). E através do Serviço Social de Comunidade (DC) no último ano do Curso, fazia-se a ação interventiva, no âmbito local, comunitário. Com ênfase no associativismo, mobilizava-se a população local para criar sua forma organizativa, o Conselho Comunitário ou Associação de Moradores. Não ocorrendo, porém, apenas uma visão localista destas experiências. Elas sustentavam a criação de redes de relações locais, regional e municipal com desdobramentos no poder público municipal e estadual. O surgimento de Associações de Moradores com lideranças locais foi motivado pela intervenção continuada de equipes de alunos, acompanhados de professores, nas comunidades. Quando um aluno concluía o curso, outros de séries anteriores já estavam engajados no processo de trabalho. Este projeto de Extensão/Estágio foi alavancando políticas públicas pautadas nas metodologias de mobilização e participação popular. Teve início na periferia urbana e na área rural. Na periferia Urbana: Agronômica, Trindade, Estreito e Saco dos Limões; na Área Rural: Canasvieiras, Ingleses, São João do Rio Vermelho, Jurerê, Cacupé, Ratonas, Lagoa da Conceição, Barra da Lagoa, Ribeirão da Ilha, Pântano do Sul, Campeche (em um tempo em que estas comunidades eram quase que isoladas dos serviços públicos devido ao precário desenvolvimento urbano, poucas estradas e meios de locomoção, falta de água, luz, escolas, postos de saúde...) (CASTRO, 2008).

Cultura Religiosa, ministrada pelo Pe. Antonio Loebmann, tinha seu conteúdo dividido em dezoito itens, abordando, principalmente, conceitos ligados ao Cristianismo. A disciplina objetivava o estudo das diversas formas religiosas e seitas, buscando uma visão geral sobre as religiões, devido à proposta laica do curso. Dessa forma, *a Doutrina Social da Igreja era*

incluída na formação principalmente através da Sociologia, Cultura Religiosa, Ética Profissional e Metodologia do Serviço Social (TONELLOTTI, entrevista, 2008).

Considera-se necessário sinalizar que o Departamento de Estágio buscava manter campos de estágio que desenvolvessem atividades profissionais pertinentes aos três processos/métodos ensinados na teoria, ou seja, o Serviço Social de Casos, de Grupos e Organização de Comunidade, também relativos aos campos de atuação específica do Serviço Social que eram alvo do ensino teórico: Educação, Família, Saúde, Trabalho, Menor.

O (a) aluno(a) não ficava restrito(a) a uma única experiência em determinada instituição. Durante seu estágio, era avaliado pelo Supervisor, pelo Coordenador de Estágio e pelo Monitor de turma que, de acordo com o perfil técnico–pedagógico do(a) aluno(a) sugeriam que o(a) mesmo(a) vivenciasse outra experiência de estágio na Instituição ou em outra Instituição. Esta avaliação decorria do acompanhamento contínuo a que os alunos eram submetidos no decorrer do processo de ensino teórico e no Estágio. O depoimento da Prof^a Marilde, que ocupou a coordenação de Estágio, traz mais esclarecimentos sobre o assunto:

A prática se iniciava desde o 1º ano com observação e estudo de caso (Problemas Sociais). A coordenação de estágio visitava as Instituições Sociais, interpretava a necessidade dos alunos vivenciarem experiências que desenvolvessem sua prática profissional de acordo com seu aprendizado escolar; eram supervisionados pelas professoras de SS, que visitavam as Instituições para supervisionar o aluno e discutir com os dirigentes as dificuldades e possibilidades. Nas Instituições onde havia assistente social, a supervisão era feita pelo profissional credenciado pela FSSSC. A FSSSC acompanhava o processo, discutindo e avaliando o desenrolar do estágio e o crescimento profissional do aluno. Eram realizados cursos periódicos para supervisores com o estudo e a discussão de temas importantes para o processo de supervisão. Havia um Manual de Estágio que eu ajudei a elaborar com subsídios trazidos do curso de Serviço Social da PUC do Rio, adaptado à realidade das nossas Instituições. Havia reuniões freqüentes com os supervisores para estudo e solução de dificuldades surgidas (RODRIGUES, 2008).

A 3ª série se apresentava com particularidades, oferecendo quatro disciplinas no Regime Obrigatório: Organização Social da Comunidade, Pesquisa Social, Administração de Obras Sociais e Cultura Religiosa; no Regime Optativo, eram oferecidas quatro disciplinas que abordavam o campo de trabalho do Serviço Social. Segundo palavras da Prof^a Marilde Rodrigues:

[...] o curso seguia as diretrizes propostas pela ABESS e inspecionados pelo CFE (Conselho Federal de Educação) e o MEC. Trabalhávamos o Serviço Social com seus três processos: *Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade*, com ênfase à prática profissional. O estágio iniciava no 1º ano, quando o aluno era encaminhado de acordo com sua aptidão avaliada pelos monitores (professores do curso que acompanhavam cada turma), com participação dos alunos. A bibliografia específica era a utilizada também nas outras escolas/faculdades de Serviço Social, discutidas e aprovadas nas convenções da ABESS nas quais a FSS sempre esteve presente, inclusive apresentando trabalhos e relatos das experiências, enriquecidas com as vivências locais (RODRIGUES, 2008).

Os campos de atuação do serviço Social eram estudados nas disciplinas de caráter optativo. A disciplina **Setor de Família** abordava o Serviço Social na família, educação familiar, economia doméstica, puericultura.

A de **Setor de Menores**²¹ englobava a vinculação do trabalho profissional junto a menores, Direito do Menor, aspectos psico-pedagógicos da conduta do menor.

Na disciplina Setor Médico-Social, abordava-se o então denominado Serviço Social Médico, aspectos médico-sociais das moléstias e nutrição, e a intervenção neste campo.

Na de **Setor do Trabalho** discutiam-se a inserção do Serviço Social no trabalho e técnicas auxiliares; higiene e segurança do trabalho.

As disciplinas eram optativas, mas devido ao fato de não serem oferecidas outras, tornavam-se *obrigatórias* na grade curricular. Como evidenciado anteriormente, havia uma tendência a preparar o profissional de serviço social para atuar na medicalização da vida social.

Conforme explicitado, o currículo inicial tinha duração de três anos, de acordo com a Lei nº 1889/53. Contudo, na análise documental das Atas da Congregação e do CTA, observa-se que, desde o início das atividades pedagógicas, a ampliação do currículo para quatro anos fez parte das discussões técnicas e pedagógicas.

Estudos foram realizados, palestrantes, convidados de outros cursos de Serviço Social do país, vieram à Faculdade para subsidiar as discussões, expondo sua experiência com as reformulações curriculares e com a ampliação da formação para quatro anos. Finalmente, como se constata no texto que segue:

[...] Pela Diretora da Faculdade foi exposta a necessidade de uma nova estruturação do currículo escolar desta Faculdade, que passará a ter duração de quatro anos, conforme duração de diversas Escolas de Serviço Social no país[...] ficou aprovado a alteração do currículo escolar desta Faculdade para quatro anos, o qual entrará em vigor a partir do próximo ano letivo de hum mil novecentos e sessenta e dois, desde que aprovado pela Universidade de Santa Catarina e pelo Ministério da Educação. Ata da 9ª Reunião da Congregação da Faculdade de Serviço Social em 19/08/1961 – livro 01)

No entanto, trâmites burocráticos retardaram o início das atividades pedagógicas no novo currículo e somente no ano de 1964, após parecer nº 33, do MEC, o curso foi organizado para ter duração de quatro anos.

O 4º ano passou a ser constituído das seguintes disciplinas: *Administração de Obras, Higiene Mental, Noções de Psiquiatria e Sociologia*.

O programa de Sociologia teve um redimensionamento, sendo incluída maior densidade ao conteúdo referente à Doutrina Social da Igreja (RAMOS, 1984).

É possível observar que foi dada ênfase maior a disciplinas vinculadas à medicalização da vida social e à filosofia da Ação Católica²².

Quanto ao Estágio do 4º ano, era considerado o estágio final, sendo que o(a) aluno(a) poderia escolher o Método de Serviço Social e o Campo em que desejava aprofundar seus conhecimentos.

Com as modificações referentes à duração do curso para 4 (quatro) anos, a carga horária total de estágio passou para 1250 (hum mil duzentos e cinqüenta) horas, assim distribuídas:

1ª Série - 1º Semestre: Visitas à Obras Sociais e Pesquisas; 2º Semestre: Observação Participante – 150 horas; **2ª Série** - Prática do Serviço Social de Casos – 300 horas; **3ª Série** - Prática do Serviço Social de Grupo – 350 horas;

²¹ Expressão *Menor* utilizada pelo Código de Menores, legislação social vigente à época da fundação da Faculdade. Atualmente a expressão foi substituída por **Criança ou Adolescente**, em decorrência do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8069 de 13/07/1990.

²² Suscita a hipótese de que este direcionamento teórico-pedagógico adotado pela FSSSC, enfatizando a DSI, emergiu como uma reação à efervescência político social que adentrou o Serviço Social brasileiro nos primeiros anos da década de 60 e que passou a questionar as teorias utilizadas bem como as práticas propostas; para Netto (1996), o Serviço Social brasileiro, até a primeira metade da década de 1960, era homogêneo, não apresentava polêmicas, sua proposta interventiva sugeria unidade nas propostas profissionais. Deste período em diante, iniciou-se um tempo de crise, a profissão passou a avaliar-se, a propor mudanças no estabelecido até então, desencadeando um movimento que passou a ser denominado de Reconceituação.

4ª Série - Prática de DOC – 450 horas (FSSSC – MANUAL DE ESTÁGIO, 1965 p.10-11).

O Estágio, conforme sinalizado anteriormente, se constituiu em um diferencial de ensino proposto pela Faculdade de Serviço Social. Entretanto, esse diferencial evidenciava também o forte traço empirista e pragmatista à medida que o fazer, concretizado através do estágio, tinha grande proeminência na formação profissional. Das suas atividades resultaram significativas mudanças sociais que fomentaram políticas públicas para grande parcela da população que vivia nas áreas isoladas da ilha. Isto pode ser observado no relato a seguir:

[...] O Serviço Social, através das suas metodologia e dinâmicas de Serviço Social de Comunidade, (inspirados no Desenvolvimento de Comunidades - DC), tinha por eixos de suas ações interventivas:

- Mobilizar a participação das populações, ativando suas bases associativas, em torno de suas demandas de qualidade de vida, nas comunidades;
- Assessorar a estruturação de suas formas organizativas, o exercício da cidadania individual e coletiva;
- Formulação de projetos e planos comunitários, participativos.

As metodologias do Serviço Social eram instrumentalizadas por entrevistas, reuniões, assembléias comunitárias, levantamento de opinião pública pesquisas sociais e formação de grupos sociais, de comissões e/ou grupos de trabalho. Ativava-se o associativismo, a participação da população local através da formação de grupos de crianças, adolescentes, mulheres, mães, gestantes, associação de pais e mestres, grupos de lideranças, de pescadores, de artesãos (a criação Associação das Rendeiras da Ilha), de horticultores, agricultores, que realizavam concursos anuais de hortas nos domicílios, nas escolas visando melhoria nos hábitos alimentares, muitas vezes restritos ao uso de farinha de mandioca e peixe. Ainda mobilizava-se a formação de grupos de trabalho, comissões de saúde, educação, lazer e outras. Projetos comunitários resultaram nas comunidades na instalação de energia elétrica, encanamento de água, abertura e melhoria de estradas, escolas, centros sociais comunitários, postos de saúde.... Entendemos que este projeto foi desde sua origem engendrando um movimento popular comunitário que foi se expandindo em Florianópolis e no Estado de Santa Catarina. Ainda nos anos 60/70 os estagiários do Curso de Serviço Social junto à Prefeitura Municipal e às Secretarias de Estado foram criando estruturas técnicas e administrativas de Serviço Social; participei destas experiências como supervisora dos alunos, assessorias e cargos especiais. Os alunos estagiários foram pioneiros na mobilização das "comunidades" e o foram também na implantação do Serviço Social nos órgãos do poder público e proposição, direção e execução de políticas comunitárias (e respectivos programas sociais) no âmbito municipal e estadual dando ênfase às formas associativas, popular-comunitárias (CASTRO, 2008).

Reitera-se que o Departamento de Estágio tinha como meta manter convênio com diversas instituições sociais, visando a experiência prática de seus alunos nos diversos campos do Serviço Social.

Assim, no Campo da **Saúde**, eram conveniadas as Instituições: Diretoria de Assistência Social, vinculada à Secretária de Estado da Saúde, Hospital de Caridade e Faculdade de Odontologia. As experiências junto ao Campo da **Família e Menores** eram oportunizadas nas Instituições: Legião Brasileira de Assistência (LBA), no Centro Social da Juventude Catarinense/Associação Catarinense de Obras de Proteção ao Jovem (CESOJUC) e no Lar São Vicente de Paula.

Com sua dinâmica, o Estágio modificou o estabelecido em algumas instituições sociais. O relato a seguir explicita a dinâmica:

Ressalto a importante colaboração do Serviço Social junto ao Abrigo de Menores e ao Lar São Vicente de Paula, cujas crianças passaram a sair destes locais para freqüentarem escolas da comunidade. Antes o ensino era ministrado no próprio local. Jovens e crianças viviam segregados com pouco contato com o mundo exterior. Isto foi um projeto de estágio das alunas do Serviço Social juntamente com as direções das Instituições. A saída das crianças para interagirem com as demais pessoas e outras crianças. No Lar São Vicente foi criada a Casa Lar onde ao completarem 18 anos, participavam com mais responsabilidade da administração do novo lar, favorecendo sua integração à sociedade. Conheci muitos egressos destes abrigos que tiveram suas vidas modificadas a partir destas iniciativas do Serviço Social, alguns chegaram a cursar Faculdades e serem até professores da Universidade, empregados no Serviço Público, terem profissões mais reconhecidas, pois receberam uma melhor formação escolar. Também a contribuição do Serviço Social se fez junto às famílias para que quando tivessem suas condições de vida modificadas pudessem receber de volta seus filhos, pois muitos estavam abrigados não por não terem família e sim pela falta de recursos que não as possibilitava assistir suas crianças (RODRIGUES, 2008).

No Campo do Trabalho, eram conveniadas as Instituições: SESI; SESC e Instituto de Assistência e Previdência Social (IAPAS).

Para o estágio em Organização de Comunidade, estas eram divididas entre áreas urbanas e rurais. Ressalta-se que a Ilha de Santa Catarina (onde está situada Florianópolis), há 50

anos, contava com um contingente populacional limitado, grande parte dos balneários que hoje se conhece eram áreas pesqueiras, restritas a poucos moradores, e no interior da ilha, predominavam núcleos agrícolas e rurais de ascendência açoriana.

Na análise documental do Relatório do Departamento de Estágio (1961)²³ evidencia-se a possibilidade formativa do Estágio em Organização de Comunidade no distrito de Canasvieiras (área rural e pesqueira da Ilha na época).

A fim de proceder implantação do Campo de Estágio, foi realizada, na Comunidade de Canasvieiras, uma pesquisa que abordava a *Situação Cultural, Religiosa, Econômica e Médica –Sanitária dos Moradores, cujos dados evidenciaram:*

- 69% das pessoas se dedicam à pesca e à lavoura;
- 82,6% das mulheres se dedicam à confecção de rendas de bilro²⁴;

²³O referido documento não tem data, contudo, através de comparação com outros documentos da Faculdade, pode-se inferir que o mesmo tenha sido elaborado no ano de 1961.

²⁴**Renda de Bilros:** A presença da renda no Brasil está intimamente ligada ao mar e à atividade da pesca. Diz-se até que "onde tem rede, tem renda". Coincidência ou não, é na região litorânea onde se encontra renda em todo o Brasil e, em Santa Catarina é notório o acabamento das peças e o fino trançado dos trabalhos realizados por muitas mulheres em praticamente todo o litoral, tendo na lagoa da Conceição um referencial de qualidade e de produção. A renda de bilro, como se faz em Santa Catarina, surgiu provavelmente em Milão no século XV, simultaneamente à renda de agulha que, à mesma época, era realizada em Veneza. Os caminhos da difusão da renda foram tortuosos, passando por guerras e pelo aperfeiçoamento do comércio. A renda de bilro de Milão foi para França, ganhando grande desenvolvimento com Luiz XIV. Ainda que não se saiba precisar quando chegou a Portugal, sabe-se que a palavra renda apareceu por volta de 1500, tendo se difundido rapidamente por Viana do Castelo, Setúbal, Lagos e Açores, que se tornaram grandes centros produtores de renda. A colonização portuguesa e a forte presença açoriana em Santa Catarina levaram à introdução da rendas de bilros na região, com uma crescente quantidade de artesãs que, enquanto seus maridos se dedicavam à pesca, dividiam as tarefas domésticas com o "trocar bilros" ou "bater pauzinhos", como falam até hoje. As rendas são feitas com almofadas e o chamado pique, que é um papelão cheio de furos ilustrando o desenho do trabalho que se quer fazer. Ao lado do que ocorre em outros estados brasileiros, as rendas de Santa Catarina são representantes importantes dessa cultura centenária tão enraizada na história do país. Nessa região encontramos dona Norma e outras artesãs que se dedicam aos "pauzinhos", das 5 horas da manhã às 10 horas da noite. "Quase um vício", diz dona Norma. "A gente começa a fazer e não quer parar, e quando não tem nada para arrumar ou mexer em casas, bem aquela vontade e não tem jeito. A gente começa e vai embora". Os bilros que utilizam são de babaçu e "quanto mais velho, mais macios ficam". Aos 5 anos, dona Norma começou a aprender a fazer renda com a mãe, usando restos de linha. Quando completou 6 anos "já estava boa" e ganhou a primeira linha e dos milhares de quilômetros de linhas que usou até aqui, fez nascer centenas de trabalhos com os mais diversos tipos de pontos: Tramóia, Maria Morena, Margarida, Cocada, Bico de Pato, Céu Estrelado. Segundo as rendeiras, a Tramóia só usa dois pares de bilros e, hoje em dia, somente as mais velhas sabem fazê-la. A Maria Morena é muito trabalhosa e antigamente uma toalha de banquete era feita por 5 mulheres e demorava um mês. (Disponível em <http://www2.uol.com.br/spimagem/livro/rendas>. Acesso em: 10 Aug 2008).

- 69,69% da população era alfabetizada;
- A alimentação básica das famílias era constituída de peixe e pirão d'água com farinha de mandioca;
- Existência de doenças infantis relacionadas à verminose (evidências de pele amarelada e abdome saliente nas crianças);
- Falta de recursos em geral para prevenção e tratamento de doenças, índices de mortalidade infantil elevado, 50% entre os menores de um ano (FSSSC - Relatório do Departamento de Estágio, 1961).

Os documentos do Departamento de Estágio mostram o planejamento da intervenção da Faculdade com seus alunos-estagiários junto à Comunidade:

O Serviço Social visa o bem estar da Comunidade de Canasvieiras através do desenvolvimento de atividades sociais e educacionais que possibilitem:

- 1- Dotar mãe e filho de uma gestação, nascimento e infância mais humana e sadia;
- 2- Atender as crianças do pré-escolar, garantindo-lhes ambiente familiar sadio e proporcionando-lhes recreação dirigida;
- 3- Formar a juventude para futuras responsabilidades;
- 4- Reforçar os vínculos familiares e desenvolver as capacidades dos indivíduos para que se promovam, cumprindo sua missão social;
- 5- Criar recursos comunitários que atendam a família rural em suas várias necessidades (FSSSC - Relatório do Departamento de Estágio, 1961).

Para atendimento das demandas da Comunidade, foi estabelecido um Plano de Ação que envolvia a construção de Centro Social e para o Setor de Saúde, atendimento médico, dentário, farmacêutico, lactário (seco), além de cursos teórico-práticos.

A Comunidade era atendida pela Paróquia de Canasvieiras, criada por Lei Provincial em 1833 (ANAIS DA ARQUIDIOCESE, s/d). O distrito, situado a cerca de 25 km do centro da Capital, era constituído de população descendente de açorianos, que desenvolviam as atividades de pesca e o cultivo de pequenas roças; as mulheres dedicavam-se às atividades domésticas e à confecção de renda de bilros, igualmente uma tradição açoriana; o êxodo da população era praticado, principalmente, entre os jovens.

Segundo o Relatório do Departamento de Estágio (1961), durante muito tempo, somente foi oferecido à Comunidade um trabalho apostólico realizado pela Paróquia, mas com a implantação das atividades de Estágio em Serviço Social houve a possibilidade de serem promovidas políticas públicas para a localidade.

Uma das demandas apontadas pela Comunidade era a falta de ocupação para as moças, que foram motivadas a formar um *Grupo Social* ao qual se integraram quinze jovens com idades entre 13 e 18 anos, sendo que todas eram filhas de pescadores. De acordo com o Relatório

(1961), do grupo *resultou a criação de um ambiente de relacionamento construtivo, meio de afirmação e de formação pessoal*. No fim do ano de 1963, o Grupo concretizou as seguintes atividades: Biblioteca do Grupo; Festa de Natal para a Comunidade; Pesquisa entre a Juventude, Excursões e Passeios e Colaboração no Movimento Religioso.

No ano de 1964, iniciou-se um trabalho conjunto com o médico da comunidade para motivação dos moradores mediante a realização de uma pesquisa que evidenciou as seguintes demandas:

Setor Econômico, Social e Cultural: Formação de líderes, alfabetização, agricultura, educação familiar, artesanato e outras de interesse geral, cultura religiosa;

Setor de Recreação: audições musicais, festas de confraternização, parque infantil, projeções cinematográficas e de slides; grupo infantil com recreação orientada;

Setor Religioso: Instrução Religiosa às mães e crianças, comemoração das festas religiosas, sobretudo o natal (FSSSC - Relatório do Departamento de Estágio, 1961).

Ressalta-se que, na época, não existiam, em Florianópolis, iniciativas de trabalhos comunitários, as Políticas Públicas eram focais e de cunho eleitoral. Desse modo, a FSSSC, com suas atividades de Estágio que podem ser consideradas como protoformas da extensão universitária, foi pioneira neste trabalho, incentivou políticas públicas que posteriormente passaram a ser assumidas pelo poder público na esfera municipal, como se percebe no depoimento que segue:

Na Esfera Pública Municipal, a Prefeitura de Florianópolis ainda nos anos 60, por iniciativa da primeira estagiária do curso de Serviço Social, neste órgão público, Dymuth Meinecke, estruturou administrativa e tecnicamente o Serviço Social e as diretrizes da política sócio-comunitária municipal. Depois como assistente social da prefeitura municipal, deu ênfase à continuidade das experiências iniciadas nas comunidades pelo projeto de extensão do curso de Serviço Social, em especial nos então distritos rurais da cidade. Mobilizou e articulou, órgãos públicos municipais, estaduais e federais e respectivos profissionais de diversas especialidades criando um conselho técnico, interprofissional, vinculado ao seu "Programa de Coordenação de Recursos de Instituições de Bem Estar Social de Florianópolis". O programa articulava através das comunidades da zona rural, seminários e outras formas de debates públicos entre a população e poder público, os projetos comunitários e os programas de recurso dos órgãos públicos e outros. Participei deste programa na qualidade de professora do Curso de Serviço Social, como assessora (CASTRO, 2008).

A divisão das responsabilidades entre as esferas municipal, estadual e federal era difusa, acontecia a partir do entendimento e de vontades político-partidárias dos dirigentes políticos.

A Saúde, por exemplo, era garantida aos trabalhadores regulares com Carteira de Trabalho e vínculo formal de trabalho; os demais (trabalhadores informais e rurais), dependiam da benemerência e da caridade religiosa da Irmandade de Nosso Senhor do Passos, mantenedora do Hospital de Caridade.

O Governo do Estado mantinha as atividades da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde e Assistência Social, desenvolvia com regularidade as campanhas de vacinação, mantinha Postos de Saúde através do Departamento Autônomo de Saúde Pública (DASP). A entrevista com a Professora Zulamar possibilitou resgatar as mudanças que o Estágio provocou nas instituições estaduais:

Na Esfera Pública Estadual, foi no governo de Ivo Silveira, em 1970 que os estagiários do Curso de Serviço Social iniciaram a implementação do Serviço Social e a política comunitária estadual. Alunos concluintes do Curso foram convidados para reestruturar a diretoria de Assistência Social - DAS da Secretaria de Saúde e Assistência Social e nela estruturar o Serviço Social. Participei deste trabalho, junto ao governo do Estado com assessoria e supervisão dos estagiários Geraldo Locks e Bartira Nueremberg. Através da DAS, por solicitação do Secretário de Saúde e Assistência Social do Estado, deveriam ser atendida toda a clientela, que se dirigia aos Gabinetes dos Secretários de Estado. Os estagiários, nas instalações da DAS, iniciaram o atendimento de imensas filas de pessoas em busca de todo o tipo de assistência social, realizaram uma pesquisa sobre o perfil e demandas da clientela atendida pelo plantão de Serviço Social. Constatou-se que a procedência de maior número de pessoas era da área rural da Ilha. Como uma política de Assistência Social, além de coordenação das Entidades de assistência social do município para encaminhamento individual da citada clientela, a DAS privilegiou a realização de trabalhos comunitários nas localidades da área rural apoiando aqueles, iniciados pelos estagiários de Serviço Social desde 1960. E a mobilização de órgãos públicos e privados para efetivação de uma Coordenação de recursos para respostas mais abrangentes às demandas da clientela, no âmbito local comunitário. Numa primeira experiência da DAS, de coordenação de recursos, para atendimento às prioridades comunitárias, reivindicadas, foi iniciada pelo estagiário Guido Locks, com a criação de uma comissão de representantes do PLAMEG (órgão de planejamento do Estado); da Legião Brasileira de Assistência - LBA; das Secretarias da Agricultura e da Saúde e Assistência Social do Estado, da Faculdade de Medicina da UFSC, do

Curso de Serviço Social e a Prefeitura Municipal de Florianópolis. A Comissão presidida pelo Secretário de Saúde e Assistência Social e com a participação do estagiário da DAS, formulou o "Programa Integrado de Desenvolvimento Comunitário para a Zona Rural de Florianópolis em regime de Cooperação Social", do que resultou um convênio firmado entre o PLAMEG, LBA e a Secretaria da Saúde e Assistência Social para prestação de assistência médica, laboratorial e odontológica às localidades da área rural. Era um avanço à experiência de Saúde Pública, realizada no Campeche em 1965, pelos alunos e professores dos cursos de medicina e de Serviço Social. A estagiária Maria Salete Andrade participou da implantação deste programa comunitário, sob minha supervisão, como professora do curso de Serviço Social. Na Faculdade de Medicina da UFSC, por iniciativa do prof. Dr. Fernando de Oliveira e de acadêmicos, foi criada uma associação de alunos que iniciou um projeto de Saúde Pública no Campeche, localidade da área rural de Florianópolis (na época). (CASTRO, 2008).

Observa-se que havia a preocupação de, antes de se instituir um novo campo de Estágio, conhecer a Instituição e suas demandas bem com o perfil dos usuários atendidos; desta forma, através da disciplina Pesquisa Social eram realizados levantamentos conjuntos envolvendo alunos, professores e supervisores da FSSSC para conhecimento da realidade institucional ou comunitária e, assim, a partir das demandas elencadas, planejar a intervenção técnica e as assessorias.

Os registros do Departamento de Estágio apontam a realização de pesquisas sociais assim denominadas: Pesquisa Médico-Social no distrito da Lagoa da Conceição; Pesquisa na Paróquia da Trindade; Pesquisa no Morro do Mocotó; Pesquisa na Abrangência da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes e São Luiz; Pesquisa para elaboração do Plano Educacional junto às Escolas Municipais e Estaduais; junto à Diretoria de Assistência Social da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde e Assistência Social, no Hospital de Caridade; na Legião Brasileira e Assistência; na Faculdade de Odontologia; no Centro Social da Juventude Catarinense (CESOJUC), no Lar São Vicente de Paula; no SESI; no SESC; no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI).

O ensino visava aliar a parte teórica à realização de pesquisas sociais para subsidiar as outras disciplinas, levando o aluno a planejar, executar e tabular dados de uma pesquisa para posterior utilização dos mesmos no planejamento de atividades institucionais voltadas ao Estágio e, futuramente, à sua intervenção profissional.

Circunscreve-se uma lógica entre o ensino teórico e a atividade prática proposta pela disciplina de *Pesquisa Social*, tal como exposto em seu programa.

Para financiar seus projetos de estágio, a Faculdade se valia de convênios com instituições nacionais e internacionais. Para Ramos (1984), a Faculdade objetivava ampliar as atividades de estágio na área urbana e rural, fomentando, através de recursos externos à FVR, o alargamento das oportunidades de estágio, desvinculando as atividades de estágio dos campos institucionais disponíveis até então.

Com este objetivo, foi elaborado e enviado, em junho de 1966, um projeto para a Organização Misereor, da Alemanha²⁵, o qual foi aprovado em 06/10/1967.

Ramos (1984, p.150) assim se manifesta sobre este projeto:

[...] o projeto foi orçado em Cr\$ 88.720.000.00 para três anos consecutivos e visava a ampliação do então Departamento de Estágio dando prioridade aos seguintes projetos:

1 – Desenvolvimento e Organização da Comunidade de Canasvieiras (projeto desenvolvido na área rural); 2 – Ampliação do Plano Educacional; 3- Ampliação do Serviço Social no Lar São Vicente de Paulo; 4 - Organização da Ação Social Arquidiocesana; 5- Ampliação do Serviço Social no Centro Social da Juventude Catarinense.

É evidente que, para captar recursos de uma Organização católica internacional, o projeto deveria contemplar atendimentos realizados por intermédio da Ação Social Católica aliada ao Serviço Social, sendo ensinado e disseminado por uma congregação religiosa católica.

Assim, observa-se um predomínio de projetos vinculados à religião católica: o Lar São Vicente, a Ação Social Arquidiocesana, o Centro Social da Juventude Catarinense. Ressalta-

²⁵ No dia 17 de agosto de 1958, o cardeal de Colônia, Joseph Frings, fez um discurso durante uma conferência bispal em Fulda, no qual anunciava uma grande ação contra a pobreza e a lepra no mundo, com base numa passagem do Evangelho de Marcos: "Misereor super turbam", latim para "estou com pena do povo". Estavam lançadas as bases para a Misereor, organização da Igreja Católica alemã para a ajuda ao desenvolvimento, que completa meio século de existência neste domingo (17/08). São 50 anos de ajuda direta, mas também de muita influência política ao criticar, por exemplo, injustiças do comércio mundial. Até hoje, a Misereor permaneceu focada na execução de projetos concretos, que desde 1958 já somam 94,5 mil, com um volume de investimento de 5,5 bilhões de euros. A cooperação da Igreja Católica Alemã para o desenvolvimento é apoiada também com fundos públicos do Governo alemão e da União Européia. Estes fundos são aplicados pela Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e.V. (KZE). A maior parte do trabalho administrativo da KZE, porém, é executada na sede de Misereor. Disponível em <http://www.misereor.org/pt/sobre-nos.html>, acesso em 10 Abr 2009.

se que o Estágio na Comunidade de Canasvieiras também era vinculado às atividades da Paróquia daquela comunidade.

Ocorria uma confluência de situações: a Faculdade, com recursos para investir em campos de Estágio específicos, aumentava seu poder e controle sobre as instituições; ao mesmo tempo, garantia a continuidade dos projetos ali desenvolvidos e a conseqüente formação para seus alunos em espaços condizentes com a filosofia cristã que permeava a formação em Serviço Social na época, mas que aos poucos perdia espaço para a laicização proposta pelo Movimento de Reconceituação.

No ano de 1965, o MEC, através da Portaria nº 159, de 14/06/1965, estabeleceu a reformulação curricular em Serviço Social, de modo que a FSSSC compôs um grupo interno para estudar e adaptar sua grade curricular a fim de que ficasse de acordo com a nova portaria (RAMOS, 1984).

Decorridos três anos do início das atividades pedagógicas da Faculdade, em 27 de junho de 1961, através do Decreto nº 50.868, o Exmo. Sr. Presidente da República Jânio Quadros concedeu o reconhecimento do Curso:

Artigo único: É concedido reconhecimento ao curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, mantida pela fundação Vidal Ramos, agregada à Universidade de Santa Catarina e situada em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina (FVR – Processo de Reconhecimento do Curso, 1961, p.20).

Após esta explanação sobre a fundação da Faculdade de Serviço Social em Santa Catarina e sua organização, a próxima Seção focalizará a inserção do curso de Serviço Social na comunidade catarinense. Utilizando uma pedagogia inovadora para a época, o curso aliava pesquisas e projetos específicos vinculados tanto ao ensino teórico como prático, engendrando, aos poucos, uma aproximação maior da Faculdade com a UFSC. Evidenciar-se-á o período denominado de Integração, que culminou com a Federalização do curso.

SEÇÃO IV

O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, SUA INSERÇÃO NA SOCIEDADE CATARINENSE E O PROCESSO DE APROXIMAÇÃO COM A UFSC

Como exposto, o Curso de Serviço Social, através do seu Departamento de Estágio, estabeleceu uma nova lógica para a formação universitária em Santa Catarina. Desde o início das suas atividades, a inserção comunitária da Faculdade através do Estágio e ancorada em uma grade curricular diferenciada das demais Faculdades existentes na capital impactou a sociedade florianopolitana.

Sendo assim, nesta Seção, mostrar-se-á como o Curso de Serviço Social, através de pesquisas e projetos específicos, se inseriu na vida política comunitária e, aos poucos, foi alavancando políticas públicas para a comunidade florianopolitana e região.

4.1. A inserção do Curso de Serviço Social na vida política e comunitária de Florianópolis

No pensamento de Paro (1979), o sistema educacional influencia o sistema econômico e social ao produzir novos conhecimentos e idéias, elevando o nível educacional da população e desenvolvendo recursos humanos para intervir nas demandas do sistema econômico e, assim, interagir com a realidade social, modificando-a.

Nos anos subseqüentes à sua fundação, a Faculdade de Serviço Social inseriu-se no espaço contraditório da realidade social catarinense; ao mesmo tempo, a efervescência político-social do início dos anos 1960 pôs em cheque antigas práticas e conceitos.

As lideranças da sociedade brasileira e catarinense, que viveram as rápidas mudanças econômicas, sociais e urbanas advindas da industrialização dos anos 1950, na nova década, se depararam com novos desafios, quais sejam, continuar crescendo e se desenvolvendo economicamente sem, contudo, perder o controle político e moral sobre as camadas populares.

Politicamente, no início dos anos 1960, os militares frearam a efervescência político-social, instaurando a ditadura militar através do Golpe de 1964, ao qual aderiram as principais lideranças político-institucionais catarinenses.

Nos estudos realizados até o momento, evidenciou-se que a Faculdade de Serviço Social, na sua caminhada rumo à inserção na vida política e comunitária de Florianópolis, lançou

sua base interventiva através do Estágio, que objetivava servir de espaço para a formação acadêmica e ao mesmo tempo modificar a realidade em que se encontravam as instituições sociais e as comunidades urbanas e rurais de Florianópolis.

Para tal, usou como diferencial, sua grade curricular, cujo conteúdo teórico e prático, ancorado nas ciências sociais e humanas e na utilização dos três métodos do Serviço Social, protagonizava um modelo de ensino por meio do qual, de forma gradativa, os alunos se inseriam na realidade social e no processo interventivo profissional.

O relato de Castro (2008), apresentado a seguir, evidencia esta inserção da Faculdade e de seus alunos na vida política e comunitária de Florianópolis:

[...] O Serviço Social, através das suas metodologia e dinâmicas de Serviço Social de Comunidade, (inspirados no Desenvolvimento de Comunidades - DC), tinha por eixos de suas ações interventivas:

- Mobilizar a participação das populações, ativando suas bases associativas, em torno de suas demandas de qualidade de vida, nas comunidades;
- Assessorar a estruturação de suas formas organizativas, o exercício da cidadania individual e coletiva;
- Formulação de projetos e planos comunitários, participativos.

As metodologias do Serviço Social eram instrumentalizadas por entrevistas, reuniões, assembléias comunitárias, levantamento de opinião pública pesquisas sociais e formação de grupos sociais, de comissões e/ou grupos de trabalho. Ativava-se o associativismo, a participação da população local através da formação de grupos de crianças, adolescentes, mulheres, mães, gestantes, associação de pais e mestres, grupos de lideranças, de pescadores, de artesãos (a criação Associação das Rendeiras da Ilha), de horticultores, agricultores, que realizavam concursos anuais de hortas nos domicílios, nas escolas visando melhoria nos hábitos alimentares, muitas vezes restritos ao uso de farinha de mandioca e peixe. Ainda mobilizava-se a formação de grupos de trabalho, comissões de saúde, educação, lazer e outras. Projetos comunitários resultaram nas comunidades na instalação de energia elétrica, encanamento de água, abertura e melhoria de estradas, escolas, centros sociais comunitários, postos de saúde.... Entendemos que este projeto foi desde sua origem engendrando um movimento popular comunitário que foi se expandindo em Florianópolis e no Estado de Santa Catarina. Ainda nos anos 60/70 os estagiários do Curso de Serviço Social junto à Prefeitura Municipal e às Secretarias de Estado foram criando estruturas técnicas e administrativas de Serviço Social; participei destas experiências como supervisora dos alunos, assessorias e cargos especiais. Os alunos estagiários foram pioneiros na mobilização das "comunidades" e o foram também na implantação do Serviço Social nos órgãos do poder

público e proposição, direção e execução de políticas comunitárias (e respectivos programas sociais) no âmbito municipal e estadual dando ênfase às formas associativas, popular-comunitárias (CASTRO, 2008).

Considerando-se a realidade social um espaço multifacetado e contraditório, observa-se que o Curso de Serviço Social se vinculou à vida social do estado catarinense, ou seja, a Faculdade não se restringiu ao processo de formação de assistentes, ficando fechada em si mesma, ao contrário, seus projetos, levados a cabo por seus atores, se inseriram junto à realidade social modificando-a.

Para atingir tal objetivo, a Faculdade de Serviço Social contava com um quadro de professores altamente especializado e diversificado, além daqueles que tinham formação tradicional em ciências sociais, ciências médicas, direito e religião. Contava também com assistentes sociais que trouxeram, para a Florianópolis de então, uma proposta de formação universitária na qual tanto o ensino teórico como o prático eram enfatizados quase que na mesma proporção de carga horária.

O Curso de Serviço Social trouxe um diferencial, que se avalia como sendo um protagonismo da Faculdade em relação às demais existentes: *o Estágio*, com expressiva carga horária, por meio do qual os acadêmicos, desde a primeira fase, iniciavam um contato direto com a realidade social, vivenciando o cotidiano das instituições sociais e comunitárias da cidade e região.

Como pedagogia inovadora, a Faculdade utilizava-se, dentre outras disciplinas, da *Pesquisa Social*, pois havia a preocupação de, antes de se instituir um novo campo de Estágio, conhecer a Instituição/Comunidade e suas demandas bem como o perfil dos usuários a serem atendidos.

Dessa forma, através da disciplina Pesquisa Social eram realizados levantamentos conjuntos envolvendo alunos, professores e supervisores da FSSSC para conhecimento da realidade institucional ou comunitária e, assim, a partir das demandas elencadas, planejar a intervenção profissional em Serviço Social e as assessorias.

Como já exposto anteriormente, a formação técnica operativa era enfatizada, uma vez que a Faculdade buscava uma formação moderna e condizente com o que de mais atual existia no coletivo da profissão. O Estágio era o diferencial em relação ao ensino das demais Faculdades,

haja vista a aproximação da Faculdade, de seus professores e alunos com o cotidiano das instituições e das comunidades.

Entende-se que o diferencial de ensino estava nesta aproximação com a realidade; o aluno saía do espaço institucional de ensino formal para, junto à realidade, intervir em projetos pensados e propostos coletivamente com professores, líderes institucionais e comunitários.

Aliar teoria e prática, realizar pesquisas e a partir destas propor mudanças, através de projetos interventivos, era a inovação pedagógica que surgia no ensino superior de Santa Catarina.

Este foi o que se poderia denominar de protagonismo no ensino prestado pela FSSSC em relação às demais Faculdades (em período anterior à criação da UFSC) voltadas para as atividades teóricas de ensino.

A Faculdade de Serviço Social foi protagonista ao vincular as atividades teóricas e práticas visando a formação profissional do Assistente Social e a formulação de políticas públicas a partir das experiências de estágios de seus alunos.

Ao mesmo tempo em que se observa a contradição existente entre as forças laicas e as da Igreja, a Faculdade se vincula a organismos nacionais e internacionais, visando convênios de cooperação para manter a formação nos moldes propostos inicialmente para o curso.

A Faculdade, como instituição agregada à UFSC, inseriu-se em projetos nacionais em parceria com a Universidade para responder a demandas advindas da ideologia militarista que se instaurou no país após 1964 como, por exemplo, as atividades do Projeto Rondon¹.

¹ **Origens do Projeto Rondon** A idéia de levar a juventude universitária para conhecer a realidade deste país multicultural e multirracial e dar-lhe oportunidade de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil surgiu em 1966 na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. A concretização veio no ano seguinte, no dia 11 de julho, quando 30 estudantes e dois professores partiram do Rio de Janeiro para Rondônia. Era a chamada Operação Zero, a primeira viagem do Projeto Rondon, que propiciou o contato dos alunos com o interior da Amazônia e durou 28 dias, com a realização de trabalhos de levantamento, pesquisa e assistência médica em comunidades carentes. No retorno, houve grande repercussão. Os universitários, que voltaram com o slogan “integrar para não entregar”, escolheram um nome para a iniciativa: Projeto Rondon, inspirados no trabalho do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. O impacto provocado pela viagem ganhou dimensão também no meio acadêmico. No ano seguinte, o projeto contou com a participação de 648 jovens e foi expandido para outras áreas. Em consequência da crescente participação estudantil, em 1970 o Projeto Rondon foi organizado como órgão autônomo da administração direta e, em 1975, transformado em Fundação Projeto Rondon. As atividades, que foram inicialmente desenvolvidas nas férias escolares, evoluíram com a criação do Campus Avançado, dos centros de atuação permanentes e das operações regionais e especiais. Durante o período em que permaneceu em atividade, o Projeto envolveu mais de 350.000 universitários, de todo o País. A operação levou, também, à interiorização espontânea de inúmeros estudantes recém-formados e motivou a

Evidenciou-se, na pesquisa documental bem como nas entrevistas realizadas, o significativo papel que as atividades do Projeto Rondon tiveram no Departamento de Estágio da FSSSC e em seus projetos de Extensão.

Contraditoriamente marcados e cerceados pela ideologia militar, os professores e alunos participantes sinalizavam uma intervenção profissional à frente de seu tempo, voltada para a conquista de direitos sociais.

Exemplo do que se afirma é a intervenção de alunos e professores do Curso de Serviço Social realizada no Campus de Santarém-PA, no qual o trabalho profissional junto às mulheres solteiras, cujos filhos não tinham a paternidade reconhecida, visava garantir o direito da criança ao reconhecimento do estado de filiação (DA MATTA, 1999).

Pode-se inferir que, mesmo atuando em espaços contraditórios, a base teórica proposta no início do funcionamento da Faculdade, o espaço e a valorização dados ao Estágio bem como a conformação do Curso de Serviço Social como suporte social e político foram fatores que ancoraram, anos mais tarde, a tríade: *Ensino, Pesquisa e Extensão* e refletiram positivamente para a efetivação do processo de federalização do referido Curso pela UFSC.

Em paralelo às ações interventivas no Estágio e às suas experiências inovadoras, o mesmo também foi alvo de discussões e inquéritos, tendo em vista que a visibilidade que

criação do Programa de Interiorização e Fixação da Mão-de-Obra - PROFIX. A motivação e o comprometimento causados pelo trabalho do Projeto Rondon contribuíram significativamente para que os estudantes aprimorassem o sentimento de cidadania brasileira. Após a extinção da Fundação Projeto Rondon, os trabalhos continuaram por meio da Associação Nacional dos Rondonistas, organização não governamental criada para preservar a memória e os objetivos do Projeto Rondon. (Disponível em: https://www.defesa.gov.br/projeto_rondon/ Acesso em: 04 Sep 2008).

alcançou junto às instituições e comunidade foi considerada subversiva. No próximo item, apresentar-se-á um inquérito ao qual os estagiários da Faculdade foram submetidos durante a repressão militar.

4.2. A repressão da Ditadura militar – acadêmicos de Serviço Social sob investigação

Em 1964, ou seja, decorrido pouco tempo de sua fundação, a Faculdade deparou-se, tal como a sociedade brasileira, com os chamados *anos de chumbo* da Ditadura militar. Nesse contexto, a inserção comunitária da Faculdade e sua pedagogia inovadora trouxeram ao coletivo do curso alguns dissabores.

Julga-se importante destacar que, na pesquisa realizada, o período da Ditadura e a prisão dos alunos de Serviço Social afloraram nas conversas e foram discutidos superficialmente pelas professoras entrevistadas. Nos relatos, não se evidenciaram *oficialmente* tensões nas relações dentro do Curso; igualmente na análise documental do material disponível na Fundação Vidal Ramos, por exemplo, nas Atas, tanto as do CTA quanto as da Congregação, o assunto não era nominado às claras e/ou evidenciado.

Porém, na pesquisa documental junto ao Arquivo Geral da UFSC, teve-se acesso à Caixa nº 09², na qual consta Cópia do Processo instaurado pela Reitoria contra três alunos de Serviço Social e o respectivo Relatório da Comissão de Inquérito do ano de 1964.

Neste documento, consta que Reitor da USC, através da Portaria nº 10/64, instaurou processo de investigação contra estudantes de Serviço Social; a presidência da Comissão de Inquérito ficou sob a responsabilidade do professor Vitor Lima, tendo como membros: os professores Antonio Moniz Aragão e Roberto Mündel Lacerda, sendo João Carlos Tolentino Neves o Secretário.

Dos membros da Comissão, dois eram professores da FSSSC: Antonio Moniz Aragão e Roberto Mündel Lacerda.

² Escassa documentação encontra-se arquivada no local referente à FSSSC, existem até o momento (março de 2009) somente três caixas de arquivo sob a numeração: 09,10 e 11.

O motivo de se ter instaurado a Comissão de Inquérito parece banal, nos dias de hoje, uma vez que se questionava a Faculdade de Serviço Social pela utilização da bibliografia do autor Paulo Freire³ e de seu Método de Alfabetização, que era adotado no país no início dos anos 1960. Inclusive, em Santa Catarina, a Secretaria da Educação promoveu, na mesma época, um curso de reciclagem para professores utilizando este método amplamente divulgado no país; o autor veio ao Estado e aqui proferiu palestras. Assim sendo, a metodologia de Paulo Freire foi utilizada em um Campo de Estágio do Serviço Social.

Ramos (1984, p.142) afirma que *Paulo Freire era professor de uma Escola de Serviço Social no Nordeste, seu método era reconhecido pelo Ministério de Educação e Cultura e era também apoiado pela ABESS.*

Observa-se, com a apropriação deste aporte teórico, que a FSSSC, tanto na esfera docente como discente, compreendia e vinculava a formação de seus alunos à realidade social vivida pela sociedade brasileira, buscando responder aos seus anseios sociais.

Evidentemente a proposta de ensino inovador da Faculdade, aliada às idéias progressistas de igualdade, de luta contra a opressão, seria, naquele momento histórico da sociedade brasileira e florianopolitana, alvo de enérgicas reações das lideranças locais e institucionais que visavam manter a ordem e o estabelecido.

³ Paulo Freire (1981), preconiza que só uma pedagogia em que o oprimido tenha condições de ver-se como sujeito histórico conduz a uma prática de liberdade. Para o autor *alfabetizar é conscientizar* (FREIRE, 1981, p. 5), suas idéias ancoram-se em um método de cultura popular que conscientiza e politiza. A partir de uma pesquisa previa que investiga as palavras faladas no meio cultural do indivíduo que vai ser alfabetizado são extraídos os vocábulos/palavras com mais possibilidades fonéticas e de maior carga semântica, não só os que permitem o domínio da palavra escrita, mas também os que permitem ligações com outras. Estas palavras são denominadas por Freire (1981, p.5) de *palavras geradoras*, porque a partir de combinações básicas levam à formação de outras. Ao se utilizar palavras do universo cultural do alfabetizado, a experiência vivida passa para o mundo do objeto. *O alfabetizando ganha distância para ver sua experiência: ad-mirar. Nesse instante começa a decodificar* (FREIRE, 1981, p.5) assim, o educando é sujeito e não um receptor passivo dos conhecimentos que lhe são repassados. A proposta deste autor se contrapõe ao educando objeto, se mostra contrário à educação *bancária* como pode ser observada no relato a seguir: *Se o educador é o que sabe, se os educandos são os que nada sabem, cabe àquele dar, entregar, levar, transmitir o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser de experiência feito para ser experiência narrada ou transmitida. Não é de estranhar, pois, que nesta visão bancária da educação, os homens sejam vistos como seres e adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo como transformadores dele como sujeitos. Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos* (FREIRE, 1981, p.68).

Dessa maneira, a Comissão, através do Of. Nº 80/64, convocou para prestarem esclarecimentos os professores da Faculdade de Serviço Social: Olma de Aquino Casses, Paulo de Tarso da Luz Fontes, Jorge Anastácio Kotzias e a secretária, Irmã Briolandi Kneipp de Oliveira.

No decorrer do processo, foram também intimadas as professoras Clementina Tonello e Leonia Capaverde, além dos três acadêmicos: Orival Prazeres, Anita Maria da Silveira e Márcia Valéria Linhares; destes, Orival e Anita haviam sido detidos temporariamente depois do golpe militar.

Visando a reconstrução dos fatos, transcreve-se, aqui, parte dos depoimentos do inquérito, ressaltando que as professoras da Faculdade: Marilde, Madre Olma e Irmã Clementina, quando entrevistadas para esta pesquisa, fizeram referência ao fato afirmando que tudo foi esclarecido junto à Comissão e que a Faculdade, no decorrer dos anos da ditadura, procurou manter-se neutra politicamente. Na fala da Prof^ª Marilde evidencia-se parte desta história:

[...] durante a ditadura militar, a Madre se impunha, garantindo o trabalho dos professores e dos alunos. Com a presença no Estado do Prof. Paulo Freire que apresentou sua metodologia, muitos alunos se entusiasmaram e a procuraram aplicar em suas experiências de estágio, Sendo a metodologia considerada subversiva pela Ditadura Militar, esses alunos foram penalizados (RODRIGUES, 2008).

Por sua vez, o depoimento da Diretora da Faculdade, Madre Olma de Aquino Casses, em 26 de maio de 1964, junto à Comissão de Inquérito composta pela Universidade, traz o seguinte conteúdo:

[...] a depoente por conhecimento próprio não deduz qualquer manifestação de caráter subversivo e mencionado no Ato Institucional cujo texto a depoente conhece; que a Faculdade de Serviço Social tem muito poucos funcionários, de nenhum a depoente tem ciência das práticas já mencionadas, que, sob o aspecto do Ato Institucional, a depoente pode afirmar que nada há a notar relativamente aos funcionários e professores de sua Faculdade [...] que a depoente durante a sua gestão na direção da Faculdade nunca sentiu e não sente qualquer influência de sentido comunista no meio estudantil da Faculdade de Serviço Social; que em verdade, a depoente ouviu comentários de que na sua Faculdade há alunos comunistas, mas a depoente não pode precisar qualquer ato concreto mesmo porque estes comentários nunca lhe foram apresentados por escrito [...] a depoente não sabe de nenhuma manifestação subversiva ou anti-democrática ali ocorrida, muito embora fosse presidente do Centro Acadêmico Orival Prazeres

que, depois da revolução, a depoente soube da detenção de dois de seus alunos, no período em que se seguiu imediatamente ao movimento militar; uma acadêmica Anita Silveira, pelo 5º Distrito Naval e o outro; o estudante Orival Prazeres, pela Secretaria de Segurança Pública, que a depoente após a detenção da moça procurou o 5º Distrito Naval, cujo comandante, o Alm. Murilo, lhe informou que a estudante estava detida como agitadora, sem maiores explicações, que como nessa entrevista, a depoente referiu-se ao acadêmico Orival Prazeres, aquela autoridade militar disse que havia muitos acadêmicos detidos, mas na ocasião não lhe mencionou o nome de nenhum, nem deu razões da detenção [...] que também nada sabe sobre qualquer ato de improbidade ocorrido na Universidade de Santa Catarina, com a palavra o Prof. Roberto Mündel Lacerda declarou-se satisfeito com a inquirição, pelo que nada tinha a perguntar. Lavra-se assim o presente termo de depoimento, que, depois de lido[...]. (Arquivo Geral da UFSC - Relatório da Comissão de Inquérito – FSSSC 1964 – Cx. 09).

A Irmã Briolandi Kneipp de Oliveira, secretária da Faculdade, ao depor em 26 de maio de 1964, assim se expressa:

[...] disse que é secretária-tesoureira da Faculdade de Serviço Social; que nestas funções tem pouco convívio com os alunos, que só procuram a depoente para fins de tomarem conhecimento de notas, provas, frequência, pagamento de modo que a depoente só nestas ocasiões é que conversa com os alunos; que a depoente distingue pelo nome, aluno por aluno; [...] que a depoente conhece os acadêmicos Orival Prazeres, Márcia Valéria e Anita Maria da Silveira e nunca ouviu falar serem eles comunistas ou terem feito qualquer propaganda subversiva; que o que sabe é que o acadêmico Orival Prazeres foi, no ano passado, presidente do Centro Acadêmico; que a depoente ouviu falar, há um mês aproximadamente, que os acadêmicos Orival Prazeres, e Anita Maria da Silveira tinham sido presos por motivos que a depoente até hoje não sabe; que a depoente soube desta prisões porque, verificando a frequência, viu que eles não compareciam então soube da prisão; que a depoente não se recorda de quem soube dessas prisões [...] se os dois alunos estão frequentando a Faculdade, mas sabe que eles a ela voltaram, porque a depoente os viu lá [...] que a depoente nunca ouviu declarações no sentido de haver comunista no meio universitário. Inquirida pelo prof. Antonio Moniz Aragão, respondeu que se recorda que houve uma greve de estudantes no dia 31 de março, mas não sabe o motivo da greve; sabe, entretanto, que a Madre diretora da Escola respondeu que as aulas continuariam regularmente. Interrogada pelo prof. Roberto Mündel Lacerda, respondeu que desconhece quais o campos nos quais os alunos Orival Prazeres e Anita Maria da Silveira e Márcia Linhares estagiaram no ano passado, nem mesmo quais foram as respectivas supervisoras. Nada mais disse, nem lhe foi perguntado. Lavra-se assim [...] (Arquivo Geral da UFSC - Relatório da Comissão de Inquérito – FSSSC 1964 – Cx. 09).

Depoimento da assistente social Leonia Capaverde, professora e supervisora de estágio, em 30 de maio de 1964:

[...] Inquirida pelo professor Vitor Lima, presidente, disse que conhece os Anita Maria da Silveira, Orival Prazeres e Márcia Linhares, os quais no ano passado foram alunos da depoente; que, Anita Maria da Silveira ainda este ano é aluna da depoente; que, os contactos que a depoente tem com estes moços é contacto de sala de aula, pelo que não conhece manifestem eles idéias subversivas ou anti-democráticas; que, se estes académicos manifestam a terceiros estas mesma idéias, a depoente desconhece completamente; que a Faculdade adota a orientação social cristã que é a linha do seu regimento; que, nos trabalhos de aulas apresentados a depoente nunca percebeu qualquer manifestação de carácter subversivo, nem sabe que isto tenha ocorrido relativamente a trabalhos de aula de outros professores; que a depoente foi aluna e agora é professora da Faculdade mas não tem condições de responder a pergunta do professor Antonio Moniz Aragão nos seguintes termos “se o comportamento dos estudantes em sua maneira de reagir diante dos problemas políticos e sociais foi, digo, nacionais e internacionais foi, nos últimos tempos a mesma do período iniciado ou seja dos 1ºs anos de funcionamento da Faculdade?” que a depoente não sentiu entre o corpo discente, qualquer movimento de agitação, com o objetivo subversivo ou anti-democrático. [...] a depoente disse que: conhece a aluna Anita Maria da Silveira e que foi sua supervisora o ano passado, no campo de estágio da Associação Católica Catarinense de Obras de Proteção ao Jovem; que esta supervisão se referia a tratamento de casos, mais precisamente, ao tratamento de cinco casos; que no encaminhamento dos casos a aluna Anita Maria da Silveira nunca procurou soluções subversivas, segundo o conhecimento que depoente tem dos relatórios que a mesma aluna lhe apresentou, relatório esses que se encontram na Faculdade[...] que a depoente sabe que no ano passado funcionou um campo de estágio no Morro do Céu, que não tem certeza qual a Assistente Social que supervisionava esse campo, mas ao que lhe parece no fim do ano era a Irmã Clementina, digo Clementina Tonellotto; [...] que o estágio nesse campo era de Serviço Social em Grupo; [...] que conhece os alunos Orival Prazeres e Márcia Linhares, e desconhece se os mesmos se aproveitaram de oportunidades que a escola lhes dava para pregação subversiva e anti-democrática, [...] que a depoente conhece uma tentativa feita por alunos da Escola, a título experimental para aplicação do método de alfabetização Paulo Freire em combinação com as técnicas de Serviço Social; que desconhece o nome dos alunos que participaram da experiência [...] que a depoente esteve afastada da escola, viajando, desde 24 de novembro de 1963 até 27 de fevereiro de 1964; que a depoente desconhece se os alunos da Faculdade fizeram greve, mas pode afirmar que em um dia que não pode precisar os mesmos alunos deixaram de comparecer a aula da depoente, sendo que depoente marcou ausência para todos. Nada mais disse... (Arquivo Geral da UFSC - Relatório da Comissão de Inquérito – FSSSC 1964 – Cx. 09).

Depoimento da Irmã Clementina Tonellotto, assistente social supervisora e professora, em 02 de junho de 1964:

[...] Inquirida pelo professor Vitor Lima, presidente, disse que na ministração de sua cadeira, a depoente não só leciona as aulas teóricas, como discute algumas

experiências práticas, referentes ao método sobre Organização Social da Comunidade; que estas experiências são debatidas baseadas em documentação; que a depoente foi, no ano passado, supervisora do campo de estágio da paróquia São Luiz, e, mais precisamente no Morro do Céu; que este campo de estágio estava naquela época confiado, a Orival dos Prazeres e a Márcia Linhares; que ambos esses acadêmicos apresentavam à Supervisora que é a depoente os relatórios de seus trabalhos; que é através desses relatórios que a supervisora verifica se os estudantes estão aplicando exatamente as técnicas do serviço social; que, os relatórios são, primeiro analisados e estudados pela supervisora e, depois debatidos com os alunos que os apresentaram; que as experiências realizadas no Morro do Céu, se efetuaram entre setembro e dezembro do ano passado[...] que a depoente só apreciava os trabalhos sob o ponto de vista técnico, mesmo porque eles chamavam a atenção da supervisora para qualquer outro aspecto; que, relativamente a experiência no Morro do Céu, os dois acadêmicos, periodicamente faziam seus relatórios, e estes relatórios sociais, digo parciais é que eram objetos dos debates e das críticas entre seus autores e a depoente; que os primeiros relatórios parciais apresentados pelos estudantes tiveram que ser refeitos porque apresentavam muitas falhas de técnica; que, com a orientação da depoente, os trabalhos na parte de relatar, foram melhorando ainda que um pouco; que a depoente, nos relatórios que lhe foram apresentados pelos dois estudantes, sempre em equipe, a depoente não observou qualquer tendência para manifestações de caráter subversivo ou de doutrinação esquerdista; que a depoente reconhece como apresentados à supervisora os relatórios relativos a 11 e 12 de setembro; 13, 16, 17 e 18 desse mês; a 17, 18, 19 e 21 de outubro; a 25, 28, 29 desse mesmo mês, a 7, 8, 11 de novembro e o relativo à reformulação na aplicação do sistema de aplicação, educação Paulo Freire, os quais constam destes autos; que a depoente não recebeu, ou melhor não estar lembrada de haver recebido os demais relatórios [...]; que, a experimentação foi decorrência de uma solicitação dos alunos estagiários que pediram que a escola considerasse como estágio uma experiência que queriam fazer pelo método Paulo Freire, e a título experimental é que foi concedida a autorização; que a depoente, não tem conhecimento que a escola tenha estudado o método Paulo Freire e sua aplicação antes de ser iniciada a sua experimentação; que a depoente desconhece se a aluna Anita Maria Silveira desenvolvia atividades de alfabetização pelo sistema Paulo Freire, sabendo, que a mesma era diretora da UCE [...] que a depoente sabe que se realizou um congresso no Recife, de cultura popular, ao qual compareceu o aluno Orival Prazeres; que a depoente desconhece qual a orientação desse congresso[...]. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, pelo que, lido e achado conforme, é o presente termo devidamente assinado. (Arquivo Geral da UFSC - Relatório da Comissão de Inquérito – FSSSC 1964 – Cx. 09).

Depoimento da acadêmica Márcia Maria Linhares, aluna da 3ª série da Faculdade de Serviço Social, em 02 de junho de 1964:

[...] Inquirida pelo prof. Roberto Mündel Lacerda disse a depoente, no ano passado, estagiou no Campo de Estágio da Paróquia São Luiz, mais

precisamente no Morro do Céu, onde, atendendo solicitação dos moradores, na sua maioria analfabetos, desenvolveram o trabalho de alfabetização, vinculado à parte prática da cadeira de Serviço Social de Grupos, cursada então pela depoente, na 2ª série da Faculdade; que era seu companheiro, nesse campo de estágio, o aluno Orival Prazeres; que a assistente social responsável pela supervisão do campo de estágio era Clementina Tonellotto; que o método de alfabetização usado é o conhecido como de Paulo Freire; que a depoente e o acadêmico Orival Prazeres receberam treinamento aqui na capital; que esse treinamento foi feito fora da Escola, na Casa de Santa Catarina, sob o patrocínio da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina; que a depoente acredita que a Escola tenha conhecimento do método Paulo Freire e de suas implicações, de vez que a depoente procurou explicar à Direção da Faculdade o funcionamento deste método; que a depoente acredita que a Escola aceitou a explicação do método Paulo Freire, pelo fato de ser uma experiência nova e não contrariar a técnicas de serviço social de grupo; que depoente tem conhecimento de que se realizou, na cidade de Recife, um Congresso sobre alfabetização em geral, ao qual não compareceu a depoente, sabendo que ao mesmo compareceram alunos da Faculdade de Serviço Social, não podendo precisar quem; que depoente era assistida, nas interpretações que dava ao grupo de sua responsabilidade, pela assistente social supervisora, Clementina Tonellotto; que os relatórios, à medida que eram elaborados, eram encaminhados à supervisora, que deles tomava conhecimento, e nunca, sobre os mesmos, apresentou qualquer objeção ideológica; que a depoente reconhece que o método Paulo Freire visava não somente a alfabetização do indivíduo, mas a consciência histórica, de vez que nenhum indivíduo é objeto, senão que todos os indivíduos são sujeitos da História; que depoente admite que o método Paulo Freire possa ser, como aliás todos os demais métodos utilizados a serviço de doutrinas extremistas, mas pode afirmar que aqui em Santa Catarina tal não aconteceu; que a depoente, ao que tem conhecimento, pode informar que a sua colega Anita Maria Silveira não participava de nenhum grupo de alfabetização pelo método Paulo Freire, mas, pode afirmar que a mesma era vice presidente de Cultura da UCE e portanto a ela estariam afetos assuntos dessa natureza; que a experiência feita pela depoente no Morro do Céu não foi financiada por ninguém, eis que não custou nada, o local era um clube de esporte que foi posto à disposição e que durante o dia funcionava como sala de aula do governo do Estado, os slides foram feitos pela Secretaria de Educação e o projeto fornecido pelo SENAI. Com a palavra o prof. Vitor Lima, a depoente, as suas perguntas, respondeu que não sabe, com exatidão se foi a UCE ou se foi a UNE a entidade que financiou a viagem ao Seminário realizado no Recife; que os alunos da Faculdade de Serviço Social que participaram deste Seminário tiveram anotadas suas faltas nos competentes registros escolares; que depoente não se lembra, no momento, se o roteiro do curso de alfabetização era ou não submetido à sua supervisora. Com a palavra o prof. Antonio Moniz Aragão disse que as observações que tinha a fazer o fez no decurso da inquirição. Nada mais disse [...] (Arquivo Geral da UFSC - Relatório da Comissão de Inquérito – FSSSC 1964 – Cx. 09).

Depoimento do acadêmico Orival Prazeres, aluno da 3ª série da Faculdade de Serviço Social, em 02 de junho de 1964:

[...] Inquirido pelo prof. Roberto Mündel Lacerda disse o depoente que no ano passado, estagiou na Paróquia São Luiz, nesta capital, mais precisamente no Morro do Céu, onde foi desenvolvido um trabalho em grupo para alfabetização pelo método Paulo Freire; que a supervisão lhe foi dada pela assistente Social Clementina Tonellotto; que os relatórios periódicos sobre os trabalhos executados eram encaminhados pelo depoente à supervisora, que sobre os mesmos tratava por ocasião das entrevistas; mas que a supervisora só apresentou restrições aos mesmos sob o aspecto técnico em serviço social de grupo e nunca sob aspecto ideológico, que o trabalho feito pelo depoente o foi em companhia de sua colega Márcia Linhares; que o depoente compareceu ao Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, na cidade de Recife, em setembro do ano passado que, além do depoente, também compareceu a aluna Anita Maria Silveira; que a passagem do depoente foi dada pelo MEC, por intermédio da UCE, não sabendo quem pagou a estada na cidade do Recife; que, neste congresso, os universitários simpatizantes do Partido Comunista consideravam seus demais colegas como AP – Ação Popular – isto é, como elementos reacionários a eles, comunistas; que o depoente se considerava, dentro da forma depreciativa pela qual eram classificados os APs, como reacionário; que o depoente pode informar que a participação de sua colega Anita Maria Silveira foi de nenhum destaque, no Congresso do Recife, e a mesma, lá chegando segunda-feira à tarde, já na 5ª feira viajava para Brasília; que o depoente pode afirmar que a aluna Anita Maria Silveira, por força do seu cargo na UCE, promoveu atividades de cultura popular; que esclarece que o trabalho de alfabetização de adultos, realizado no Morro do Céu, foi promovido pelo Movimento Popular de Cultura, que é uma entidade com estatutos aprovados e registrados em Cartório; que esse movimento fazia questão de não manter entendimentos com a UCE, considerando-a uma entidade política, representativa de uma classe estudantil; que o depoente, pela sua formação cristã, e chocado com as injustiças sociais do mundo, viu, no método Paulo Freire desde que dele tomou conhecimento, um instrumento pelo qual poderia dar sua contribuição, como estudante, como cidadão, como profissional e como cristão na solução dos problemas sociais; que o método Paulo Freire não era somente alfabetização, mas também a conscientização do indivíduo, expli, digo, isto é, dar ao indivíduo oportunidade de, pelo debate, conhecer seus problemas e dessa forma capacitar-se a resolvê-los; que nunca sentiu interferência ou a atuação de elementos comunistas em seu trabalho, mas pode afirmar com a experiência que obteve como participante de vários congressos e reuniões, principalmente o de Recife, que ao Partido Comunista, não interessava o método Paulo Freire, e sim, a cartilha, de vez que esta propiciava maior contacto e oportunidade para despertar e manter o foco de angústia, de modo a manter permanentemente revoltada a comunidade; que a Faculdade só fez restrições ao trabalho desenvolvido pelo depoente, no que diz respeito à aplicação da técnica do serviço social de grupo, nunca sobre as interpretações que estavam sendo dadas ou postas em execução pelo depoente, em sua experimentação. Com a palavra o sr. Prof. Vitor Lima e Antonio Moniz Aragão, anda perguntaram porque as perguntas que tinham a fazer o fizeram no decurso da inquirição. Pelo depoente foi dito que gostava deixasse registrado que a aplicação do método Paulo Freire, no Morro do Céu, como estágio em serviço social de grupo, não surgiu de uma improvisação, mas sim, foi objeto de

estudos e debates prévios entre o depoente e a Faculdade, que tinha conhecimento pleno do que o mesmo significava e deu sua aprovação ao mesmo, tanto é que o depoente percebeu nota suficiente que lhe garantiu a promoção para o 3º ano; com referência ao Seminário de Alfabetização, em Fpolis, ministrado pela equipe Paulo Freire, o depoente e seus colegas de curso foram, inclusive dispensados do comparecimento às aulas, sendo-lhe assegurado a frequência regulamentar; que esse Seminário se realizou em abril de 1962 e foi esta a primeira oportunidade que o depoente teve contacto com o método Paulo Freire; que o depoente considera o método Paulo Freire como um método que nada tem de comunista, dependendo, unicamente, de quem o aplica. Nada mais disse... (Arquivo Geral da UFSC - Relatório da Comissão de Inquérito – FSSSC 1964 – Cx. 09).

Depoimento da acadêmica Anita Maria Silveira, professora primária, aluna da 2ª série da Faculdade de Serviço Social, em 04 de junho de 1964:

[...] Inquirida pelo professor Vitor Lima disse que, em verdade a depoente, por ordem do V Distrito Naval esteve detida, por uma semana, no hospital da Polícia Militar e quatro dias em sua residência; que a depoente foi presa em dezesseis de abril, sem conhecer os motivos desta detenção e deles só veio a saber depois que foi libertada e, assim mesmo, extra oficialmente; que tais motivos estariam no fato de a depoente trabalhar no movimento de cultura popular; que o movimento de cultura popular era liderado e oficializado pelo Ministério da Educação e Cultura e compreendia a alfabetização de adultos e espetáculos populares; que o movimento era custeado pelo Ministério da Educação e Cultura e era executado pela UCE; que, normalmente, os trabalhos dos professores-acadêmicos era gratuito, custeado, apenas por aquele ministério, por intermédio da UCE, o material, despesas de transporte, hospedagem, etc.; que a depoente era encarregada do departamento de cultura da UCE, a que estava afeto a aplicação desse dinheiro; que as verbas para esta campanha foram recebidas pela UCE em fins de 1963, de forma que o trabalho da depoente relativamente ao movimento de cultura popular, limitou-se, por assim dizer, ao início, isto é, a fase de planejamento e aquisição de material e levantamentos preliminares das comunidades escolhidas para a campanha; que a alfabetização dos adultos seria processada através do método Paulo Freire; que a depoente conhece esse método, que não chegou a aplicar, e o conhece porque fez um curso intensivo dele ministrado pelo autor do método sob patrocínio da Secretaria de Educação do Estado, em maio de 1963; que esse curso foi promovido em maio do ano passado, pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado e, sobre ele, à época, se fez grande publicidade; que as instruções recebidas para execução do curso de alfabetização de adultos eram recebidas diretamente do Ministério da Educação e Cultura; que a depoente esta segura de que o método Paulo Freire não foi aplicado pela Secretaria de Educação e Cultura, mesmo porque tratar-se de processo exclusivamente de alfabetização de adultos; que depoente pode afirmar que o método Paul Freire não chegou a ser aplicado pela UCE, em face, de esta estar com o plano de começar só neste ano o trabalho de alfabetização de adultos; que, em janeiro deste ano, o departamento de cultura da UCE tentou aplicar esse método no Ribeirão da Ilha, digo, no Pântano do Sul, mas a tentativa fracassou por defeito

de planejamento e heterogeneidade do grupo que receberia as lições; que esta experiência não foi praticada, digo, aplicada por motivos locais, mas sim por pessoas estranhas ao nosso meio universitário, que aqui estavam passando férias; que na realidade algum dos monitores locais estiveram presentes às aulas, inclusive a depoente, que não pode precisar o nome dessas pessoas, mas pode dizer que eram todas interessadas no método; que a Faculdade de Serviço Social empregou esse método aqui na ilha, ou mais precisamente no Morro do Céu e esta experiência chegou a constituir trabalho de estágio, merecendo julgamento e notas para fins de promoção. Inquirida pelo Prof. Roberto Lacerda disse a depoente que não acompanhou a experiência desenvolvida com o método de alfabetização Paulo Freire no campo de estágio da Faculdade de Serviço Social, no Morro do Céu; que não teve oportunidade de ler os relatórios de estágio dessa experiência; que sabe que da mesma participaram os alunos Orival Prazeres e Márcia Linhares, não podendo precisar se outros também participaram da experiência; que a depoente acredita que o trabalho foi aprovado pela Escola, de vez que os dois alunos acima citados foram promovidos de ano, o que não se teria dado se reprovado fossem no trabalho de estágio; que a depoente desconhece qual a assistente social que supervisionava esse estágio, mas acredita que tenha sido alguém da Faculdade; que a depoente pode afirmar que, na experiência feita no Morro do Céu, foi aplicado o método de alfabetização Paulo Freire, tal como a depoente o conhece, e isto porque os coordenadores que o aplicaram naquele local aprenderam o método na mesma ocasião que a depoente; que a depoente pode assegurar que o único auxílio concedido a esse campo de estágio da Faculdade de Serviço Social, pelo Departamento de Cultura da UCE, da qual era diretora, foi a aquisição dos slides, material básico para o desenvolvimento do curso; que no entender da depoente, a Escola tinha conhecimento e acompanhava o desenvolvimento da aplicação do método, isto porque essa era uma experiência que estava interessando outras Faculdades de Serviço Social inclusive, as quais teriam utilizado essas classes de alfabetização como campo de estágio para seus alunos; que a depoente teve oportunidade de conversar com os estagiários sobre o trabalho desenvolvido, mas sem profundidade; que a depoente compareceu a um encontro de alfabetização e cultura popular em Recife, em setembro de 1963, que nessa oportunidade foi feito um levantamento dos movimentos de alfabetização e cultura popular existente no país, e uma análise geral, não se registrando afinal uma orientação fixa; que a depoente acha que a aplicação do método de alfabetização Paulo Freire não se choca, e pelo contrário, vem ao encontro dos princípios de serviço social e da orientação da Faculdade; que o método de alfabetização Paulo Freire se sofre uma deturpação, contrária ao preconizado pelo autor, pode servir como instrumento de subversão. Perguntada pelo prof. Antonio Moniz Aragão, respondeu que, entre os universitário que, no Pântano do Sul co-participaram do movimento Paulo Freire ou antes auxiliaram indiretamente os trabalhos, mas que estiveram presentes aos trabalhos, pode citar Rosamaria Beck, que a depoente conhece como Rose, Lúcia Currlin, que também como Rose faz parte da Faculdade de Filosofia, e um rapaz da mesma Faculdade, digo de direito, cujo nome é Felipe; que esteve presente à reunião da SOE do Estreito, reunião que foi levada a efeito no pátio de uma casa localizada atrás da casa paroquial do Estreito; que o dono da casa é pai de um aluno da depoente, mas não sabe o nome dele; que o Pe. Edgar estava também presente à reunião, não tendo a depoente presenciado contestação ou apoio por parte do referido sacerdote; não pode responder com segurança, mas

dada a posição de seus colegas da Faculdade de Serviço Social, acredita que por lá haja descontentes com a situação atual; que esta inconformação é mais contra meios usados do que contra a própria situação, e que nem só na Faculdade existem restrições, mas elas podem ser encontradas no próprio manifesto dos Bispos. Nada mais disse nem lhe foi perguntado... (Arquivo Geral da UFSC - Relatório da Comissão de Inquérito – FSSSC 1964 – Cx. 09).

Depreende-se, dos depoimentos, que a utilização do Método de Alfabetização Paulo Freire, pelos alunos de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, constituiu-se de uma experiência para unir o método de alfabetização com as propostas do Serviço Social, em um Campo de Estágio, no decorrer do ano de 1963.

Como exposto anteriormente, A FSSSC era um espaço em que atores de diferentes linhas ideológicas e políticas atuavam; alguns, em maior consonância com a efervescência política e social da sociedade brasileira, tentavam sobressair.

A Comissão de Inquérito instruiu processo contra os três estudantes com as denúncias sobre o emprego do método Paulo Freire e vários documentos constituíram o referido processo: cópias dos relatórios de estágio dos alunos, *cartazes e volantes espalhados nesta capital [..] e um exemplar do Manifesto que em 09/05/63 o acadêmico Orival Prazeres, em conjunto com Francisco Mastella, lançou aos estudantes catarinenses sobre política universitária* (Arquivo Geral da UFSC - Relatório da Comissão de Inquérito – FSSSC 1964 – Cx. 09).

A Faculdade de Serviço Social foi responsabilizada pelos processantes pela utilização do método Paulo Freire:

[...] É próprio das Faculdades de Serviço Social desenvolverem a parte prática dos cursos em campos de estágio, devidamente aprovados pelos órgãos diretores da Escola e que funcionam sob supervisão de assistente social devidamente habilitada. Nesses campos de estágio os alunos desenvolvem suas aptidões e põem em prática conhecimentos teóricos adquiridos em aula, sempre sob a supervisão da assistente social que, ao final lhes atribui classificação, de grande importância, eis que os resultados obtidos no estágio são eliminatórios. Nestas condições o trabalho que os alunos desenvolvem nos campos de estágio não é deles, mas sim da Escola, que sobre os mesmos tem total responsabilidade, pelo menos no que diz respeito ao trabalho dos alunos estagiários. No caso concreto, a Faculdade de Serviço Social em reunião realizada a 4-3-63, do Conselho Técnico Administrativo, tomou conhecimento do Campo de Estágio da Assistência Social São Luiz que fora aprovada na reunião das Supervisoras realizadas a 26-3-63. Nesse campo de estágio, mais precisamente no "Morro do Céu" foi iniciada uma experiência para aplicação do método de alfabetização Paulo Freire em consonância com as técnicas do serviço social de grupo. A experiência, pelo que se deduz dos relatórios da

Diretoria da Faculdade de Serviço Social, foi levada a efeito de setembro de 1963 a 29 de novembro de 1963, dela participando os alunos Orival Prazeres e Márcia Valéria Linhares, sob a supervisão da Assistente Social Clementina Tonellotto. A experiência feita não forneceu resultado positivo, tanto que a direção da Faculdade, em ofício datado de 25 de fevereiro de 1964 “considerando que o campo de estágio não ofereceu condições mínimas indispensáveis, esta Direção resolve, nesta data, cancelar o referido Campo de Estágio, de vez que o mesmo foi criado em caráter experimental e pioneiro” (Arquivo Geral da UFSC - Relatório da Comissão de Inquérito – FSSSC 1964 – Cx. 09).

Na sua conclusão, a Comissão de Inquérito remeteu o processo para a Fundação Vidal Ramos:

[...] Em se tratando d Faculdade de Serviço Social de uma unidade agregada à Universidade de Santa Catarina, que sobre ela não mantém relações senão as que decorrem da agregação, entendemos que as autoridades universitárias devem encaminhar o presente processo à Fundação Vidal Ramos, órgão mantenedor da mesma Faculdade para que a mesma verifique as conseqüências da realização de uma experiência que consideramos nociva aos princípios ideológicos defendidos pela Faculdade. E isto porque, pelo que nos foi dado conhecer da aplicação do método Paulo Freire, realizado no Morro do Céu, tal método permite estimular a luta de classes e a pregação contra as instituições. Quanto aos alunos, ao empregarem o método Paulo Freire no Morro do Céu, aproveitaram a oportunidade para interpretarem palavras e fatos no sentido da agitação e incentivo das lutas de classes, fugindo aos princípios adotados pela Escola que cursam. Essa atuação, embora nociva, não pode ser considerada, ao nosso entender, com o crime passível de ser enquadrado na lei de Segurança Nacional; mas os princípios que os alunos seguiram poderão tê-los tornado incompatíveis com a freqüência à Faculdade eis que divergem daqueles preconizados pela Fundação Vidal Ramos. Caberá à Congregação da Faculdade de Serviço Social decidir sobre o assunto. Não será demais salientar que a Faculdade de Serviço Social, como as demais unidades da Universidade de Santa Catarina passou, nestes últimos tempos, pela mesma onda de agitação estudantil, tendente a subverter as instituições universitárias, o que deverá ser suficientemente apurado pelos órgãos diretores dessa Escola para a punição disciplinar dos responsáveis. Florianópolis, 13 de Junho de 1964, firmado por Vitor Lima e Antonio Moniz Aragão. (Arquivo Geral da UFSC - Relatório da Comissão de Inquérito – FSSSC 1964 – Cx. 09).

Na pesquisa documental efetuada junto ao acervo da Fundação Vidal Ramos, disponibilizado para pesquisa, não se encontrou nenhuma referência sobre este inquérito. Igualmente nas entrevistas realizadas com as fundadoras, o tema do processo contra os alunos não foi alvo específico de discussão, apenas aflorou nas conversas.

Na realidade, se teve a impressão de que tudo foi resolvido pacificamente; que os acadêmicos de Serviço Social que participaram de encontro nacional no Recife e os que militavam no movimento estudantil foram alvo de repressão nos primeiros meses pós-abril de 64; que a Universidade e outros órgãos federais que serviram à repressão militar deram muita importância política a uma experiência de estágio, tomada de forma isolada; que os alunos que a desenvolveram tinham ligações com o movimento estudantil: Diretório Acadêmico, União Catarinense de Estudantes (UCE) e União Nacional de Estudantes (UNE).

Nos anos subseqüentes, o controle dos órgãos de repressão envolvidos com a ditadura militar se acentuou, sendo que a Faculdade manteve-se passiva e os dirigentes da Fundação Vidal Ramos e da USC não demonstraram resistência à ditadura militar.

4.3. O movimento para a incorporação do Curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social pela UFSC

Quando da criação da USC, o sistema legal da época previa duas formas das Faculdades existentes se vincularem à Universidade: como *Faculdades Integradas* ou como *Faculdades Agregadas*.

No caso das Faculdades denominadas agregadas às Universidades, elas participavam de toda a vida universitária tal como as incorporadas/integradas, contudo, a distinção entre ambas se dava no plano financeiro: as agregadas eram mantidas por outros recursos e as integradas, por recursos públicos.

Assim, a então Faculdade de Serviço Social permaneceu sendo mantida pela Fundação Vidal Ramos na condição de agregada⁴ à nova Universidade estabelecida no estado.

⁴ Define-se agregado como plural humano não estável; temporário e ocasional. O vínculo que une os indivíduos, concentrados ou dispersos não é considerado intencional, não permanece, nem guarda limites definidos, o que tira aos indivíduos componentes a característica de “membros” propriamente ditos (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, p.30). Alguns autores usam a expressão agregação e agregados como sinônimos, indicando qualquer plural humano em que os membros se acham geograficamente próximos, isto é, não apresentam nenhum relacionamento entre si a não ser o de partilharem temporariamente a mesma localização física.

O relato a seguir expressa esta idéia:

Quando a Universidade foi constituída havia duas formas, no sistema legal anterior, as universidades poderiam fazer faculdades integradas e agregadas. Integradas seriam aquelas que perdiam a condição de autônoma para se submeterem a disciplina da Universidade [...] as Faculdades Agregadas seriam aquelas que guardavam sua autonomia, mas tinham um status universitário, então os diplomas das faculdades agregadas tinham a cobertura da Universidade. A Universidade, ela distinguia uma da outra, se não me engano basicamente na questão patrimonial, organizacional, havia mais liberdade na agregada do que na integrada, era parte da disciplina universitária, a agregada mantinha sua autonomia, seu patrimônio [...] Ela na ocasião tinha sido recém fundada, ela entrou na lei Federal, criadora da Universidade como unidade agregada (ABREU, 1984).

Vários fatores influenciaram a vinculação da Faculdade de Serviço Social à USC na condição de agregada quando todas as demais foram imediatamente integradas à nova Universidade.

A Faculdade de Serviço Social, como exposto anteriormente, era um cenário, um terreno de disputas de diferentes lideranças locais, tinha visibilidade social face à sua inserção junto à comunidade rural e urbana de Florianópolis e face à sua vinculação com a Igreja Católica, quase hegemônica no período. Estar vinculado à mesma, na condição de professor, conferia ao profissional reconhecimento social e status.

Em relação aos docentes da Faculdade de Serviço Social, sabe-se que também contavam os interesses particulares. Alguns docentes (exceto os professores das cadeiras de Serviço Social) detinham contratos de trabalho com instituições federais e estaduais e outras Faculdades além da FVR, contratos que ultrapassavam as horas permitidas em lei para acumulação.

Os referidos docentes tinham previamente o conhecimento de que a USC os contrataria no regime de Dedicção Exclusiva (DE); os documentos disponíveis para pesquisa não se referem a este tópico, em especial, contudo, nas entrevistas, evidencia-se a resistência por parte dos dirigentes da FVR e de alguns professores desta (já contratados pela USC através da integração de outras Faculdades) em integrarem o Curso de Serviço Social desde o início da USC. A melhor escolha e que contentaria principalmente os interesses dos líderes da

mantenedora seria a Faculdade de Serviço Social ficar vinculada à nova Universidade na condição de agregada. O relato que segue corrobora o que se disse:

[...] Estou fazendo aqui uma espécie de crítica ao processo que existia, que as Faculdades eram particulares, não tinham recursos viviam à míngua. Eram Faculdades que não tinham estrutura administrativa [...] A Faculdade de Serviço Social trouxe um novo modelo de trabalho, não seria o modelo ideal porque ela também não tinha recursos, ela ia viver à míngua como viviam as outras faculdades e isso se você olhar as folhas de pagamento dela, que os professores recebiam Cr\$ 200,00(duzentos cruzeiros) por aula e foi por isso que ela ficou como agregada, foi a razão que levou à agregação[...] Já em outras unidades da futura universidade e quando se criou esta unidade era para não fechar.A solução foi para ela ficar agregada, para que outros professores pudessem continuar lecionando nela e se ela fosse incluída como unidade da universidade, os professores iam entrar num processo de acumulação de cargos e isso tiraria pelo menos 50% de professores da Faculdade de Serviço Social se não tirasse 70%. Esse é um aspecto que tem que ser olhado, porque a agregação sempre é olhada como uma atitude política na criação da universidade. Pode ser que tenha subsistido o subentendido que existisse uma atitude política em relação à Faculdade de Serviço Social, agora tem que saber de quem era a atitude política, se a atitude política seria dos organizadores da Universidade, dos estruturadores da Universidade ou a atitude política seria uma atitude de auto defesa[...] Ela, era de uma fundação que recebia recursos, apesar de dizer que estes recursos não eram grandes, mas ela recebia recursos, ela tinha se criado como maneira de consenso, era um campo neutro e as outras faculdades não eram campo neutro, eram campos partidários pré-determinados (PIAZZA, 1984).

Logo, o processo para a definitiva absorção do curso de Serviço Social pela USC se constituía, para alguns professores, em uma encruzilhada que os obrigaria a fazer uma opção trabalhista; para outros, era a melhor escolha, haja vista as dificuldades financeiras que o curso de Serviço Social sempre apresentou (houve caso de professores que optaram pela USC, demitindo-se da FVR; os professores das disciplinas específicas de Serviço Social não tinham esta opção).

Para alguns, prevaleceu o status de pertencer à Universidade, contudo, naquele momento, predominou a decisão dos dirigentes da Fundação Vidal Ramos de que a FSSSC ficaria como Faculdade agregada junto a USC.

Na análise documental das Atas do CTA e da Congregação, evidencia-se que havia grande interesse, por parte dos dirigentes da FVR, de que a FSSSC mantivesse sua condição de Faculdade agregada junto a USC; mas ao mesmo tempo, pleiteavam junto à Reitoria a participação da Congregação da Faculdade no Conselho Universitário.

No arquivo Geral da UFSC, encontrou-se documentação esparsa do processo N° 01181, no qual a Faculdade de Serviço Social pleiteava a USC a sua participação no Conselho Universitário (CUN).

Na reunião do CUN, no dia 25/01/1965, a Certidão da Ata aponta:

[...] inicialmente foi concedida a palavra ao Conselheiro João Makowiecky que na Comissão de Ensino e Recursos foi relator da matéria, o qual procedeu a leitura do relatório e respectivo parecer, que opinava, ao final, contrariamente à pretensão da Faculdade agregada. Colocado em discussão o parecer pronunciaram-se sobre ele os Conselheiros Waldemiro Cascaes e Polydoro Ernani de São Tiago. O Conselheiro Waldemiro Cascaes, considerando que não estava apto a votar o parecer solicitou e obteve vista do processo, sendo, conseqüentemente, suspensa a discussão e votação da matéria. Nada mais [...] (Arquivo Geral da UFSC – Caixa 10 – Processos).

Na reunião do CUN, no dia 25/02/1965, a Certidão da Ata traduz a disputa:

[...] atendendo ao despacho exarado no processo n° 01181, que revendo o Livro de Atas do Egrégio Conselho Universitário, nele, às fls.275, consta o seguinte tópico da ata da sessão realizada no dia 25 de fevereiro de 1965: “Pela ordem, solicitou a palavra o Conselheiro Waldemiro Cascaes, informando que na sessão anterior solicitara “vista” do processo n° 10.388/64, em que a Faculdade de Serviço Social solicita representação junto ao Conselho Universitário, e, na forma regimental, tinha este processo preferência na apreciação do Conselho aos constantes da Pauta para esta sessão, por isso, pedia permissão para colocá-lo em mesa a fim de que se continue a discussão do assunto que versa. Deferida a solicitação do Conselheiro Waldemiro Cascaes, ocupou-se então, na apreciação do assunto, concluindo por entender que era de se deferir a proposição da Faculdade de Serviço Social. Sobre o mesmo assunto, fizeram-se ouvir diversos senhores conselheiros, e em votação verificou-se empate de 7 votos, tendo o Magnífico Reitor, no uso permissivo estatutário e regimental, proferido - voto de qualidade, desempatando coerente com seu voto, para indeferir as proposição da Faculdade de Serviço Social. Nada mais [...] (Arquivo Geral da UFSC – Caixa 10 – Processos).

Observa-se que o CUN estava dividido sobre o tema: a Faculdade de Serviço Social, como agregada a USC, recebia subvenção federal para custeio, principalmente dos salários dos professores, prestava contas de acordo com o que recebia, foi incluída no Memorial (escrito por João David Ferreira Lima ao MEC) que pedia a criação da USC, mas não tinha assento no Conselho Universitário para compartilhar o poder na administração da nova instituição de ensino.

Destaca-se que o Reitor, em 1965 ,era o Prof. João David Ferreira Lima; foi ele quem proferiu o voto de qualidade indeferindo a pretensão da FSSSC de integrar o CUN.

Com a Reforma Universitária de 1969, o Decreto nº 64.824 de 15/07/1969 deu à Universidade de Santa Catarina (USC) um novo nome: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e extinguiu as Faculdades existentes até então, contudo, a FSSSC permaneceu como Faculdade agregada.

Como já explicitado, tanto a FVR como a FSSSC mantinham, em seus quadros profissionais, expressivos dirigentes políticos que também eram professores da UFSC, como era o caso do Prof. Roberto Mündel Lacerda, conselheiro da FVR, professor do Curso de Serviço Social e, na UFSC, coordenador da Comissão de Implantação da Reforma Universitária.

A FSSSC adequou-se ao que preconizava o Decreto para ajustes administrativos, extinguiu as Cátedras e instituiu os Departamentos. Igualmente foi extinto o processo isolado de seleção dos alunos ingressantes para o curso, que passaram a submeter-se ao Vestibular Unificado organizado e coordenado pela UFSC. A matrícula deixou de ser anual, passando a ser por semestre, e as disciplinas administradas através do sistema de créditos.

As exigências da Reforma Universitária suscitaram amplas discussões sobre a integração entre as duas instituições, ou seja, passou-se a discutir alternativas para viabilizar a continuidade do Ensino em Serviço Social. Para Ramos (1984 p.170), *a partir do ano de 1970, a integração tornou-se mais intensa*. Pode-se afirmar que desta integração começou a germinar a federalização.

Na pesquisa documental realizada, evidenciou-se, em diversos documentos, o interesse da UFSC em assumir o Curso de Serviço Social. Vários estudos foram realizados para efetivar a integração do curso à UFSC, contudo, a história demonstra ter sido o processo difícil e moroso em face da preocupação de alguns dirigentes da FVR em preservar a autonomia da Faculdade bem como seu patrimônio.

Além destes motivos, pode-se inferir que, dentro do quesito autonomia administrativa, prevalecia também o controle do poder na FVR e na Faculdade de Serviço Social. Na UFSC, o Curso de Serviço Social integraria um Departamento, com o poder sendo partilhado com outros atores e em outros espaços.

Na Ata nº 29 do Conselho Deliberativo da FVR, em reunião realizada em 01.12.1969, esta preocupação é explicitada:

[...] o senhor presidente, reafirmando sua opinião sobre o assunto assegurou que se a Faculdade vier a integrar-se no Ciclo Básico da Universidade a Fundação Vidal Ramos continuará a manter o Ciclo Profissional ficando desta forma intacto o patrimônio da Fundação. Assegurou ainda, que na sua opinião a Faculdade na qualidade de agregada à Universidade conservará sua autonomia administrativa [...] (FVR, ATA Nº 29 DO CONSELHO DELIBERATIVO, 1969).

Assim sendo, estabeleceu-se o consenso de que a Faculdade continuaria a ser mantida pela FVR, mantendo sua autonomia administrativa e financeira. Neste processo, a mesma adquiriu *status* universitário, tal como as demais Faculdades que foram integradas à UFSC, e os diplomas dos alunos concluintes da FSSSC passaram a ser expedidos e registrados na Universidade Federal.

A partir da Reforma Universitária, houve uma diferenciação entre o Ciclo Básico e o chamado Ciclo Profissionalizante do Curso de Serviço Social. Desta forma, os alunos que prestavam vestibular para o curso de Serviço Social iniciavam sua vida acadêmica na UFSC, cursando as disciplinas do Ciclo Básico no Campus Universitário da Trindade, disciplinas estas sob total controle administrativo-didático e pedagógico dos respectivos Centros de Ensino e Departamentos da UFSC.

Concluídas as disciplinas do Ciclo Básico, os alunos ingressavam no Ciclo Profissionalizante, que era cursado na sede da Faculdade de Serviço Social (situada no Centro da Capital, à rua Victor Konder, nº 53) , sob responsabilidade didático-pedagógica e administrativa da Faculdade; semestralmente, era informado à UFSC o número de vagas disponíveis para as matrículas no Ciclo Profissionalizante.

Pode-se inferir que, nesse período, a situação da FSSSC começou a se modificar em relação à UFSC: perdendo espaço na formação em geral, a Faculdade passou a depender cada vez mais da UFSC, restringiu sua ação à formação específica em Serviço Social e ao processo dela decorrente (estágio, extensão, projetos sociais específicos).

Ao mesmo tempo, a UFSC foi se tornando cada vez mais dependente do conhecimento acumulado nos quadros técnicos e pedagógicos da Faculdade de Serviço Social,

em especial, para a Extensão, cuja experiência de mais de uma década era necessária aos projetos da UFSC.

A UFSC planejava desenvolver uma política institucional de Extensão nos seus diversos cursos, assim, uma professora do curso de Serviço Social foi contratada pela Universidade e lotada no Departamento de Ciências Sociais (prof^a Dymuth Meinecke) para ocupar o cargo de Coordenadora de Serviço Comunitários da UFSC (COSECO) e iniciar o trabalho de extensão na Universidade.

Acredita-se que neste momento iniciou-se um processo sem retorno, a caminhada rumo a efetiva integração do curso à UFSC e sua federalização.

O relato a seguir resume esta trajetória:

Muitos estudos foram realizados na Congregação de Professores, nas Comissões para discutir o processo de Incorporação da Faculdade de Serviço Social - Agregada à UFSC desde a fundação desta Universidade. Foi constituída uma comissão mista de Conselheiros da Fundação Vidal Ramos, Professores da Faculdade de Serviço Social e da UFSC. A Comissão apresentou parecer à FVR e UFSC expondo os principais motivos da importância de garantir o nível do ensino do Curso de Serviço Social até o momento mantido entre as melhores Faculdades no País, segundo avaliação do MEC: Divisão do Ensino Superior do Conselho Federal de Educação; oportunizar ao Corpo Docente condições de aperfeiçoar-se no conhecimento das disciplinas oferecidas pelo Curso. A urgência de solução dessa problemática requeria recursos financeiros específicos os quais não poderiam ser assumidos pela Faculdade de Serviço Social e Fundação Vidal Ramos. A federalização foi gradativa, iniciada com a participação dos candidatos ao Curso de Serviço Social no Vestibular Unificado da UFSC; foi incorporado à UFSC o ciclo básico e, após, o profissionalizante. As professoras das disciplinas específicas de Serviço Social foram incorporadas à UFSC, bem como, os servidores administrativos (TONELLOTTI, 2008).

A dependência da UFSC em relação ao Curso de Serviço Social pode ser constatada no Arquivo Geral da UFSC, no Processo nº 10.581/70, Of.º 58/70 de 25/02/1970, no qual a direção da Faculdade de Serviço Social responde ao Of. Nº 0113/70, da Reitoria da UFSC, que solicitou à Faculdade a criação de campo de Estágio em Serviço Social junto à Divisão de Assistência e Orientação ao Estudante. Na sua aceitação, a Faculdade de Serviço Social indicou a

Profª Marilde Rodrigues para coordenar os trabalhos de implantação do Campo de Estágio na UFSC.

A UFSC, atendendo às deliberações emanadas do Ministério do Interior (MINTER), que propunha políticas governamentais visando à integração nacional, passou a desencadear ações voltadas à Extensão Universitária junto ao Projeto Rondon.

Em entrevista realizada com a Profª Zulamar Maria Bittencourt e Castro, esta reconstrói os fatos vivenciados como professora na implantação dos *Campi* Avançados de Santarém e de Itaituba, ambos no estado do Pará:

Na esfera da Academia, o Projeto de Extensão dos anos 60, (além dos desdobramentos junto aos órgãos públicos também) repercutiu na UFSC, que criou nos anos 70, vinculado à Pró -Reitoria de Assistência ao Estudante a Coordenação de Serviços Comunitários - COSECO, Coordenação constituída por professores representantes dos Centros e Departamentos dos Cursos da Universidade que através de seus cursos de medicina, enfermagem bioquímica, educação e outros...), realizavam projetos de extensão nas comunidades e ou distritos de Florianópolis articulados aos projetos comunitários; era coordenada pelo Pró-reitor de Extensão o Prof. Wolney Millis com assessoria da professora Dymuth Meinecke (do Curso de Serviço Social) , fui representante do curso de Serviço Social na citada coordenação e no Grupo de Trabalho Universitário - GTU do Campus Avançado de Santarém - PA, cuja implementação também participei, bem como na do Campus Avançado de Itaituba(UDESC) por indicação do MINTER, dada a exitosa experiência de implantação do Campus Avançado de Santarém, visto que o curso de Serviço Social representante na COSECO, também coordenou através do GTU a implantação e a programação do Campus Avançado de Santarém (CASTRO, 2008).

Considerando-se que ambas as instituições possuíam vínculos e dependência entre si cada vez mais fortes e que as dificuldades financeiras da FVR para manter a FSSSC se acentuavam, iniciaram-se as discussões sobre uma possível integração entre as mesmas.

Pelos relatos obtidos nas entrevistas e na análise documental realizada, apreende-se ter sido este um processo lento e difícil, pois não havia consenso entre os professores da FSSSC, a Congregação da Faculdade e os dirigentes da FVR. O grupo estava dividido.

Alguns professores (principalmente os de Serviço Social) entendiam ser a integração necessária e irreversível; dirigentes da FVR acenavam com alternativas pouco ortodoxas para

arrecadar fundos, alegando que o Curso perderia sua autonomia e qualidade de formação quando junto à UFSC. Dessa forma, foram constituídas comissões e/ou grupos de trabalho para discutirem uma possível integração, como se constata no relato que segue:

Junto à UFSC, o curso participou do GTU - Grupo de Trabalho Universitário que selecionava e capacitava (com cursos de formação) os alunos da UFSC e do curso de Serviço Social e outros profissionais (assistentes sociais) para suas ações no Campus Avançado. Junto à UDESC, participou da implantação, programação e avaliação do Campus Avançado em Itaituba. A demanda por professores e alunos do Curso de Serviço Social para os projetos comunitários coordenados através da COSECO, inclusive àqueles da esfera pública Federal junto ao Campus Avançado de Santarém e Itaituba (Pará), também administrado pela Coseco foi na nossa compreensão dos fatos, um dos fatores determinantes por parte da UFSC para integração do curso de Serviço Social mantido pela Fundação Vidal Ramos à mesma. Sobre isto, cabe ressaltar que participamos de três comissões que discutiam esta integração constituídas por professores do Curso de SS (Prof^ª. Clementina, Prof^ª. Zulamar e prof. Pe. Bianchini), as mediações junto à Pró Reitoria, do Pró-Reitor de Assistência ao Estudante, coordenador da Coseco foram especiais para esta integração e depois a federalização do curso. Seus professores e alunos davam a direção metodológica aos projetos comunitários, inclusive junto ao Campus Avançado de Santarém. Na Fundação Vidal Ramos os recursos eram cada vez mais escassos, assim a integração e a posterior federalização se tornaram viáveis para ambas as instituições, contudo houve resistência de dirigentes e professores a FVR, contrários a extinção da FSSSC e a absorção do curso pela UFSC (CASTRO, 2008).

A resistência de dirigentes da FVR à integração a UFSC é relatada também pelas professoras Marilde Rodrigues e Dymuth Meinecke, entrevistadas para a pesquisa:

A crise financeira da FVR levou a FSSSC a aceitar o convite da UFSC para uma futura integração. Discutido na Congregação, a maioria dos professores aceitou com exceção, do presidente da FVR (Dr. Aragão) que se opunha justificando sua posição por achar que a FSSSC na UFSC iria se descaracterizar. Com a Reforma do Ensino em 1971, a FSSSC passou a ser a responsável pela formação profissional em Serviço Social para os alunos da UFSC que optassem pelo Serviço Social. O vestibular passou a ser realizado na UFSC, ficando o ciclo básico com a Universidade, exceto Teoria do SS e o ciclo profissionalizante com a responsabilidade da FSSSC. Em 1976 a Universidade, sentindo necessidade de maior integração da Faculdade, solicitou o encaminhamento de um professor da FSSSC para exercer a função de integrador do Curso. Foi um processo longo. Havia disputa entre os Centros de Ensino de Ciências Sociais e o Sócio Econômico. Só em 1980

houve a definição, ficando o curso de Serviço Social integrado ao Centro Sócio Econômico, por ter havido anteriormente trabalhos realizados em conjunto, principalmente na área da Pesquisa, o Serviço Social prestava colaboração em diversos projetos de responsabilidade da UFSC no curso de economia e direito (RODRIGUES, 2008).

[...] depois que eu assumi o departamento e voltei a conversar tanto com um, quanto com outro, então o Roberto Lacerda falou: foi uma das maiores frustrações que eu tive no exercício da reitoria, não consegui integrar o curso de Serviço Social, ele fazia parte, porque na verdade o professor Aragão, que na época ele era representante também da Organização Mundial de Saúde, ele era um dos criadores do curso e tal, foi Secretário de Saúde na época e tal, mas ele foi representante da Organização Mundial de Saúde durante muito tempo, ele era uma das pessoas que era basicamente contra, e daí tinham aqueles, que eram, que achavam que era "entregismo", está entregando uma coisa que não têm que entregar, que na verdade não vão valorizar, não vai funcionar etc. Aliás ele dizia que "não queria ser coveiro do curso", era bem assim forte, ele dizia assim: que ele "não queria ser coveiro do curso", o Aragão. E o Roberto não, e daí quando ele foi para o lado, vamos dizer assim, ele assumiu a Reitoria, era desejo dele, mas era se indispor contra todo um grupo criador, então ele me disse na época que eu assumi o departamento, a chefia, ele disse pra mim: "foi a minha maior frustração uma das minhas maiores frustrações no exercício da Reitoria, não ter conseguido elevar o curso", então eu digo, foram momentos muito importantes, assim, que eu tive a oportunidade de viver, o Roberto, eu tenho admiração muito grande, o professor Roberto Lacerda era uma pessoa extremamente rigorosa, era professor de estatística, rigoroso, rigoroso, não podia... se tinha uma vírgula fora, era tudo errado, só que assim, a gente ficou muito amigo desde o início do curso porque, ele também, por outro lado, a gente reconhecia que ele tinha direito de exigir porque ele dava, ele ia estudar com a gente a tarde, ele ia estudar dia de feriado, não tinha problema, então assim, não dava para a gente reclamar e dizer: não entendi, não compreendi, porque ele, quanto ele podia, ele ia lá e estudava, então isso era uma coisa (MEINECKE, 2008).

No relato da Prof^a Dymuth Meinecke fica evidente o *nascimento* da Extensão na UFSC, a participação ativa da Faculdade de Serviço Social neste processo e a importância do Curso de Serviço Social para tal:

Em relação a datas, a Coordenação dos Serviços Comunitários, na verdade ela foi criada na época em que, dentro dessa proposta de integração nacional, porque tinha toda uma proposta em relação a Amazônia, de internalização da Amazônia, etc. então entra, justamente o Ministério do

Exército, o projeto Rondon no caso, com uma proposta de integração nacional, então, nessa fase que se fala da criação de Campus Avançados que os estudantes precisariam para não ter, quer dizer era: "integrar para não entregar", era essa a expressão, então na verdade nessa hora, então pensaram em implantação, porque assim, as operações em períodos de férias, eles não deixavam, vamos dizer assim, deixavam "poucos frutos", não tinham continuidade, na verdade deixavam mais frustrações para as pessoas, ou deslumbramentos, mas assim, coisas que a Universidade não assumia como tal, porque era mais a nível do estudante ou do professor, mas como universidade ela não assumia, e daí se fez proposta para que a Universidade realmente assumisse como extensão o trabalho de campus avançados, isso como proposta do Ministério do Interior, que era viabilizado normalmente pelas superintendências regionais, e ao mesmo tempo houve um trabalho então a nível de MEC, que era o trabalho mais localizado.[...]que foi criada essa Coordenação De Serviços Comunitários, que foi quando foi implantado o campus avançado de Santarém, em 1971, foi o Prof.Golias Silva liderou o Grupo de Trabalho Universitário, o GTU, do qual a Zulamar participou, e participou dos estudos todos em relação a implantação do campus de Santarém e Itaituba ainda foi também em 73, mas foi nesse período... que eu lembro bem que eu fui em 71 para Santarém, e fui em 73 também, então eu lembro que ainda não... como professora de Serviço Social, então desde o início, essa Coordenação dos Serviços Comunitários tinha uma proposta de ter uma assessoria, de ter um grupo, vamos dizer assim, de assessoria de representantes dos Centros da Universidade, centros de estudos da Universidade, só que ela nunca conseguiu implantar isso, nunca se conseguiu realmente implantar, então ele não passou até aquele período, do grupo de trabalho universitário, que era um grupo tarefa, ele não chegou a funcionar, não teve... nessa hora não se teve a percepção de realmente estar trabalhando a extensão como tal da Universidade, assumir mesmo... era ainda, como se fosse um "apêndicesinho" ainda, na época que o Reitor Caspar Stemmer, então a gente tinha o Campus Avançado, a proposta era a seguinte: ou a gente assume de vez o trabalho de extensão da universidade ou a gente entrega, por que assim, nesse período, o trabalho, vamos dizer assim, sofria... não havia uma continuidade, não tínhamos projetos em desenvolvimento, não tinha uma estrutura, o pessoal ia lá e fazia o que queria, o que achava que devia e assim foi a história. Em 1976, foi quando fui chamada para assumir a Coordenação dos Serviços Comunitários, com essa estrutura que não tinha nada, aliás, tinha algumas coisas no papel, mas funcionando, o dia que eu assumi, eu só fiquei com o datilógrafo lá, porque todos os outros entraram em férias, mas em parte foi bom, porque eu não entendia nada de universidade, absolutamente nada, nós éramos Faculdade Agregada e como tal, na Faculdade eu era professora de pesquisa e ponto final, então nessa história, o que me deu condições de ler todo o material, de me inteirar realmente bem de tudo o que tinha, de a gente realmente, ou põe isso a funcionar ou não, então a primeira coisa: vamos realmente ativar esse grupo de assessoria. Então

começaram a ser designados, e a Zulamar lembra, nós tínhamos, como portaria de Reitor, foram designados cada um deles, mas assim, eram indicados pelos Centros, muitos diretores de Centros fizeram questão de participar desse grupo de assessoria, outros eram indicados professores, assim, tipo de confiança, porque eles deveriam ter trânsito na área. Nessa hora, no trabalho comunitário eram coordenados tantos serviços comunitários, como é que você vai desenvolver serviços comunitários sem a participação do Serviço Social? eu não via como, porque o pessoal não tinha metodologia de trabalho para isso, para própria integração da equipe, daí como é que isso funcionava? (MEINECKE, 2008).

A qualificação técnica dos professores do Curso de Serviço Social se evidenciava cada vez mais junto à Universidade. A liderança do Curso na organização dos *Campi* Avançados de Santarém e Itaituba bem como a implantação da COSECO sedimentaram ampla discussão com os demais cursos da Universidade, com vistas à construção de um efetivo projeto de Extensão na instituição.

Na continuidade de seu relato, expôs a prof^a Dymuth:

Então foi convidada a professora Zulamar, porque por toda a história que ela já participava do grupo de tarefas, por todo o trabalho que ela já tinha feito, tanto em Santarém quanto em Itaituba, então para ser essa pessoa que seria assessora da área do Serviço Social, não era Centro de estudos mas ela tinha nesse trabalho a gente então realmente, vamos dizer assim, o pessoal que entrou, eu sempre lembro do professor Murilo, que era representante da área de saúde na época, ele dizia assim: "extensão pra mim é assim, é como se fosse extensão de luz, fio que estende e tal". Então na verdade, o que a gente precisou fazer, estudar o que era extensão, então tinha tarefas mesmo, então fulano de tal vai estar lendo o capítulo, e vai discutir, vai apresentar... isso nós tínhamos, era "sagrado", sextas-feiras de manhã, das nove horas ao meio dia era reunião da tal da assessoria, isso todas as semanas, e passava por todos, toda a parte teórica e toda a parte dos projetos, não importava se o projeto era da Engenharia ou se era da Saúde, se era do Serviço Social, da Economia ou do que fosse, todos os assessores discutiam todos os projetos, e só, claro que o assessor da área, ele tinha a responsabilidade técnica, e ele ajudava a esclarecer mas todos não é... e esse, daí, assim, nessa hora então a gente passou a ter uma estrutura também no nível do departamento, então foi consultado o Diretor dos Departamentos para a indicação de um professor que seria o coordenador de extensão daquele departamento, então a gente tinha um coordenador de extensão em todos os departamentos da universidade, todos, e daí tinha que também de novo suprir com material, com o que era de extensão, tinha alguns lugares que era fácil o diálogo, o entendimento,

mas em outros lugares, vamos dizer assim: "era briga de foice", era coisa pesada, só que a gente tinha o aval e tinha o apoio, tanto do Pró-Reitor quanto do próprio Reitor, porque quando precisava, até o Reitor ia para reunião. Me lembro em faculdades de Medicina, na época, nos cursos de Medicina, nos departamentos de lá, tinha coisas que eles não queriam receber os alunos, não queriam entrar nos projetos que eram necessários em função do diagnóstico na comunidade e foi "conversadinho", foi discutido, e entrou diversas vezes, agora depois, o que facilitou, quando não era o Reitor direto, era o vice que era médico, então ele muitas vezes dava o suporte que foi nas horas mais difíceis, e assim, mas o trabalho, a medida que a gente ia trabalhando, a gente ia sentindo cada vez mais necessidade do pessoal do Serviço Social e tinha a questão do curso como particular, o professor só recebia por aula ministrada, então tudo o que fazia fora, ele fazia como voluntário, e não dá para assumir um trabalho dessa envergadura como trabalho voluntário, mesmo assim, passagens para fora a gente conseguiu, a gente mobilizou então toda uma estrutura, e isso já então em 1976, que foi feito o primeiro diagnóstico na comunidade, se levou o projeto, se ouviu, a comunidade... precisava saber ainda se eles queriam a gente lá ou não, com tudo o que já tinha sido feito, então se reuniu todo o pessoal, e aí foi o grupo todo praticamente da assessoria daqui, Reitor, Pró-Reitor, isso tudo, e isso, a gente ia sentindo ao mesmo tempo aqui, em relação há... Porque quando eu assumi tinham estruturas diferentes, então isso tudo foi integrado numa coisa só (COSECO), e ficou com a mesma orientação geral, que então a Universidade passou a assumir, a extensão, verdadeiramente, como extensão, e extensão sobre formas mais variadas de serviços e pesquisas, enfim, daí a gente tinha a equipe normal que ia, tinha os treinamentos da equipe, tinha a volta do pessoal da equipe, daí se começou a documentar fotograficamente e mesmo os treinamentos para que eles tivessem a mesma... o mesmo treinamento, a mesma estrutura, os projetos, a Ivete participou bastante disso também, nessa fase, daí a gente chegou num impasse, não dava mais para continuar do jeito que estava, ou o Curso de Serviço Social vinha para a Universidade ou o trabalho de extensão era difícil de se manter, ou a gente tinha que ver outra viabilidade, então aí foi fundamental realmente, e tinha uma coisa não é, que daí, na verdade, o curso veio por solicitação do próprio Reitor, então o Pró-Reitor fez o ofício, eles fizeram todos os acertos, mas o Reitor Caspar Erich Stemmer então mandou o ofício pro Conselho Universitário pedindo a Integração, não foi o curso que pediu, nesse momento, porque a gente estudou, mas assim, no final mesmo, foi ele que pediu, foi nessa hora, foi ele que pediu a integração do curso, que o curso viesse de vez, porque sem isso não dava, porque a gente também pressionava por outro lado, eu tinha uma história em relação a integração do curso desde quando eu era aluna, em 1965, em 65 entrei numa luta séria para a integração do curso, com depoimentos, jornalzinho acadêmico, aquelas coisas assim, o professor Roberto Lacerda que na época era diretor do SESC, engajado no Plano Educacional, fui fazer entrevista com ele, ele me convidou, (com o Dr.

Aragão e com o professor Roberto Lacerda) entrevista com os dois, em 65, com o Plano Educacional, e eu tinha feito um depoimento, estava lá publicado, e todos eles eram professores e tinham lido, então o Aragão disse pra mim que não... claro, todos os dois abordaram, a entrevista não era sobre isso mas todos os dois falaram sobre isso... o Aragão dizia que era como se... ele sentia que estava entregando para a Universidade uma coisa que a Universidade não ia dar continuidade e o Prof. Roberto Lacerda não me justificou na hora, ele só disse pra mim assim: "li sua entrevista, mas não concordo", e eu disse, bem o senhor tem o seu ponto de vista e eu tenho o meu, não quero lhe convencer, nem o senhor vai me convencer... quando chegou no ano seguinte nós fomos pedir becas pra formatura, que a gente queria verde, então fomos lá, daí o Roberto Lacerda era Reitor em exercício, aí ele disse pra mim assim: "eu agora concordo com você, mas eu não estou conseguindo fazer"[...] (MEINECKE, 2008).

No ano de 1979, ocorreu a *vinda* do curso de Serviço Social para a UFSC, e a criação do Departamento de Serviço Social ocorreu tempos depois. A área física da antiga Faculdade de Serviço Social ainda era utilizada para as aulas, visto que não havia, na UFSC, espaço para todas as turmas de todos semestres do curso e para as demais atividades inerentes ao ensino de Serviço Social.

Mas as dificuldades iam além do espaço físico, se encontravam também na transição do vínculo trabalhista de professores e servidores da Faculdade, nas diferenças salariais entre os professores do Ciclo Básico e os do Ciclo Profissionalizante que ainda eram da vinculados à Fundação Vidal Ramos, mas aos poucos os problemas foram sendo solucionados a partir da absorção rumo à federalização do Curso pela UFSC, conforme comprova o texto a seguir:

Assim, em 79 o curso veio para a Universidade, agora a criação do departamento foi depois [...] mas nessa época, 79, nós já fomos lotados aqui. Uma coisa foi a estrutura física... Estarmos fisicamente lá ainda, mas o curso já não era mais Agregado. A questão pegou pelo espaço físico, porque a gente tinha espaço físico lá. Nessa história que era complicado, porque o pessoal que dava aula no básico tinha uma situação funcional, o pessoal que dava no profissionalizante tinha uma outra, a partir da Reforma Universitária. Tanto assim que para a gente era muito difícil, acho que isso vale a pena a gente dizer, era muito difícil de sair até para um Mestrado, para alguma coisa, porque não tinha condições, a gente ganhava por aula ministrada, até quando a Catarina Schmickler e a Iliane Kolher foram para o Rio, nessa época a previsão era de eu sair, mas foi quando eu assumi então a Coordenação dos Serviços Comunitários, aí eles me disseram, fica pelo menos mais um ano, depois você sai, daí não deu, fui me integrar realmente

aqui, como a Ivete também, para a gente poder fazer Mestrado aqui para depois poder ir adiante. A dificuldade era muito grande, não tinha como sobreviver, então isso atrasou muito, uma porção de coisas, vocês imaginam que se em 1970, pelo menos com a Reforma Universitária o curso já fosse integrado, a gente teria as mesmas condições de outros, não é? (MEINECKE,2008).

A *vinda* para a UFSC sedimentou os vínculos que o Curso de Serviço Social já mantinha com o Curso de Direito. Desde o processo de Integração do Curso havia um trabalho conjunto, através do Projeto Sócio-Jurídico, e este pode ser considerado o fiel da balança para que o curso ficasse ancorado junto ao Departamento de Direito Público e Social.

Na seqüência de sua fala, a prof^a Dymuth assim se expressa:

Mas a gente não tinha isso, então nessa fase, por que no Direito? Porque o pró-reitor era desse departamento, era do Direito Público Social, o pró-reitor, ele era desse departamento, e ele tinha mais acesso, não... e depois tinha uma outra coisa, nesse período a gente já tinha um trabalho integrado, que a professora Marli Venzon tinha aqui também, O Projeto Sócio Jurídico, de extensão, então a gente já tinha "um pesinho" a mais, já dentro da própria Universidade na área do Direito e outro, por que não na outra área? Nas Ciências Humanas, Sociais? Porque tinha uma briga danada com o pessoal da Sociologia. O pessoal da Sociologia sempre criticava o Serviço Social como se você fosse curso de baixo nível. Eu fui, eu era professora, nesse tempo todo de COSECO, eu fui professora vinculada ao departamento de Ciências Sociais e dei aula também, então a minha disciplina é Estudos de Problemas Catarinenses, que pra mim era muito mais tranquilo e me sujeitei a fazer curso de especialização em Ciências Sociais na época, em Lages, porque os professores do meu departamento na época iam pra lá ministrar o curso, porque era como assim: você foi colocada aqui assim, meio de graça, então ao invés de valorizar, nessa hora era meio que menosprezado, então aceitar o grupo inteiro lá era muito difícil, eu fui lotada lá a revelia, porque era o curso mais próximo que tinha do Serviço Social, porque na época, quando eu vim pra assumir a Coordenação dos Serviços Comunitários era importante que meu contrato fosse de professora, e eu fiz concurso também, interno, eu fiz concurso interno e tudo pra poder realmente confirmar a minha lotação, todas essas questões. E o departamento... daí por que no Direito? Porque o pessoal, vamos dizer assim, o professor Volnei Millis era desse Departamento, ele tinha um trânsito bastante bom no caso como pró-reitor e tal e as pessoas de lá tinham se engajado já em outros, já tinham conhecimento aqui, a essas alturas ele já tinha um conhecimento maior pelos seminários que a gente também fazia na universidade, no trabalho de extensão, porque teve uma

repercussão bastante grande, ou seja, com o Ministério do Interior, o Ministério da Educação e tinha muitas coisas assim que eles acabavam, inclusive consultando a universidade, antes de lançamento de alguns projetos no próprio MEC, porque quando eu ia pras reuniões então, normalmente, seja no projeto Rondon, seja no MEC, normalmente, tinham as reuniões a tarde que as pessoas sempre pediam, queriam discutir os projetos, e a gente sempre... que era bem em função da estratégia, justamente do trabalho, vamos dizer assim, da metodologia do trabalho comunitário, dessa metodologia, então isso a gente... e foi lá... e depois claro, a vinda pra cá, foi todo um trabalho, teve uma hora que a gente veio e o nosso primeiro pouso foi na sala do Conselho, que não era aqui (MEINECKE, 2008).

Como declarou a professora Dymuth, o Curso de Serviço Social vinculou-se ao Departamento de Direito Público e Social do Centro Sócio Econômico, mas houve disputa entre dois Centros de Ensino da UFSC para que o curso de Serviço Social ficasse vinculado a um determinado Centro da UFSC. Com efeito,

lá na Rua Vitor Konder, no auditório da Faculdade, estiveram reunidos o diretor do Centro Sócio Econômico, Helio Barreto, o Paulo Lago, diretor do Centro Filosofia e Ciências Humanas, os dois, explicitando os motivos pelos quais eles queriam o curso de Serviço Social, cada um no seu Centro, e houve uma grande votação em que certamente, apesar dos motivos que você alegou Dymuth, é que elegeram o Centro Sócio Econômico como o Centro ao qual o Serviço Social deveria ser vinculado[...] (SCHMICKLER, 2008).

Da análise destes documentos apreende-se que em algum momento, por parte da UFSC, o conhecimento do Serviço Social tornou-se uma demanda, uma necessidade, uma vez que as ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Serviços Comunitários (COSECO) exigiam professores, pesquisadores e alunos que detinham o conhecimento relativo ao serviço social que naquele momento histórico (fins da década de 1970) a UFSC necessitava.

Cabe ressaltar que despontava, no Brasil, a denominada *Abertura Política*, ou seja, o governo militar, devido à pressão social e política da sociedade brasileira, acenava com a abertura de um processo democrático. Apesar de a repressão militar ser intensa no país, a UFSC⁵, como

⁵ A **Novembrada** é o nome pelo qual ficou conhecida a grande manifestação popular durante os anos de chumbo do Regime Militar implantado em 1964 no Brasil, ocorrida no movimentado centro de

instituição pública, ampliava suas ações de Extensão e intensificava sua expansão, inclusive, com abertura de novos cursos.

Sua política de Extensão exigia o conhecimento acumulado no Curso de Serviço Social, em especial, junto ao Grupo de Trabalho Universitário, que desenvolvia atividades pertinentes ao Projeto Rondon, programa federal através do qual os universitários participavam de trabalhos de extensão das respectivas Universidades em regiões remotas e pouco desenvolvidas do país, como norte, nordeste e centro-oeste.

Cada Universidade tinha uma área delimitada de atuação. Quando foram criados os Campi Avançados, no caso da UFSC, seu Campus Avançado era o de Santarém – Pará; da UDESC era o de Itaituba – Pará, de acordo com o documento transcrito na seqüência:

No âmbito da Academia, o Curso de Serviço Social através do projeto citado contribuiu para a criação da Coordenação de Serviços Comunitários - COSECO, vinculadas à Pró-Reitoria de Assistência ao Estudante. A

Florianópolis em 30 de novembro de 1979. Vivia-se o período da "Abertura". Cogitava-se que o presidente que sucederia General João Figueiredo seria civil, mas escolhido em eleições indiretas. Neste dia, o General Figueiredo foi à capital Catarinense para participar de solenidades oficiais, como o descerramento de uma placa em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto. Além disso, conhecer o projeto de criação de uma indústria siderúrgica para posterior liberação de recursos financeiros necessários à sua implantação. A recepção ao presidente-general foi organizada pelos Arenistas Esperidião Amim e Jorge Bornhausen (ambos ainda participantes no meio político nacional) que tentaram de todas as formas camuflar o ambiente hostil que se formou na cidade. Funcionários públicos foram constrangidos a ir à praça recepcionar o presidente e também a comprar ingressos para a churrascada organizada pelos Arenistas. Traçou-se um paralelo entre o atual General presidente e o Marechal de Ferro, que deu o nome à cidade. Ao Marechal Floriano vinha sendo atribuída a prática, à sua época, das mesmas arbitrariedades que as do regime militar vigente. Este enfoque histórico era difundido nos meios estudantis locais, granjeando adeptos para uma proposta da troca do nome "Florianópolis" pela denominação anterior - "Desterro". Embora seja corrente afirmar que a placa em Homenagem a Floriano Peixoto foi o estopim, muitos participantes da manifestação deixam claro atualmente que o descontentamento era mesmo pela ditadura, levando em conta o constante aumento do custo de vida, em especial dos combustíveis. Após ser recepcionado no Palácio Cruz e Sousa, Figueiredo dirigiu-se ao "Senadinho", tradicional ponto de encontro no centro da cidade. Neste pequeno trajeto entre o Palácio e o café, Figueiredo foi hostilizado e dispôs-se a discutir. Na praça 15 de Novembro, Figueiredo foi recepcionado por uma manifestação estudantil, com cerca de 4 mil pessoas, organizada pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina. A manifestação foi abafada pela Polícia Militar, resultando em muita confusão e violência e na prisão de sete estudantes que foram indiciados pela Lei de Segurança Nacional. Nas semanas que seguiram várias manifestações foram organizadas exigindo a libertação dos estudantes presos. Algumas contaram com até 10 mil pessoas (número bastante relevante se comparado com o total da população florianopolitana na época). A TV Cultura, e a atual TV Barriga Verde, que fez a cobertura da reportagem, teve todo o material apreendido. Do episódio resultou um curta-metragem - Novembro (de Eduardo Paredes)-, premiado pelo Festival de Gramado, em 1996. (Disponível em: www.wikipedia.org.pt. Acesso em: 08 Abr 2009).

COSECO articulava os Centros e Departamentos da UFSC que davam sustentação acadêmica, metodológica e prestavam serviços (dos respectivos cursos da UFSC) ao movimento sócio-comunitário de Florianópolis. O curso de Serviço Social, então agregado à UFSC, oferecia embasamento metodológico ao processo participativo das populações nos Campus Avançados da UFSC (Santarém - Pará) e depois implantado pela UDESC(Itaituba - Pará), quer na implantação dos mesmos, quer na sua programação. O Curso era representado na COSECO e no GTU - Grupo de Trabalho Universitário que coordenava o Campus Avançado no âmbito da UFSC; são fatos significativos para o processo de integração. Em relação à integração e a Federalização, percebo que foi decorrente do processo de fundação, o contexto da época da fundação (fim dos anos 50), a industrialização acelerada de Santa Catarina, preocupava dirigentes da FIESC e líderes políticos que preocupados com as questões sociais que o processo de industrialização anunciava (CASTRO, 2008).

Convém salientar a importância estratégica do Projeto Rondon, nos anos 1970, para o governo brasileiro, que buscava, através de seu lema *Integrar para não Entregar*, a adesão da sociedade brasileira à causa política da época. O país vivia a Ditadura militar, a Universidade, tal como a sociedade, era cerceada e a ideologia do Projeto Rondon foi amplamente divulgada e aceita pela maioria dos jovens universitários. É importante lembrar que, no cenário brasileiro, vários cursos superiores e universidades não aderiram a esta prática, posicionando-se contra as atividades deste Projeto.

A UFSC, como exposto, aderiu amplamente ao Projeto Rondon. O Curso de Serviço Social, em que pese a ideologia dominante no país, buscava assessorar o planejamento dos demais cursos, principalmente na organização das comunidades. Ao mesmo tempo, nos seus projetos específicos, visava à disseminação e à valorização dos direitos de cidadania das populações que viviam em regiões remotas. A declaração a seguir demonstra esta participação:

[...] através do Projeto Rondon que tinha o lema “Integrar para não entregar”. A contribuição e a participação da UFSC neste programa deu-se por intermédio dos Cursos de Graduação em Agronomia (orientação a comunidade carente na elaboração de hortas caseiras), Arquitetura (com os projetos arquitetônicos para a população carente), Direito (expedição de registro de certidão de nascimento), Enfermagem e medicina (prevenção e orientação de doenças bem como atendimento médico) Serviço Social (trabalho com mães solteiras, nos auxílio de pesquisa à paternidade). O curso de biblioteconomia assumiu a divulgação do hábito de leitura e hora do conto. Para tanto, criaram um serviço de Caixas Estantes, beneficiando diretamente as populações ribeirinhas, cujo acesso ao local era feito por barcos, onde a cada 90 dias os alunos de Biblioteconomia se dirigiam aos locais pré-estabelecidos para troca e rotatividade do acervo de

livros das Caixas Estantes. Esta atividade foi muito significativa para a população beneficiada, pois as crianças em sua maioria nunca tinham visto um livro, só tinham contato com a lousa [...] Este projeto conhecido também como Campus Avançado de Santarém desenvolvido pela UFSC, encerrou suas atividades durante o Governo Collor, em 1992, e coube a Universidade de Belém a continuidade dos trabalhos (DA MATA, 1999, p. 3).

Ainda no caso da FSSSC e sua relação com a UFSC, pode-se afirmar que o período conhecido como *Integração* foi o tempo em que as duas Instituições possuíam objetivos comuns (formação de assistentes sociais), mas que se concretizavam em separado, isto é, parte da formação cabia à UFSC (Ciclo Básico) e parte à FSSSC (Ciclo Profissionalizante).

A integração foi o período em que ambas passaram a se organizar política, administrativa e financeiramente em direção à centralização do controle administrativo, político, pedagógico, financeiro e legal do curso de Serviço Social pela UFSC.

No período em que ocorreu uma aproximação maior entre os dois Entes, foi nomeada uma professora da FSSSC para desempenhar o papel de *Integradora*⁶, isto é, ela seria o elo de aproximação entre as duas Instituições e, nesta condição, iria discutir e propor as possibilidades para se efetivar a federalização do curso de Serviço Social. Assim,

[...] em 1981 o Curso de Serviço Social passou com seus professores colaboradores a funcionar integralmente nas instalações do Centro Sócio Econômico, fazendo parte do Departamento de Direito Privado e Social. Em 1983 o curso foi incorporado definitivamente à UFSC com os professores da antiga FSSSC pertencendo ao Departamento de Serviço Social do Centro Sócio Econômico. Após o reconhecimento dos 20 anos de Faculdade, os antigos professores foram promovidos por tempo de serviço. A partir de 1981 a integradora foi eleita Coordenadora do Curso, cargo que ocupou até 1991, quando solicitou a aposentadoria. O principal desempenho do Coordenador do curso de Serviço Social era junto aos 16 (dezesseis) Departamentos que compunham o curso, no sentido de manter a sua integralidade, garantindo uma formação adequada às exigências do desempenho profissional (RODRIGUES, 2008).

Ressalta-se que, desde a criação da UFSC, havia entre as duas Instituições uma relação jurídico-legal (agregação), contudo, a FSSSC mantinha sua autonomia político-administrativa e financeira, com o curso sendo ministrado em espaço separado da UFSC.

⁶ Prof^a. Marilde Rodrigues.

Com as atividades decorrentes da integração efetivadas a partir de 27/10/1978, foi encaminhado um documento à direção da UFSC, com este teor:

[...] expondo um conjunto de razões para que se iniciassem estudos sobre a integração do curso de Serviço Social à Universidade. Uma das razões dizia respeito diretamente aos objetivos da UFSC; constava, no artigo 3 do Estatuto – na ocasião recentemente aprovado pelo MEC, em seu item VII – que cabia à UFSC tomar consciência e participar da solução dos problemas regionais e nacionais, atuando em colaboração com o Poder Público e a Comunidade no desenvolvimento do país⁷.

Merece destaque o fato de que, mesmo sendo de natureza laica, o Curso de Serviço Social, manteve forte vinculação, desde sua fundação, em 1958, com a Igreja Católica, em especial, com a Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, congregação religiosa responsável pela administração e direção do Curso.

A Madre Olma de Aquino Casses ocupou a Direção, do ano de 1959 até 1980, quando, pela primeira vez, a direção do curso tornou-se laica, sendo assumida pela professora e assistente social Dymuth Meinecke, no período de 1980-1984⁸.

A FSSSC manteve exclusividade em Santa Catarina na formação de Assistentes Sociais, desde o ano de 1959 até o ano de 1967, quando foi criado o curso de Serviço Social em Tubarão, vinculado à Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC), atualmente Universidade do Sul do Estado de Santa Catarina (UNISUL).

Posteriormente, em 1977, foi criado o Curso de Serviço Social e Saúde na Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE), em Caçador, seguido do Curso criado em Blumenau, vinculado à Fundação Universidade de Blumenau (FURB), em 1987; em 1989 foi criado o curso de Serviço Social em Chapecó, vinculado à UNOCHAPECO.

Em relação à definitiva incorporação do Curso de Serviço Social da FSSSC, pode-se afirmar que teve início a partir do ano de 1970, com a efetivação da Reforma Universitária de 1968. A Faculdade, ainda na condição de agregada, começou a compartilhar a formação de

⁷ Disponível em: www.servicosocial.ufsc.br. Acesso em: 10 Sep 2008.

⁸ CHEFIAS DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL: *Olma de Aquino Casses* – diretora da FSSSC (1959-1980); *Dymuth Meinecke* (1980-1984); *Catarina Maria Schminckler* (1984-1986); *Stela Maris Piazza Souza* (1986-1988); *Nilva Souza Ramos* (1988-1990); *Krystyna Matys Costa* (1990-1996 e 2002-2004); *Marly Venzon Tristão* (1996-2002); *Teresa Kleba Lisboa* (2004-2006); *Maria Del Carmen Cortizo* (2006-2008); *Beatriz Augusto de Paiva* (2008-) (REVISTA DO CSE, 2008 p.07).

assistentes sociais com a USC e, a partir de então, ambas as instituições dividiam responsabilidades na formação de assistentes sociais.

No fim dos anos 1970, a incorporação do Curso de Serviço Social da FSSSC pela UFSC se intensificou; no ano de 1979 foi instalada, na UFSC, a Coordenadoria de Serviço Social, através da Portaria N° 40/79.

A partir do ano de 1979, mudanças e transformações rápidas aconteceram: a contratação dos professores pela Universidade; a *chegada* do Curso de Serviço Social no Campus da UFSC, ano de 1980, com espaço próprio; a contratação dos professores e funcionários pela Universidade foi concluída e pela primeira vez ocorreu eleição para a chefia do Departamento, visto que, desde 1959 até 1980, a direção e vice-direção da Faculdade sempre haviam sido exercidas pelas religiosas.

Através da Portaria N° 092 de 05 de março de 1982, o Reitor, Prof. Ernani Bayer determinou a implantação do Departamento de Direito Privado e Social (DPS) e determinou a lotação de 16 (dezesesseis) professores para ministrarem as disciplinas específicas do Curso de Serviço Social (Souza, 1994).

De *fato*, o Curso de Serviço Social, desde o início dos anos 80, já estava inteiramente absorvido pela UFSC, mas de *direito*, a incorporação ocorreu através da Lei nº 7100 de 13.06.1983 (ver Anexos).

Chegou-se ao fim da história?

Não, somente foram abordados e estudados fenômenos de um recorte temporal da trajetória da primeira Faculdade de Serviço Social do Estado de Santa Catarina.

A sua história não tem fim, no dia-a-dia, novos fenômenos e acontecimentos se evidenciam, daí a necessidade da mesma ser continuamente estudada, contada, refletida....

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM SANTA CATARINA

O surgimento do primeiro curso de Serviço Social de Santa Catarina pode ser considerado como uma das formas de responder às demandas do contexto social, econômico e político do estado catarinense a segunda metade dos anos 1950 e, portanto, a sua configuração não pode ser pensada fora do contexto de formação sócio-histórica deste mesmo estado.

Esse período caracterizou-se pela urbanização e pelo processo acelerado de industrialização, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de inúmeras indústrias nas diferentes regiões do estado, tais como: a indústria têxtil na região do Vale do Itajaí, a indústria metal-mecânica no Norte, a agroindústria no Oeste e a extração carvão no Sul do estado.

Tal processo trouxe em seu bojo os então denominados *problemas sociais*, que requeriam respostas imediatas tanto dos governantes quanto da classe patronal, uma vez que a proteção social dispensada aos trabalhadores catarinenses vinculada às leis trabalhistas brasileiras se mostrava insuficiente para fazer frente às péssimas condições de trabalho e moradia, aos altos índices de mortalidade infantil, ao abandono de crianças, aos acidentes de trabalho, enfim, à questão social emergente do chamado progresso do estado catarinense.

Dessa forma, como já havia ocorrido em outras partes do Brasil, especialmente no Sudeste, urgiam respostas por parte do governo, das classes patronais e da sociedade em geral para o enfrentamento das expressões da questão social (habitações precárias, sociopatias, mortalidade infantil, exploração do trabalho, déficit escolar, miséria, abandono de crianças e idosos).

No estudo realizado, evidenciou-se que, no Brasil, no período em que as forças produtivas ancoradas no modelo agro-exportador mudaram suas bases para o modelo urbano-industrial, a sociedade passou a deparar-se com as conseqüências decorrentes da industrialização e da urbanização acelerada, entre elas, a demanda para a formação de novos agentes/profissionais que pudessem intervir junto ao contingente expressivo de operários e suas famílias. Estes agentes eram os profissionais de Serviço Social, os assistentes sociais.

Em Santa Catarina, não foi diferente, e a profissão passou a ser requisitada para intervir nas seqüelas da questão social advinda com a industrialização e a urbanização acelerada pelas quais o estado passou a partir da primeira metade dos anos 1950.

Sobre a formação profissional em Serviço Social no Brasil, merece destaque o estudo de Yazbek¹ (1977), que aborda a evolução histórica da primeira escola de Serviço Social no Brasil, a Escola de Serviço Social de São Paulo, fundada em 1936 e oriunda do Centro e Estudos e Ação Social (CEAS), entidade esta que agregava militantes católicos envolvidos na ação social, os quais perceberam a necessidade de profissionalizar o trabalho desenvolvido pelo laicato católico brasileiro junto aos operários paulistas, a exemplo do que já vinha ocorrendo na Europa.

No caso de Santa Catarina, a diversificação produtiva, no período em estudo, está vinculada ao período e ao contexto histórico do Brasil.

Assim, a urbanização, a construção de estradas, o trabalho fabril trouxeram consigo os hábitos e o estilo de vida urbano com novas demandas e necessidades (alimentos, vestuários, eletrodomésticos, meios de transportes, material para construção, energia), e a indústria de Santa Catarina respondeu positivamente à esta demanda. Tal como nas demais regiões do país, a industrialização e a urbanização trouxeram demandas para a profissão de assistente social.

A partir dos estudos realizados e dos dados coletados na pesquisa, entre as muitas questões suscitadas, destacam-se três aspectos que se julga interessante resgatar neste momento:

1. O contexto e as particularidades sócio-históricas do surgimento do Curso de Serviço Social em Santa Catarina.
2. O Projeto Político Pedagógico para a Formação dos Assistentes Sociais adotado pela Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina.
3. As mudanças impostas pela Reforma Universitária Brasileira nos anos 1970 e seus rebatimentos no âmbito do curso de Serviço Social e na formação de assistentes sociais.

¹ Yazbek (1977) ao estudar a evolução histórica do Serviço Social no Brasil em *quatro fases* distintas, ressalta que as mesmas não ocorrem de forma estanques e sim se interpenetram. Desta forma, a *Primeira Fase* ocorreu entre os anos de 1936-1945, e suas características mais marcantes são a influência *européia idealista e confessional* (YAZBEK, 1977, p.10); a *Segunda Fase* se deu entre 1945-1958, simultânea a *um grande avanço da tecnologia moderna* e a influência metodológica do Serviço Social norte-americano; a *Terceira* ocorreu entre os anos de 1958-1965 e nesta, ainda se dá o predomínio norte-americano na qual o Serviço Social contribuiria para o desenvolvimento; e a *Quarta*, de 1965 em diante, fase em que aconteceu o movimento de reconceituação, na qual o marco teórico referencial foi a procura de um modelo teórico para a intervenção na realidade do país (YAZBEK, 1977, p.37).

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estudo da Evolução Histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no Período de 1936 a 1945**. 1977. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (mimeo).

Quanto às particularidades sócio-históricas do surgimento do Curso de Serviço Social em Santa Catarina, observa-se que ele surgiu vinculado às tradições do Serviço Social brasileiro, que era liderado pela ABESS, entidade ancorada no laicato da Igreja Católica, deslocando do Sudeste brasileiro a experiência acumulada de ensino em Serviço Social pela Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado.

No cenário catarinense do início dos anos 1950, a questão social, já evidenciada pelas classes patronais, passou a ser enfrentada de forma pontual e focalizada. Assim, dentre várias outras iniciativas, o Serviço Social da Indústria (SESI/SC), no ano de 1952, desencadeou um levantamento sócio-econômico no estado de Santa Catarina, *com o objetivo de identificar nas diversas localidades, os aglomerados urbanos, de indústrias, de comércio, etc, para elaboração de um diagnóstico do estado; como viviam as pessoas, como trabalhavam e que equipamentos de saúde, assistencial e educacional dispunham e/ou tinham acesso* (ABREU, 1984, s/p. apud RAMOS, 1984, p. 45).

Da perspectiva dos dirigentes políticos e das classes patronais, os problemas urbano-industriais detectados (a questão social) deveriam ser sanados ou minimizados e, por isso, postulou-se a urgência de intervenção na área social. Contudo, estes dirigentes se depararam com um grande entrave: Santa Catarina não contava com profissionais qualificados e em número suficiente para intervir nos denominados *problemas sociais*, ou seja, não existiam assistentes sociais no estado.

Para contornar e minimizar esta situação, em regiões onde a emergência da questão social se observava com maior ênfase como, por exemplo, no Sul do estado, mais especificamente na região da indústria carbonífera, as entidades patronais desenvolveram projetos assistenciais. O SESI/SC, que foi uma das instituições pioneiras no atendimento ao trabalhador e a sua família, inicialmente, devido à inexistência de assistentes sociais, contratou religiosas como educadoras sociais para atuarem junto aos programas sociais da instituição.

Pode-se afirmar que, nesse período, iniciou-se, em Santa Catarina, um movimento em direção à implantação do Serviço Social no estado; posteriormente, este movimento culminou com a criação de uma Fundação que seria a mantenedora da Faculdade de Serviço Social destinada à formação universitária de assistentes sociais no estado catarinense.

Neste sentido, constata-se que o Estado realizou melhorias urbanas e rurais, ampliando sua intervenção frente às demandas impostas pelo progresso, porém, verifica-se um

perfil eleitoreiro, que era o de manter/conquistar o poder junto às oligarquias locais que, no período delimitado para este estudo, alternavam a governança sem, contudo, apresentarem mudanças estruturais. Desse modo, pode-se dizer que havia interesse pela melhoria do padrão de vida dos trabalhadores, do ponto de vista da reprodução da força de trabalho para a indústria em expansão, mas tal interesse era influenciado pelos Princípios da Carta da Paz Social exarada pelas lideranças patronais do Sudeste do País.

No caso catarinense, pode-se observar que o nascimento da formação de assistentes sociais se deu a partir dos interesses das classes dominantes, em especial, das lideranças patronais ligadas ao capital industrial e seu processo produtivo. Este, expandindo-se de forma acelerada, em um espaço geográfico predominantemente rural, trouxe grandes transformações sociais decorrentes da urbanização e da industrialização com as quais a sociedade catarinense passou a se deparar e para as quais passou a demandar soluções.

Nesse contexto, a liderança do Sr. Celso Ramos junto à FIESC e demais instituições patronais foi primordial para a efetivação da Fundação Vidal Ramos (FVR) e a conseqüente criação do Curso de Serviço Social.

Em resumo, a institucionalização da formação de Assistentes Sociais em Santa Catarina ocorreu a partir do projeto político-econômico liderado pela hegemonia patronal que, antevendo as conseqüências da urbanização e industrialização acelerada pela qual o estado passou a partir dos anos 1950 do século XX, engendrou formas para intervir na questão social; representantes governamentais, das classes patronais e da Igreja Católica uniram esforços a fim de criar uma fundação (FVR) que fosse a mantenedora da Faculdade de Serviço Social.

O processo de criação do curso catarinense não se distanciou do processo anteriormente vivido por outras regiões do país no qual o Serviço Social se desenvolveu dos anos 1930 em diante. Contudo, julga-se que, nos marcos do desenvolvimento capitalista que se instalou no país, foi primordial, em Santa Catarina, a liderança e o empenho das classes patronais, em especial, da FIESC, do SESI e do SESC para que o processo se efetivasse.

Em relação ao Projeto Político Pedagógico para a Formação dos Assistentes Sociais adotado pela Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, pode-se observar a sua similitude com aquela já consolidada na região sudeste (SILVA e SILVA, 1994).

O curso foi fundado para responder aos interesses burgueses da sociedade catarinense na fase de irrupção do capitalismo monopolista, conforme destacam estudos de Yazbek (1977) e Iamamoto e Carvalho (2007).

Em Santa Catarina, o curso foi criado após o advento das leis maiores do Serviço Social de então, ou seja, a Lei nº 1889/53, que disciplinava o ensino de Serviço Social no Brasil, e a Lei nº 3252/57, que regulamentava a profissão. Portanto, o curso já nasceu com o objetivo de formar profissionais de nível superior, profissão que era também reconhecida legalmente.

No tocante à formação universitária, Netto (1996) destaca que, em alguns casos, no Brasil, o Serviço Social ingressou no circuito universitário, sendo efetiva a incorporação da sua formação profissional pelas Universidades. No entanto, para o autor, muitas escolas isoladas, mantidas por organizações confessionais ou leigas, com poucos recursos materiais e humanos, funcionavam à base do esforço e da dedicação de profissionais e docentes que abraçavam o magistério impulsionados apenas por valores morais e pelo idealismo.

Nas entrevistas realizadas para o presente estudo, bem como nas entrevistas realizadas por Ramos (1984), evidencia-se este idealismo por parte do corpo docente, haja vista os baixos salários pagos pela Fundação Vidal Ramos (mantenedora da Faculdade) aos professores contratados por hora-aula, situação esta que somente foi modificada quando da incorporação do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal.

A Fundação Vidal Ramos, de acordo com seu estatuto, foi constituída por instituições patronais, governamentais e da Igreja Católica; foi responsável pela implantação e manutenção da Faculdade de Serviço Social, através de convênio com a Congregação Religiosa das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado e sua entidade representativa, a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, que envidou esforços e forneceu condições técnicas para a organização administrativa e pedagógica do curso de Serviço Social.

No período compreendido entre os anos de 1958 e 1959, no qual a Fundação da Faculdade de Serviço Social se organizou e se efetivou, o Serviço Social brasileiro apresentava-se com uma direção quase que hegemônica da Associação Brasileira de Escolas de Serviço

Social², nascida do movimento para regulamentação da profissão engendrado por lideranças católicas que fundaram as duas primeiras Escolas de Serviço Social (São Paulo e Rio de Janeiro).

Constatou-se ainda, nos estudos realizados, que o movimento da ação católica para criação de Escolas de Serviço Social se disseminou pela Europa e América do Sul e chegou ao Brasil através do movimento leigo da Igreja Católica, como decorrência da publicação da denominada Doutrina Social da Igreja, cujo marco inicial se deu com a Encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, que mobilizou o movimento leigo da Igreja Católica como reação da Igreja à vertente comunista evidenciada com maior ênfase na segunda metade do século XIX na Europa. (CONELY 2003; MANRIQUE CASTRO, 2000).

Em Santa Catarina, apesar da sua natureza laica, visto ser o Curso mantido por uma Fundação de natureza a-confessional, a liderança da Igreja Católica se evidencia, podendo se afirmar que a mesma era expressiva; a congregação religiosa (Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado) responsável pela direção administrativa e pedagógica da Faculdade manteve-se coesa com a Igreja Católica.

Também em Netto (1996) está ressaltado o papel desempenhado pela Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado na difusão do ensino de Serviço Social, e corrobora-se o autor quando o mesmo sugere como objeto de pesquisa o papel das Ordens e/ou Congregações Religiosas para difusão do ensino de Serviço Social no Brasil.

Dessa forma, pode-se dizer que as atividades da FSSSC se deram passo a passo com as premissas adotadas pela grande hegemonia católica sobre os Cursos de Serviço Social no Brasil, não havendo um afastamento do conservadorismo e da hierarquia que imperava no ensino de Serviço Social.

Quanto ao Projeto Político Pedagógico para o ensino de Serviço Social em Santa Catarina, não apresentou grandes diferenças em relação ao das demais Faculdades de Serviço

²De acordo com seus estudos, Lima (1992) identificou a existência de dois projetos que influenciaram a fundação de escolas de Serviço Social no Rio de Janeiro, um mais voltado ao pensamento liberal-democrata, marcado pela tecnificação e cientificismo, e outro católico. *Nos projetos de ensino de Serviço Social católico, a técnica esta subordinada á filosofia cristã, ao dinamismo do movimento intelectual católico laico e ao rigor moral. Este último constituiu “uma arma poderosa” contra os outros projetos e sob o qual a ABESS e o grupo católico conseguiram construir sua hegemonia, no interior do Serviço Social e no Ministério Capanema. Através da ABESS e do movimento católico, a Igreja assessora a criação de escolas no Brasil, especialmente no Sul e no Nordeste* (LIMA, 1992, p.118-119).

Social do país. Observa-se um empenho da direção da Faculdade em oferecer um currículo em sintonia com as orientações legais do MEC e da ABESS.

O Projeto enfatizava os aspectos *científicos, técnico, moral e doutrinário descritos por* Carvalho (1980). Sua grade estava em consonância com a legislação do ensino de Serviço Social, além de seguir as premissas da ABESS para o desenvolvimento de habilidades para uma eficiente intervenção social. A existência de uma unidade curricular na formação de assistentes sociais no país foi condição para a regulamentação da profissão de assistente social, que veio a acontecer em 1957.

Percebe-se uma acomodação curricular, teórica e metodológica à ordem definida pela ABESS, com pequenas modificações como é o caso da disciplina *Cultura Religiosa*, que em outros Cursos de Serviço Social se denominava *Religião*. Em Santa Catarina, o programa da disciplina abrangia o estudo das diversas seitas e religiões, contudo, era ministrado por um sacerdote da Igreja Católica. Neste contexto, como se distanciar da influência e da hegemonia católica?

Conseqüentemente, a estrutura e a organização curricular do Curso em Santa Catarina se realizaram sob a égide da legislação que orientava o currículo mínimo para os cursos de Serviço Social no país. Além das disciplinas, previa a realização de estágio, a partir do primeiro ano, em Obras Sociais/Instituições, sob a supervisão de Assistentes Sociais da própria Faculdade e/ou de instituições. Previa também a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a partir da experiência vivenciada pelo (a) acadêmico (a) durante o estágio.

A observação do ementário e dos programas das disciplinas denota o marco higienista presente na formação dos assistentes sociais em Santa Catarina. Desde o início do curso, as disciplinas: *Higiene e Medicina Social, Higiene Mental, Psicologia e Noções de Direito*, que incluía *Direito de Família*, evidenciavam uma formação voltada para uma intervenção em direção à medicalização da vida social.

O Projeto Político Pedagógico do Curso, no período em estudo, não sofreu mudanças significativas, mas igualmente não se manteve estanque, não ficou isolado, recebendo influência externa; a efervescência cultural e política que permeava a sociedade brasileira e catarinense refletiu em suas ações pedagógicas, como pode ser observado no caso do Departamento de Estágio, que adotou a metodologia de Paulo Freire em suas ações.

O Projeto Político Pedagógico, como já exposto, recebia influências externas que se contrapunham à direção interna da Faculdade e da FVR. Ao mesmo tempo em que seus atores viveram fortes tensões internas, tanto na esfera pedagógica como na administrativa, dirigentes da FVR apoiaram o regime de exceção instalado no país.

Até a sedimentação das mudanças teóricas propostas pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social Brasileiro, a direção da formação foi ao encontro dos preceitos postos pela Doutrina Social da Igreja, ou seja, a formação manteve-se fortemente vinculada a uma direção religiosa oriunda da Igreja Católica, da filosofia tomista e da corrente do pensamento positivista, inclusive, realizando convênio com instituições religiosas internacionais (Misereor) para financiar projetos de estágios em comunidades rurais urbanas e obras sociais.

Em que pese o caráter católico-tradicional na formação de assistentes sociais (fato que, no estudo da evolução do Serviço Social Brasileiro, não ocorreu somente em Santa Catarina), a Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina foi protagonista em relação às demais Faculdades existentes em Florianópolis, no sentido de que apresentou um diferencial: *o ensino teórico e o prático ocorrendo concomitantemente*.

Este, sob o olhar da pesquisadora, foi um aspecto *revolucionário* em que a Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina se diferenciou das demais faculdades isoladas.

Na época, antes da fundação da Universidade de Santa Catarina, as Faculdades pouco se aproximavam da população catarinense; elas apenas evidenciavam e fortaleciam a formação teórica dos acadêmicos, à exceção do Curso de Odontologia, que oferecia ensino prático aos alunos através do atendimento na clínica odontológica, realizando um trabalho interventivo junto à população.

A chegada do Curso de Serviço Social a Florianópolis com sua nova proposta interventiva modificou o estabelecido, ao realizar pesquisas junto às populações para subsidiar projetos de intervenção dos estagiários; trouxe um novo olhar sobre o ensino universitário, em que a pesquisa e a extensão eram enfatizadas, contudo, voltadas para subsidiar a prática do Serviço Social nos seus três processos/métodos (Caso, Grupo e Comunidade).

A proposta pedagógica do Setor de Estágio da FSSSC, ao conciliar o ensino teórico com o ensino da prática, resultou na formação de grupos associativos de diferente natureza,

levando os acadêmicos a atuarem junto às comunidades isoladas da Ilha de Santa Catarina (onde se situa o município de Florianópolis).

Até então, a Ilha tinha características eminentemente rurais e pesqueiras, e seus habitantes ilhéus, isolados geográfica e culturalmente, foram atingidos por esta nova proposta de ensino, tendo suas vidas e suas comunidades significativamente modificadas. Da mesma forma, instituições públicas e filantrópicas tiveram seus processos de trabalho modificados em consequência do modelo de ensino proposto pela Faculdade de Serviço Social.

Os projetos desencadeados a partir das pesquisas sociais realizadas nas comunidades rurais, urbanas e nas instituições sociais alavancaram políticas públicas que modificaram significativamente o estabelecido até então.

Em consonância com os estudos de Yazbek (1977), evidencia-se que o Curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, mesmo com seu caráter revolucionário para a Florianópolis de então, como instituição social, reproduziu e deu continuidade ao contexto social da época, mas ao intervir sobre este contexto, modificando-o, negou, tal como em outras regiões do país, a benemerência e a filantropia.

Ao profissionalizar a intervenção, utilizando-se do instrumental, das técnicas e da teoria proposta pelo Serviço Social, a Faculdade buscou implantar uma nova racionalidade e organização do trabalho social existente nas Instituições Sociais catarinenses no período de sua fundação.

A Faculdade de Serviço Social, ao iniciar suas atividades pedagógicas, em 1959, o fez sob a égide da primeira Lei de Regulamentação da Profissão (1957), portanto, graduou assistentes sociais como profissão universitária e regulamentada. Seus alunos concluintes, para ingressarem no mercado profissional, se inscreviam no Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS 10^a Região) que ficava sediado em Porto Alegre – RS (somente no ano de 1982, Santa Catarina passou a contar com um Conselho Regional, a 12^a Região).

Evidenciou-se, no Curso, uma permeabilidade marcada por contradições advindas das tensões sociais vividas, em especial, a partir dos anos da ditadura militar. O caráter disciplinador da formação, contraditoriamente, também se coloca como fator de impacto na sociedade catarinense, buscando transformações no campo da proteção social.

Igualmente a direção do curso, exercida por uma religiosa, em alguns momentos, foi alvo de questionamentos internos, e há indícios de tensões e enfrentamento na eleição para chefia do departamento, ocorrida no ano de 1980, quando uma professora não religiosa, pela primeira vez, concorreu com uma professora religiosa.

Com referência ao terceiro aspecto, que trata das mudanças impostas pela Reforma Universitária Brasileira, nos anos 1970, e que trouxe significativas mudanças para o Curso de Serviço Social e para a UFSC, pode-se dizer que a inserção comunitária do Curso de Serviço Social motivou transformações tanto das atividades das Instituições/Obras Sociais quanto por parte das esferas governamentais. Em resumo, as ações de Extensão universitária do curso tornaram o mesmo *bem visto* junto à sociedade uma vez que as modificações em relação à proteção social e às políticas públicas, em especial, as municipais e as estaduais, refletiam positivamente no conjunto da sociedade catarinense.

Com o reordenamento das instituições para receberem os estagiários de Serviço Social, a população local passou a ser atendida através de programas de instituições públicas, particulares e filantrópicas; esta ação pode ser considerada como uma *protoforma*, um germe da Extensão Universitária que, anos mais tarde, seria sistematizada e implementada pela Universidade Federal de Santa Catarina, com expressiva participação do Curso de Serviço Social.

Nesse sentido, levanta-se a hipótese de que a base teórico-prática proposta no início do Curso e mais tarde reformulada pelas mudanças curriculares propostas pela Reforma Universitária tornou possível a sedimentação da tríade: *Ensino, Pesquisa e Extensão* levada a cabo, de maneira sistemática, pelo curso de Serviço Social da UFSC .

Quando da criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), através da Lei nº 3.849 de 18.12.1960, a Faculdade de Serviço Social ficou vinculada à mesma na condição de Faculdade Agregada.

A partir da Reforma Universitária, os laços entre as duas instituições se estreitaram, ambas iniciaram um incipiente processo de Integração e passaram a compartilhar a formação em Serviço Social dividida entre o Ciclo Básico e o Ciclo Profissionalizante.

Mesmo com as modificações expressas pela Reforma, dirigentes da FVR ainda se mostravam contrários à divisão do poder na nova estrutura universitária; a luta pela sobrevivência financeira e pedagógica do curso foi exaustiva e dificultada pela direção da FVR, contrária a uma

integração definitiva à Universidade, e esta correlação de forças manteve-se vitoriosa por longos anos.

A aproximação maior entre a Faculdade de Serviço Social e a UFSC sedimentou-se aos poucos, em um processo denominado de Integração e que culminou, posteriormente, com a incorporação do Curso de Serviço Social pela UFSC e sua conseqüente federalização.

Dos relatos colhidos e na pesquisa documental realizada evidenciou-se que o processo de Integração foi lento, conflituoso, permeado por interesses pessoais e pelos ideais de alguns dos fundadores da FVR, os quais, por muitos anos, prevaleceram.

A condição de Faculdade Agregada lentamente foi se modificando junto a UFSC, tornando-se aos poucos uma unidade Integrada, inclusive com a nomeação de uma professora para, na condição de integradora, ser elemento de aproximação e de ligação entre as duas instituições.

A resistência por parte dos dirigentes da FVR somente foi vencida no final dos anos 1970, quando a própria UFSC, seguindo legislação federal e orientações do Ministério do Interior, que incentivava e financiava atividades do Projeto Rondon, e necessitando contar em sua estrutura com o Curso de Serviço Social e com o conhecimento específico de seus professores, iniciou um processo de incorporação do Curso que culminou, no ano de 1983, com a publicação da Lei nº 7.100 de 13.06.83, que federalizou o Curso de Serviço Social oferecido até então pela Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina.

A Reforma Universitária, ao por fim às Faculdades Isoladas, integrando-as em definitivo à Universidade, sedimentou a tríade *Ensino, Pesquisa e Extensão*. Como conseqüência, a UFSC, a partir dos anos 1970, passou a enfatizar a Extensão, demandando cada vez mais o conhecimento acumulado no Curso de Serviço Social. Neste contexto, o Processo de Integração do curso de Serviço Social se evidenciou como a alternativa mais viável para ambas as instituições.

Em paralelo, a UFSC, ao adotar a ideologia nacional da época, que preconizava a inserção das Universidades em áreas remotas do país para, através do Projeto Rondon, fomentar o desenvolvimento, passou a apresentar demandas para os projetos de Extensão em várias áreas de conhecimento e a necessitar da experiência acumulada nos quadros do Curso de Serviço Social.

Finalizando, este estudo buscou discutir o processo de formação de assistentes sociais no estado de Santa Catarina, através da história da primeira Faculdade de Serviço Social aqui fundada.

Como já enfatizado no início deste texto, a emergência do Serviço Social na América Latina e no Brasil se constituiu no marco do desenvolvimento capitalista e, portanto, a sua configuração não pode ser pensada fora do contexto de formação econômica, social e política.

Assim sendo, a análise de documentação que trata do surgimento do Serviço Social em Santa Catarina corrobora a tese hoje hegemônica no Serviço Social e amplamente fundamentada na obra de Yamamoto e Carvalho (1982), no livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, no qual os autores explicitam que a profissão de assistente social se constitui no marco do desenvolvimento capitalista, com a profissão sendo discutida na *perspectiva histórico-crítica*.

Outros estudiosos também discutem esta perspectiva, como Netto (1992), para o qual, o surgimento da profissão de assistente social ocorreu no contexto do capitalismo, na sua fase monopolista, quando o Estado tomou para si o encargo de responder às demandas da questão social.

Também sustentam este debate: Vicente de Paula Faleiros, Maria Lúcia Martinelli e Manuel Manrique Castro; para estes autores, o profissional de serviço social desempenha um papel político, tem uma função que não se explica por si mesma; sua função somente pode ser explicada pela posição que o profissional ocupa na divisão sócio técnica do trabalho (MONTAÑO, 2000).

A discussão do surgimento da profissão na *perspectiva histórico-crítica* contrapõe a *perspectiva endógena*, que defende a idéia de que o surgimento da profissão está vinculado aos antecedentes do serviço social, que foram *qualquer forma anterior de ajuda*, sendo que a linha de análise retrocede até a Idade Média. Todavia, aponta Montañó (2000) que há autores que pensam estar os antecedentes do Serviço Social ligados às formas de ajuda organizada e vinculada à questão social, ou seja, surgidas após a Revolução Industrial

Finalizando estas considerações, avalia-se que a história estudada e sistematizada na dissertação elaborada a partir da pesquisa realizada poderá trazer possíveis contribuições não somente para outros estudos, mas também para a formação dos estudantes de Serviço Social, uma vez que materializa um recorte da trajetória do primeiro Curso de Serviço Social do estado.

Avalia-se igualmente que, no movimento realizado para elaboração desta pesquisa, fenômenos importantes foram deixados de lado, não de maneira propositada, mas sim pelo limite de tempo, pelo fio condutor expresso no Projeto de Pesquisa.

Portanto, sugerem-se alguns temas de pesquisas futuras, vinculados à História do Serviço Social em Santa Catarina, que poderão enriquecer a história aqui contada, tais como a trajetória do Curso desde sua federalização (1983) até o momento presente, enfatizando a Extensão no Curso após sua vinculação, em definitivo, à UFSC; e especialmente a vinculação Ensino/Pesquisa /Extensão, tão valorizada no processo de formação de assistentes sociais na época estudada.

Quando o pesquisador se dedica ao estudo do passado, ele tem a possibilidade de observar, na dinâmica da realidade social, que tudo tem um tempo para nascer, para acontecer, nada vai para além das suas possibilidades.

O processo histórico que deu origem à formação de Assistentes Sociais em Santa Catarina se inseriu nas condições históricas vividas pela sociedade brasileira e catarinense; o processo se movimentou em um espaço contraditório, não se apresentando de maneira homogênea e linear. Como produção social, foi tensionado por várias forças e se materializou dentro dos limites daquele tempo histórico.

Neste momento, cabe destacar que, mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas no decorrer da pesquisa, o fato de manusear, ler e analisar documentos como o denso Processo de Reconhecimento da Faculdade ou o Processo MEC nº 98395/58 foi motivo de admiração e orgulho.

Admiração pelo trabalho realizado pelos pioneiros que pensaram e organizaram o arquétipo do que viria a ser a Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina; orgulho em relação aos profissionais de Serviço Social que há cinquenta anos passados já almejavam formar assistentes sociais para trabalharem pelo reconhecimento dos direitos de cidadania, pela assimilação de que o direito do cidadão implica em deveres por parte da esfera estatal.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1980.

ANAIS DA ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS, s/d

AUED, Bernadete Wrublewski. **História das profissões em Santa Catarina: ondas largas civilizadoras**. Florianópolis, SINE, 1999.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Relembrando Histórias** – Palestra proferida no evento “70 anos de Serviço Social no Brasil”, 2006. Disponível em: www.ssrevista.uel.br Acesso em: 10 Aug 2008.

BARREIRA, Ieda de Alencar e APERIBENSE, **Figuras da enfermagem brasileira e as profissões femininas na área da saúde em meados do século 20**, 2007. Disponível em: www.pesquisando.eean.ufrj.br Acesso em: 20 Oct 10/2007.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2003.

BRITES, Maria Cristina e SALES, Mione Apolinário. **Ética e práxis profissional**. Curso de Capacitação ética para agentes multiplicadores. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2007.

BONELLI, Maria da Glória. **Os médicos e a construção do profissionalismo no Brasil**, 2002. Disponível em: http://www.coc.fiocruz.br/hscience/vol9_2.htm. Acesso em: 21 Oct 2007.

BRASIL, **Lei que Regulamenta o Ensino de serviço Social no Brasil** – Lei nº 1889 de 13/06/1953. Disponível em www.planalto.gov.br Acesso em 23 Oct 2007.

BRASIL, **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social** – Lei nº 3252 de 27/08/1957. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em: 23 Oct 2007.

BRASIL, **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social** – Lei nº 8662 de 07/06/1993. Impressa pelo Cress 12ª Região – Conselho Regional de Serviço Social. Florianópolis. s/d.

BRASIL, MEC. Processo nº 98.395. **Autorização de Funcionamento da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina**. Florianópolis – Arquivos da Fundação Vidal Ramos, 1958.

BOCCACCIO, Giovanni. **Decamerão**. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3ª ed. Florianópolis. Lunardelli, 1987.

CAPONI, Sandra. **Da compaixão à solidariedade**: uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

CARNEIRO, Reivan Marinho de Souza. **Metodologia no Serviço Social**: uma questão em debate. Recife, 1998. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Eleições e sistema partidário em Santa Catarina:1945 1979. Florianópolis. EDUFSC, 1990.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história. As trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2002.

CARTAXO, Ana Maria Baima. Análise da Política previdenciária brasileira na conjuntura nacional – da velha república ao estado autoritário. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 40, ano XIII, São Paulo, Dezembro de 1992, p.56-80.

CARVALHO, Raul. Modernos Agentes da Justiça e da caridade: notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: (02): 43-71, mar.1980.

CBCISS. DOCUMENTO DE ARAXÁ, in: revista *Debates Sociais*, nº 4 –, Ano III. 5ª ed., Rio de Janeiro, 1967.

CBCISS. DOCUMENTO DE TEREZÓPOLIS, in: revista *Debates Sociais*, Suplemento nº 4, Ano III. 5ª ed., Rio de Janeiro, 1978.

CBCISS. DOCUMENTO DE SUMARÉ, in: revista *Debates Sociais*, Suplemento nº 8, Rio de Janeiro, 1980.

CNBB – Confederação dos Bispos do Brasil. **Temas da Doutrina Social da Igreja**. Caderno 3 – São Paulo: Paulus, 2006.

CNBB – Confederação dos Bispos do Brasil. **Temas da Doutrina Social da Igreja**. Caderno 1 – São Paulo: Paulus, 2004.

CORNELY, Seno Antônio. História da Organização Político-Acadêmica do Serviço Social na América Latina. In: **Temporalis**, ano IV, Nº 07 Janeiro a Junho de 2003.

CORREA, Carlos Humberto. **Os Governadores de Santa Catarina de 1739 a 1982**: notas biográficas. Florianópolis: UFSC, 1983

CRESS-9ª Região. **Serviço Social, 70 anos de luta por direitos sociais**. Boletim Eletrônico, maio de 2006. Disponível em: <http://www.cress-sp.org.br>. Acesso em: 14 May 2008.

CRESS – 12ª Região. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, aprovado em 29/09/1947. Disponível em: <http://www.cress-sc.org.br>. Acesso em 20 Mar 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade temporã – o ensino superior da Colônia à era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CASA OSWALDO CRUZ. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em: 11 Aug 2007.

DA MATA, Maria Margarete Sell. **Marcos da extensão nos 25 anos de educação em biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina**. Encontros Bibli – Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n° 7, abril,1999.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**: tradução de M.T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª ed.1986.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE SANTA CATARINA. **Relatório de Autorização de Funcionamento**, Florianópolis, 1958. Mimeografado.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE SANTA CATARINA. **Regimento Interno nº 01**, Florianópolis, 1958. Mimeografado.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE SANTA CATARINA. **Regimento Interno nº 02**, Florianópolis, 1966. Mimeografado.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE SANTA CATARINA. **Manual de Estágio**, Florianópolis, 1965. Mimeografado.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE SANTA CATARINA. **Congregação – Livro de Atas das Reuniões**. 1959-1972. Manuscrito.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE SANTA CATARINA. **Conselho Técnico Administrativo. Livro de Atas das Reuniões**. 1959-1968. Manuscrito.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE SANTA CATARINA. **Departamento de Política Social. Livro de Atas das Reuniões.** 1967-1980. Manuscrito.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE SANTA CATARINA. **Departamento de Serviço Social. Livro de Atas das Reuniões.** 1967-1974. Manuscrito.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE SANTA CATARINA. **Departamento de Sociologia. Livro de Atas das Reuniões.** 1967-1980. Manuscrito.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE SANTA CATARINA. Relatório do Departamento de Estágio, 1961. Mimeografado.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** São Paulo: Globo - Publifolha, Vol.2, 10ª ed. 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. In: **Educar.** Curitiba: Editora UFPR, nº 28, p.17-36, 2006.

FERREIRA LIMA, João David. **UFSC: sonho a realidade.** 2 ed. Florianópolis, UFSC, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Guanabara, 3ª ed. 1987.

FERNANDES, Renata Helena Ribeiro e GERBER, Luiza Maria Lorenzini. **A qualidade e efetividade dos serviços e benefícios prestados pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPESC e a busca da cidadania.** 1994. Monografia (Especialização). Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Especialização em Serviço Social no Trabalho.

FUNDAÇÃO VIDAL RAMOS – Processo de Reconhecimento do Curso, 1961. Mimeografado.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder:** organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIDSON, Eliot. **La profesión médica. Un estudio de sociología del conocimiento aplicado.** Barcelona. Ediciones 62 s/a, 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1995.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**, Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, F.S.G; VALENTE, J; FIALHO, N. **O debate contemporâneo da “questão social”**. CD Rom – III Jornada Internacional de Políticas Sociais – São Luiz – Maranhão, 28 a 30/08/2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela & CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez; Lima-Perú, CELATS, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 2006.

IANNI, Octávio. **Estado e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KAHN, Alfred J. **O serviço social no mundo moderno**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1972.

LENZI, Carlos Alberto da Silveira. **Celso Ramos**: um perfil político. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1997.

LIMA, Arlete Alves. **Serviço social no Brasil: a ideologia e uma década**. São Paulo: Cortez, 1982.

LIMA, Sulamita Bezerra de. **Fontes para a História do Serviço Social**: Revisitando as origens da profissionalização do Assistente Social – Rio de Janeiro (1937-1945). 1992. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LOTTIN, Jucely. **Orleans 2000**: história e desenvolvimento. Florianópolis: Elbert, 1998.

LÜDKE, Menga e ANDRÈ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EDU, 1986.

LUZ, Madel Therezinha. **As Instituições médicas no Brasil**: instituição e estratégia de hegemonia. Rio de Janeiro: Edições Graal; 3ª ed. 1986.

MARINQUE CASTRO, Manuel. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**, v.4 (livro III - O processo global da produção capitalista). São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução e condensação de Gabriel Deville. Bauru-SP, ed. Edipro, 2003.

MIGUEL, Walderez Loureiro. **O Serviço Social e a promoção do homem**: um estudo de ideologia. São Paulo: Cortez, 2ª ed. Revista, 1980.

MINAYO, Maria Cecília S. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**, São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MONTAÑO, Carlos. **La naturaleza del servicio social**: um ensayo sobre su génesis, su especificidad y su reproducción. Traducción de Alejandra Pastorini, 2ª edición. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. In: **CD-Rom Oficina Regional Sul –ABEPSS**, 2006

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. A crítica conservadora à reconceptualização, In: **Serviço Social e Sociedade**, nº5 Ano II. São Paulo, 1981.

NEVES, Vera Lúcia Anselmo. **Do perfil discursivo ao real**: um estudo sobre o Curso de Serviço Social da UNISUL. 2002. Dissertação (mestrado). Curso de Mestrado em Educação da UNISUL. Tubarão.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política**: idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro e MIOTO, Regina Célia Tamaso. Sistematização, planejamento e avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde. In: MOTA, Ana Elizabete et.al. **Serviço Social e saúde: formação profissional**. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br>. Acesso em 12 Abr 2009.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Assistência Social – do discurso do Estado à prática do serviço social**. Florianópolis: UFSC, 1989.

OLIVEIRA, Jaime A de Araújo & TEIXEIRA, Sônia M. Fleury. **Previdência Social: 60 anos de história da previdência no Brasil**. Petrópolis: Vozes/Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva.1989.

ORTEGA, Elizabeth Cerchiaro e MITJAVILA, Myrian Rachel. El preventismo sanitarista y la institucionalización del trabajo social em el Uruguay neobatllista: una indagación genealógica. In: **Katalysis**, vol.8 n° 2 – Julho/Dezembro de 2005. Florianópolis, DSS/UFSC.

ORTEGA, Elizabeth Cerchiaro. **El Servicio Social y los procesos de medicalización de la sociedad uruguaya en el período neobatllista**. Dissertação (Mestrado). Universidad de la República Oriental del Uruguay/Universidad Federal de Rio de Janeiro: Montevideo, 2003.

PARANAGUÁ, Rita de Cássia Revoredo. Eu amo o Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. V. 12, p. 53-63, ago.1983.

PARO, Vitor Henrique. **Escola e formação profissional: um estudo sobre o sistema regular de ensino e a formação de recursos humanos no Brasil**. São Paulo: Cultrix, Fundação Carlos Chagas, 1979.

PASOLD, C.L. **Jorge Lacerda: uma vida muito especial**. Florianópolis: OAB/SC editora, 1998.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA NETO, André Faria. **Ser médico no Brasil: o presente e o passado**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: história da gente**. Florianópolis: Lunardelli, 1989.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

RAMOS, Nilva de Souza. **O Serviço Social em Santa Catarina: Surgimento e Expansão com a criação da Faculdade de Serviço Social em Florianópolis**. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica/RS.

Relatório do Inspetor Federal, 1959.Mimeografado.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL. São Paulo, n°.09, Ano I, Setembro de 1939.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL. São Paulo, nº.12, Ano I, Dezembro de 1939.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL. São Paulo, nº.16-17, Ano II: Abril e Maio de 1940.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL. São Paulo, nº.14, Ano III, Fevereiro de 1940.

RODRIGUES, Maria de Lourdes. **Sociologia das profissões**. Oeiras – Portugal. Celta Editora, 2ª ed. 2002.

SACHET, Celestino e Sérgio. **Santa Catarina: 100 anos de História**. Florianópolis: Século Catarinense, 1997.

SCHIMITZ, Sérgio. **Planejamento Estadual – A Experiência do PLAMEG**. Florianópolis: UFSC, FESC/UDESC, 1985.

SCLIAR, Moacir. **A trajetória da saúde pública**. Porto Alegre: LPM Editores AS, 1987.

SETÚBAL, Aglair Alencar. Alguns aspectos da história do serviço social no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. V.12, p.109-139, ago.1983.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. O Serviço Social na conjuntura brasileira: demandas e respostas. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 44, Ano XV abril de 1994.

SILVA. Lídia Maria Monteiro Rodrigues. **Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: Caminhos e descaminhos**. 1991. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade de São Paulo.

SOUZA, S.M. P. **Serviço social e universidade: resgate de lembranças**. Florianópolis: UFSC, 1994.

TANCREDO, Luiz Henrique. **Doutor Deba: poder e generosidade**. Florianópolis: Insular, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Comissão de Inquérito**. Arquivo Central. Caixa 09 –Doc.001 –. Florianópolis. 1964.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Documentos e processos diversos da FSSSC**. Arquivo Central. Caixa 10 –Doc.001 – 025 –. Florianópolis. 1965.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão; ROSA, Lucia Cristina dos Santos. **Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinariedade**. São Paulo: Cortez, 2000.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**. Trad. De Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1995.

VIEIRA, Balbina Ottoni. As primeiras lutas... as primeiras organizações. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. V. 12, p. 53-63, ago.1983.

VIEIRA, Pedro Antonio e FELIX, César Augusto. **O curso de Economia da UFSC: 65 anos de história**. Florianópolis: Insular, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita e SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Das origens à atualidade da profissão: a construção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estudo da Evolução Histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no Período de 1936 a 1945**. 1977. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (mimeo).

Entrevistas: Acervo da autora

CASSES, Olma Aquino. História da Fundação da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina. Entrevista, Florianópolis, Julho de 2008. Entrevista.

RODRIGUES, Marilde. História da Fundação da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina. Entrevista, Florianópolis julho de 2008. Entrevista.

TONELLOTO, Clementina. História da Fundação da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina. Entrevista, Florianópolis, Julho de 2008. Entrevista.

CASTRO, Zulamar Maria Bittencourt e. História da Fundação da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina. Entrevista, Florianópolis, outubro de 2008. Entrevista.

MEINECKE, Dymuth. História da Fundação da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina. Entrevista, Florianópolis, dezembro de 2008. Depoimento Mesa Redonda.

SCHMICKLER, Catarina Maria. História da Fundação da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina. Entrevista, Florianópolis, dezembro de 2008. Depoimento Mesa Redonda.

Entrevistas: Acervo DSS/UFSC.

ABREU, Alcides. História do serviço social em Santa Catarina, Florianópolis, 16/07/1984 acervo, da pesquisa de RAMOS, Nilva de Souza. **O Serviço Social em Santa Catarina:**

Surgimento e Expansão com a criação da Faculdade de Serviço Social em Florianópolis. 1984. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica/RS.

ARAGÃO, Antonio Moniz de. História do serviço social em Santa Catarina, Florianópolis, 16/07/1984, acervo da pesquisa de RAMOS, Nilva de Souza. **O Serviço Social em Santa Catarina: Surgimento e Expansão com a criação da Faculdade de Serviço Social em Florianópolis.** 1984. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica/RS.

BIANCHINI, Francisco de Salles. História do serviço social em Santa Catarina, Florianópolis, 12/11/1984, acervo da pesquisa de RAMOS, Nilva de Souza. **O Serviço Social em Santa Catarina: Surgimento e Expansão com a criação da Faculdade de Serviço Social em Florianópolis.** 1984. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica/RS

CENTENO, Marília. História do serviço social em Santa Catarina, Florianópolis, 20/10/1983, acervo da pesquisa de RAMOS, Nilva de Souza. **O Serviço Social em Santa Catarina: Surgimento e Expansão com a criação da Faculdade de Serviço Social em Florianópolis.** 1984. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica/RS.

GUEDES, Neusa Mendes. História do serviço social em Santa Catarina, Florianópolis, 30/04/1984, acervo da pesquisa de RAMOS, Nilva de Souza. **O Serviço Social em Santa Catarina: Surgimento e Expansão com a criação da Faculdade de Serviço Social em Florianópolis.** 1984. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica/RS.

LACERDA, Roberto Mündel. História do serviço social em Santa Catarina, Florianópolis, 22/11/1983, acervo da pesquisa de RAMOS, Nilva de Souza. **O Serviço Social em Santa Catarina: Surgimento e Expansão com a criação da Faculdade de Serviço Social em Florianópolis.** 1984. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica/RS.

PIAZZA, Walter Fernando. História do serviço social em Santa Catarina, Florianópolis, 23/10/1984, acervo da pesquisa de RAMOS, Nilva de Souza. **O Serviço Social em Santa Catarina: Surgimento e Expansão com a criação da Faculdade de Serviço Social em Florianópolis.** 1984. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica/RS.

ANEXOS